

X

UFMG
2022
EPHIS

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

**CADERNO DE
RESUMOS**

Belo Horizonte, 2022

Adriel Marques Nunes, Ana Vila Pacheco, Clara Lima Borges,
Gustavo Damião Cardoso, Lígia Kalina Domingueti Faria, Luidy
Siqueira Santos, Mariana Oliveira Cruz, Mariana Rufino Rosa,
Monalisa Freitas Viana, Renata Lopes, Roberth Daylon dos
Santos Freitas, Stéfany Sidô Ventura, Vitória Eugênia
Gonçalves da Rosa (Org.)

CADERNO DE RESUMOS

X EPHIS – UFMG

Tempo, memória e reminiscências: o
(re)fazer histórico e suas perspectivas

ISBN: 978-65-86989-19-9



Belo Horizonte,

2022

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG - EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Organização:

Adriel Marques Nunes
Ana Vila Pacheco
Clara Lima Borges
Gustavo Damião Cardoso
Lígia Kalina Domingueti Faria
Luidy Siqueira Santos
Mariana Oliveira Cruz
Mariana Rufino Rosa
Monalisa Freitas Viana
Renata Lopes
Roberth Daylon dos Santos Freitas
Stéfany Sidô Ventura
Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa

Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FAFICH/UFMG, 2022.

283p
Texto em Português

ISBN: 978-65-86989-19-9

Diagramação:

Roberth Daylon

Designer:

Victor Dias

Capa:

Victor Dias

Observação:

A adequação técnico-linguística dos resumos dos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos é de responsabilidade dos autores.

X ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Thais Porlan de Oliveira

Chefe do Departamento de História

Magno Moraes Mello

Coordenador do Colegiado de Graduação

Luiz Duarte Haele Arnaut

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação

André Luis Pereira Miatello

Realização:

Comissão Organizadora X Ephis

Corpo Discente do Curso de História – UFMG

Apoio:

Centro Acadêmico de Ciências Sociais
- Gestão José Francisco Neres

Centro Acadêmico de História - Gestão
Lélia Gonzalez

Comissão Organizadora do IX EPHIS

Comissão Organizadora do VII EPHIS

Departamento de História

Diretório Acadêmico da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas Idalísio
Aranha

Doity

Escola de Música da UFMG

Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da UFMG

Núcleo de História Oral

Oficina de Paleografia

Programa de Pós Graduação em
História

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriel Marques Nunes
Ana Vila Pacheco
Clara Lima Borges
Gustavo Damião Cardoso
Lígia Kalina Domingueti Faria
Luidy Siqueira Santos
Mariana Oliveira Cruz
Mariana Rufino Rosa
Monalisa Freitas Viana
Renata Lopes
Roberth Daylon dos Santos
Freitas
Stéfany Sidô Ventura
Vitória Eugênia Gonçalves da
Rosa

MONITORAS E MONITORES

Ana Clara de Sousa Duarte
Ana Luiza Ferreira Durães
Anna Gabrielle Silva Souza
Anna Luiza Lobo Urzedo
Antônio Manoel Neves Abreu
Arthur de Lima Barra Melo
Beatriz Lopes Mazim
Bernardo Lucas Lucchesi dos
Santos
Ébio Henrique Almeida
Camargos
Estela Gontijo da Cruz

Gabriela Caroline de Oliveira
Araújo
Gabriela Luciana Lima Inácio
Isabela Gomes Pereira
Isabella Sardinha
Mascarenhas
Izabelle Seoldo Marques
Joseane Justi
Julia Kern Castro
Larissa Renner de Ávila Alves
Laura Braga de Souza
Lidiane Ester Pereira Florêncio
Lucas Fernandes
Luciana Versiani de Oliveira
Mota
Maraísa Inês de Assis Martins
Marcela Henriques
Maria Antônia Luz Sartor
Maria Clara da Rosa
Aparecido
Maria Clara Gonçalves
Martins
Maria Eduarda Chapani
Pedro Henrique Lucarelli
Moreira
Rafael Nogueira de Oliveira
Sâmmya Nicolle da Cruz Dias
Stephanie Nunes de Lima
Victor Henrique de Souza
Arcanjo

Sumário

Apresentação p. 01

Simpósios Temáticos p. 04

Comunicações Livres p. 225

Minicursos p. 260

Apresentação

O Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS) é um evento de periodicidade anual que acontece desde 2012, organizado por membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação e Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. O EPHIS-UFMG tem por objetivo proporcionar um espaço de divulgação e debate de trabalhos acadêmicos em História e áreas correlacionadas. Espaço este atualmente dividido em forma de mesas temáticas, cursos de curta duração, simpósios temáticos, comunicações livres, lançamento de livros, exposições, feiras, atividades culturais, rodas de conversa, oficinas e publicações de anais de cada edição.

O X EPHIS será realizado entre os dias 23 e 27 de maio de 2022, com o tema “Tempo, memória e reminiscências: o (re)fazer histórico e suas perspectivas”. Sabemos que o tempo é um conceito intrigante. Como uma entidade onipresente, ele é invisível, mas está em toda parte; é relativo, sendo difícil defini-lo. Porém, mesmo sofrendo com sua imprecisão, encontramos formas de concebê-lo, estabelecendo o hoje, o ontem e o amanhã. Assim, passamos a celebrar datas e efemérides, como aniversários e/ou marcos históricos. Essas comemorações remetem a uma memória que muitas vezes foi construída coletivamente visando um objetivo: preservar a história, uma identidade ou cultura.

A Comissão Organizadora optou por esta temática visto o cenário político, social, econômico e educacional atuais. Lembrando que nos últimos dois anos passamos por uma pandemia, onde diversas metodologias e trabalhos tiveram seu formato alterado, como podemos refletir essas modificações no campo da História? Acreditamos que através de novas perspectivas historiográficas, experiências e discussões a respeito do tema. Pensando nisso, o EPHIS propõe mesas que refletem sobre assuntos significativos sobre efemérides e esquecimento, educação decoloniais de ensino e novas epistemologias,

internet como espaço de escrita histórica e o bicentenário da Independência.

Durante a organização e definição do tema deste ano passamos por diversas discussões sobre o formato do nosso evento, on-line? Presencial? Híbrido? Nós aguardamos as políticas de prevenção municipais e Comitê COVID da UFMG para decidirmos o formato do nosso encontro. A Comissão Organizadora tem prezado pelo cumprimento de todas as normas sanitárias de prevenção ao Coronavírus, principalmente dentro das salas e ambientes que ocorrerão as atividades, mantendo o distanciamento, utilizando máscaras e medidas de higiene recomendadas.

Apesar de ainda estarmos nos acostumando à retomada de atividades presenciais após um longo período de isolamento, acreditamos que o evento será caloroso. Além de ser uma forma de (re)aproximar discentes que iniciaram o seu período de estudos distantes da comunidade universitária, aprimorar os relacionamentos e conhecer pessoas (fisicamente) que só víamos on-line, transformar fotos em rostos reais (ainda que de máscaras).

Por fim, ressaltamos a importância de inserir na universidade, local que tem sido alvo de ataques governamentais e de desmontes das mais diversas ordens, debates antinegacionistas que viabilizem espaço reflexão sobre o fazer histórico e sua importância social na formação das identidades e inter-relações entre o conhecimento científico e a humanidade. O X EPHIS deseja refletir como o ofício do historiador, bem como a noção de tempo foram alterados durante o período pandêmico, compreender as reminiscências históricas e historiográficas das comemorações e efemérides e de que maneira o (re)fazer histórico foi remodelado.

Não custa lembrar: Usem máscara e vacinas salvam vidas!

Simpósios Temáticos

ST01 - Raça, Ciência e Saúde: perspectivas interseccionais do conhecimento histórico.

Marjorie Nogueira Chaves
marjorie.nc@gmail.com

Nos últimos anos, tem havido o crescente interesse historiográfico pelo campo da história das ciências e da saúde, especialmente as abordagens sobre saúde da população negra. Dessa forma, as investigações sobre as práticas e os discursos médicos, a produção do conhecimento científico e a constituição de políticas públicas de saúde, desde o período colonial até a contemporaneidade, têm contemplado diversas temáticas e enfoques do (re)fazer histórico. As intersecções entre raça, ciência e saúde revelam questões fundamentais sobre a História Afrodiaspórica do Brasil, a partir de pesquisas e abordagens teórico-metodológicas inovadoras: estudos sobre raça e racismo; discursos médicos sobre a saúde das/os escravizadas/os; pensamento eugênico; o corpo negro e as práticas higienistas; saúde da população negra no pós-abolição; representações e imaginário social das/os negras/os e as políticas de saúde pública. Nos últimos 30 anos, os movimentos negros e de mulheres negras têm alcançado respostas na reivindicação de direitos sociais, especialmente no acesso aos serviços de saúde. Entre alguns dos resultados de suas ações políticas estão: a inserção da variável raça/cor nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde - SUS (1998); a realização do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra (2004); a instituição do Comitê Técnico de Saúde da População Negra - CTSPN (2004); a representação dos movimentos negros no Conselho Nacional de Saúde - CNS (2006); e a Instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) pelo Ministério da Saúde. À medida que o campo da saúde da população negra tem ganhado maior relevância acadêmica, tem sido imperativa sua abordagem histórica no estabelecimento de diálogo entre as áreas temáticas da história da ciência e da saúde, história da escravidão e história do pós-abolição na produção de novos campos e objetos de estudo. O objetivo do Simpósio Temático é acolher contribuições de pesquisas concluídas ou em andamento que contemplem as intersecções entre raça, ciência e saúde no Brasil e demais territórios da Diáspora Africana nas Américas na produção da história.

Nem Todas as Crianças Vingam’’: uma análise entre a saúde e a questão racial na Casa dos Expostos, Rio de Janeiro e Salvador (1870-1900)

Beatriz Virgínia Gomes Belmiro

Este trabalho tem por objetivo compreender como se deu a assistência à infância abandonada na Roda dos Expostos da cidade do Rio de Janeiro e de Salvador a partir da segunda metade do século XIX, utilizando como objeto de estudo o perfil dos enjeitados, bem como, buscando identificar o perfil da pobreza assistida pelas instituições. Assim, analisar quem eram os pobres da cidade do Rio de Janeiro e de Salvador na virada do século XIX para o século XX. Para tal, irei estudar o perfil da infância abandonada e, na medida do possível, caracterizar a família que abandonava a criança – através da leitura dos bilhetinhos que acompanhavam as crianças deixadas na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia. O período estudado é marcado pela chegada significativa de imigrantes no Brasil e pelo processo de Abolição da escravatura até culminar na abolição de fato em 1888. Interessa perceber de que maneira essas mudanças, como por exemplo a Lei do Ventre Livre em 1871, influenciaram no perfil das crianças enjeitadas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: INFÂNCIA, ABANDONADA, POBRES, SÉCULO XIX, MULHERES

O “Funesto Cortejo de Moléstias”: escravidão e doença no discurso antiescravista do homeopata Caldre e Fião, 1849-1852

Gabriela Vitória Monteiro da Silva

A presente comunicação tem como proposta analisar pontos da produção antiescravista do médico e literato José Antonio do Valle Caldre e Fião (1821-1876), enfocando, principalmente, as partes de seu discurso que articulam moléstias, escravidão e crítica à mesma. Sul-rio-grandense, nascido ano antes da independência do Império brasileiro, Caldre e Fião não figura entre os nomes mais conhecidos do período oitocentista, todavia nos deixou escritos bastante interessantes que podem auxiliar nas investigações sobre certo antiescravismo que tinha lugar, ainda que com apequenado alcance, no Brasil em fins da primeira metade do século XIX. O retratado se interessou pelas “sciencias medicas” ainda em sua província, onde montara sua própria botica, depois de ter passado por aprendiz na Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Porto Alegre. Mudou-se, em 1843, para a Corte com vistas a obter grau de doutor em Medicina. Ao assentar-se no Rio de Janeiro, Caldre articulou-se com outros senhores letrados em associações diversas, aproximou-se da homeopatia e teve participação ativa nos espaços públicos, principalmente através de periódicos, a exemplo d’“O Philantropo” e “O Americano”. Na maioria dos vestígios a respeito de José Antonio do Valle ou por ele escritos, deparamo-nos com um discurso antiescravista cravejado de contradições e complexidades, aliando nacionalismo, valorização das ciências e ilustração, negrofobia e projetos de encaminhamento político da escravidão. Integrando esse antiescravismo, encontramos alguns textos que mobilizam certas doenças para argumentar e justificar a necessidade de extinguir a “escravidão doméstica”, posto que o tráfico negreiro e a instituição escravidão seriam vetores de corrupção não apenas moral como física da sociedade da jovem pátria brasileira. Nossa intenção é investigar esse discurso, bem como analisar a importância das formações homeopata e alopatas para o desenvolvimento do mesmo.

Palavras-chave: ANTIESCRAVISMO, MOLESTIAS, ESCRAVIDÃO.

Saartjie Baartman Entre Animais e Bestas: o corpo-coisa de mulheres negras na História da Ciência

Marjorie Nogueira Chaves

É a partir do século XIX que o racismo ganha contornos científicos. A hierarquização de grupos humanos em relação aos europeus necessita de justificativa racional pela ciência moderna com a emergência de um conceito de raça. Para ilustrar parte desse processo, recorreremos à história da sul-africana do povo khoisan, Saartjie Baartman, que teve sua existência e seu corpo marcados pela violência. Em 1810, Saartjie foi levada para Londres para ser exibida em espetáculos circenses e recebe o nome de Vênus Hotentote, alcunha pela qual ficaria conhecida no mundo todo. Nas exposições em freak shows, em que seres humanos eram expostos como animais e bestas – a antítese do europeu civilizado – seu corpo era visto e manipulado por homens e mulheres. Obrigada a realizar performances como um animal selvagem e utilizando vestimentas que destacavam os contornos do seu corpo, suas apresentações ganharam caráter sexualizado. Entre a erotização e a coisificação, Baartman é descrita em estudos de Zoologia por cientistas prestigiados da época como o naturalista Auguste de Saint-Hilaire e o zoologista Georges Cuvier. Em 1814, é levada para Paris e exibida para públicos maiores, assim como examinada em sessões científicas de anatomia. Saartjie falece um ano depois de chegar na França. Depois de ter seu corpo dissecado, seu cérebro e genitália são preservados e seu esqueleto exposto no Musée de l’Homme até 1974. O objetivo do estudo é apresentar uma análise da Vênus Hotentote como fundamento para o conceito moderno de raça e a construção do corpo-coisa de mulheres negras pela ciência. Como recurso metodológico, investigamos produções publicadas em revistas científicas brasileiras, com destaque para os trabalhos de Citeli (2001) e Hamlin e Ferreira (2010) e realizamos a análise fílmica em perspectiva histórica do longa-metragem Vênus Noire (2011) com direção de: Abdellatif Kechiche. Como considerações, compreendemos que a coisificação do corpo de Saartjie Baartman e seus usos pela ciência moderna corroboraram teses racistas sobre africanas/os e suas/seus descendentes nas Américas, constituindo imagens de controle (COLLINS, 2019) de mulheres negras e a forma como são vistas e tratadas na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: CIÊNCIA, RAÇA, GÊNERO, CORPO, MULHERES NEGRAS

ST02 - As drogas na história: instituições, sujeitos, objetos e usos

Saulo Carneiro
saulo.carneiro@yahoo.com.br

Luíza Lima Dias
dias.lu.lima@gmail.com

Marcos Luiz Bretas da Fonseca
mlbretas@gmail.com

Gustavo Junqueira Costa Maia
gustavojcmaia@gmail.com

Nas últimas décadas, tem crescido o número de historiadores que se dedicam ao campo da história das drogas. Trata-se de uma área diversa e interdisciplinar, caracterizada por dialogar diretamente com debates e disputas relevantes que atravessam o cotidiano das sociedades no presente. São alguns exemplos, dentre vários outros, de temas desenvolvidos por esses pesquisadores: O surgimento de sistemas de regulação sobre o uso e comércio dessas substâncias; as práticas de determinadas comunidades indígenas com relação ao uso de psicoativos; os desdobramentos violentos da chamada “guerra às drogas”; a exploração econômica de processos farmoquímicos na produção de certas substâncias; o contexto internacional e suas relações com as políticas públicas sobre drogas; as relações do desenvolvimento da medicina e da farmácia com o uso de psicoativos na terapêutica; as várias formas de resistência popular e organizada às políticas moralizantes e punitivistas sobre as drogas; a própria definição da palavra “droga” e o status das substâncias que se encaixam nesse termo. Assim, a diversidade de perspectivas e temáticas possíveis dentro desse campo permite desenvolver pesquisas que permeiam diferentes áreas dentro da História, além de reforçar sua característica interdisciplinar.

Nesse sentido, como temática recente na historiografia, existem ainda muitas possibilidades de estudo e grandes variedades de pesquisas a serem realizadas. Todavia, há também uma série de obstáculos enfrentados por pesquisadores e pesquisadores que decidem seguir esse caminho, como a escassez de conferências com os pares para discutir trabalhos, a dificuldade de se encontrar determinadas fontes históricas, o preconceito moralizante e marginalização direcionados aos que se dedicam ao tema. Assim, com o intuito de ampliar essas discussões e criar um

espaço de diálogo entre diferentes perspectivas no campo, este Simpósio Temático está aberto a receber trabalhos situados na grande área da história das drogas, abarcando as instituições, os usos, os sujeitos e os objetos envolvidos nesse tema, que podem abarcar, por exemplo: intercâmbios culturais e comerciais nos períodos colonial, imperial, republicano e moderno, as revoluções psicoativas, os discursos médico, científico jornalístico e suas transformações, o status moral das drogas, a atuação das ciências e das instituições, as drogas enquanto mercadorias, o proibicionismo e suas relações locais e globais, a guerra às drogas e criminalização, e por fim, a patologização dos usos e usuários de drogas na história. Estamos abertos a diferentes recortes temporais e espaciais, de forma a estimular o crescimento de pesquisas sobre um tema que ainda se caracteriza como incipiente na historiografia, mas com grande potencial.

A Cannabis nos periódicos médicos e nas farmácias do Brasil (1920-1950).

Saulo Carneiro

A Cannabis spp é uma das plantas psicoativas mais antigas que se tem registro de uso. Artefatos históricos atestam que há 2400 anos já se consumia a planta para alterar a consciência. Sua relação com o ser humano é milenar, e pode ser comparada a relação de desenvolvimento e aprimoramento genético que tivemos com outros vegetais, como o milho e a batata. Localizar a Cannabis spp temporalmente e compreender as relações que o ser humano teve com a planta no decorrer da história é salutar para análise e compreensão das relações e dinâmicas entre a espécie humana e a Cannabis. Tendo essa ideia no horizonte, nesta proposição de comunicação, irei direcionar o meu enfoque para a produção médico-científica — medicina, farmácia e química — brasileira durante parte da primeira metade do século XX. Meu objetivo é entender como o saber sobre esse vegetal, amplamente utilizado como medicamento pela medicina durante o século XIX e início do século XX, foi construído por esses ramos da ciência. Qual eram as verdades produzidas sobre a Cannabis pelo discurso médico-científico? Como e para o quê a planta era utilizada? O que as ciências médicas sabiam e falavam sobre ela? Almejando responder minimamente tais questões, e, trazendo resultados parciais da minha pesquisa, espero poder contribuir para uma proveitosa construção deste Simpósio Temático.

Palavras-chave: CANNABIS, MEDICINA, MACONHA, DROGA, PROIBICIONISMO

O crime e o Estado: o ciclo de desregulamentação neoliberal e o narcotráfico.

Bernardo Moraes Marques

Para formular sobre o modo de produção, Rosa Luxemburgo encontrou no Livro II d'O Capital uma possibilidade que, se verificada, forneceria um diagnóstico mais aterrador para as crises do capitalismo do que se imaginava até então. "Tratava-se da possibilidade de uma acumulação permanentemente progressiva de capital, um aumento ilimitado da produção". No Capítulo 18 do citado volume, Marx demonstra que pode um capitalista possibilitar uma produção sempre maior sem a necessidade de grande reinvestimento, aumentando a produtividade de suas plantas industriais pela exploração ainda mais feroz da força de trabalho previamente contratada; valendo-se de avanços científicos ou de bens naturais que representam custo irrisório à sua escala de operação e concentrando maiores estoques de modo a baratear o preço de entrega do produto final. Faz-se necessário compreender que o capitalismo necessita de novas (e mais efêmeras) revoluções produtivas que façam com que emergjam novos desejos ou, mais ferozmente, da manutenção de velhos vícios. Diante disto, Luxemburgo sintetiza que esse fenômeno histórico, quando descrito sob a forma de "acumulação", não se trata de um estágio do capitalismo, mas um de seus pivôs centrais desde que o modo de produção emergiu mundialmente. Sua análise difere-se da de Marx, para quem a acumulação primitiva compreende uma pré-história do capitalismo, e compreende que o saque e a violação das periferias é um fenômeno contínuo, que recombina antigas formas de mercantilização e privatização da vida com novas formas da comoditização. Nesse projeto, baseando-se na crítica da economia política, busca-se aproximar todo este metabolismo social do mais-valor de sua face alheia à normalidade capitalista (essa que é expressa em legalidade), perscrutando de que modo as relações da chamada "narcoeconomia" articulam-se historicamente numa teia de relações entre sistema financeiro, Estado e sociedade civil. Percebe-se que, quando se oculta o processo de valorização do valor nos setores econômicos ilegais, quaisquer teorias sobre a crise e a acumulação apresentam insuficiência dialética. Isso nos permite compreender o papel que desempenha o "narcotráfico", inclusive retoricamente, em sua relação umbilical com o ciclo de desregulamentação da atividade econômica e do setor financeiro, com o advento do neoliberalismo e a substituição pragmática, na política externa dos EUA, da justificativa da Guerra Fria pela ameaça do crime organizado.

Palavras-chave: NARCOTRÁFICO, CAPITAL, ESTADO, POLÍTICA INTERNACIONAL

“Duque da maconha” e as representações da Cannabis na Imprensa: uma História do estigma social da planta e de seus usos políticos (1950-1955)

Gustavo Junqueira Costa Maia e Artur Silva Lins

Este artigo pretende problematizar as descontinuidades na percepção social brasileira sobre os usos e os usuários da maconha na primeira metade do século XX, sobretudo seus efeitos na política. Nesse sentido, percebemos o quanto a construção do estigma criminalizador e moralizante do usuário e da planta não foi só montado com fins de controle social, como também proporcionou o surgimento uma nova forma de se fazer política tendo em vista a destruição de reputações. No caso em tela, apresentamos a experiência do portuário, líder sindical e trabalhista no Rio de Janeiro, Horácio Duque de Assis, fichado na polícia por porte de maconha e, portanto, constante vítima da imprensa antigetulista por essa ocorrência. A partir deste estudo de caso apontamos como a situação de Duque fora inédita nas proporções do proibicionismo como arma política e, por outro lado, as limitações deste discurso na vida política, tomando como exemplo o próprio líder portuário.

Palavras-chave: MACONHA, PROIBICIONISMO, ESTIGMA, POLÍTICA, IMPRENSA

ST03 - Vida religiosa no Mundo Ibérico: religiosidades, universo cultural, memórias e trajetórias (séculos XVI-XIX).

Marcella de Sá Brandão
marcellasabrandao@gmail.com

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi
pryscyllacordeiro@hotmail.com

Petros José da Rocha Brandão
petrosjbrandao@gmail.com

Israel Andrade dos Reis Valentim
israel.andrade.reis@hotmail.com

Scheyla Taveira da Silva
scheylat@hotmail.com

Letícia Maia Dias
leticiamaiadias@hotmail.com

No decorrer do processo de colonização empreendido pelas Monarquias Ibéricas, a religião católica se consolidou como um dos seus principais pilares de mundialização. Logo, o que se verificou não somente nas colônias americanas, mas nos demais territórios luso-espanhóis, foi o esforço de uniformizar, controlar e moralizar as populações e suas práticas mediante a égide do catolicismo. Sendo assim, a presença e os contatos estabelecidos entre grupos oriundos de culturas distintas, determinaram a formação de uma sociedade heterogênea e a prática de inúmeras formas de religiosidades. Destarte, a vida religiosa, a espiritualidade e os modelos que dessas experiências – individuais ou coletivas – surgem nos permitem a análise da polivalência da experiência humana no campo religioso. Assim, verifica-se, no curso da história, a escrita de memórias e de trajetórias, a construção ou a formação de tradições que não podem ser furtadas ao olhar crítico do historiador. Devemos questionar os usos, objetivos e construções narrativas – conforme o chamado do X EPHIS – nos afastando de acepções conservadoras que buscam um discurso de verdade, totalidade imóvel ou alheia à história. Desse modo, ao longo da Época Moderna, marcada pelas conquistas, circulação de ideias e culturas, as dinâmicas de mestiçagens propiciaram naqueles espaços a adaptação, a assimilação e as mesclas entre elementos da fé católica e das culturas locais, a partir de lógicas culturais

indígenas e africanas, que se influenciavam mutuamente. Por conseguinte, cabe ressaltar que, nesse universo cultural, marcado por trânsitos culturais, as relações travadas entre estes indivíduos com a religião, também se revelou a existência de impermeabilidades, tensões, modos de repressão e resistências. Este Simpósio Temático pretende viabilizar a exposição de trabalhos e debates historiográficos acerca de trajetórias e memórias (individuais e coletivas), religião e religiosidades, tendo em vista metodologias e/ou perspectivas de envergadura sociocultural, de gênero, raça e classe (interseccional e/ou decolonial), nos territórios que compreenderam o Mundo Ibérico (Portugal e América Portuguesa, Espanha e América Espanhola) entre os séculos XVI ao XIX. Dessa forma, deve-se levar em consideração as mudanças e permanências históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais daquela sociedade ao longo destes séculos. Aceitaremos pesquisas que tragam reflexões historiográficas com novos olhares. Dito de outro modo, pesquisas que proponham novas análises, a partir de novas metodologias, problematizações, perspectivas, etc. Inclusive estudos que pretendam fazer uma revisão de temáticas já consolidadas pela historiografia. Portanto, trabalhos que versam sobre as instituições religiosas e seus agentes, as normativas e sua aplicação, bem como, os trânsitos espaciais e culturais, as formas de religiosidade exercidas cotidianamente, as trajetórias de homens, mulheres e agentes históricos múltiplos no que tange toda forma de experiência religiosa.

Feiticeiras nas Minas Gerais: práticas mágicas, religiosidade e cotidiano social.

Letícia Maia Dias

Essa comunicação busca analisar as mulheres acusadas de feitiçaria pela Inquisição em Minas Gerais entre 1713 e 1808, evidenciando algumas singularidades da religiosidade e do cotidiano sociocultural feminino, mostrando que, apesar de individuais as trajetórias das mulheres acusadas apresentavam similitudes partilhadas no coletivo. Além disso, consideramos a feitiçaria feminina um fenômeno histórico construído social e culturalmente por mulheres que se relacionavam diretamente ao contexto da escravidão e das dinâmicas de mestiçagens. Portanto, destacamos a agência histórica feminina na sociedade mineira setecentista, que embora marcada pelos discursos misóginos e pela imposição da moral cristã, adquiriu contornos ambíguos e diversificados a partir da escravidão e das dinâmicas de mestiçagens.

Palavras-chave: FEITIÇARIA, MULHERES, RELIGIOSIDADE, COTIDIANO SOCIOCULTURAL, MINAS SETECENTISTAS

"FLUCTUATIO ANIMI": Os rastros do Marranismo na Modernidade Ibérica Antissemita.

Roberta Puccini Gontijo

"A 4 de junho de 1391, na "judería" de Sevilha, irrompeu-se um massacre judaico. A tessitura do estranhamento ao "ser judeu" inicia-se, no Ocidente, com a culpa que lhe é cabida pela crucificação de Cristo aos olhos da Igreja primitiva. A mácula deicida entranha-se na herança da figura judaica legada ao Medieval e à Idade Moderna ibérica. Sob essa ótica, este trabalho busca compreender a maneira pela qual a centelha antijudaica moderna engendra a feição marrana, o judeu cindido entre a Igreja e a Sinagoga – a "fluctuatio animi" judaica. A pureza de sangue ambicionada é artífice da "Sentencia-Estatuto" de Toledo, instituída em 1449. Nesse mesmo mote, delineiam-se, em 1480, a instalação do primeiro tribunal inquisitorial hispânico; em 1492, o decreto de expulsão dos judeus do território espanhol; o édito manuelino "Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles", de 1492; o batismo forçado português de 1497; o Massacre de Lisboa de 1506; o início, em 1536, da atividade do Santo Ofício português; e o édito filipino "Dos Mouros e dos Judeos, que andão sem sinal", de 1583. A conversão, amiúde forçada, constituía uma tentativa de escapar às perseguições ou às expulsões protocoladas pelo Estado. Já convertidos, porém, viam a luz dos vitrais inquisitoriais abrindo-se a eles: diversos cristãos-novos eram acusados de marranismo. Coagidos à migração interior, os marranos erguem-se como aqueles estranhos ao elemento já alheio (o judeu); são "o outro do outro". O marranismo dilacera a identidade: o pertencimento oficial, exterior, duela com aquele pertencimento íntimo, passível de externalizado apenas na clandestinidade. Apartado do direito de ser reconhecido como cristão – pois, impuro de sangue, nem mesmo a água da pia batismal poderia absolver o mal judaico, incurável –, tampouco acolhido como judeu, acaba por apartar-se de si. Baruch Spinoza, em sua "Ética", concebe "fluctuatio animi" como uma "estrutura do espírito que nasce de dois afetos contrários", a qual deságua em uma alma cindida. Nesse conceito, entrevê-se a descrição da alma marrana: a cisão da consciência, característica essencial do pária, assinala a oscilação criptojudáica entre o desejo do pertencimento ao povo de origem e a ambição de imiscuir-se na comunidade cristã. Suspensa entre dois derivados, sua identidade fragmenta-se em um caleidoscópio de autoprojeções.

Palavras-chave: ANTISSEMITISMO. "FLUCTUATIO ANIMI". IDADE MODERNA. INQUISIÇÃO. MARRANISMO. PENÍNSULA IBÉRICA.

Os escritos de Teresa de Ávila e Jacinta de São José como um modelo de vida religiosa.

Scheyla Taveira da Silva

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência do modelo proposto por Teresa de Ávila para Jacinta de São José, fundadora do recolhimento elevado a condição de primeiro convento carmelita descalço na América Portuguesa – o Convento de Santa Teresa no Rio de Janeiro – encerrado a clausura papal em 16 de junho de 1780. Os 400 anos da canonização de Teresa de Jesus (Teresa de Ávila), celebrados no dia 12 de março de 2022, nos levaram a pensar a construção da memorabilia do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro a partir do arquétipo da referida santa reformadora da Ordem Carmelita. Dessa maneira, a proposta do artigo é o de compreender como a identidade de Jacinta de São José foi construída por suas sucessoras, como elas ao interpretarem a trajetória individual e coletiva de Jacinta de São José promoveram a construção de uma memória e de uma biografia que a colocam como agente histórica significativa na construção e fundação daquele espaço conventual valorizando aspectos concernentes ao modelo proposto por Teresa de Ávila, aproximando-as, enquanto fundadoras.

Palavras-chave: VIDA RELIGIOSA FEMININA, BIOGRAFIA, CONSTITUIÇÕES CONVENTUAIS.

ST04 - Antiguidade Tardia e Idade Média: Poder, Fé e Representações

Leandro César Santana Neves
lcneves.clio@gmail.com

Mariana Durães de Freitas
mariana.duraes@aluno.ufop.edu.br

Daniela Aparecida Rodrigues
d.aparecidarodrigues@gmail.com

Pedro Henrique Pereira Silva
pedrop.ufsj@gmail.com

A proposta desse Simpósio Temático, já tradicional nas edições anteriores do EPHIS, é manter um espaço para intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas realizadas no Brasil sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é promover um debate entre diferentes perspectivas de estudos nos mais variados recortes da Antiguidade Tardia e Medieval Ocidental e Oriental. Destarte, reflexões relacionadas a essas temáticas, em suas múltiplas dimensões, possibilitam maior compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como a alteridade, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, os governos urbanos, a filosofia etc. Além disso, esse Simpósio não se limita apenas aos períodos referidos em si, incluindo também suas representações e projeções ao longo da história, como é no caso das temáticas de medievalismo e estudos de recepção, entre outras. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas pertinentes a diversas regiões e recortes temporais da Antiguidade Tardia e Idade Média. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas diversas do conhecimento. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações agrupadas pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates que possibilitem a participação dos ouvintes.

As práticas intelectuais na Europa Latina: o desenvolvimento filosófico entre os séculos IX e XII.

Pedro Henrique Pereira Silva

O presente trabalho pretende expor, em linhas gerais, o desenvolvimento das práticas e instituições ligadas à intelectualidade e à filosofia no desnovelar dos séculos IX a XII, que ocorreram na Europa Latina. Durante esse período, o continente europeu sofria profundas transformações oriundas das reorganizações geopolíticas advindas do pós-queda do Império Romano. A partir dos carolíngios, surgiam as primeiras escolas, tornando possível a conservação e sistematização do estudo de obras e pensamentos conhecidos na época, como a Filosofia Clássica e a Patrística, além da aplicação das Artes Liberais como conteúdo e metodologia estudados. Entre os séculos XI e XII, tal desenvolvimento era catalisado pelo contato com diversas culturas extra-cristãs e latinas, como as judaicas e islâmicas. Esse contato possibilitava o estabelecimento de diferentes leituras e interpretações dos saberes, tão fundamental para a constituição da intelectualidade europeia latina a partir do XIII. Destarte, almejamos explicitar de que maneira o contexto do desenvolvimento intelectual na primeira parte do medievo latino criava condições para o estabelecimento da cultura e prática dos saberes nos séculos posteriores, principalmente no âmbito da Filosofia.

Palavras-chave: INTELECTUALIDADE, EUROPA LATINA, FILOSOFIA, ARTES LIBERAIS

Opressão, poder e fé: o caso da transição da Igreja Cristã Copta da dominação bizantina para a árabe (632-661).

Raphael Rocha Quintão

Com base em novas perspectivas sobre a História das Religiões e da História Política o trabalho visa discorrer acerca do contexto de transição da dominação bizantina sobre o Norte da África (mais especificamente, o Egito) para a dominação árabe. Constantino planejou e construiu Constantinopla como a Nova Roma cristianizada. Muito tempo já havia se passado, mas Justiniano quis fazer valer as palavras de Constantino. Movido pelo desejo de “reaver” as terras do Império, promoveu a incursão de exércitos comandados por Belisário no Norte da África alegando que aqueles domínios eram do Império Romano. Com a dominação bizantina, que adotara o credo niceno-constantinopolitano, a igreja cristã instalada no norte africano, de orientação contrária às decisões do Concílio de Calcedônia, sofre a regulação de Constantinopla. Porém, com a expansão do Islã, o Egito passa ao domínio árabe após longas intervenções bizantinas. A avaliação dos cristãos coptas sobre a mudança de dominação surpreende o senso comum contemporâneo.

Palavras-chave: IGREJA CRISTÃ, COPTA, ÁRABE, EXPANSÃO.

Hagiografias: Construções e usos no passado medieval e a perspectiva histórica.

Daniela Aparecida Rodrigues

As obras hagiográficas têm se mostrado de extrema relevância para a historiografia, embora nem sempre tenham sido aceitas como uma fonte adequada para estudos da História, sendo vista como um simples repositório de modelos para a fé, no qual a única possibilidade era encontrar informações pontuais. Néri de Barros Almeida vai além, afirma que os próprios textos de história produzidos ao longo da Idade Média eram vistos como defeituosos, colocados em dívida com as seletas formas de se escrever história, de modo que os textos medievais nunca puderam integrar plenamente a “verdadeira” escrita histórica, que em geral correspondiam aos quesitos de objetividade e cientificidade que se pretendeu aplicar ao conhecimento histórico na modernidade (ALMEIDA, 2014. p. 95). Assim como Néri Almeida, o historiador norte americano, Patrick Geary aponta alguns caminhos interessantes para se pensar o uso das obras de gênero hagiográfico para os estudos de História. De acordo com Geary, por volta de 1965 diversos estudiosos se voltaram, esperançosos e dedicaram-se aos estudos das lendas de santos como forma de abrir novas perspectivas ao corpo de textos religiosos, ignorado até então, na qual a hagiografia seria uma nova janela para os ideais religiosos medievais e as vidas das pessoas comuns. As novas abordagens e questionamentos têm de fato gerado um crescente interesse pelo estudo dos santos por parte de estudiosos de diversas disciplinas (GEARY, 1994. p. 9). Seguindo esse pensamento, a hagiografia não é usada somente como uma fonte de informações históricas, factuais, ou seja, a respeito de um indivíduo e sua Ordem religiosa, ela também deve ser usada e analisada como sendo um recurso privilegiado de informações sobre os valores sociais, claro que a natureza. Seguindo este raciocínio a proposta é discutir a produção hagiográfica na região da Úmbria italiana, em fins do século XII e inícios do século XIII, tendo em vista que essa região foi uma das localidades onde mais se produziu obras de gênero hagiográfico, sobretudo relacionada às Ordens mendicantes. Um dos exemplos que podemos destacar é o caso de Francisco de Assis, do qual se tem inúmeras produções hagiográficas, o seu primeiro hagiógrafo, Tomás de Celano, por exemplo, além da Primeira Vida, publicou outras duas obras, a Segunda Vida e o Tratado dos Milagres. No entanto, mais tarde a Igreja propôs uma nova obra oficial, escrita pelo franciscano e teólogo Boaventura de Bagnoregio.

Palavras-chave: IDADE MÉDIA, HAGIOGRAFIA, ÚMBRIA.

Percepções da Consolidação dos Reinos Católicos Ibéricos, a partir do legado cristão de Eulógio de Córdoba.

Augusto Machado Rocha

"No século IX, em meio aos martírios de Córdoba, a figura do católico Eulógio despontou enquanto a de grande relator de uma suposta perseguição e as agressões que estavam sendo cometidas pelos muçulmanos da região, frente aos católicos. Ainda que o movimento fosse diverso, seu elemento de afronta e combate ao Islã era uma característica central. A lembrança feita por Eulógio de Córdoba, através de seus textos foi o que o levou a ser representado como líder do movimento, que viria a ser recuperado e usado para edificar uma pretensa história através da *Coronica General de Espanã*, cuja escrita no século XVI coube a Ambrósio de Morales, admirador de Eulógio. Remetemos ao historiador Brian Catlos (2018), ao afirmar que Eulógio foi construído como um herói, em virtude do contexto narrativo de combate ao Islã, sendo que para seu tempo ele teria causado apenas um distúrbio, ameaçando a convivência entre a cristandade cordobesa e os muçulmanos. Ou seja, a narrativa que influenciaria uma das primeiras histórias oficiais de um embrião de novo estado Ibérico, a partir da Coroa de Castela, teve sua narrativa muito amparada a uma noção de Conquista perante e contra esse inimigo muçulmano, que havia sido construído por muitos, dos quais se destacou o papel de Eulógio de Córdoba em razão de Ambrósio de Morales. De tal forma, procuraremos lançar olhares sobre os impactos e recuperações de uma narrativa da Alta Idade Média para a formação de uma narrativa sobre o protótipo do que futuramente daria forma a um estado espanhol. Se os escritos de Eulógio de Córdoba não geraram seu pretendido impacto na Córdoba do século IX e em meio a cristandade, sua narrativa certamente influenciou os novos horizontes do que futuramente seria uma Espanha centralizada sob o poder de Castela."

Palavras-chave: FRONTEIRA ENTRE O MUNDO CATÓLICO E MUÇULMANO NA PENÍNSULA IBÉRICA

ST05 - O Oriente Médio: Tempo, História E Territorialidade

Alaor Souza Oliveira
oliveira.his@outlook.com

Guilherme Di Lorenzo Pires
guilherme740@gmail.com

Paulo Renato Silva de Andrade
paulorsdeandrade@gmail.com

O simpósio temático tem como objetivo central iniciar um espaço de discussão em torno das empreitadas investigativas, em curso ou finalizadas na História ou em diálogo com o conhecimento histórico, que tomam o Oriente Médio como objeto ou recorte de pesquisa em suas diferentes temporalidades. Por Oriente Médio, entende-se o espaço geográfico compreendido entre o Egito e Irã, incluindo atuais Estados Nacionais de maiorias não-árabes, como Turquia, Israel e países do Golfo Pérsico. Embora a noção de Oriente Médio seja recente, datada de meados do século XX (YILMAZ, 2020), considera-se ainda, para fins deste simpósio temático, as territorialidades relacionadas às sociedades muçulmanas anteriores à emergência dos Estados Nacionais, notadamente no espaço mediterrânico. O estudo do Oriente Médio apresenta-se como um campo investigativo relativamente recente para a historiografia e para as ciências humanas e sociais no Brasil. Apesar disso, as sociedades meso-orientais têm sido tomadas como um desafio epistemológico nesta margem, sobretudo por meio de representações de comunidades árabes e sociais que evidenciam a diferença cultural, mais que as zonas de contato. Neste diapasão, emergem questões que perpassam uma verdadeira miríade de interesses de pesquisa: das relações internacionais às formações intra-estatais; das relações de gênero às relações etnico-raciais; dos chamados fundamentalismos religiosos às interações entre comunidades confessionais, e mais além. Assim, tempo, memórias e reminiscências entrecruzam-se em histórias diversas, que têm instigado a emergência do campo de pesquisas, bem como de discussões em diversos meios de debates nas últimas duas décadas, em especial. Portanto, a proposta de simpósio temático justifica-se ainda pela oferta de um espaço de debate sobre o Oriente Médio àqueles que se interessam pelas temáticas a ele relacionadas, evidenciando o olhar brasileiro que motiva e engaja empreendimentos sobre aquela região. Serão contempladas pesquisas de cunho empírico, teórico-metodológico e/ou de outras naturezas, que partam ou dialoguem intrinsecamente com a história meso-oriental, localmente ou na diáspora.

Historiografia arabo-islâmica em perspectiva global: continuidades e rupturas.

Emily Fonseca de Souza

A proposta desta comunicação é apresentar uma discussão sobre a história das sociedades arabo-islâmicas do período clássico numa perspectiva global, isto é, a partir de uma moldura epistemológica que considere a história das sociedades islâmicas dentro de um quadro mais amplo e interrelacionado à história de outras sociedades sincrônicas. Nessa perspectiva, apresentar algumas marcas e aspectos do nascimento da historiografia arabo-islâmica, que se desenvolveu num ambiente de entrelaçamento de culturas e de disciplinas já bem estabelecida, incluso a história, além de apresentar algumas continuidades e rupturas em relação às realidades político sociais que cercava essa sociedade emergente.

Palavras-chave: HISTORIOGRAFIA ÁRABE, ISLÃ MEDIEVAL, ORIENTALISMO.

Ighfir-li: Uma análise do léxico devocional pré e proto-islâmico a partir de fontes epigráficas árabes (séc. IV-VIII)

Paulo Renato Silva de Andrade

O “hábito epigráfico” foi um elemento presente nas comunidades tardo antigas do oriente próximo. Seus vestígios representam fontes extremamente ricas para o estudo dessas populações – suas ideias, medos, anseios e sensações – para muito além dos limites dos documentos institucionais e o daquilo que crônicas têm a oferecer. Apesar da relativa brevidade, fontes epigráficas, em especial os grafitti, tem sido cada vez mais explorados na tentativa de perfurar o silêncio documental característico dos períodos imediatamente anterior e posterior à emergência do Islã (i.e. sec. IV ao VIII), sobretudo devido ao salto na coleta e processamento destes nos últimos 15 anos. Com base nestas fontes, propomos aqui uma análise comparativa do léxico e conceitos devocionais presentes em grafitti dos períodos pré e proto-islâmicos, com foco especial naquelas inscrições que classificamos como suplicantes e apotropaicas.

Palavras-chaves: ISLÃ, ANTIGUIDADE TARDIA, PENÍNSULA ARÁBICA.

O legado das monarquias constitucionais do Oriente Médio do início do século XX.

Guilherme Di Lorenzo Pires

O início do século XX foi um período de grande importância para a formação do sistema de Estados Nacionais no Oriente Médio. O período foi marcado por grandes conflitos e destruição, mas também por uma efervescência social, cultural e política promovida pela entrada de novos atores no espaço político. É possível observar essas tendências no Império Otomano, com a Revolução dos Jovens Turcos em 1908, no Irã, com a Revolução Constitucional em 1906, e na Síria, com a experiência constitucional em 1920. Estes três casos representam o estabelecimento de Monarquias Constitucionais em países independentes, constituindo momentos fundacionais dos respectivos países. O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparado entre a experiência constitucional do Império Otomano, do Império Qajar e do breve Reino Árabe da Síria buscando avaliar a relação entre as elites políticas, o establishment religioso e os movimentos sociais. Apesar de diferenças significativas entre os casos, é importante salientar como esses breves períodos constitucionais foram momentos de efervescência intelectual e política que fomentaram novos olhares sobre o futuro. O estudo desse período demonstra que o futuro ainda estava em aberto, contradizendo as narrativas fatalistas sobre a trajetória histórica das instituições nos países do Oriente Médio. O presente trabalho busca contribuir com os debates históricos acerca da fraqueza do Estado de Direito no Oriente Médio. O trabalho se alinha aos estudos de Elizabeth Thompson sobre o período dos Mandatos e desafia as narrativas coloniais ainda predominantes que culpam a cultura local pelas ditaduras, a violência política e a opressão de minorias no Oriente Médio contemporâneo, demonstrando como a atuação das potências europeias afetaram profundamente o desenvolvimento de um projeto político de tolerância e igualdade com respaldo popular e de atores religiosos na Síria, na Turquia e no Irã.

Palavras-chave: IMPÉRIO OTOMANO, IMPÉRIO QAJAR, MANDATO FRANCES NA SIRIA.

“Pela defesa dos interesses otomanos”: as Guerras dos Bálcãs (1912-1913) e o Império Otomano às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Alaor Souza Oliveira

No período otomano tardio, a bem documentada imprensa francófona, desempenhou um papel relevante de conectar o Império Otomano aos mercados europeus, assim como contribuiu para conformar um ethos ocidentalizado em setores da elite otomana (BARUH: 2017; ATE?: 2015). Para o Estado imperial, a imprensa alófona, atualmente mais acessível mediante os processos de digitalização e de disponibilização de seus períodos, se tornou uma preocupação estratégica para a administração da autoimagem do império em um contexto internacional progressivamente desafiador (DER?NG?L: 1999; UÇAN, 2019); ao passo que, para grupos políticos no exílio, a imprensa oferecia um meio pelo qual ideias e debates poderiam ser estabelecidos com a opinião pública europeia em torno de seus projetos políticos, evidenciando a confiança no poder transformador que a imprensa e a palavra escrita poderiam produzir sobre a sociedade civil (KAYNAR: 2013), ali estavam os Jovens Turcos no último quartel do século 19 e também o periódico *Mechveret*, editado em Paris. Este estudo busca a compressão dos debates sustentados pela imprensa francófona jovem turca remanescente em Paris após a Revolução de 1908, vislumbrados na análise do jornal *La Jeune Turquie*, publicado na capital francesa entre 1910 e 1914, como órgão de defesa dos interesses gerais do Império Otomano. A pesquisa discute especialmente as tensões e as contradições enfrentadas pelo grupo envolvido em seu projeto editorial (composto principalmente por representantes de minorias religiosas e étnicas do império), em face dos desafios domésticos e regionais no Império Otomano e suas consequências para a projeção de uma autoimagem no império no exterior. Nesse sentido, as Guerras dos Bálcãs (1911-1913) oferecem uma conjuntura crítica de análise dessas desavenças, pessoais e políticas, que permearam a tarefa de defender os interesses gerais do Império Otomano frente aos desdobramentos dos conflitos externos, mas também das políticas empreendidas pelo Comitê de União e Progresso em Constantinopla. A discussão parte da significativa recorrência da ideia do otomanismo nas fontes, em favor do debate sobre a aparente resistência em se abandonar o projeto de uma nação otomana plural e secular do século 19, mesmo em face das brutais transformações demográficas do império naquele momento.

Palavras-chave: IMPÉRIO OTOMANO, GUERRA DOS BÁLCÃS, IMPRENSA FRANCO-OTOMANA

ST06 - Arte, História e Memória: usos e desusos do passado a partir das imagens

Carlos Rogerio Lima Junior
crslimajr@gmail.com

Francislei Lima da Silva
francislei.lima@gmail.com

Andreia de Freitas Rodrigues
cfrod2016@gmail.com

Qual passado rememorar nas efemérides de 2022? De que maneira a produção artística contemporânea pode tensionar, visualmente, a pretensa narrativa "única" sobre a nação? Ao longo dos 200 anos de independência política, como o Brasil foi imaginado em diferentes temporalidades e territorialidades? Pensar no processo de monumentalização dos marcos referenciais para a memória cidadina, não somente dos grandes centros, mas também de pequenas comunidades espalhadas pelo interior de Minas Gerais e demais estados do Brasil se torna fundamental mediante tais questionamentos. Portanto, buscamos compreender, por meio da discussão proposta para o nosso Simpósio Temático, quais valores vêm sendo associados à prática de elevação de marcos de pedra e bronze para a comemoração de datas e eventos considerados oficiais, celebrando determinados heróis, em sua grande maioria homens brancos. É possível fabricarmos contra monumentos e contra visualidades, aproximando-nos dos espaços que consagram a memória do passado com uma postura crítica? Os acervos documentais nos ajudam nesse mapeamento das práticas culturais realizadas em atos cívico-religiosos, tal como os desfiles para a celebração do dia 7 de setembro. Contudo, não pretendemos circunscrever nosso debate somente aos eventos relacionados à 1822 e seu bicentenário, mas também, àqueles que podem vir a formar constelação para compreendermos de que maneira os festejos e suas arquiteturas, cortejos e insígnias cristalizam o imaginário do poder sobre o passado nacional. Nesse sentido, as imagens se tornam fundamentais para o estudo da história, tendo em vista que elas ampliam o nosso mapa afetivo, assim como nos provocou o samba enredo da Mangueira, no carnaval de 2019: "índios, negros e pobres" também tem direito de contar sua versão sobre o passado, trazendo aos nossos olhos novos tons e nuances sobre o avesso da história. Queremos provocá-los para um exercício de tensionamento das imagens consagradas nas

telas dos museus como modelo para os eventos que não pudemos testemunhar; obras que serão revistadas em exaustão em 2022, tais como aquelas de Pedro Américo e François-René Moreau que comportam silenciamentos, escolhas, impasses próprios de seu tempo de produção - reminiscências de um passado que ainda vigora.

As paisagens do “Álbum de Guignard”: desenhando a identidade nacional (1942-1943)

Giovana Benedita Cardoso Spinhardi

O objeto de nossa pesquisa é o artista Alberto da Veiga Guignard. Entre o anos de 1942 e 1943, Guignard foi um dos colaboradores do suplemento literário “Autores e livros”, veiculado no periódico carioca A Manhã, onde possuía uma seção de desenhos de paisagens denominada “Álbum de Guignard”. Considerando o suplemento literário como um locus privilegiado para a análise do movimento das ideias e da fermentação intelectual, o tema de nossa investigação se concentra no delineamento das vias pelas quais as paisagens do “Álbum de Guignard” se relacionam com o pensamento dos intelectuais envolvidos com o movimento modernista, bem como com o projeto político de certos agentes do Estado e instituições, no sentido da construção de uma identidade nacional. Os recortes espacial e temporal focalizam, respectivamente, o Rio de Janeiro e os anos de 1942-1943. Como Guignard cria a sua forma particular de produzir paisagens a partir de sua trajetória e redes de sociabilidade? Sob quais aspectos as suas paisagens teriam colaborado para a construção de uma identidade nacional? Estas foram algumas das questões que pautaram a nossa investigação. O objetivo de nosso estudo é mostrar como o valor cognitivo dos objetos da cultura visual, no caso, as paisagens realizadas por Guignard, colaborou para a construção de uma identidade e de uma memória nacionais. A relevância do nosso estudo é a de contribuir com uma parcela de conhecimentos na área da história cultural acerca do papel desempenhado pelas artes figurativas na formação da identidade cultural da nação e na construção simbólica do território brasileiro. O corpus documental da pesquisa é composto por fontes escritas e iconográficas (paisagens a bico de pena compostas pelo artista), veiculadas no periódico A Manhã. O referencial teórico-metodológico acionado articula procedimentos da história dos intelectuais e da história intelectual (postulados por Sirinelli e Dosse, respectivamente) e da história da arte. Assim, investigamos a trajetória e o espaço de sociabilidade do artista, dentro do periódico A Manhã, e aplicamos as categorias de análise formal e iconográfica/iconológica, segundo pressupostos de Aby Warburg, Erwin Panofsky e Fayga Ostrower, dentre outros, para procedermos à leitura das imagens.

Palavras-chave: ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD, PAISAGEM, DESENHO, IDENTIDADE NACIONAL, HISTÓRIA DA ARTE

Mulheres Artistas: Pintoras e Escultoras da Primeira República no acervo do Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora –M.G.)

Valéria Mendes Fasolato

A presente comunicação pretende apresentar à comunidade acadêmica o projeto intitulado “Mulheres Artistas: Pintoras e Escultoras da Primeira República no acervo do Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora – M.G.)”. O projeto está vinculado à Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais - Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB). Hoje conta com a participação de 9 pesquisadores (podendo chegar a 12) do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Freire. Trata-se de uma investigação voltada para o patrimônio histórico brasileiro e traz luz à história das artistas mulheres do período. No ano em que se comemora o centenário da Semana de Arte Moderna, em que observamos duas artistas como protagonistas, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, trazemos à tona nomes de outras mulheres que produziram artisticamente e que, mesmo sendo contemporâneas às modernistas, têm suas histórias silenciadas. Na história da arte brasileira, pouco se sabe sobre as artistas atuantes anteriormente as consagradas modernistas. É como se, antes da Semana de Arte Moderna, não tenham existido mulheres artistas atuando no Brasil. Entre os objetivos, destacamos dois principais: mostrar a presença de obras de mulheres artistas da primeira república no acervo do Museu Mariano Procópio, nomes de pioneiras na profissão no sistema artístico brasileiro; e, popularizar, entre os estudantes da educação básica, por meio de jogos, as imagens de suas produções presentes no referido acervo. É necessário enfatizar que pesquisas das últimas décadas (SIMIONE, 2008; SILVA, 2009; SOUZA, 2013; FASOLATO, 2014 e 2020), trazem luz aos processos de formação a que as mulheres tiveram acesso e sua afirmação como artistas profissionais. Essas pesquisas contradizem os discursos do período, que tentavam colocá-las restritas ao ambiente doméstico, eram tratadas como “amadoras”, enquanto diversas pintoras e escultoras realizaram obras de importância histórica. Até o momento localizamos trabalhos de quatro artistas no acervo do Museu Mariano Procópio, três pintoras e uma escultora: Georgina de Albuquerque (1885 – 1962), Maria Pardos (186? – 1928); Haydea Santiago (1896 – 1980) e Nicolina Vaz (1866 - 1961). Soma-se um total de 48 pinturas entre óleos e aquarelas e 1 (uma) escultura. Todas as artistas participaram das Exposições Gerais de Belas Artes (EGBA) no Brasil e foram premiadas, denotando esforço na profissão e reconhecimento de seus trabalhos artísticos no sistema de arte vigente da época.

Palavras-chave: ARTE BRASILEIRA, MULHERES ARTISTAS, MUSEU MARIANO PROCÓPIO, PINTURA, ESCULTURA

Le petit mort: o gozo feminino e a morte na obra de Henrique Alvim Corrêa.

Brenda Martins de Oliveira

A representação feminina aparece na História da Arte a partir de diversas temáticas e formas, neste trabalho apresentaremos uma especial a femme fatale. Uma forma de apresentar a figura feminina que ganha força, sobretudo, entre os artistas do final do século XIX que fazem parte do movimento artístico chamado Simbolismo e decadentismo. A partir deste tema por meio das influências dos movimentos artísticos já citados vamos analisar como Henrique Alvim Corrêa representou a figura feminina por meio de um traço erótico preponderante e um elemento iconográfico em comum. Constantemente percebemos que na obra deste artista as figuras tanto femininas quanto masculinas apresentam seus corpos contorcidos formando uma espécie de arco que permite fluir sua energia vital pelas extremidades. Iconografia muito utilizada pelo artista para representar tanto o gozo feminino quanto a dor e a morte, a qual aparece relacionada, sobretudo, as figuras masculinas. A figura da femme fatale na obra do artista ganha bastante força e protagoniza diversas cenas. Este arquétipo feminino aparece como uma espécie de obsessão para o artista. As figuras exibem sua sensualidade de forma livre e autônoma, exploram o seu corpo e por meio do male gaze o artista apresenta essa figura como uma espécie de fetiche. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise iconográfica das obras de Henrique Alvim Corrêa a partir de uma relação entre o prazer, o gozo e a morte, pensando como essas temáticas se apresentam de diferentes modos para as figuras do gênero masculino e feminino, tendo em vista a relação desta temática com o movimento decadentista do fin-de-siècle.

Palavras-chave: PRAZER, MORTE, FEMININO, ARTE, ALVIM CORRÊA.

ST07 - História agrária, história da propriedade e o rural em perspectiva: temporalidades, atores e lutas (séculos XVIII-XXI)

Marina Mesquita Camisasca
marinacamisasca@yahoo.com.br

Henrique Dias Sobral Sillva
henriq_sobral@hotmail.com

Felipe de Melo Alvarenga
f.m.alvarenga@hotmail.com

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz
jeronimoadc@gmail.com

O presente simpósio propõe-se a incorporar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem problemáticas voltadas ao entendimento do mundo rural a partir da estrutura agrária brasileira. Nossa tentativa é congrega pesquisadores(as) das Ciências Humanas que tenham agendas de investigação ligadas ao tema. Com isso, a intenção é proporcionar um espaço de diálogo entre ideias que pensem a História agrária renovada, redimensionando a influência de fatores ditos externos, legais, macroeconômicos ou macropolíticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Em vista disso, serão acolhidas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, o papel da Lei de Terras (1850), comunidades tradicionais, usos de terras coletivas, costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários, formas de dominação, ações e resistências camponesas ocorridas em todo Brasil. Serão aceitos trabalhos com diferentes temporalidades do século XVIII ao XXI, independente da curta ou longa duração. Frisamos aqui o caráter plural dos direitos de propriedade, até porque não estamos interessados apenas nos proprietários de terras que possuíam títulos, mas todos aqueles atores sociais que exerciam direitos à terra e que trabalhavam nela. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas de pesquisa para a área e abordagens pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em apreciação.

Reforçar o lugar do rural como lente analítica potente na escrita da história é pensar num eixo interpretativo que, ainda hoje, gera sobreposições de direitos e carrega rastros de luta e violência.

Sendo assim, trata-se de uma temática de relevo na construção de uma história engajada, atenta às problemáticas de seu tempo, na qual o papel do (a) historiador (a) se apresenta como determinante na reflexão e ação no tempo presente. Ademais, tal debate tem potencial heurístico para realizar-se em rede, sob uma perspectiva (trans) ou interdisciplinar, em contato com o Direito, Ciências Sociais, dentre outras áreas.

Ao reunirmos pesquisadores (as) dedicados (as) aos estudos sobre o mundo rural, acreditamos que será possível revalorizar especificidades e contribuições a problemáticas clássicas e atuais dessa seara. No limite, nosso propósito é compartilhar experiências do fazer intelectual, na tentativa de superar dificuldades da pesquisa, construindo coletivamente um ambiente de interação, sem a dureza das distinções de formação, visando o exercício de colaboração acadêmica horizontal. Assim, a proposta representa uma oportunidade para compartilhar experiências dando lugar ao caráter experimental da pesquisa, possibilitando o debate, a aprendizagem e o compartilhamento de ideias, métodos e técnicas cola

Liberais e Ultramontanos no Aldeamento Do Itambacuri, Minas Gerais (1873-1888)

*Geisa Nascimento de Oliveira
Ana Cristina Pereira Lage*

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a disputa entre liberais e ultramontanos em torno do Aldeamento Nossa Senhora dos Anjos, buscando identificar nas narrativas dos freis capuchinhos e nos discursos políticos da época aspectos da dicotomia entre estes grupos pelo controle, catequese e civilização indígena em Itambacuri, na região norte de Minas Gerais, entre os anos de 1873 e 1888. A partir da necessidade de compreender como a divergência entre o pensamento liberal e a política ultramontana da Igreja Católica foram peças chaves para conhecer as políticas de colonização indígena no Brasil Império, bem como de que maneira essas ditaram a forma como esse sujeito foi assimilado à sociedade imperial. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica de autores que pesquisaram a história do referido Aldeamento, bem como acerca do Liberalismo e Ultramontanismo dentro do nosso recorte espacial e temporal. As fontes analisadas são documentos escritos pelos Freis diretores do aldeamento e falas de Senadores e Deputados da época. Esse estudo nos permitirá analisar os motivos que levaram à chegada de cada uma dessas políticas em Itambacuri e seus objetivos frente à população indígena da região, sendo assim possível identificar aspectos dessas políticas de controle, catequese e civilização indígena de cada um destes agentes da colonização empregada na região. Na documentação é possível identificar as divergências e disputas existentes em torno da criação e funcionamento do aldeamento entre os liberais, em sua maioria descendentes do político Teófilo B. Ottoni e os fazendeiros locais, em oposição aos freis capuchinhos, enviados para criar e administrar o aldeamento de Itambacuri. Estes últimos chamam os liberais e seus apoiadores de "inimigos da catequese católica", "inimigos delicadíssimos" e "inimigos acirrados", além de serem "cegos pelo ódio e pela cobiça". A pesquisa é situada no campo da História Política, nas particularidades do conceito de cultura política, o qual provoca-nos a pensar de que maneira essas correntes políticas do Estado imperial e da Igreja Católica (des)organizaram as populações indígenas e, em contrapartida, de que maneira esses povos indígenas foram se acomodando ou resistindo às imposições dos agentes da colonização.

Palavras-chave: ALDEAMENTO, LIBERALISMO, ULTRAMONTANISMO
CATEQUESE.

O “marco temporal” e seus reflexos sobre Povos Indígenas em etnogênese no Brasil

Isaiás dos Anjos Borja

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a tese do marco temporal de ocupação, um impasse jurídico e político através do qual se defende que a data de promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 define a condição e o direito de posse das terras tradicionais pelas populações indígenas no Brasil. Trata-se de uma discussão bibliográfica em torno da polêmica compreensão do artigo 231 da Constituição, considerando suas implicações sobre os direitos dos povos indígenas em etnogênese ou retomada identitária, por meio de uma abordagem histórica e antropológica que, em respeito à humanidade dos sujeitos, prima pelo resguardo do direito ancestral à terra, ressaltando a necessidade de pensar a questão indígena de forma conectada com a realidade de outros povos originários, especialmente no contexto latino-americano. Conclui-se que o marco temporal como jurisdição, além de desconsiderar o direito internacional e processos históricos que violentamente incidiram sobre diversos povos e culturas, representa e novamente institucionaliza o olhar etnocêntrico característico das relações entre indígenas e não indígenas ao longo da história do Brasil. Ao evocar ambiguidades e demandas históricas e evidenciar os retrocessos na política indigenista brasileira, a tese do marco temporal de ocupação inconstitucionalmente endossa o antigo projeto de assimilação e, no que tange aos povos em etnogênese, refuta o direito indígena à autonomia para a reorganização de suas coletividades, internacionalmente reconhecido.

Palavras-chave: POVOS INDÍGENAS; MARCO TEMPORAL; ETNOGÊNESE INDÍGENA; DIREITOS TERRITORIAIS.

Dinâmicas agrárias e trabalhistas no Vale do Paraíba Fluminense no período da “transição”.

Felipe de Melo Alvarenga

O objetivo desta comunicação é compreender a conformação do mercado de trabalho entre o final da escravidão e o imediato pós-abolição, focalizando a análise nos contratos agrários efetivados entre proprietários e os trabalhadores rurais nos municípios de Piraí, Valença e Vassouras na virada do século XIX para o século XX. Boa parte da historiografia já atentou para a questão da inserção social dos libertos no rural fluminense após a emancipação, com valiosas discussões sobre as especificidades do mundo do trabalho e suas relações estreitas em torno dos significados de cidadania e do acesso aos direitos civis e políticos. A análise das trajetórias e memórias dos ex-escravos e seus descendentes abriu um novo leque de interpretações sobre a lógica dos contratos rurais e das negociações travadas com os fazendeiros nas fazendas cafeeiras. No entanto, acreditamos que é necessária uma análise mais acurada destes acordos e negociações travados entre fazendeiros e trabalhadores no mundo rural a partir dos conflitos em torno dos direitos de propriedade destes últimos. Na leitura da documentação judicial, percebemos uma grande mutabilidade das categorias de trabalho envolvendo parceiros, meeiros, arrendatários e colonos que plantavam nas fazendas. Neste sentido, a dinâmica destas relações sociais irá ser aqui investigada a partir das contendas cotidianas encaminhadas à justiça local, nos processos de natureza cível, na tentativa de melhor compreendermos o porquê desta mudança em torno das categorias agrárias. Nossa hipótese é a de que os ex-senhores e patrões buscavam restringir a autonomia produtiva de seus contratados, cobrando-lhes a renda da terra em produto (parceria) ou em dinheiro (arrendamento). Ao fazerem isso, reformulavam cláusulas contratuais e relações sociais pretéritas para transformarem seus colonos, agregados e moradores em “trabalhadores úteis” à fazenda de café que passava por uma crise exportadora no momento considerado. Em vista disso, conflitos trabalhistas escondiam em seu bojo conflitos agrários, principalmente quando estamos falando da apropriação do trabalho produtivo destes pequenos lavradores. A análise compreenderá o período entre o ano de 1878 até a promulgação do Código Civil de 1916, que buscava regulamentar as relações laborais entre os cidadãos e as partes envolvidas nestes ajustes de trabalho.

Palavras-chave: VALE DO PARAÍBA, PÓS-ABOLIÇÃO, RELAÇÕES DE TRABALHO, DIREITOS DE PROPRIEDADE.

Memórias sobre as resistências camponesas em Minas Gerais no período de 1964 a 1985

Marina Mesquita Camisasca

A presente comunicação tem por objetivo analisar as memórias camponesas e de seus familiares sobre as resistências em conflitos de terras ocorridas em Minas Gerais no período de 1964 a 1988, analisadas a partir do viés do esquecimento e do desejo de lembrar. São memórias marcadas pelo trauma e que não estão inscritas na memória social sobre o regime militar. Ao apresentá-las nesta comunicação o intuito é trazer à tona o olhar dos camponeses sobre o passado marcado pela violência e repressão. O objetivo ao analisar entrevistas orais e testemunhos prestados por camponeses e seus familiares é menos saber sobre os eventos vivenciados por eles e mais sobre seus significados.

Palavras-chave: CAMPONESES, MEMÓRIA, MINAS GERAIS, RESISTÊNCIA.

A urgência por registros de terras da freguesia de Santiago do Iguape – BA, 1858-1865

Vinicius Bonifacio Santos Alves

A presente comunicação visa apresentar um conjunto de registros eclesiásticos de terras da freguesia de Santiago do Iguape na província da Bahia, que nos primeiros anos da segunda metade do século XIX teve um “boom” desses registros.

Santiago do Iguape, segundo o Livro de Freguesias da Bahia 1552 – 1857, que trata dos atos de criação do governo provinciano, foi uma das freguesias criadas pelos 2º e 3º Bispos D. Pedro Leitão e D. Antônio Barreiros, por volta de 1558, esse ano coincide com o desmembramento do território citado por Felisbello Freire em seu livro História Territorial do Brazil, onde diz: [...]doou todo território compreendido entre as barras do Paraguassú e Jaguaripe e 10 leguas para o sertão, em 16 de Janeiro de 1558 para D. Álvaro da Costa, armador mor de El-Rei”.A referida fonte contém o registro de 40 propriedades, que por conta do período que fora produzida se tratam de áreas de uso agrícola, principalmente a cana de açúcar, pois a região em que a freguesia está inserida, faz parte do polo açucareiro baiano desde o início da exploração dessa cultura no século XVI. O tratar problematizador dessa fonte busca observar que o período de sua produção ocorreu durante os primeiros anos de vigência da Lei de Terras de 1850 e por trazer o registro de grandes propriedades com donos ligados e muitos destes atuantes na sociedade baiana, assim como, há registros de pequenas propriedades declaradas por procuradores, pois os seus verdadeiros possuidores não sabiam ler ou escrever. Refletindo sobre esse breve relato desta fonte, questiono: qual interesse repentino para que esses registros passassem a existir? Levando em conta grandes e pequenas propriedades, com senhores instruídos ou não. Essa e outras questões me levam a propor ao EPHIS e a este simpósio temático esta comunicação, afim de compartilhar com colegxs e deste modo, fomentar novas ideias para as discussões historiográficas e suas fontes.

Palavras-chave: REGISTROS ECLESIÁSTICOS DE TERRAS, FREGUESIA DE SANTIAGO DO IGUAPE, CANA DE AÇÚCAR.

ST09 – Perspectivas e debates sobre História Moderna (XV-XVIII)

Gabriela Stehling Sarmento
gabriellassarmento@hotmail.com

Livia Bernardes Roberge
liv.roberge@gmail.com

Gabrielle Pacheco Noacco
gabriellenoacco@gmail.com

A Idade Moderna, sendo tradicionalmente compreendida entre os séculos XV e XVIII, foi um período de diversas transformações institucionais, jurídicas, culturais, filosóficas e políticas. Alguns dos fenômenos que marcaram o contexto foram a formação dos estados nacionais; as movimentações de recrudescimento da ordem e centralização política e burocrática; o absolutismo monárquico; a caça às bruxas, a Reforma Protestante; as invasões europeias e seus empreendimentos colonizadores; o tráfico transatlântico de escravizados, e a ascensão do Iluminismo, para citar apenas alguns.

Por décadas, a tendência da historiografia voltada ao período moderno foi de privilegiar análises voltadas ao continente europeu. Com a ascensão de perspectivas decoloniais e da ideia de História Global, trabalhos recentes têm se voltado a pensar as dimensões conectadas desse período, à exemplo de Geoffrey Parker. Dessa forma, o presente simpósio temático tem por objetivo proporcionar um espaço de troca a respeito de diferentes perspectivas e temáticas de História Moderna, buscando um afastamento de uma narrativa tradicionalista e eurocêntrica, e abarcando as diferentes “faces” da modernidade, em tempos e localidades distintas, dos trópicos americanos, aos continente africano e europeu.

Para tanto, pretendemos agregar pesquisas que enfatizam novos debates e interpretações das práticas políticas, religiosas e culturais, e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, abrindo espaço para uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só de questões ditas “clássicas”, como a dacentralização monárquica e da filosofia política moderna, mas também construindo debates sobre participações populares, questões de gênero, história das deficiências, história das emoções,

história dos impressos e da leitura, do radicalismo, das dissidências religiosas e das revoluções que marcaram o período, por exemplo.

Dessa forma, o Simpósio acolherá a temática das novas perspectivas sobre o fazer historiográfico centrado na Idade Moderna, buscando refletir sobre os critérios e escolhas adotados ao abordarmos esse período. Ao pensar a Modernidade sob a perspectiva global que lhe é digna, propomos aqui congregarmos trabalhos que versam em debates sobre os mais diversos recortes espaciais, temporais (do XV ao XVIII) e temáticos, de modo a construirmos um panorama que dê conta de caracterizar toda a pluralidade característica do período, promovendo o afastamento de interpretações reducionistas do mesmo.

Devoção impressa: os impressos devocionais de Thomas Berthelet e as formas de expressão emocional na Inglaterra de Henrique VIII (r.1509-1547)

Rebeca Mylena Gouveia de Lima

O presente trabalho consiste em um estudo das práticas devocionais e litúrgicas na Inglaterra moderna; mais precisamente, se trata de um estudo das formas de expressão emocional inscritas em livros devocionais e litúrgicos do período. Considerando-se o momento de início da Reforma Inglesa e seu desenvolvimento ao longo do reinado de Henrique VIII, pretende-se analisar o que os livros devocionais e litúrgicos do período prescreviam e normatizavam acerca dos padrões de devoção, oração e meditação a que os leitores ingleses eram apresentados. Em se tratando de Inglaterra moderna, a preferência geral dos estudos de história devocional se concentra sobretudo nos reinados de Elizabeth I e Jaime I, nas polêmicas entre puritanos e conformistas, e na definição do anglicanismo no século XVII. A prioridade concedida a tais períodos e temáticas dá destaque à necessidade de estudos voltados a tempos anteriores, em especial o reinado de Henrique VIII, que, embora muito estudado, ainda o é sobretudo em termos de história política e institucional. Por meio de uma análise editorial dos livros devocionais publicados sobre a imprensa de Thomas Berthelet, importante impressor londrino das décadas de 1520 e 1530, pode-se observar os diversos usos a que se dedicavam primers, meditações, salmos, sermões e demais materiais devocionais impressos, especialmente no que diz respeito às expectativas de expressão emocional neles prescritas. Assim, pode-se compreender que o papel da expressão emocional e sentimental implicado em tais materiais, por sua vez, revela a crescente importância da palavra impressa na constituição da vida devocional na Inglaterra moderna, bem como atesta a complexidade das práticas religiosas no reinado de Henrique VIII.

Palavras-chave: EMOÇÕES, INGLATERRA, IMPRESSÃO, DEVOÇÃO.

Representação monstruosa nos folhetos ingleses do século XVII: O que isso revela

Luisa Padua Zanon

A Modernidade delinea-se como um período marcado por intensas agitações políticas, sociais e econômicas - sendo o advento da prensa um elemento crucial na mobilização de ideias e crenças socioculturais. É por meio dos impressos, no caso, que a profusão de narrativas sobre monstros ganha forma e tamanha dimensão na Idade Moderna - de modo a alcançar variados públicos e repercutir em múltiplas ideias. Sendo a monstruosidade uma temática que sempre rodeou boa parte das produções e narrativas humanas desde à Antiguidade, o que se verifica, a princípio, é um novo enfoque com o qual tais criaturas vão alcançar nesse momento. Ora alocados como objetos de curiosidade, atenção e fascínio, os monstros modernos, ao contrário, passam a evocar, portanto, angústias e receios sociais - associando-se ainda ao milenarismo, às turbulências e temores religiosos. Face a esse cenário, o presente trabalho desloca o seu olhar para a Inglaterra, com o intuito de traçar quais as possíveis relações do monstruoso com o campo político-social inglês, evidenciando de que forma o monstro insurge em um cenário específico - ou melhor, "de ponta-cabeça" segundo Christopher Hill. Desse modo, abre-se espaço para se refletir em que medida o monstruoso era instrumentalizado politicamente e se atrelava à conjuntura política, religiosa e social da Ilha - sobretudo ao se considerar as particularidades desse local frente a Europa. Assim, debruçando-se sobre o século XVII e uma Inglaterra recém reformada religiosamente e que enfrentava ainda conturbações políticas e Guerras Civis, cabe pensar de que maneira a monstruosidade se alocava como um mecanismo de exteriorizar críticas e denúncias. Para tanto, valendo-se aqui de panfletos baratos ingleses incluídos na chamada "literatura de rua" - dispostos de modo online na coleção "Early English Modern Books" -, cabe versar sobre a representação que era veiculada acerca dos monstros nesses impressos efêmeros - coadunando ainda as características e a materialidade dessas fontes com o próprio locus de produção impressa no cenário inglês. Com isso, almeja-se, por fim, entender as ressonâncias desses materiais e em que medida essas narrativas monstruosas eram erigidas - entrelaçando a figura dos monstros ao contexto escatológico e as condições da Inglaterra Moderna. Nesse quadro, interpõem-se, portanto, um refletir sobre o papel do monstruoso em ambientes de crises e instabilidades, bem como a resplandecência desses nas redes de poder e conformação social.

Palavras-chave: MONSTRUOSIDADES, IMPRESSOS, MODERNIDADE INGLESA, REPRESENTAÇÃO, POLÍTICA

“Não falle nesta mesa senão verdade”: misoginia e descrédito inquisitorial nos relatos da Primeira Visitação (1591-1595)

Izanne Carvalho Barbosa

O Tribunal do Santo Ofício português atuava em favor dos depoimentos de todos os indivíduos, visto que estes alimentavam a complexa engrenagem que o fazia operar, sobretudo em se tratando das diligências realizadas, como as visitas. Estas foram um dos mecanismos utilizados pela Inquisição para alcançar os seus domínios no ultramar, muito por conta da ausência de um tribunal estabelecido (exceto em Goa). No caso da primeira visita à América portuguesa, instalada na Bahia (1591-1593) e em Pernambuco (1591-1595), o tribunal de Lisboa foi o responsável por esse empreendimento que devastou as consciências da população local. No campo das denúncias e confissões, as autoridades receberam uma variedade de relatos de quem quer que se dispusesse a proferi-los diante da mesa inquisitorial. Isto, no entanto, não impediu que os próprios agentes tenham manifestado desconfiças em relação a determinadas testemunhas ou confessantes, que secularmente já eram vítimas de descréditos e hostilidades advindas de uma política agressiva já evidenciada nas próprias manobras discursivas da época. Seguindo essas considerações, esta apresentação pretende identificar e analisar a partir dos delitos femininos de caráter sexuais na colônia, de que maneira os depoimentos realizados pelas mulheres (confissões ou denúncias) foram recebidos no contexto da primeira visita inquisitorial realizada nas Capitanias do Nordeste. Além de avaliar sob quais argumentos a veracidade desses relatos era posta à prova, a proposta também visa pensar de que maneira as violências de gênero operavam a partir de uma política de silenciamento discursivo, que atingiam, sobretudo as mulheres no contexto inquisitorial.

Palavras-chave: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS, DESCRÉDITO FEMININO, PRIMEIRA VISITAÇÃO.

A arte de partejar no Portugal moderno: permanências e rupturas (século XVIII)

Ana Luiza Mendes Verissimo

O século XVIII, em Portugal, marcou o arranque de profundas mudanças no saber médico oficial, com o avanço da cientifização, refletidas em reformas no ensino e políticas públicas voltadas para a saúde coletiva. No que tange à assistência ao corpo feminino, a maternidade experimentou diferentes mudanças; o campo foi paulatinamente cientificado com o impacto dos avanços produzidos pela ciência médica, dando a luz a obstetrícia e a figura do cirurgião parteiro ao mesmo tempo em que o mesmo coexistia com o trabalho de parteiras e matronas que possuíam seu ofício assentado em séculos de experiências advindas, muita das vezes, de suas avós, mães e outras mulheres que lhes eram próximas. Partindo desse momento de trânsito de ideias e saberes acerca de um ofício (o partejo) a presente comunicação analisa, a partir de quatro compêndios escritos em Portugal, os únicos dedicados exclusivamente ao assunto até aquele período; de que forma a maternidade passa a ter um novo olhar no campo médico científico do reino, voltando-se para os cuidados com o corpo feminino, o estudo anatômico do mesmo bem como prescrições a serem cumpridas pelas mulheres pejudadas para a formação de uma boa descendência. Ao estudarmos tais obras entendemos as mesmas como parte de uma extensa rede de trocas de conhecimentos, mercadorias, impressos, mezinhas, elementos curativos e valores morais que ajudaram a compor as práticas médico-científicas do reino lusitano; marcando uma cultura lusa que ao mesmo tempo em que possuía características comuns encontradas nas partes mais longínquas do império, possuía também suas especificidades no modo de curar, e partejar, em cada região.

Palavras-chave: PARTEJO, SABER MÉDICO, SÉCULO XVIII.

O universo popular festivo e seus desdobramentos de violência

Maria Clara Gomes Braga

A pesquisa procura investigar a relação entre festas religiosas e seus desdobramentos como motins ou revoltas, nos reinos de Portugal e Espanha entre os séculos XVI-XVIII. Baseando-se nos estudos historiográficos do tema, pretende-se examinar – problematizando o relato acerca das revoltas – a narrativa destes acontecimentos festivos, seus desdobramentos de violência, o papel das multidões e as práticas culturais e ritualísticas, assim como as tradições políticas, religiosas e morais que incitavam formas de reação coletiva articuladas ao calendário litúrgico.

Nossa discussão visa aprofundar o confronto teórico entre a cultura popular e a cultura erudita, considerando a existência do jogo ou circularidade cultural que se apresenta nos estudos de Bakhtin (2013) e Carlo Ginzburg (1976). Além disso, o estudo irá discutir as mentalidades populares portuguesas e espanholas, tendo como base o estudo feito pelo historiador francês Yves-Marie Bercé (1976). Pretende-se também averiguar a crítica ou as maneiras de subversão encontradas na cultura popular, que, no riso, na galhofa, ou nas expressões da brincadeira, conduziam à “sátira político-religiosa” e à “zomba dos antigos valores dominantes, utilizando as formas populares tanto quanto as cultas” (MINOIS, 2003, p. 273, 277).

No reino da Espanha encontramos três motins desencadeados durante o período festivo litúrgico, sendo eles a Rebelião das Alpujarras (1568-1571), esta teve início na véspera do natal. Revolta da Catalunha (1640) que começou em 7 de junho, data do Corpus Christi e o Motim contra Esquilache (1766), desencadeado no Domingo de Ramos em Madrid. Além dos motins, foram analisados dois casos de charivari, as cencerradas, o primeiro em Sangüesa (1595), na noite de natal e o segundo em Cascante (1599), durante o período festivo do Carnaval. No reino de Portugal, analisamos o motim lisboeta do domingo de Pentecostes, no ano de 1504, o Massacre dos judeus (1506) que se desenvolveu durante a semana santa e a Revolta do Porto (1757) na quarta-feira de cinzas.

Palavras-chave: FESTA, MOTIM, IDADE MODERNA.

Do direito comum ao Estado Nacional: o skimmington e shivaree nas relações sociopolíticas

Laura Marostegan Bego

A história cultural das colônias americanas, de uma forma geral, é sempre vista comparativamente com a história do colonizador. A visão eurocêntrica e pouco fragmentada sobre as características locais de cada território os torna, de certa forma, homogêneos perante um recorte temporal que ocupa grande parte dos séculos que se dão entre a chegada dos europeus na América, até as independências. Nos Estados Unidos da América as primeiras e mais conhecidas tradições culturais se ligam aos protestantes que buscavam uma nova vida no novo mundo, vindos principalmente da Inglaterra e da Holanda. As ligações feitas com os costumes britânicos podem remeter a uma macro história repetitiva e maçante acerca da relação metrópole-colônia. É com o pensamento de entender, a partir então de uma escala peculiar de observação, o funcionamento do Estado, especificamente o estadunidense (EUA), entre os séculos XVIII e XIX, que estudar pequenos motins e movimentos populares se torna importante na perspectiva historiográfica. Então, com esse olhar, de uma perspectiva local, dos braços que se regem por si só a partir da cabeça de Leviatã, começa-se a entender o funcionamento do direito comum e da ética moral implantada pelos círculos sociais. Das várias maneiras de manter a moral e a ordem, instalou-sena Europa rituais de zombaria e maldizer para todos os tipos de quebras contratuais da ética social estabelecida desde o século XVI. Os rituais denominados skimmingtons e shivarees - nos Estados Unidos da América - mostram que as tradições atravessaram o oceano Atlântico, como contam os estereótipos eurocêntricos da macro-história, e fizeram novos caminhos na América. Mesmo que esses linchamentos não se mantiveram vivos da mesma maneira até a conjuntura contemporânea, muitos de seus estilhaços ainda ressaltam na sociedade. É importante pensar, por exemplo, como as mulheres eram retratadas naquela sociedade que ameaçava e zombava abertamente; não apenas das mulheres, mas também colocar em prática uma análise profunda acerca de uma sociedade que já era pautada em preconceitos e valores conservadores, baseada em uma política racista e escravista. Estudar sobre as práticas sociais das camadas de base da pirâmide dos Estados Unidos mostra relações ainda mais acentuadas entre o Estado e seu povo, assim como, o processo de evolução do direito comum, contrato social e bem estar social.

Palavras-chave: SKIMMINGTON, SHIVAREE, ESTADO.

ST10 – Poderes, instituições e sujeitos do mundo português medieval e moderno (séculos XIV-XIX)

Lucas Lixa Victor Neves
lucasvitta96@gmail.com

Beatriz Sales Dias
tiz.sales@gmail.com

Luis Henrique Souza dos Santos
luissantoshenrique@yahoo.com.br

Gabriela de Andrade Ferreira
gabrielaferreira.historia.ufjf@gmail.com

Pamela Campos Ferreira
pamelacamposf@hotmail.com

Durante as últimas décadas, a historiografia tem procurado entender o Império português moderno conectando todas as suas partes. Ásia, África e América deixaram de ser entendidas como meros apêndices de Portugal, passando a ser vistas como elementos de um todo. Nesse sentido, a análise do Antigo Regime português passou por grandes transformações, e a ideia da existência de um poder “centralizado” e “absoluto” foi substituída por uma abordagem que enfatizava as redes de poder existentes na monarquia portuguesa do Antigo Regime.

No que tange as organizações dos espaços desta sociedade, destacamos o quanto decidir em conjunto foi uma parte importante da cultura política portuguesa durante a Época Medieval e, especialmente, ao longo da Época Moderna. O caráter polissinodal da monarquia portuguesa caracterizava-se pela “governança” que passava pelos tribunais, juntas, conselhos, cortes e demais órgãos deliberativos que possuíam a função de auxiliar o monarca no exercício do poder. As cortes eram a assembleia representativa mais importante da monarquia lusa; as câmaras municipais, por sua vez, o palco das elites citadinas que exerciam grande influência em seus respectivos núcleos urbanos. Assim, com a exceção das cortes, as juntas, câmaras, os conselhos e órgãos deliberativos exerciam funções políticas de relevo nas conquistas lusitanas na América, África e Ásia. Através dos estudos das relações estabelecidas entre os sujeitos mediante tais instituições normatizadoras, é possível perceber processos de

formação de redes clientelares, elites econômicas e políticas, bem como a formação da dinâmica de hierarquização social.

Pensando nisso, serão bem-vindos neste Simpósio Temático trabalhos que abordem o período tardo-medieval e moderno português, centrando a análise das circulações dos sujeitos, cargos e ofícios, instituições, órgãos deliberativos, redes clientelares, comunicações políticas, o exercício das justiças, e nas práticas sociais de um modo mais geral. Especialmente, trabalhos que tratem da atuação das instâncias de decisão e deliberação mencionadas em toda a extensão territorial da monarquia lusa ao longo das Épocas Medieval e Moderna.

Ainda, para além do contexto setecentista colonial, entendemos ser crucial ampliarmos nossas perspectivas à introdução dos anos iniciais do século XIX. As reformas pombalinas, bem como o “enraizamento” de um novo paradigma político social, calcado na racionalidade das instituições, perpassam a sociedade luso-brasileira em finais do século XVIII. Nesse sentido, é importante verificarmos os “impactos” da vinda da corte bragantina, entendendo as variadas implicações que tal instalação trouxe. Por isso, também receberemos trabalhos que abarquem a “aurora” oitocentista, isto é, que levem em conta o panorama de transição do contexto de Antigo Regime para uma nova dinâmica, segundo a qual houve uma inversão dos centros de poder – não mais Lisboa, mas sim o Rio de Janeiro.

“Meu corpo é meu ganha-pão”: sobre prostituição, trabalho e marginalização no Medieval Português

Flavia Vianna do Nascimento

A noção de trabalho infame parte da existência de ocupações mal vistas pela sociedade medieval. Tintureiros, açougueiros, carrascos, artistas e soldados são algumas das categorias cujo exercício não era bem aceito por alguns setores sociais no medieval. Contudo, não significa que sujeitos praticantes dessas atividades estejam completamente excluídos do tecido social. Não era diferente com as mulheres que exerciam a prostituição. Vista como pecado pela Igreja, julgada e tolerada pela sociedade, a atividade, mesmo assim, ocorria dentro das cidades. Dialogando com os estudos contemporâneos sobre prostituição - que entendem a trabalhadora do sexo como trabalhadora precarizada - e também com a ideia de marginal, relativa ao período medieval, o presente trabalho pretende apresentar as relações entre prostituição, marginalização e leis sobre o trabalho. O ponto de partida para a análise são algumas leis sobre o meretrício contidas no Livro de Leis e Posturas, publicado durante o século XIV.

Palavras-chave: MARGINAIS, PROSTITUIÇÃO, LEIS

As Cortes de 1641 e a questão da sucessão ao trono português

Lucas Lixa Victor Neves

As Cortes portuguesas foram a assembleia representativa mais importante do Portugal da Época Moderna. Segundo Pedro Cardim, a referida assembleia representativa possuía uma vocação, calcada na tradição, de tratar questões relativas à fiscalidade. Além disso, as Cortes conformavam importantíssimo palco de negociação entre a Coroa e os Estados – representantes de direito dos Povos, Nobreza e Eclesiásticos. Como é possível notar, a assembleia representativa em questão era engrenagem de muito valor para o sistema político português moderno. O golpe de dezembro de 1640 marcou o fim do domínio de Madri sobre Lisboa e deu início à dinastia de Bragança na pessoa de d. João IV, até então duque de Bragança. Os apoiadores do golpe que fez de d. João IV rei de Portugal eram, segundo Mafalda Soares da Cunha, membros de uma parcela da nobreza portuguesa que ficou à margem do poder durante os anos de União das Coroas Ibéricas, isto é, sem acesso a cargos e mercês régias. Para Ana Paula Torres Megiani, é provável que a distância entre os portugueses e seu rei – residente em Madri – teria fomentado, entre os indivíduos que não eram enxergados pela generosidade dos Felipes, o desejo de ver Lisboa independente. Discutirei, na comunicação proposta, como os aliados de mercês régias durante a União das Coroas Ibéricas procuraram garantir, na ocasião das Cortes de 1641 – primeiras do reinado de d. João IV –, que nenhum estrangeiro voltasse a usar o cetro e a coroa de Portugal.

Palavras-chave: CORTES PORTUGUESAS, GOLPE DE 1641, UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS, D. JOÃO IV

Uma fé de ofício: reflexões sobre o capelão e a capelania militar – Minas Gerais, 1721-1808

Gyovana de Almeida Félix Machado

Busca-se analisar o desempenho do ofício de capelão na capelania militar das Minas do Ouro a partir de sua coexistência em duas esferas, a saber, a religiosa (inerente à própria gênese de sua formação) e a militar (em sua atuação nas Ordens deste cunho). Buscamos, ainda, refletir sobre a concepção atribuída ao chamado "posto espiritual", o que entendemos por uma premissa balizadora e justificativa de sua função, encontrado nas fontes primárias referentes ao século XVIII no exercício da capelania militar. O referido termo é prelúdio de um desenvolvimento mais amplo acerca das funções desse religioso que, numa sociedade de Antigo Regime, passava pelo crivo de uma hierarquia tão marcadamente mantida e/ou expressada através de redes como compadrios, apadrinhamentos, mercês, prestígios e privilégios. Em tempo, suas possíveis implicações para a manutenção dessa última lógica enquanto religioso em um ambiente bélico. No que tange ao recorte -tanto espacial quanto temporal-, gostaríamos de destacar as atividades que nos levaram a essa escolha. Primeiramente, a proibição da entrada de ordens religiosas em Minas Gerais (1711), o que -a priori- nos indica a expressão de um catolicismo específico desenvolvido nas Minas pelo clero regular e secular, o que justificava, por exemplo, a presença constante de religiosos envolvidos em conflitos com o Império lusitano. Em segundo lugar, trata-se de um período perpassado pela criação das Vilas Mineiras, o que deveras implica pensar no ofício do capelão como um dos símbolos desse governo que centralizava e descentralizava para capilarizar o seu poder. A transposição da corte portuguesa do continente europeu para a América em 1808, compôs o centro de mudanças estruturais na América Portuguesa, o que implicou, inclusive, sobre o âmbito teológico-político. Nesse sentido, preferimos não adentrar numa discussão na qual o pano de fundo sobre o ser religioso seria reorganizado em torno de outras preocupações. Lançaremos mão da documentação avulsa presente no Arquivo Histórico Ultramarino concernente a capitania de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro e Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Com isso, temos por objetivo cruzar tais fontes e desenvolver a análise com o auxílio de estudos conceituais e dos que circundam o universo do objeto aqui proposto, a saber, o ser capelão aos moldes da -militarizada-sociedade colonial.

Palavras-chave: CAPELÃO. CAPELANIA MILITAR. CAPELÃO MILITAR.

Entre o crime e a perseguição: Felisberto Caldeira Brant e o terceiro contrato dos diamantes (1749-1753)

Júlia de Cássia Silva Cassão

Esta comunicação tem por objetivo de análise o terceiro contratador dos diamantes do Distrito Diamantino, entre 1749 e 1753, Felisberto Caldeira Brant, especialmente os discursos que produziu durante os anos em que esteve preso acusado, pela Coroa portuguesa, de um crime de corrupção. Suas ilicitudes, aos olhos reais, foram várias: minerar em áreas proibidas de acordo com as condições de sua arrematação, cooptar os habitantes da região do Tejuco para os seus negócios escusos, ultrapassar o limite permitido de escravizados que deveriam trabalhar nas lavras e encabeçar uma quadrilha de contrabandistas de Minas a Lisboa. Ou seja, fraudes, descaminhos, transgressões, malversações do bem comum e prejuízos à justiça são alguns dos termos que abundam nas nossas fontes e que dão a ler o significado que a corrupção como prática social deteve neste período histórico. O teor das denúncias, a sua prisão e a sua condenação a passar o fim de seus dias na cadeia no Limoeiro, levantam, por tudo isso, questões pertinentes à historiografia da corrupção para o mundo ibérico moderno. Tentaremos com essa comunicação, portanto, desvendar como o público escândalo desencadeado por suas condutas, sua interferência no comércio internacional dos diamantes e a defraudação dos cofres da Fazenda Real concorreram para a desagregação do contrato diamantino e, especialmente, da figura do contratador, uma vez que, ao se colocarem perspectiva a atuação de outros sujeitos que incorreram em práticas também consideradas ilícitas, Brant sofreu uma punição severa. Lançaremos mão, então, das devassas e das cartas enviadas ao rei para sua defesa, nas quais Caldeira Brant tentou livrar-se das culpas recorrendo à força dos usos, dos costumes e da tradição a fim de comparar a teoria em descompasso com a prática, caracterizada Justiça portuguesa na Época Moderna. Foi na tentativa de incriminar seus oponentes, como o ex-contratador João Fernandes de Oliveira, que a personagem ressignificou e selecionou a todo momento suas ações, optando, no limite, por apresentar-se como um sujeito traído pelo rei. Afinal, um estudo sobre corrupção, tema de inúmeros debates na atualidade, deve apoiar-se na documentação de natureza político-moral, precisa também debruçar-se sobre o que tiveram a dizer aqueles que levaram consigo a infâmia de serem corruptos.

Palavras-chave: CORRUPÇÃO, TRAJETÓRIA, DISCURSOS DO CÁRCERE, MINAS SETECENTISTAS.

Com a missão de “aprontar toda a gente do Serro”: Padre Oliveira Rolim e a Inconfidência Mineira no nordeste da capitania

Fabrcio Luiz Pereira

Em maio de 1789, iniciaram-se as prisões e investigaões do projeto de sedição conhecido como Inconfidncia Mineira. Na comarca do Serro do Frio refugiava-se Jos da Silva e Oliveira Rolim, que havia sido banido do local em virtude do seu envolvimento com o contrabando de diamantes. Padre Rolim passou meses foragido, enquanto outros envolvidos no crime de lesa-majestade prestavam depoimentos em Vila Rica e no Rio de Janeiro. Isso s3 foi possvel por causa das articulaões do cl3rigo na comarca mais ao norte da Capitania de Minas Gerais com seus irm3os e uma extensa rede de sociabilidade, que incluía nomes importantes da Intendncia Diamantina, que o protegera o quanto foi possvel das devassas abertas. O presente trabalho analisa tais relaões verificadas atravs dos Autos de Devassa da Inconfidncia Mineira (ADIM). O objetivo, alm de compreender as redes de parentesco e sociais de Pe. Rolim, 3 verificar a cultura jur3dica do per3odo por meio do seu depoimento e de outros envolvidos no levante. Para tal, optou-se em explorar/consultar uma literatura que conversasse com a Hist3ria do Direito, sobretudo no que se refere aos crimes de lesa-majestade.

Palavras-chave: INCONFIDNCIA MINEIRA, PADRE OLIVEIRA ROLIM, CULTURA JUR3DICA, LESA-MAJESTADE, REDES DE SOCIABILIDADE.

Os Cabildantes Indígenas na Historiografia Missioneira

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

O presente artigo tem como proposta apresentar as figuras dos cabildantes indígenas na história da historiografia jesuítica missioneira, bem como a representação de poder junto as reduções jesuíticas dos trinta povos, cujos territórios abrangiam parte do Rio Grande do Sul/ Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. As reduções jesuíticas pertenciam à coroa espanhola, e estavam sob os cuidados da Companhia de Jesus, sendo assim para um melhor funcionamento estrutural, foi implementado nas reduções, o sistema político espanhol, chamado cabildo, estes cabildos eram regidos principalmente pelos líderes indígenas como os caciques que já possuíam uma liderança atribuída de forma ancestral a eles. Tendo isso em vista, este tema consolidou-se através das pesquisas bibliográficas, tendo como base a metodologia qualitativa proporcionando uma interpretação aprofundada da pesquisa realizada. Entendendo que os caciques possuíam um papel fundamental no funcionamento das estruturas políticas espanholas implementadas nas reduções, formando um sistema híbrido que proporcionou as reduções jesuíticas, uma nova forma de governança local.

Palavras-chave: HISTORIOGRAFIA, POLÍTICA, CABILDO, CACIQUE

O matemático, tratado e o observatório: Cândido Baptista de Oliveira e o projeto do primeiro observatório astronômico de porte nacional no Brasil (1824-1828)

Millena Souza Farias

Em 1828 o matemático Cândido Baptista de Oliveira autorizou a publicação da "Memoria sobre o estabelecimento de Observatório no Rio de Janeiro por Candido Baptista de Oliveira, Lente da Imperial Academia Militar, e Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros". O documento, publicado em no jornal 'Diário Fluminense' pode ser considerado o primeiro projeto para a fundação e construção de um observatório astronômico de porte nacional na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do recém-independente Império do Brasil. O objetivo deste trabalho é discutir este projeto, tendo em vista os processos de circulação e apropriação de conhecimento científico. Com base em discussões sob perspectivas pós-coloniais, argumentamos que Oliveira, apropriou-se de elementos das tradições científicas de pesquisa e ensino de astronomia em instituições europeias, como forma elaborar um projeto adaptado às contingências do jovem estado monárquico brasileiro.

Palavra-chave: OBSERVATÓRIO, BRASIL IMPÉRIO, PRIMEIRO REINADO, HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS.

ST11 – História E Cinema: Diálogos E Disputas Pela Memória

Hellen Silvia Marques Gonçalves
hsmgoncalves23@gmail.com

Luiz Araújo Ramos Neto
luizaraujoramosneto@gmail.com

Desde o seu surgimento, o Cinema transformou de maneira definitiva as concepções sociais pré-existentes acerca do real, trouxe à tona novas representações, modificou as relações do público com a ficção e impôs novas percepções sobre a temporalidade. As distintas propostas estético-ideológicas também inserem o Cinema em um diálogo multidisciplinar estritamente aberto com as ciências humanas e com as demais formas de manifestação artística. Diante das diversas possibilidades de investigação, é necessário destacar que o Cinema participa ativamente dos debates culturais e políticos desde o início do século XX e a sua atuação pode ser considerada catalisadora para sustentar ou contradizer o discurso dito dominante, evidenciando o seu poder de significação e ressignificação dentro de um contexto sociocultural específico. Desta forma, este simpósio temático tem como objetivo discutir o lugar ocupado pelo Cinema dentro de pesquisas realizadas por professores e pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento e níveis de ensino, que abordam as relações deste com os âmbitos da História e da memória a partir de suas múltiplas práticas sociais. As discussões abarcarão um olhar reflexivo em suas inúmeras perspectivas, partindo do estatuto do Cinema como documento de investigação historiográfica, do seu papel desempenhado no processo de construção de uma memória histórica, de questões relativas à produção de uma historiografia a respeito da Sétima Arte, reflexões acerca das diversas formas de representação do passado, dos movimentos estéticos-ideológicos e abarcando discussões referentes ao âmbito do fazer cinematográfico (pré-produção, produção e pós-produção). Para se pensar o filme na História, como produto principal do Cinema, independente do gênero cinematográfico, e visualizá-lo como obra de arte autônoma faz-se necessária uma análise que se liberte do caráter de ilustração, atingindo assim as implicações mútuas entre imagem e som, a partir de uma metodologia que valorize as interfaces com outras áreas do conhecimento e evite as armadilhas produzidas por saberes históricos pré-definidos, desta forma, serão centrais para este eixo, trabalhos que façam uso do caráter multidisciplinar.

A memória nacionalista nas lentes de João Carriço: uma biografia do “amigo do povo”

Renata Venise Vargas Pereira

O trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa de doutorado que visa biografar a produção de João Gonçalves Carriço (1886/1959), diretor e exibidor cinematográfico, fotógrafo, cenógrafo e pintor. O juizforano era dono do Cine Popular e da produtora Carriço Film. De 1930 a 1950, produziu cinejornais e os 236 materiais restantes estão na Cinemateca de São Paulo. Até o momento, a pesquisa analisou metade do volume. O acervo inclui 3.000 fotos armazenadas no Museu Mariano Procópio, com levantamento concluído. É impossível dissociar sua produção ao cotidiano de Juiz de Fora. São dele as principais imagens da cidade na primeira metade do século XX, materiais que compõem a memória de um tempo. O cinema era objeto de interesses econômicos e políticos – no período, o país adotava um projeto de nação, elaborando conceitos que conferiram ao território uma identidade nacional. O projeto político precisava de adesão e Juiz de Fora estava inserida neste ambiente de modernização e industrialização. O cinejornalista capturou o desenvolvimento por meio de suas lentes. O acervo é representativo e de projeção nacional: a produção exibida nos cinemas brasileiros levou o protótipo de uma cidade em crescimento para as telas cujas imagens revelam elementos do projeto nacionalista. Carriço se intitulava “amigo do povo”. Filmava conteúdos políticos, festas populares como o carnaval, eventos esportivos, religiosos, desfiles militares e cívicos, trazendo aspectos populares como elemento de suas imagens. A conexão com o povo era grande: ele montava presépios de visitação gratuita, carros alegóricos no carnaval e fazia adereços para a festa. Como cineasta, produziu cinejornais e os projetava em seu cinema popular com entradas democráticas ou gratuitas, distribuindo balas e bombons para crianças. O trabalho o analisa como um intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016). Afinal, produzia conhecimento e comunicava ideias vinculadas a um cenário político-social, sendo um ator estratégico, representando um ponto de vista e articulando representações ao público. Rever sua obra traz à tona a preocupação com nossa memória audiovisual e o que ela reflete. O filme adquiriu, de fato, estatuto de importante fonte para compreensão dos comportamentos, visão de mundo, valores, identidades e ideologias de um momento histórico. Vale reforçar que a Carriço Film ganha mais importância porque contribuiu para a descentralização dos polos cinematográficos do Rio e de São Paulo.

Palavras-chave: CINEMA, CINEJORNAIS, NACIONALISMO, MEMÓRIA, JOÃO CARRIÇO

O processo de violência simbólica da identidade negra na Belle Époque do Cinema Brasileiro

Leandro Teixeira Da Silva

O projeto surge com a proposta de fazer um estudo sobre três filmes da chamada Bela época do cinema Brasileiro, as produções fazem parte do ciclo do cinema paulista, o ciclo do cinema mineiro e do ciclo do cinema pernambucano compreendendo as primeiras décadas do século XX, entre 1920 e 1930. O objetivo é a partir de um estudo sistematizado sobre eles compreender qual a relação do que foi representado nesta filmografia e como isso interferiu na formação de uma identidade nacional daquele período. Os filmes *A filha do advogado*, *O segredo do corcunda* e *Thesouro perdido* carrega em sim traços do que era a sociedade brasileira ou talvez o que seja apesar de muitas conquistas dos grupos negros no país. Eles nos evocam a tentativa de apagamento da cultura afro-brasileira por grupos hegemônicos colocando o negro como bestial, infantilizado, uma cultura subalternizada e inferior, criando tendências negativas e racistas sobre esses indivíduos no imaginário coletivo. A importância destes filmes reside no fato de fazer parte de um período muito delicado do ponto de vista da antropologia/ Sociologia e da História uma vez que o Brasil, nos anos 20 acabará de sair de um regime escravagista, entretanto, um campo prolífico para o cinema sendo marcado por uma ótima produtividade naquele período. Nesse sentido, para que fosse passível de ser realizada, fizemos um levantamento dos filmes da época levantado, (apesar de estarem com uma imagem de pouca qualidade), realizamos um levantamento bibliográfico panorâmico e outro mais específico e a partir daí fomos para teorias do campo dos estudos cinematográficos sobre análise fílmica e de outro lado para a antropologia e as ciências sociais para elaborarmos reflexões a respeito do período e a relação de alteridade do Eu Branco com o Eu Negro e assim discutir as nossas análises com rigor teórico e metodológico.

Palavras-chave: ANTROPOLOGIA VISUAL, CINEMA, NEGRO NO CINEMA.

Aruanda (1960) de Linduarte Noronha: O subalterno como “o outro”

Luiz Araújo Ramos Neto

O presente trabalho tem como objetivo principal estabelecer as contribuições estabelecidas pelo pensamento da crítica e teórica indiana Gayatri Spivak na obra "Pode um subalterno falar?" para a compreensão e análise do curta-metragem Aruanda (1960) do diretor pernambucano Linduarte Noronha, empregando a análise dos estudos subalternos às temáticas, sujeitos e escolhas estéticas empregadas na película, abordando também, o lugar social dos envolvidos e o contexto histórico da produção nos âmbitos nacional e local. Desta forma, empregaremos uma análise do contexto de formulação e maturação do cinema paraibano, dando destaque ao período de construção do movimento que viria a ser conhecido como Cinema Novo e buscaremos relacionar o conteúdo da película analisada com as proposições dos estudos subalternos.

Palavras-chave: CINEMA PARAIBANO, ARUANDA, SUBALTERNOS.

A Dama Oculta e O Inimigo às Claras: Análise do filme de 1938

*Laura Gandra Laudares Fonseca
Diego Manente Bueno de Araújo*

O final da década de 1930 foi marcado por um horizonte conturbado com relação à política externa na Europa. Com a anexação da Áustria e dos Sudetos, por parte da Alemanha, o cenário apenas se agravou. As consequências das tensões pré-guerra são sentidas em toda produção cultural daquele tempo, não sendo diferente com o filme *A Dama Oculta*. A película inglesa, que o presente trabalho intenciona analisar, dirigida por Alfred Hitchcock, pode parecer, para um desavisado, apenas mais um filme de suspense. Todavia, se analisado de acordo com o contexto de seu tempo, transforma-se em um verdadeiro retrato histórico. A história se passa em algum lugar da Europa Central, no país fictício Brandika, que, ao longo da trama, ficará cada vez mais claro tratar-se de uma representação da Alemanha - inclusive tendo adotado a águia como um símbolo nacional. Em um cenário de tensão pré-guerra, pessoas de diversos países se encontram numa estalagem - quando é anunciado que uma nevasca impediria as viagens de trem. Aos poucos somos introduzidos aos personagens, o casal de amantes, os amigos alucinados por cricket, o musicólogo Gilbert, a jovem herdeira Iris Henderson e a simpática senhora Froy, que alega ter trabalhado ao longo dos últimos anos como preceptora. Ao final da noite, uma bela melodia toma conta do hotel, chamando a atenção de todos, mas com um desfecho trágico que passa despercebido pelos personagens: o músico é estrangulado. No outro dia, todos pegam o trem, que, fazendo uma pequena parada na Basiléia, ruma para a Inglaterra. Todavia, uma pancada na cabeça muda a viagem de Iris, que recebe os cuidados da senhora Froy. Após cair no sono, ainda sob o efeito do machucado, a jovem se depara com o sumiço da idosa. Pior, todos do trem julgam nunca tê-la conhecido. Apenas Gilbert está disposto a auxiliá-la nessa busca. É revelado, ao final, tratar-se de uma grande conspiração de italianos e "banduíques" para prender e assassinar a senhora, que, na realidade, era uma espiã inglesa, encarregada de levar uma mensagem (por meio da música inicial) sobre uma cláusula secreta de um acordo entre Brandika e outro país europeu às autoridades inglesas. No decorrer da história, são demonstradas características do regime nazista, como o autoritarismo, a violência e o nacionalismo, bem como a suposta imparcialidade inglesa e a ingenuidade dos pacifistas, combinação de elementos que levariam a Europa a guerra um ano depois.

Palavras-chave: SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. A DAMA OCULTA. HITCHCOCK. ALEMANHA. INGLATERRA.

A trilha do herói: narrativas históricas dos quadrinhos para o cinema

Peter Danilo de Castro Ferreira

Objetiva-se traçar um percurso histórico sobre o conceito de herói dos quadrinhos para o cinema. O herói sempre teve seu espaço garantido desde as lendas transmitidas oralmente de geração para geração, que influenciaram várias obras literárias, seja na ficção do cinema inspirada na maioria das vezes na própria literatura e também na vida real. Pode se dizer que o herói é aquele que conquista a admiração pelos seus feitos e sua coragem, e, além disso, ganha o afeto do seu povo pelo seu caráter. O verdadeiro herói deve sempre lutar para estabelecer e garantir a ordem para proteger a sua nação. Como base teórica recorre-se aos estudos de Kothe (1987), Feijó (1995), Brombert (2001), Adorno & Horkheimer (2006) e Benjamin (1989). Diante da injustiça e desigualdade social o ser humano passa por sofrimentos, e a partir daí continua a existir o desejo e a necessidade de heróis para proteger a população e combater o caos social. Neste cenário de contrastes a mídia passa a ter muita influência na formação do sujeito. Logo, ela se insere neste meio e de forma lúdica lança estereótipos de heróis que geralmente surgem da política como alguém capaz de combater as injustiças sociais, que na maioria das vezes, são consequências do capitalismo. Portanto, a mídia contribui de forma significativa para configurar o herói da modernidade.

Palavras-chave: HERÓI, QUADRINHOS, CINEMA, HISTÓRIA.

Autor, Narrador e Personagem na Autobiografia Lanterna Mágica de Ingmar Bergman

Hellen Silvia Marques Gonçalves

A filmografia do cineasta sueco Ingmar Bergman é composta por mais de cinquenta obras, realizadas tanto para o cinema quanto para a televisão; e seus argumentos perpassam pela angústia, solidão, transitoriedade do ser no tempo, relação do artista com a sociedade, divino e crítica a moral protestante. Para o diretor, a vida parece não diferir da arte, uma vez que costumeiramente em seus escritos e entrevistas, acontecimentos e pensamentos íntimos são vinculados aos temas dos seus filmes. Jordi Puigdomènech López, em *Ingmar Bergman: El Último Existencialista*, discorre que *Fanny e Alexander* (1982), ao homenagear o mundo do teatro, também recapitulou os grandes temas da filmografia, sendo repleto de memórias da infância de Bergman e podendo ser considerado como um precedente do que viria a ser *Lanterna Mágica*, autobiografia publicada em 1987. *Lanterna Mágica*, primeiro livro de memórias do cineasta, pode ser visto como um marco para a compreensão do pensamento bergmaniano, proporcionando um bom número de chaves que podem permitir a apreciação da inexistência de limites entre as vivências das personagens presentes na filmografia e a própria bagagem pessoal de Bergman. De acordo com Sergio Miceli e Jorge Myers em *Retratos Latino-americanos: A Recordação Letrada de Intelectuais e Artistas do Século XX*, um escrito de memórias como objeto em si abre o questionamento para quais as razões da seleção de algumas recordações do passado distante e outras não, os motivos pelos quais alguns acontecimentos foram suprimidos pelo esquecimento ou colocados em um lugar de extrema marginalidade dentro da narração e quais atitudes e valores do presente influenciaram a interpretação daquelas circunstâncias de um determinado passado. Nesse sentido, realizando um recorte com a autobiografia citada, estabelecendo-a como fonte primária, tem-se a intenção de analisar a estrutura narrativa do texto, dando ênfase para a relação autor/narrador/personagem, que pode ser averiguada por meio do título na capa do livro, da seção inicial do texto e de algumas características do discurso empregado. Dado a confluência entre a vida pessoal e profissional, também se faz útil destacar alguns trechos para averiguar a influência de algumas memórias da infância sobre os temas dos filmes e o diálogo com seus antecessores e seus pares.

Palavras-chave: HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA, INGMAR BERGMAN, LANTERNA MÁGICA.

Laicato Católico e Cinema na Era Vargas: apontamentos sobre o Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira

Maria Laura Tolentino Marques Gontijo Couto

Com suas representações e criações da realidade, a arte cinematográfica, logo após seu início, em fins do século XIX, ao passo que ganhava cada vez mais espectadores, foi alvo também de tentativas de controle e regulação, de parte do Estado e de grupos que o viam como possível influenciador de comportamentos e opiniões. Instrumentos de censura e classificação passaram, por seu turno, a levar a modificações nos filmes e no acesso do público ao cinema. Assim, dentre os estudos sobre esse meio e suas relações com e inserções na história, incluem-se aqueles sobre regulação cinematográfica e censura. No contexto brasileiro, um dos períodos de destaque para a pesquisa ligada ao tema, do ponto de vista jurídico, é a Era Vargas, em que a censura estatal ao cinema, antes realizada em algumas instâncias locais, foi nacionalizada, passando a operar sob uma comissão de âmbito federal em 1932. E este foi também o período em que outra iniciativa recebeu novos contornos: aquela relacionada à Igreja Católica. Nas décadas anteriores, grupos do laicato católico elaboravam e divulgavam em periódicos listas de "classificação moral" de filmes, indicando quais seriam ou não recomendáveis aos fiéis. Ações de grupos leigos ocorriam em mais países, e foram, enfim, contempladas pela Encíclica *Vigilanti Cura*, do Papa Pio XI, que, em 1936, postulou organização oficial dessas iniciativas, indicando a criação de organismos nacionais que deveriam se dedicar às classificações. Em nosso país, foi criado para tanto o Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira, em 1938. Em seus Estatutos, o Secretariado apontava que desenvolveria campanha pelo cinema "educativo, superiormente artístico e moralizador", e que procuraria até mesmo entrar em contato com as autoridades competentes para buscar mudanças legislativas. Nossa pesquisa em desenvolvimento se situa neste contexto, trabalhando as relações entre o Estado brasileiro e a Igreja - no caso, o Secretariado - quanto ao cinema. Para este trabalho em particular que aqui se propõe, o foco será em apontamentos iniciais sobre o Secretariado - sua criação e atuação - e o laicato católico, tendo como fontes selecionadas, além dos documentos mencionados, textos ligados ao tema na revista católica *Vozes de Petrópolis* (período 1933-1945) e recortes de periódicos encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira. O trabalho parte da perspectiva da história do direito, contando com aporte bibliográfico dos campos da história e do cinema.

Palavras-chave: CENSURA CINEMATOGRAFICA, ERA VARGAS, ENCÍCLICA VIGILANTI CURA, SECRETARIADO DE CINEMA DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA REVISTA VOZES DE PETRÓPOLIS.

Puxar os fios da História: Benjamin, Bloch e o Brasil (Paralelo)

Eduardo Rodrigues

Petrus Albino de Oliveira

Neste texto utilizamos algumas reflexões dos filósofos Walter Benjamin e Ernst Bloch para discutir a narrativa histórica da série documental “Brasil - A Última Cruzada”, produzida pela empresa gaúcha “Brasil Paralelo”. Para isso, demonstramos semelhanças entre a perspectiva da produtora, expressa nos episódios, e alguns dos adversários ideológicos de Bloch e Benjamin, a saber o fascismo em ascensão na Europa entreguerras e a historiografia historicista do século XIX. Ambas se construíram com forte viés nacionalista e especial ênfase na ação de heróis nacionais. Algo análogo aparece na escolha das personagens que compõem a narrativa da “Brasil Paralelo” que, em seu estilo documental busca construir uma história única e nostálgica do passado, sobretudo imperial. As teses de Benjamin que combatem uma concepção de tempo linear, vazia e nostálgica nos ajudam a evidenciar algumas das características da produção audiovisual da produtora gaúcha. Já as propostas de Bloch em seu livro *A herança de nosso tempo* nos apontam para algumas das razões do sucesso desse tipo de narrativa e a urgência de combatê-lo. Além disso, os dois pensadores nos provocam a construir histórias que desafiem narrativas lineares como a da série *Brasil - A Última Cruzada*, ao expor suas falhas, as múltiplas possibilidades que escondem e a série de promessas não cumpridas ao longo da história brasileira.

Palavras-chave: BENJAMIN, DOCUMENTÁRIO, BRASIL, HISTÓRIA.

ST12 – História e Linguagens: Biografia, Literatura e Teoria da História

Andrezza Alves Velloso
andrezza.velloso@gmail.com

Evander Ruthieri da Silva
evander.silva@unila.edu.br

Luan Lucas Araújo Morais
luanlucas7@hotmail.com

Ana Carolina de Azevedo Guedes
anaazevedoguedes@gmail.com

Mateus Roque da Silva
mateusroques@yahoo.com

Edson Silva de Lima
edson_hist@yahoo.com.br

Maycon da Silva Tannis
ms.tannis@yahoo.com

A aproximação entre História e Literatura integra um momento de expansão e ampliação dos aportes teórico-metodológicos, recursos narrativos e problemáticas de pesquisa pertinentes ao ofício do historiador. Na esteira das discussões acerca da historicidade das linguagens, e de seu papel constitutivo na experiência humana no tempo, a atenção especial recai sobre o lugar das ficções literárias na construção do mundo sociocultural e político, imbricado a uma perspectiva que abarca um universo de sujeitos históricos que integram as sendas da produção intelectual, ao exemplo das trajetórias de autores e autoras, editores, impressores, leitores. A partir de tal perspectiva, o simpósio temático intitulado “História e Linguagens: biografia, literatura e teoria da história” objetiva fomentar a interlocução entre pesquisadoras(es) das ciências humanas que se propõem a estudar as diversas relações entre História e Literatura, em concordância com as múltiplas possibilidades de reflexões teórico-metodológicas que contemplam as relações históricas entre linguagens, formas literárias e experiências temporais. Por extensão, objetiva-se ainda pensar as obras literárias enquanto manifestações ficcionais da vida social e, em uma constante dialética, interrelação com o meio

social por considerarmos que as similaridades entre a História e a Literatura permitem uma postura teórico-metodológica coesa associada à teorização no campo literário. Desse modo, pretende-se reunir comunicações que teorizem a respeito do papel da literatura enquanto constructo sociocultural; as interlocuções entre a Teoria da História, conhecimento ético, estético e histórico; a Biografia como um elemento híbrido, que apresenta a trajetória e a possibilidade de abordagem sociológica e em outra medida a ficcionalização da vida; e a Ficção, abordada aqui como uma irrealização do próprio real e mesmo assim, portanto, deixa de ser um construto observado e passa a ser desmanche e parte constitutiva desta realidade; a história intelectual e dos intelectuais; a relação com o passado a partir de fontes literárias em suas respectivas relações sociopolíticas ou culturais; ou os usos políticos do passado a partir de produções literárias.

Denúncia da violência colonial portuguesa através da literatura moçambicana: um estudo à luz de Luís Bernardo Honwana e Noémia de Sousa.

Luiza de Almeida Carminati

A historiografia, até recentemente, esteve restrita a uma concepção tradicionalista do que poderia ser entendido enquanto fonte histórica. É a partir do final do século XX que essa concepção começa a mudar, através das transformações dos paradigmas historiográficos propostas pela Escola dos Annales, pela virada linguística, pela “crise da História” e pelo surgimento da Nova História. Assim, a produção literária entrou para o rol de possíveis objetos de pesquisa da História, trazendo consigo novas particularidades, enriquecedoras para a escrita historiográfica. A literatura se apresenta como um campo significativo para dar voz a histórias e sujeitos outros que não aqueles tradicionalmente contemplados pela historiografia, bem como se constitui enquanto um instrumento primordial para resgatar a dimensão do cotidiano, da história dos homens e mulheres comuns. Além disso, como qualquer obra cultural humana, as obras literárias carregam marcas profundas dos sistemas de representação pelos quais seus autores atribuíam sentido ao mundo no qual viviam. Isto é, a literatura é um canal de acesso às representações que os contemporâneos tinham de determinada realidade e à maneira com a qual o passado foi sentido e dado a ler. Nesse sentido, a presente comunicação tem como objetivo discutir duas produções literárias que têm origem no mesmo período histórico: *Nós Matamos o Cão Tinhoso!*, de Luís Bernardo Honwana, e *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa. O primeiro se trata de um livro de contos, publicado em 1964, enquanto o segundo é uma coletânea de poemas que haviam sido publicados em jornais entre 1948 e 1951. Ambos foram escritos por ativistas nacionalistas, militantes pela luta de libertação nacional moçambicana, e compartilham um tema comum: a denúncia da violência do sistema de dominação colonial português em Moçambique. Sendo assim, pretende-se aqui um breve resgate teórico acerca da colonização portuguesa em Moçambique, seguido de uma análise das obras, buscando compreender de que forma os autores interpretaram a realidade que os cercava e de que maneira a literatura foi utilizada por eles como uma forma de atividade política.

Palavras-chave: LITERATURA MOÇAMBICANA, MOÇAMBIQUE, SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS, LUÍS BERNARDO HONWANA, NOÉMIA DE SOUSA.

Ficcionalizando vidas, construindo conceitos: Apuleio e sua biografia de Platão

Edjalma Nepomoceno Pina

Apuleio de Madaura, autor norte-africano do século II d.C., se apresentava em vida como philosophus platonicus. Contudo, a importância de Platão para Apuleio vai além da mera inspiração intelectual. A figura pessoal de Platão aparece nos discursos de Apuleio como um exemplo para se comprovar seu próprio conceito de filósofo autêntico, sua identidade. Na presente comunicação, pretende-se analisar a pequena biografia de Platão que Apuleio produziu na introdução de sua obra *De Platone*, um texto dirigido especificamente a seus alunos. Trata-se da biografia sobre Platão mais antiga a chegar aos dias atuais. A partir da análise, espera-se refletir sobre o conceito de narrativa, os elementos da narrativa sobre Platão que revelam um conceito de filósofo para Apuleio, e como esse conceito de filósofo se relacionava com a história do próprio autor africano a realidade social na qual estava inserido. Como aporte teórico, empreenderemos diálogo com as reflexões sobre narrativa e ficção de Paul Ricoeur e Luiz Costa Lima.

Palavras-chave: APULEIO, NARRATIVA, PLATÃO, BIOGRAFIA.

Maria Firmina dos Reis como perspectiva antirracista para a História do Brasil

Leliane Amorim Faustino

A presente comunicação objetiva demonstrar as considerações finais da dissertação de mestrado concluída em março de 2022, cujos resultados parciais foram apresentados no IX EPHIS. Meu trabalho analisa a trajetória da professora e escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917), a partir de seu primeiro romance *Úrsula* (1859). A pesquisa se faz com recorte específico nas personagens escravizadas: Susana, Túlio e Antero concebendo a metodologia historiográfica, a teoria da história e o estudo de história da historiografia brasileira somadas à análise literária como ferramentas de análise do discurso na construção deste trabalho, funcionando como orientadoras para projetar Maria Firmina como uma mulher negra letrada e politicamente ativa em seu contexto, o Maranhão oitocentista. O estudo das personagens escravizadas e a forma como elas potencialmente foram construídas e aparecem no romance, podem nos auxiliar à leitura de outra imagem da população negra e da escravidão em meados do século XIX, ? a medida que se diferem das reproduções construídas sob estereótipos, comuns no regime de representação, articulado por meio de um discurso racista, que pode se materializar também no texto literário romântico ? sendo postas como chaves de compreensão para pensar o corpo negro como episteme e sua inscrição na literatura romântica brasileira, no que concerne ao local de produção e enquanto sujeito narrado pelo romantismo. A história da literatura, da maneira que se formulou nos oitocentos, trazia em sua narrativa algo de historiográfico, servindo como um dos campos onde a historiografia, ainda em formação no século XIX, gradualmente se moldava. Ressalto que a história da literatura brasileira e seu caráter historiográfico, não incorporou Maria Firmina dos Reis em sua narrativa, contudo, o campo nos oferece escopo teórico-metodológico, ao passo que permite, para a história da historiografia, o seu sentido usual: a análise da historicidade da escritora e do romance *Úrsula*, que através de dispositivos racistas, sexistas e colonialistas de invalidação de conhecimentos e invisibilização de grupos e sujeitos, fragmentaram a historicidade de Maria Firmina dos Reis.

Palavras-chave: MARIA FIRMINA DOS REIS, HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA, LITERATURA E SOCIEDADE

**daemoniorum conventus consedit: Tertuliano e a representação
cristã dos espaços dos espetáculos (sécs. II-III)**

Igor Pereira da Silva

A presente comunicação tem por objetivo expor a análise da representação dos espaços dos espetáculos, os ludi romanos nomeados especificamente como teatro, anfiteatro e circo, efetivada por Tertuliano nas obras *De Spectaculis* e *Ad Martyras*. Tertuliano (150/160-220) foi uma liderança cristã norte-africana, que ao converter-se ao cristianismo, por volta do ano 193, foi responsável por compor variados textos, que fizeram-no ser conhecido como um dos Pais da Igreja e como o primeiro apologista cristão. Nossa análise se debruça sobre *De Spectaculis* e *Ad Martyras*, dois textos ético-disciplinares do autor cartaginês, com o intuito de compreender os espaços dos espetáculos como objetos do discurso social e religioso. No campo religioso cristão, Tertuliano operacionaliza um sistema de símbolos de forma a representar os espaços dos ludi como heterotópicos e proibitivos aos cristãos, bem como os seus frequentadores seriam estigmatizados. Concomitantemente a essa representação, o autor constrói a identidade do cristão utilizando como modelo o mártir, que tem como local de acesso privilegiado ao sagrado o espaço do martírio, situação na qual os ludi são conferidos de um sentido específico e diferente do sustentado pela cultura romana.

Palavras-chave: CARTAGO, TERTULIANO, DE SPECTACULIS, AD MARTYRAS.

O uso de obras autobiográficas pela História do Tempo Presente

Nicolas Fernandes Gonsalves

A presente comunicação tem como objetivo apresentar reflexões e conclusões feitas em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado "A memória é uma mágica não desvendada": trauma e reconciliação sobre a ditadura militar brasileira em obras de Marcelo Rubens Paiva (1982 - 2015), defendido em 2020, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O trabalho teve como base teórica a História do Tempo Presente - se apoiando especialmente nos autores François Hartog, Henry Rousso, François Dosse e Paul Ricoeur - para analisar aspectos da memória, do trauma e da reconciliação sobre a ditadura militar no Brasil no tempo presente, nas obras Feliz Ano Velho (1982) e Ainda Estou Aqui (2015). Estes livros possuem aspectos autobiográficos e foram escritos a partir da memória de Marcelo Rubens Paiva sobre a sua vida e a de seus familiares. Neles o autor fala sobre o desaparecimento de seu pai, Rubens Paiva, durante a ditadura militar brasileira, porém, este evento aparece de formas diferentes em cada um dos livros, já que o segundo busca contar sobre a vida de sua mãe, Eunice Paiva, e sua atuação política, antes ofuscada pela história de seu marido. Sendo assim, o TCC mencionado analisou estas questões presentes nestas obras e a comunicação aqui proposta busca não apenas apresentar as conclusões deste trabalho, mas contribuir para a ampliação destes debates sobre memória e, principalmente, sobre o uso de autobiografias pela História e pela História do Tempo Presente.

Palavras-chave: LITERATURA, AUTOBIOGRAFIA, DITADURA MILITAR, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE.

Valores e representações em Charles Dickens: Oliver Twist e Grandes Esperanças

Carolina Parente Rodrigues e Mazoni Mitt Teixeira

Esta comunicação tem como foco as produções *Oliver Twist* e *Grandes Esperanças* de Charles Dickens, um dos mais populares romancistas ingleses do século XIX. Suas produções literárias compõem a cultura histórica do período em que viveu, constituindo um olhar sobre o tempo em que escreveu, a era Vitoriana. Assim busca-se, a partir destas duas produções de Dickens, compreender e atestar a literatura como fonte historiográfica, mapeando e analisando os valores sociais presentes nas obras e qual representação de mundo ela cria, identificando a maneira em que a família, a moral cristã, a lei e a infância se fazem presentes e são representadas, ou seja, identificando o contexto político e social inserido na obra, as transformações sociais em um mundo que experimenta a Revolução Industrial. A pesquisa tem a intenção de perceber como as escolhas narrativas e os recursos linguísticos foram usadas de maneira a expor temas sociais e cotidianos da era Vitoriana, construindo um olhar sobre o período.

Palavras-chave: DICKENS, ERA VITORIANA, VALORES, MORAL, INFÂNCIA, ORFANDADE, HISTORIA, LITERATURA.

A experiência literária como força disruptiva na obra teatral *Um lar sólido*

Fernanda de França Iglesias Canellas

Este breve ensaio pretende, a partir da obra teatral *Um lar sólido* da escritora e dramaturga mexicana Elena Garro (2016), tatear nas pequenas frestas da predominante clausura de um túmulo familiar, pistas que nos são deixadas como restos de criação, como rastros de invenção, de levante vital ainda; entre os destroços, as zonas de passagem a uma vida (im) possível, em vias de qualquer coisa que ainda não se sabe – travada nas brechas –, bem ali onde tudo não cessa de endurecer, de mortificar. Tomando aqui a literatura como arma indispensável à luta do e no pensamento que queremos travar e como estratégia de enfrentamento às durezas que se lhe impõem, ensejamos, na articulação com *Um lar sólido*, guerrear com aquilo que Garro parece nos deixar como trilha: rastros de um mundo ainda impensável, invivível; Junto a isso, nos aliaremos também, sobretudo, às contribuições de Maurice Blanchot em *Para onde vai a literatura?* para dela vislumbrarmos aquilo que lhe escapa, que põe em questão os próprios horizontes de si mesma e do mundo, no ensejo de, então, perguntarmos: podem as passagens rasgadas por Garro em meio à dureza abrir avenidas também em nós num movimento que aponte a experiência literária como corte, como alteração e prenúncio de um mundo ainda por se fazer, por se arriscar? A aposta desse trabalho é de que há, na literatura, uma força de alteração da realidade que abre caminhos quando as passagens por onde se pensa e diz o mundo se esgotam. Logo, Blanchot (2018), em *A busca do ponto zero* nos pareceu um aliado atento a essa experiência ao traçar um percurso, no qual ele também se arrisca, nos aproximando justo desse ponto onde a literatura, então, segundo ele, começa: bem ali onde explode, onde se dispersa e desaparece. O crítico literário francês é enfático ao afirmar que não há limites suportáveis para a literatura, pois ela mesma os questiona e os desfaz. Então, no desejo de experimentar essa força a que chamamos de disruptiva, nos articulamos com o que há de explosivo na obra de Garro e sinais de Blanchot sobre a experiência literária, afim de criar saídas pelas quais ainda não se passou e deixa-las também abertas. Ensejamos, sobretudo, experimentar a literatura em sua força que desmonta, que desarruma o mundo, mas que é também saída (im) possível e perigosa – feita sem determinação prévia, ao passo em que acontece – de sua criação e transformação."

Palavras-chave: EXPERIÊNCIA LITERÁRIA, LITERATURA E PENSAMENTO, CRIAÇÃO.

Disputa e ressignificação: uma análise da disciplina histórica a partir de José Carlos Reis

Lucas Bispo Fiorezi

O campo da historiografia brasileira constitui-se como um importante locus no qual ocorrem disputas que visam a legitimidade de autores e a consagração de suas obras. Por meio desta pesquisa pretendo analisar a trajetória intelectual de José Carlos Reis, objeto de pesquisa, frente as demais autoridades que exerceram influência para o campo da história chamando atenção para o debate entorno do empirismo historiográfico. Concentrarei a pesquisa no recorte temporal compreendido entre 1984 a 2017, tendo como fonte de análise as obras de Reis e entrevistas publicadas nas revistas de História. Para entender de forma complexa as contribuições de José Carlos Reis para o campo da história, me apoiei em pressupostos oriundos da História Intelectual, em especial, as atribuições de Helenice Rodrigues. O arcabouço teórico que me auxiliará a alcançar tais perspectivas expressa-se no conceito de campo científico elaborado por Pierre Bourdieu, pois compreendo a historiografia como um espaço plural no qual os grupos de intelectuais são formados. Por meio das contribuições de Michel de Certeau temos o conjunto que compõe a operação historiográfica, o lugar, a prática e a escrita, tríade que possibilita a identificação pela via epistemológica dos elementos que estruturam a narrativa histórica. Por fim, utilizo as análises de Michel Foucault, pois o autor aponta elementos presentes no discurso dotados de caráter regulador, a "política discursiva".

Palavras-chave: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA, TEORIA DA HISTÓRIA, FILOSOFIA DA HISTÓRIA.

ST13 - História e Historiografia da Educação na América Latina: as Instituições escolares como objeto de pesquisa~

Giovane Silva Balbino
giovanesilvabalbino15@gmail.com

Palloma Victoria Nunes e Silva
pallomavictoria@live.com

O Simpósio Temático, compondo o X Encontro de Pesquisa em História - UFMG -, tem como objetivo principal reunir trabalhos diversos que utilizam como objeto de pesquisa as instituições escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino técnico/profissional e Ensino Superior) no campo da História e Historiografia da Educação. De forma que abarque pesquisas que analisam historicamente o processo de construção, seus idealizadores, imbricações, seus prédios, espaços e implicações visando contribuir na discussão da história das instituições escolares na América Latina. Além disso, este Simpósio visa fomentar debates sobre aspectos que corroboram para compreensão das Instituições escolares e suas identidades institucionais. Esta proposta faz parte dos projetos de pesquisa desenvolvidos por ambos os proponentes deste ST.

História do Tempo Presente nos livros didáticos: Redemocratização e Diretas Já

Letícia Ribeiro Afonso

A pesquisa propõe analisar as construções narrativas produzidas sobre o Período de Redemocratização brasileira e o seu reflexo nas produções didáticas, a partir do conceito da História do Presente. Procura-se compreender a natureza dessas produções na história do ensino de História, levando em consideração o seu aspecto metodológico, historiográfico, discursivo e temporal. Os debates em torno dos movimentos sociais brasileiros vêm acontecendo tanto em seu campo específico, quanto nos debates públicos. Simultâneo a eles, as discussões a respeito da História do Tempo Presente também têm se tornado recorrentes, proporcionando uma maior demanda historiográfica. Dessa maneira, é possível reconhecer o uso desses passados como possibilidade de enfrentamento de questões entre a memória e a história. Uma vez reconhecida essa hipótese, as produções sobre o período de Redemocratização e a construção dos livros didáticos e das narrativas produzidas por eles, se inserem nesse campo de simbiose de produções da historiografia do tempo presente. Para compreender os debates, as disputas e as formações pedagógicas em torno desse fato e das produções didáticas, serão analisados como fontes as principais bibliografias relacionadas aos temas, e periódicos com base nos principais bancos de teses, dados, anais e dissertações. Além disso, também serão utilizados para a análise, cinco livros didáticos de História, produzidos entre 1987 e 1996 e, por isso, grande parte do acesso será feito através dos meios eletrônicos. Tais debates e tais processos carregam uma importância política, epistêmica e pedagógica de lembrar e de compreender as narrativas produzidas e representadas nos livros didáticos, cujas consequências não se esgotaram com o término dessas experiências. Sendo assim, junto à compreensão política e pedagógica dessas narrativas, as produções e discursos tornam-se fundamentais na análise desses repertórios como meios educativos, de produção de conhecimento histórico e de sensibilidades, tendo em vista que essas ações tematizam sistematicamente um passado coletivo e afetivo, recuperados pela História do Tempo presente.

Palavras-chave: LIVRO DIDÁTICO, REDEMOCRATIZAÇÃO, HISTÓRIA.

A Reforma do Ensino Médio no Brasil: experiências latino americanas e impactos do neoliberalismo para a educação brasileira

Aline Pereira Lopes e Lorena Santos Mares

A reforma educacional assinada por Michel Temer em 2017 não foi uma invenção do neoliberalismo brasileiro. A América Latina teve outras experiências com políticas liberais na educação e em outros setores da sociedade. Assim, tais propostas reformistas vêm agindo em larga escala e não apenas uma questão individual brasileira. Dessa forma, o presente trabalho busca analisar o projeto do Novo Ensino Médio do Brasil, assinado em 2017 e que entrará em vigor neste ano de 2022. Nossas principais referências conceituais são a ideia de educação bancária, de educação libertária e de mercantilização da educação. Para isso, usaremos como base teórica Paulo Freire e outros pesquisadores da educação e do ensino de Ciências Humanas. A partir da análise do Projeto da Reforma do Ensino Médio, realizamos comparações com outros projetos reformistas da história do Brasil, bem como outras reformas feitas no Chile e na Argentina. Ademais, o trabalho buscará a partir de tais estudos, fazer uma reflexão sobre os impactos sociais e educacionais que podem ser causados pela proposta de reforma no contexto brasileiro. Dessa forma, após a análise do projeto da Medida Provisória da leitura de pesquisas sobre experiências latinoamericanas de reformas educacionais, bem como sobre a realidade escolar brasileira, será possível entender as desigualdades sociais presentes nos ambientes educacionais. Além disso, a pesquisa nos permitirá entender quais serão os impactos que o Novo Ensino Médio trará para o ensino de Ciências Humanas, sobretudo as disciplinas de História, que serão muito afetadas pela proposta. Diante disso, a Reforma do Ensino Médio atingirá os jovens de maneira desigual. Acredita-se ser possível traçar o perfil dos estudantes que mais sofrem com os índices de evasão escolar: os estudantes jovens negros e periféricos que serão, provavelmente, os mais atingidos negativamente pela proposta limitante e excludente do Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO, REFORMA DO ENSINO MÉDIO, LIBERALISMO, AMÉRICA LATINA.

Sem lenço e sem documento: O desenvolvimento do movimento estudantil secundarista no colégio estadual central de belo horizonte entre 1964 a 1979

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves

Esta comunicação pretende elucidar sobre o movimento estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1964 a 1979. O recorte temporal se justifica na medida que representa o período que demarca o cerceamento e reorganização do movimento na instituição de ensino durante a Ditadura Civil-Militar a partir da criação da Comissão Pró-Grêmio. O movimento estudantil foi um dos importantes canais de oposição ao regime autoritário que se instituiu no país a partir do golpe civil-militar de 1964, a partir desse instante medidas autoritárias foram tomadas em demasia contra os estudantes que se opunham ao regime, cenário que se reproduziu no interior do Colégio Estadual, o que levou os estudantes a se posicionarem contra todo o autoritarismo e perseguição que lhes eram impostos pela direção e agentes da repressão. Para a construção desse estudo recorreremos à documentação escolar referente ao recorte, além de textos publicados no jornal "Caminhando contra o vento", um impresso estudantil clandestino produzido pelos estudantes do Central na década de 1970.

Palavras-chave: MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA, COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE E DITADURA CIVIL-MILITAR.

A história dos centros de atenção integral à criança e ao adolescente (CAIC)

Davi Ferreira Nogueira

Natalia De Medeiros Silva

"A presente comunicação tem como objetivo central debater os aspectos históricos e historiográficos da educação integral no Brasil, tendo como objeto de análise, os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) em Minas Gerais, criados em 1991 no governo de Fernando Collor de Melo como parte do "Projeto Minha Gente". Fundamentados pelo Materialismo Histórico-Dialético, no qual a "história não é uma coleção de fatos mortos", mas um intercâmbio material entre sujeitos sociais vivos num processo marcado por contradições, rupturas e transformações (MARX e ENGELS, 2009), parte-se da necessidade de "escovar a história a contrapelo" (BENJAMIN, 2020), como forma de capturar as mudanças, conjunturas, antíteses e manutenções presentes no processo histórico da constituição dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) em Minas Gerais. Como processo metodológico, o ponto de partida se estrutura no debate epistemológico e pedagógico dos diferentes fundamentos teóricos sobre a concepção de educação integral, compondo o debate historiográfico sobre a temática. É por meio desse movimento que podemos compreender os percursos históricos de estruturação dos projetos políticos educacionais voltados para a educação integral, em que se destacam, com suas peculiaridades, as Escolas-Parque, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), os CAIC, os Centros Educacionais Unificados (CEU) e o Programa Mais Educação de 2007 (MACIEL, TEIXEIRA e FRUTUOSO, 2016). A história do percurso das políticas de educação integral é marcada por constantes disputas, conciliações e concepções de mundo, e nesse processo, os CAIC, como nosso objeto de pesquisa, carregam importantes questões políticas, econômicas e socioculturais, que representam um determinado projeto de educação e sociedade. A origem dos CAIC no Brasil perpassa pela organização do "Projeto Minha Gente", coordenado pelo Ministério da Criança, que num primeiro momento, instituiu o Decreto de 14 de maio de 1991, criando os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIAC). Com o impeachment de Collor, o Ministério da Criança foi extinto e o "Projeto Minha Gente" foi renomeado como "Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente" (PRONAICA), nesse contexto político, os CIAC tornaram-se os CAIC, que tiveram forte inspiração na experiência dos CIEP no Rio de Janeiro. Desse modo, pesquisar a trajetória dos CAIC, nos ajuda a compreender parte da história da educação integral em Minas Gerais.

Palavras-chave: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO INTEGRAL, CAIC.

Rocha Pombo: a solidariedade entre populações como projeto de escrita da história e educação para a formação da nação (1900-1924)

Felipe Augusto Souza Costa

Esta pesquisa pretende analisar as obras História das Américas (1ª Ed 1900), História do Brasil (curso superior) (1ª Ed 1924) e História do Brasil com muitos mapas históricos e gravuras explicativas (1ª Ed. 1918), do autor brasileiro Jose Francisco da Rocha Pombo. Todos os livros foram escritos para implementação nas escolas com vistas à formação da nacionalidade, já que era grande a importância dada à educação e aos livros didáticos. O principal objetivo é o de analisar e compreender, nas obras de Rocha Pombo, o sentido que o autor conferia à categoria solidariedade, assim como o teor político do conceito no contexto de sua escrita da história e do papel da educação em suas obras. Pretendemos abordar como a solidariedade despontava como ponto importante visando à formação da nacionalidade e de projetos modernistas de nações americanas. A comparação entre os manuais didáticos em questão e textos do autor em periódicos também é importante para entender as mudanças de posicionamento e de percepção do autor sobre a história e a educação. Dessa forma, a busca de Rocha Pombo para entrar nos círculos mais consolidados da historiografia brasileira do século XX, e sua posição enquanto intelectual são aspectos relevantes para a discussão de suas ideias.

Palavras-chave: SOLIDARIEDADE, DIDÁTICOS, HISTÓRIA, CONCEITOS.

A igreja católica e Estado: As elites na educação em pouso alegre/mg (1900-1945)

Giovane Silva Balbino

A pesquisa em andamento no Doutorado em Educação tem como objetivo analisar e problematizar, as relações entre Estado e a Igreja Católica, na educação em Pouso Alegre/MG, entre os anos de 1900 até 1945. Delimitamos o período que estudamos, iniciando com a criação da Diocese de Pouso Alegre até o fim da Era Vargas. Utilizamos como fonte histórica, os jornais da época, tais como *Semana Religiosa*, *Gazeta de Pouso Alegre* e *A Razão*, também usamos as obras memorialistas, tais como: "História de Pouso Alegre", de Octávio Miranda Gouvêa (1998); "Uma História Que Já Vai Longe", de Alvarina Amaral de Oliveira Toledo (1997); "Estórias do Mandu", de Eduardo Amaral de Oliveira Toledo (1998). Partimos com as seguintes referências teóricas: Cruz (2000) e Capelato (2015) para os estudos da imprensa, Le Goff (2013) e Santos (2009) para as obras memorialistas. Os estudos das elites aprofundamos nas orientações de Miceli (2009) e Sirinelli (1998). Em relação aos estudos de Estado, partimos com as orientações teóricas de Bobbio (1998). Consideramos que a pesquisa ainda se encontra em andamento, mas estamos cientes do potencial de compreender o desenvolvimento da educação brasileira nos diferentes níveis em nossa sociedade.

Palavras-chave: IGREJA CATÓLICA, ESTADO, EDUCAÇÃO.

A miséria da escola: os espaços escolares em Minas Gerais (1871-1889)

Danilo Moreira

"As duas últimas décadas do período imperial, em Minas Gerais, foram marcadas por um esforço de reorganização do serviço de instrução pública. Ao longo dos anos de 1870 e 1880, a estrutura até então existente na província foi ampliada. Foram criadas novas instituições de ensino, restauraram-se escolas que outrora haviam sido fechadas, e uma série de mecanismos de administração foram aperfeiçoados.

No mesmo período, o debate a respeito da instrução podia ser acompanhado em múltiplos cenários: nas instâncias institucionais, nas falas dos governantes, na imprensa e nos espaços públicos. Por outro lado, em espaços informais nos distritos, freguesias e cidades da província de Minas, o processo de construção do setor da instrução mobilizava sujeitos e grupos que desenvolveram, cada qual a sua maneira, formas variadas de interação com a ação estatal. No interior desse quadro, os vários problemas em torno da instrução e da educação se constituíram como pautas de destaque no debate público, com participação direta de diversos sujeitos. Embora a discussão fosse composta por uma variedade de temas, alguns foram tratados de forma mais recorrente, como é o caso dos problemas que envolviam o material e, sobretudo, as instalações físicas das instituições escolares mineiras, tanto primárias, quanto secundárias. Tendo em vista este panorama, esta comunicação pretende discutir a presença da tópica dos problemas materiais da instrução - com especial atenção àqueles relativos aos prédios escolares - no debate público sobre educação em Minas Gerais. A documentação que baseia a pesquisa é composta, principalmente, por três categorias de fontes: correspondências enviadas por sujeitos e grupos diversos para os órgãos gestores da instrução; relatórios de presidentes da província e inspetores gerais da instrução pública; e textos, editoriais e artigos veiculados na imprensa periódica mineira.

Palavras-chave: ESPAÇOS ESCOLARES, DEBATE PÚBLICO, MINAS GERAIS.

Imprensa periódica e educação: Escolas para mulheres no Brasil oitocentista

Ana Cristina Pereira Lage

O presente trabalho objetiva analisar a defesa de escolas para mulheres, divulgada na imprensa periódica oitocentista. Busca-se fazer conexões entre o estímulo à educação proposto nesses impressos e a fundação e divulgação de escolas para mulheres durante a segunda metade do século XIX. A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 15 de outubro de 1827. A referida lei é a primeira a tratar da educação no Brasil e em seu primeiro artigo manda “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”. Esta legislação é marco de um lento, mas crescente fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a formação da sociedade brasileira, entendendo a educação como uma das principais estratégias civilizatórias. Até então as opções educacionais eram os Conventos ou Recolhimentos que guardavam as meninas para a religião ou o casamento; havia ainda poucas escolas particulares nas casas das professoras; ou o ensino individualizado, todos se ocupando com as atividades domésticas e com o ensino de leitura e escrita. E foram aquelas primeiras e poucas mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que passaram a defender e estender as vantagens do conhecimento às demais mulheres, abrindo escolas, publicando livros e defendendo na imprensa a educação escolarizada. Toma-se como fonte o Jornal O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, publicado entre 1889 e 1890, na cidade do Rio de Janeiro e redigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, enfocando as defesas da educação escolar explicitadas neste periódico. A questão da educação é tema central da produção intelectual de Francisca Senhorinha e, neste impresso, as redatoras defendem as bases de seu projeto de emancipação através da educação. Em seus escritos, a redatora destaca a fundação, em 1889, no Rio de Janeiro, do Collegio Santa Isabel e da Escola Doméstica, ambas instituições fundadas por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Assim, neste trabalho, enfocamos a criação e organização de escolas de meninas, dentro de um contexto de defesa por mulheres intelectuais, da instrução pública no país e da necessidade de garantir uma educação que almejasse o progresso e a civilização, que partia principalmente da percepção das regras de civilidade entre os indivíduos. A civilidade passava a ser vista como um comportamento social aceitável, em que os indivíduos controlariam as suas emoções e que seria desenvolvida a partir da educação escolarizada.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO PARA MULHERES, IMPRENSA PERIÓDICA FEMININA, HISTÓRIA DAS MULHERES, EDUCAÇÃO ESCOLAR.

Os processos sociais que permearam a construção da Escola

Palloma Victoria Nunes e Silva

Cíntia Medeiros Robles Aguiar

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

No contexto histórico da Primeira República (1889-1930), os republicanos colocaram em pauta a discussão sobre as necessidades da sociedade: acelerar o desenvolvimento econômico, urbanizar e industrializar para acompanhar as expansões que ocorriam mundialmente. Compôs, então, um campo propenso para a expansão da escolarização, visto que estes republicanos compreendiam a educação como mecanismo de alcance para a modernização. Dessa forma, buscaram medidas para diminuir os altos índices de analfabetismo que marcavam o início da república. Nessa conjuntura histórico-político-social, a educação feminina obteve espaço, com a proposta de levar esse projeto de modernidade até a mulher, para que ela fosse capaz de encontrar nesse novo espaço social, seu lugar de inserção, seja como profissional, pela educação do lar, ou ainda, na preparação do homem moderno. Em reportagem do Jornal "A Noite", do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 8 de março de 1928, foi destacada a inauguração da primeira escola doméstica do Estado de Minas Gerais, a Escola Doméstica de Brazópolis, objeto de estudo desta investigação, que foi construída em 1927 na cidade de Brazópolis, localizada no sul mineiro. Isto posto, essa pesquisa tem como objetivo compreender as intencionalidades políticas e sociais que nortearam o processo de construção da primeira escola doméstica do Estado de Minas Gerais. A problemática do estudo deriva da seguinte questão: Quais interesses conduziram o processo de construção e implementação da Escola Doméstica de Brazópolis? A metodologia elegida para a pesquisa se valeu do materialismo histórico-dialético como método para analisar as articulações, relações, tensões e contradições no movimento subjacente à construção da escola. As fontes incluíram a legislação, discursos, mensagens presidenciais, textos de jornais e documentos oficiais da instituição. Os resultados sinalizam que, a construção e implementação da Escola Doméstica de Brazópolis foi resultante dos esforços políticos e sociais do ex-presidente do Brasil, Wenceslau Braz (1868-1966), que incluiu subsídios para estudos sobre escolas femininas europeias (in locu) – mais precisamente, os currículos de escolas da Bélgica - para a implementação do currículo da Escola Doméstica mineira, (re)direcionando sua finalidade inicial, de forma a atender aos interesses políticos e sociais que versavam sobre a educação feminina da época, quais sejam, a profissionalização para o lar, diminuição dos índices de divórcios, cuidado da família e dos filhos, bem como a educação do homem moderno.

Palavras-chave: ESCOLA DOMÉSTICA, BRAZÓPOLIS, MINAS GERAIS, PRIMEIRA REPÚBLICA.

ST14 – História do Crime e da Violência: cotidiano, atores e instituições

Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira
phfdo89@gmail.com

Beatriz do Nascimento Prechet
biaprechet@gmail.com

Vinicius Henrique Martins Monteiro
viniciusmartinsmonteiro@live.com

Raphaela Ferreira Gonçalves
raphaela.ferreira@ufpe.br

Érico Teixeira de Loyola
ericoloyola@gmail.com

Camila Melo Silveira da Silva
camilamelosilveira@outlook.com

A partir do processo de redemocratização do Brasil, em meados de 1980, os historiadores passaram a se debruçar sobre as fontes criminais e policiais, engendrando novas investigações e discutindo, sob a ótica da cultura, do poder e das representações, o lugar do Estado, do indivíduo e da violência na sociedade. Em diálogo com teorias e metodologias internacionais, os pesquisadores deram dinâmica ao referido eixo temático, possibilitando outras análises dentro das perspectivas da História Social e Cultural.

O uso dessas fontes iluminou novos caminhos para os estudos históricos que procuravam entender alguns paradigmas consolidados entre os séculos XIX e XX e que até hoje perduram. Nessa perspectiva, ao cumprirem as finalidades para as quais foram criados, esses materiais possibilitam iluminar dados para a história social, cultural, política e econômica de uma região, problematizando documentos oficiais sob o olhar crítico do pesquisador.

Não obstante, ressaltamos a interdisciplinaridade do campo, onde se observa a participação de diferentes áreas e contextos: no Direito, por exemplo, importantes estudos sobre o âmbito penal têm permitido estabelecer pontes com o mundo jurídico dos séculos XVIII, XIX e XX. Ademais, pesquisas sobre manicômios que enfocam periculosidade e medidas de segurança auxiliam na

percepção das mudanças introduzidas pelo Código Penal de 1940 no Brasil. No campo da sociologia podemos mencionar trabalhos de fôlego publicados dos anos 2000 até os dias de hoje, desde reformas legais até a violência urbana, dialogando com as normas e suas recepções. Na antropologia, o marco das referências utilizadas para essa proposta se estabelece a partir dos anos de 1990, inserindo revisões bibliográficas acerca da violência e seus recortes temáticos como etnicidade, gênero e geração. Sem desconsiderar a violência e suas constantes mudanças.

Desse modo, buscando discutir não somente o crime, mas também os atores sociais que os praticavam e aqueles que os coíbiam, as instituições responsáveis por ditar as normas e o espaço da ordem e da desordem, o presente simpósio tem por objetivo congregiar trabalhos que estejam orientados pelos temas, metodologias e fontes acerca do crime, dos criminosos, das "carreiras criminais", das prisões, manicômios judiciários, da violência, da justiça criminal e de todo o aparato legal-institucional formatado para o "enfrentamento" do crime e da criminalidade. Serão bem-vindos estudos sobre polícia, prisão, judiciário, imprensa, literatura, fotografia, prostituição, estelionato e outros atos considerados crimes, que levem em consideração raça, classe, regionalidade, gênero e tantos outros marcadores de diferenças.

Honra sexual, defloramento e incesto em Minas Gerais (1808-1930)

Séfora Semíramis Sutil

A estruturação do sistema de justiça brasileiro ao longo do século XIX permitiu o acesso à justiça por uma gama variada de pessoas. O teor das queixas e denúncias ampliou e, com isso, aumentou-se o número de processos instaurados denunciando o cometimento de crimes sexuais contra as chamadas mulheres honestas. Aumento tímido devido ao caráter expositivo de tais denúncias, porém, significativos para se recompor uma faceta do cotidiano feminino. O crescimento dos casos de defloramento na virada do século XIX para o XX em Minas Gerais deve ser observado como um efeito de mudanças estruturais que vão além da modernização do Estado. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho fabril também contribuiu tanto para a maior ocorrência de defloramentos quanto para a maior busca por reparação judicial. Analisando os processos criminais do acervo do Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental da Universidade Federal de São João del-Rei, pudemos verificar que o risco de violação sexual o qual as mulheres estavam vulneráveis não estava apenas relacionado ao maior acesso aos espaços públicos, pois o perigo, muitas vezes, habitava a mesma residência. Muito mais velado do que os demais crimes sexuais, o defloramento ou estupro incestuoso destaca um lado obscuro das relações familiares e todo o melindre das autoridades judiciais para não interferir no pátrio poder dos pais. Assim, propomo-nos a discutir quais as implicações dos crimes sexuais incestuosos no status de honra feminina.

Palavras-chave: CRIMES SEXUAIS, HONRA FEMININA, INCESTO.

Entre a objetividade científica e a beleza da forma: gênero e corpo nas narrativas criminais (1870-1930)

Caroline Farias Alves

Das páginas da imprensa ao cinematógrafo, consolidou-se nas sociedades urbanas do entre séculos XIX e XX, um imaginário social do crime fortemente afetado pela diversa produção de visualidades. Para além do registro e testemunho visual de experiências marcadas pela violência é possível, através dessas fontes, apreender políticas de condução de condutas, produção de masculinidades e enquadramentos da feminilidade desviante. Seja no retrato judiciário ou na representação de cenas de crime essas imagens foram, com base em teorias e normatizações, enquadradas como evidência realista quando o próprio intuito de sua produção se baseava em necessidades ideológicas. O caráter científico e mecânico, no caso das fotografias, ofuscou marcas de manipulação e atravessamentos com os códigos de conduta moral e sexual dos discursos médicos e jurídicos.

Quando protagonizadas por mulheres, sejam vítimas ou agressoras, as imagens reiteram um lugar de degenerescência, passividade, punição e misoginia, destinando à representação de corpos femininos violados uma dimensão de desejo. O corpo feminino, mesmo na morte, continuou sendo objeto de contemplação incitando, através de sua publicização, reflexões sobre quais mulheres e comportamentos foram punidos de maneira exemplar. O caráter público e espetacularizado da violência faziam parte de uma pedagogia da crueldade (SEGATO, 2018) com dimensão modernista (CORRADI, 2009), assumindo características baseadas na invenção de um inimigo comum, transformação do corpo da vítima em matéria a ser modelada e protagonismo do agressor seguido de seu desaparecimento perante projetos que vão além dele.

Com base nestas e em outras questões, a apresentação propõe refletir sobre como gênero, corpo, raça e classe impactaram a construção de narrativas criminais divulgadas pela imprensa. Compartilharemos análises desenvolvidas em nossa pesquisa de doutorado que, a partir do estudo de casos célebres ocorridos entre 1870 e 1930, objetiva compreender as origens e a popularização de imagens da violência feminicida em terras brasileiras.

Palavras-chave: GÊNERO, VIOLÊNCIA, CRIME, CORPOS, IMAGENS.

Criminalidade feminina e disciplinarização na literatura de crime (RJ,1880-1910)

Amanda Ribeiro Mafra Lima

Entre 1880 e 1910, na cidade do Rio de Janeiro, proliferava-se uma variedade de ficções populares, publicadas por jornais de grande tiragem e editoras de diferentes portes, que apostavam na temática do crime com vistas a ampliação dos consumidores de impressos. O presente trabalho volta-se a estas produções ficcionais enquanto importantes fontes históricas na compreensão das representações sociais acerca das criminosas, do crime e das formas de controle social. Trazemos a análise de cinco ficções de crime - de significativa repercussão no contexto - e que apresentam como protagonistas mulheres criminosas. Como recorte, temos o modo como estas obras representam a relação das mulheres com o crime e as formas de disciplinarização que recaem sobre elas. Dois conceitos embasaram a investigação realizada: o de representação social (Chartier, 1999) e o de gênero (Scott,1989). Enquanto o primeiro nos permitiu compreender as representações como um conjunto heterogêneo de ideias, que se constitui a partir das práticas sociais, podendo se apresentar como matrizes destas mesmas; a categoria de gênero, traz à tona o caráter de construção sociocultural das representações acerca do feminino e de suas relações com o crime, imagens estas que expressam interesses, expectativas e padrões dos grupos sociais que as forjam, em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade entre os gêneros. Nossas análises apontaram que as obras em questão representam a atuação das mulheres criminosas como potencial de subversão ao modelo burguês de conduta feminina sem que, contudo, haja uma contestação profunda das definições dominantes sobre o "ser mulher". Assim, na maioria das ficções, as ações criminais das protagonistas se mantêm inscritas ao tipificado como próprio ao gênero feminino. As formas disciplinares que incidem sobre as protagonistas seguem esta perspectiva, sendo possível identificar na maioria das narrativas uma divisão sexual do controle social. Nesse sentido, a literatura popular de crime era permeada por um caráter moralizante, associado a paradigmas sociais burgueses que, por meio das ficções, era ser difundido ou reafirmado a diferentes setores sociais. Tais considerações, é claro, não implicam que os sentidos presentes na ficção estejam restritos a um caráter pedagógico, já que as obras primam também pela promoção do entretenimento e são múltiplas as possibilidades de sentido atribuídas pelos leitores.

Palavras-chave: LITERATURA DE CRIME, DISCIPLINARIZAÇÃO, MULHERES.

As Criminosas da Rua Campos Sales': Transgressão feminina e Justiça na Uberaba da década de 1960

Maíra Cristina Tomé Fonseca

O presente trabalho tem como intuito analisar uma série de crimes ocorridos na cidade de Uberaba, Minas Gerais, entre os anos de 1957 e 1962, mas que só vieram a ser descobertos em 1964. Como autoras dos crimes, foram acusadas quatro mulheres, moradoras da Rua Campos Sales, no Bairro Abadia, que teriam se utilizado do envenenamento como forma de matar. Esse envenenamento se dava através de comidas que elas cozinhavam e ofereciam à suas vítimas, na forma de um "agrado". Por isso, o caso ficou popularmente conhecido como "Crimes do Agradinho". Juntas, acredita-se que essas mulheres teriam matado mais de doze pessoas. Os estudos que se dedicam à criminalidade feminina nos mostram que, em se tratando do homicídio – um crime mais associado ao universo masculino –, a mulher ultrapassa os limites de uma feminilidade que lhe é exigida socialmente, pois não se espera que uma mulher cometa crimes, sobretudo crimes de morte, o que implicará na produção de discursos e representações que irão recair sobre ela. Em nosso caso, esses discursos partem de muitos lugares: dos agentes jurídicos, dos oficiais da polícia, do campo médico-psiquiátrico, das vítimas, testemunhas e da imprensa, geralmente ligados a questões moralizantes relacionadas ao gênero. Assim, buscaremos analisar quais foram as percepções de gênero acionadas pela Justiça e pelos demais agentes sociais identificados no processo, bem como as representações criadas pela imprensa, e como elas recaíram sobre aquelas mulheres. As fontes que amparam nossa análise são jornais e revistas da época, tanto de circulação local quanto nacional, bem como o processo-crime que se encontra no Fórum da Comarca de Uberaba.

Palavras-chave: CRIMINALIDADE FEMININA, JUSTIÇA, UBERABA.

Prostituição Feminina, Violência e Controle no Cotidiano das Trabalhadoras do Sexo durante a Ditadura Civil-Militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1985

Célia Márcia Afonso Larcher

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do controle exercido pela Ditadura Civil-Militar brasileira sobre a vida das prostitutas que exerciam o baixo meretrício na Rua Henrique Vaz, na cidade de Juiz de Fora, MG. Local esse que demarca não apenas o local de trabalho das mesmas, mas também o espaço de moradia e convivência cotidiana. O recorte temporal está situado entre os anos de 1964 à 1985. A tônica do governo militar foi a defesa da moral, dos bons costumes, da família mononuclear e heteronormativa, assim como o uso de mecanismos de censura e cerceamento das liberdades individuais em todos os níveis: político, ideológico e moral. Nesse sentido, questionamos quais e como os mecanismos de controle do regime Civil-Militar atingiram o cotidiano das prostitutas. Nossa hipótese é a de que, em função do discurso moralizante e conservador, das diversas ações realizadas no período em estudo em relação a esse grupo de mulheres, somado à condição marginal em que sempre foram historicamente colocadas, elas sofreram maior perseguição, controle e violência a partir da instalação do governo autoritário. A análise da imprensa como fonte será a metodologia utilizada nessa pesquisa. Como subsídio utilizaremos dois jornais em circulação no período, O Diário da Tarde e o Diário Mercantil. A análise se dará a partir dos autores e conceitos que versam sobre prostituição feminina, cotidiano, gênero, violência, controle social, marginalidade social e memória. Ressaltamos que esse é um estudo em andamento, pois o mesmo faz parte de um recorte retirado da pesquisa de mestrado em curso. Os resultados dessa investigação ainda são incipientes e inconclusos. Destacamos que o acesso às fontes em arquivos físicos está sendo retomado na medida em que as atividades presenciais estão sendo retomadas.

Palavras-chave: PROSTITUIÇÃO FEMININA; DITADURA CIVIL-MILITAR; VIOLÊNCIA; CONTROLE, MEMÓRIA.

A apropriação do funk e o apagamento de narrativas periféricas: Violência de Estado contra movimentos culturais afro-brasileiros

Guilherme Henrique Ribeiro Felix

Com forte presença no mainstream o Funk é um dos maiores fenômenos da cultura popular de massa no Brasil, o espaço hoje conquistado na mídia por esse movimento esconde uma tendência cruel que aconteceu com outros movimentos culturais afrodiáspóricos nas Américas como o samba, por exemplo. A ironia do encarceramento em massa de jovens negros frente a uma influência desproporcional de seus estilos na formação da cultura popular revela um paradoxo intimamente ligado ao racismo e as formas dissimuladas em que se apresenta.

A mídia, a partir das suas múltiplas construções discursivas, pode estigmatizar o Funk, mas também constitui espaço relevante para operar no sentido da integração sociocultural de caráter heterogêneo, possibilitando que culturas tidas como minoritárias, as quais na verdade são marginalizadas, consigam espaço significativo de expressão. Desta forma, analisar processos de resignificação que contribuem para visões hegemônicas como a “democracia racial”, disseminada amplamente no século passado, se torna chave para o reconhecimento e valorização de elementos culturais diretamente associados à população negra brasileira.

Tendo em vista as tensões inerentes ao movimento Funk, que moldaram a sua forma, imagem e popularidade. Através de episódios ligados ao Baile da Dz7, baile funk da favela de Paraisópolis em São Paulo, surgem evidências históricas que atravessam o fenômeno das violências urbanas, especialmente nas periferias, a produção cultural da população afro-brasileira como movimento de resistência e o reconhecimento da pluralidade de vozes que, apesar dos obstáculos teóricos e práticos, impeditivos para a afirmação dos descendentes de africanos como elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira, se expandiram por vários setores da vida nacional frente a incapacidade, embora as inúmeras tentativas, da aniquilação definitiva da herança cultural africana que existe em estado de permanente confrontação criado pelo sistema dominante.

Palavras-chave: CULTURA AFRODIÁSPÓRICA, BAILE FUNK, VIOLÊNCIA DE ESTADO, RACISMO,

A grande imprensa e as rebeliões carcerárias: Um discurso hegemônico

Natalia de Medeiros Silva

Pedro Domingos Brandi Cachapuz

Davi Ferreira Nogueira

A presente comunicação tem como objetivo geral analisar o comportamento editorial dos jornais O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, como grandes veículos midiáticos, na cobertura das rebeliões carcerárias na Casa de Detenção do Complexo do Carandiru em 1992, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, no Amazonas em 2017 e no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará, em 2019, rebeliões nas quais houveram mais de 50 detentos mortos. No processo de investigação da imprensa (ou os meios de comunicação de massa), é preciso compreendê-la como uma porta-voz e reprodutora dos discursos ideológicos da classe dominante (GOMES, 2015), servindo na maioria das vezes como um “órgão de controle social informal” (BUDÓ, 2013, p. 77). Se a imprensa não é parcial e representa determinados setores sociais, parte-se das importantes contribuições teóricas da criminologia crítica, que deslocam a análise sobre a autoria do crime (“criminosos”) para as condições da estrutura política e socioeconômica que envolvem a questão criminal, entendendo que a “criminalidade não é ontológica” (BATISTA, 2011, p. 89). Mobilizados pelas categorias de Indústria Cultural, Sociedade do Espetáculo e Análise de Discurso, nossa análise, em fase de andamento, se baseia em conceitos envolvendo a mercantilização do crime pela mídia, poder, manipulação midiática, seletividade informacional e sensacionalismo, tão caros na análise do papel que os editoriais, aqui delimitados, possuem na cobertura das rebeliões carcerárias. Analisar o discurso dos jornais sobre as rebeliões delimitadas em nossos estudos, nos ajuda a investigar como os editoriais historicamente se posicionam como reprodutores de um discurso hegemônico e de senso comum sobre a questão criminal, bem como ocorre a circulação de ideias sobre o tema no debate público nacional e qual a posição da grande imprensa sobre o assunto. Considerando a possibilidade de cobertura em um prazo médio da imprensa sobre as rebeliões carcerárias, optamos por realizar a análise dos editoriais publicados até duas semanas após a data de divulgação específica de cada rebelião. Desta forma, serão analisados os editoriais entre 02/10/1992 e 16/10/1992 (Carandiru); 02/01/2017 e 16/01/2017 (Anísio Jobim); 29/07/2019 e 12/08/2019.

Palavras-chave: REBELIÕES CARCERÁRIAS, GRANDE IMPRENSA, HEGEMONIA.

Estereótipo: as representações da sujeição criminal em músicas de rap do Brasil

Vinícius Novaes Ricardo

O presente trabalho tem por cerne a discussão de como algumas músicas de rap lançadas no Brasil veiculam críticas ao processo de sujeição criminal (MISSE, 1999), evidenciando a discricionariedade na atividade policial e o punitivismo do Sistema de Justiça Criminal direcionados para uma parte específica da população: os marginalizados. Esses sujeitos, em sua maioria negros, pobres e periféricos, são associados à imagem do “bandido”, uma construção cultural que tem mais a ver com indivíduos específicos do que com algum cometimento de crime. Essa perspectiva foi sintetizada pelo rapper Rashid na música “Estereótipo”, que comenta esse processo afirmando que “se chama inversão de valores ou show de horrores: quando a definição de suspeito vem com uma tabela de cores”. Compreendendo a música enquanto, simultaneamente, um produto cultural e de mercado (NAPOLITANO, 2002), é possível acessar a dimensão sociocultural dessa fonte histórica, aspecto que proporciona entender o rap enquanto uma manifestação artística que dá bastante destaque para as representações dos processos de marginalização da pobreza e violência, criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade e, sobretudo, da sujeição criminal. Portanto, tendo como fonte histórica principal o rap supracitado - mas também considerando outras produções musicais de rap - é proposto o debate em torno da forma como a produção musical de rap pode ser utilizada para compreensão da história do crime e da violência no Brasil.

Palavras-chave: RAP, SUJEIÇÃO CRIMINAL, SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.

O Instituto de Psiquiatria Forense da Paraíba e a influência da antropologia criminal e da biotipologia na medição dos corpos dos doentes mentais delinquentes no início dos anos 1940

Helmara Giccelli Formiga Wanderley

Ivo Emanuel Dias Barros

“Indivíduo do tipo leptosomático, rosto um tanto pentagonal, pavilhões auriculares pequenos e ligeiramente projectados para a frente. Nariz achatado, com grandes narinas. Bôca pequena e lábios finos. Maçãs do rosto proeminentes. Pescoço médio. Cintura escapular igual á pélviana. Distância xifo-umbilical maior que a umbilico pubiana. Pêlos com distribuição masculina. Órgãos genitais sem anormalidade [...] Alguns caracteres displásicos concordando com a classificação de Kretschmer”. Esses eram alguns dos caracteres morfológicos e antropométricos do Sr. João Alexandre Gomes, contidos no livro de entrada do Manicômio Judiciário da Paraíba. De acordo com os dados contidos naquele documento, o Sr. João afirmou a Chefatura de Polícia ter cometido um assassinato movido por delírios de perseguição. Tal declaração ocasionou, depois dos exames psiquiátricos resultou em sua internação no Hospital Colônia Juliano Moreira, em 1942, de onde foi transferido para o recém-criado Manicômio Judiciário do Estado, em 1944, conforme previsto no Art. 33. do Código Penal do Brasil, de 1940. Assim, objetivando conhecer a influência da antropologia criminal e da biotipologia nas práticas dos psiquiatras paraibanos, no início dos anos 1940, nos aproximaremos do método indiciário de Carlo Ginzburg, para tanto, analisaremos a ficha de entrada e prontuário médico do paciente número 01 do Manicômio Judiciário da Paraíba. Também far-se-á um estudo bibliográfico acerca da antropologia criminal e da biotipologia europeia, bem como, um exame dos marcos legais brasileiros acerca dos inimputáveis e das penas privativas de liberdade para tais sujeitos. Quanto ao aporte teórico metodológico dialogaremos com os conceitos de práticas, representações e apropriações do historiador francês Roger Chartier. Feitas essas considerações, observamos que a presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq-UFCG “O Manicômio Judiciário da Paraíba como espaço de disputas e interesses de psiquiatras e juristas: recepção e apropriação das teorias criminológicas europeias no Estado da Paraíba (Anos 1910- 1940)”.

Palavras-chave: ANTROPOLOGIA CRIMINAL, BIODETERMINISMO, PSIQUIATRIA FORENSE.

ST15 - História, gênero e sexualidade: da temporalidade dos gêneros a uma história generificada

Cássio Bruno de Araújo Rocha
caraujorocho@gmail.com

Ana Luisa Ennes Murta
analuisamurta@gmail.com

Átila Augusto Guerra de Freitas
atilaaugustofreitas@gmail.com

Em diálogo com o tema do X EPHIS, propomos, nessa nova edição do simpósio História, gênero e sexualidade, debater as reelaborações do fazer e do pensar históricos em perspectivas e propostas que exponham, por um lado, a dimensão temporal dos gêneros e sexualidades e, por outro, as maneiras como a própria disciplina histórica tem sido construída como um saber generificado. Assim, pretendemos discutir trabalhos que analisem os gêneros e a sexualidade em sua historicidade, percebendo como suas práticas se transformaram ao longo do tempo, problematizando visões essencialistas e enfatizando o caráter diacrônico dessas categorias. Conjuntamente, é de nosso interesse receber comunicações que discutam como a história tem se estabelecido, desde o século XIX, como uma disciplina universitária, profissional e um saber científico estruturado em torno de uma dada ordem de gênero e dentro dos eixos do regime de verdade da sexualidade moderna. Por esse ângulo, trata-se de questionar como o gênero e a sexualidade têm conformado a própria organização da história como disciplina, provocando a exclusão de certas categorias de identidade do universo de sujeitos ou mesmo de objetos possíveis ou dignos de uma narrativa histórica. Pensar, de modo entrelaçado, sobre tempo, história, gênero e sexualidade é questionar a construção, majoritariamente cis-heteronormativa, de identidades no presente, explicitando as relações de poder que perpassam os tempos históricos atravessados e imbricados em nossa efêmera atualidade. É o olhar a partir do presente que nos interpela e nos permite atentar para os múltiplos cruzamentos interseccionais das diferenças que constituem as identidades. Nesse sentido, intencionamos debater como a história dos gêneros e da sexualidade se relaciona com outras categorias de análise crítica das diferenças, como a raça, a classe, a idade, a proveniência geográfica, entre outras. Serão bem vindos, assim, trabalhos que busquem desvelar dispositivos históricos

de dominação, como o sexismo, o racismo e a cis-heteronorma, articulando a historicidade e a naturalização dessas diferenças, e abrindo espaço para a produção de genealogias das relações de verdade-poder-subjetivação capazes de contribuir com novas perspectivas para os estudos de gênero e sexualidade na história e, não menos, para compreensões e proposições críticas às historiografias tradicionais.

Representações das feminilidades e masculinidades no romance mexicano *Ayer es nunca jamás* (1988), de Vilma Fuentes

Mariana Lopes Trindade

O objetivo desta comunicação é analisar as representações das masculinidades e das feminilidades no romance *Ayer es nunca jamás* (1988), escrito pela autora mexicana Vilma Fuentes. O romance tem como enredo o desenrolar das manifestações estudantis mexicanas no ano de 1968, desde os primeiros embates entre granaderos e a juventude que frequentava a Universidade Nacional Autónoma de México até o fatídico Massacre de Tlatelolco em 02 de outubro, quando centenas de estudantes foram mortos pelo exército mexicano em uma emboscada na Praça das Três Culturas. Centrado e narrado por uma personagem feminina que não possui seu nome revelado, o romance acompanha o relacionamento desta jovem estudante da UNAM com seu namorado Daniel e com os amigos dele. Afastada de boa parte dos protestos devido a sua gravidez, a protagonista possuía poucas interações com outras personagens femininas, que apareciam sempre na condição de namoradas ou interesse amoroso dos personagens masculinos. O único momento em que a protagonista interage majoritariamente com personagens femininas é quando ela é internada no Hospital Psiquiátrico Fray Bernardino, buscando fugir das consequências de suas próprias ações e almejando a loucura, tida como fundamental para a construção da genialidade de autores literários. A maior parte das enfermas internadas no hospital psiquiátrico público possuíam comportamentos que desviavam das expectativas de gênero impostas a elas, seja o não alinhamento com a heteronormatividade ou possuírem uma vida sexualmente ativa. Os personagens masculinos, por sua vez, possuem redes de sociabilidade entre si e suas preferências políticas e culturais são apresentadas de maneira complexa, sendo representados como as principais figuras do movimento estudantil, muitas vezes em posição de heroísmo. Dentro dessas representações da masculinidade heróica dos jovens militantes do movimento estudantil, será apresentado o caso que mais diverge, o de Héctor, personagem homossexual e representado como alguém covarde e despolitizado.

Palavras-chave: AYER ES NUNCA JAMÁS, MASCULINIDADES, FEMINILIDADES, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 68 MEXICANO.

Gênero melancolia: uma análise da obra de Romaine Brooks

Eponina Castor de Mello Monteiro

Essa comunicação consiste na análise de algumas obras da pintora estadunidense Romaine Brooks, sendo todas elas ou retratos de mulheres com características andróginas proeminentes ou retratos de mulheres com forte presença na cena lésbica da década de 1920. E sob a concepção do gênero melancólico, ou ainda a melancolia de gênero butleriana, e das ideias de bissexualidade e feminilidade levantadas por Freud, analisaremos como Romaine Brooks traz em seus retratos uma fatura sóbria, com poucos elementos de composição, escancarando uma melancolia que parece estar intrinsecamente ligada as questões de gênero e sexualidade do Eu, daquele que parece nunca poder prantear a perda de si mesmo.

Palavras-chave: ROMAINE BROOKS, RETRATOS, MELANCOLIA, ANDROGÍNIA.

O corpo da história da historiografia a partir das memórias de Alice Canabrava

Laura Jamal Caixeta

Este trabalho parte de uma inquietação quanto a ausência de reflexões sobre os corpos dos historiadores no campo da história da historiografia e da história intelectual que, em suas investigações, centram suas preocupações nas filiações e diálogos intelectuais dos historiadores, afastando o gênero, o corpo e as performances de seus trabalhos. Tal inquietação emergiu da investigação da trajetória de uma interessante personagem que escreveu e se tornou história no Brasil, a historiadora paulista Alice Canabrava. Nas décadas finais do século XX e no XXI diversas identidades normativas foram elaboradas para ela, associando-a ora ao feminismo, ora aos Annales. Essa personagem, no entanto, como todo sujeito, extrapolou os atributos dessas identidades pretensamente estáveis produzindo várias outras. Nesta comunicação voltarei meus olhos à elaboração de uma imagem do historiador ideal por Alice nos anos 1980 e 1990. Buscarei demonstrar como a historiadora, nesse trabalho de elaboração de si-mesma como outro – especialmente a partir da produção de uma identidade historiadora ideal centrada na figura do historiador francês Fernand Braudel –, invocou a presença do corpo e do gênero. Seja na lembrança de sua infância, nas fotografias que revelam o corpo de Alice e os adornos que o significam, ou nos gestos e signos corporais de Braudel, que permeiam os textos de memória da historiadora, o corpo, o gênero e as performances foram centrais na elaboração da imagem desse historiador ideal por Alice. A quem ela, simultaneamente, se construiu imagem e semelhança.

Palavras-chave: GÊNERO, HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, CORPO, ALICE CANABRAVA.

Receitas da Dindinha, entre pontos e contos, sonhos e memórias

*Susan Vieira Barnes
Eliana Aparecida Rodrigues*

Este trabalho pretende refletir sobre as memórias contidas nos diversos papéis encontrados entre as folhas de cadernos, agendas e um pequeno álbum de fotografias, que permeiam o cotidiano do universo pessoal e profissional de Dindinha. Estas memórias contribuem para a compreensão do contexto sociocultural de outras mulheres belorizontinas de sua época, através da singularidade dos manuscritos e dos textos datilografados de seu acervo. Dotada de habilidades manuais, Dindinha dedicou-se à criação e confecção de modelos de roupas com estilo e autenticidade marcantes, destacando-se na arte da modelagem, do corte e costura, dos bordados, do crochê e tricô, na pintura em tecidos, dentre outras aptidões. Ao longo de sua vida, constituiu um acervo composto por trajes completos e acessórios de vestuário, fotografias, cadernos de croquis e de receitas, recortes de embalagens, o registro de seus apontamentos em papéis avulsos e em uma agenda. Sua coleção, inspirada na moda trazida pelas revistas europeias da época, foi construída dentro das limitações da condição financeira de uma professora pública. Ela adaptava técnicas e materiais regionais e utilizava os recursos alternativos disponíveis nas lojas de tecidos e de aviamentos da cidade de Belo Horizonte. A criatividade, autenticidade e os traços culturais-regionais, narrados por seu acervo, são fontes riquíssimas de investigação. O reconhecimento do potencial criativo de Dindinha não ultrapassou os limites de seu convívio familiar, possivelmente pela ousadia de sua produção, vista como extravagante para os padrões da época, ainda mais em se tratando de uma autora mulher. Entre pontos e contos, sonhos e memórias, estão guardadas suas receitas de culinária, de crochê e de tricô, os pontos de seus bordados, as linhas, os squares, seus croquis, peças de roupas, bolsas, calçados, retalhos, flores e tecidos. As anotações e os desenhos deixados em seus caderninhos de receitas de culinária, chás medicinais e de croquis, ilustram os cuidados dedicados à alimentação, saúde, beleza, e crescimento pessoal. A professora e modista vestiu a si e ao futuro, com suas memórias e histórias registradas em cores e sabores, recortese vieses de seus caderninhos, papéis e coleções. Tudo isso se soma à tessitura da biografia de uma personalidade original, criativa e inovadora da sociedade mineira no século XX.

Palavras-chave: MODA, MEMÓRIAS, COLEÇÕES.

O sexo e o gênero do campo da moda em Paris: as marchandes de modes e seu apagamento

Felipe Goebel

A comunicação busca examinar a relação entre a corporação das marchandes de modes parisienses e as disputas de legitimidade de ação feminina em Paris nas décadas de 1770 e 1780. Como corporação oficializada em 1776, elas tinham como principal atividade a ornamentação, a decoração e os arranjos de trajés e toucados femininos de maneira inovadora, em relação direta com suas clientes. Formada exclusivamente por mulheres, a corporação tornou-se a principal força de criação de tendências de vestir e se apresentar. No interior da consolidação da moda, em seu entendimento moderno como campo autônomo de relações profissionais de criação, patrocínio, consumo divulgação e adaptação/cópia de tendências de vestir, essas trabalhadoras desempenharam um papel importante nos embates sobre os entendimentos de sexo feminino e dos papéis de gênero que as mulheres poderiam e deveriam desempenhar no final do século XVIII. Ao mesmo tempo, elas foram agentes altamente visíveis das transformações relacionadas com as disputas por maior legitimidade de ação e presença das mulheres no período. Além disso, elas borravam as fronteiras sociais, ao frequentarem as habitações, palácios e casas da elite aristocrática e os espaços comerciais mais variados, adquirindo e revendendo toda sorte de produtos e aviamentos necessários ao seu ofício. Em suas lojas, boutiques ou tendas individuais pertencentes aos mais diversos grupos sociais se misturavam, se esbarravam e consumiam produtos similares. Apesar de estarem no centro das disputas sobre distinção social, sexo e gênero, as marchandes de modes foram relegadas a notas de rodapé na maior parte da produção historiográfica sobre a moda, sendo encaradas como peculiaridades dos excessos da sociedade do Ancien Régime do século XVIII. Dessa forma, propomos uma reavaliação do papel desempenhado por essas trabalhadoras não só na consolidação do campo da moda parisiense, mas também como grupo que deixou evidente as tensões da dominação masculina em crise nas vésperas da Revolução Francesa. Tornando visível nas práticas e representações a forma como o campo da moda foi marcado pela presença e ação das mulheres, em um curto espaço de tempo no qual a moda foi criada por mulheres, para mulheres e centralmente feminina.

Palavras-chave: HISTÓRIA SOCIAL DA MODA, MARCHANDES DE MODES, ANCIEN RÉGIME, SEXO, GÊNERO.

A historicidade do feminino no poder através da figura de D. Isabel, 1860-1887

Laís Paiva da Ressureição

O presente trabalho tem como finalidade mergulhar no Rio de Janeiro, Corte do Império do Brasil, na segunda metade do século XIX, para discutir as representações masculinas de uma camada letrada, formada por intelectuais da geração 1870, sobre a Princesa Isabel a partir da perspectiva do gênero como categoria de análise histórica. É de interesse estabelecer um paralelo com a construção do feminino no poder, através da figura de D. Isabel como sucessora do trono imperial, e o papel social, de filha, esposa e mãe, postulado as mulheres abastadas no XIX. Em destaque para confluência de dois preceitos básicos, estruturantes e formadores da sociedade imperial, o âmbito público e o privado. Desse modo, a figura da Princesa Isabel, mesmo que proeminente na historiografia, carece de análises críticas à relevância do seu gênero feminino. Ainda que, pertencendo à monarquia brasileira e possuindo um título nobiliárquico, a questão em torno do seu gênero é levantada desde o seu nascimento. E a sua dimensão de poder é notoriamente limitada, em contrapartida, pelo fato de ser mulher. Mesmo que, dotada de privilégios materiais, de formação intelectual e de segurança, a construção em torno de sua imagem é marcada por termos qualitativos e predicados que a assemelham as condições femininas postuladas às mulheres de elite no século XIX, sobressaindo assim o gênero em detrimento do poder. Conceitos-chave estruturantes das relações sociais, políticas e culturais do oitocentos. É nesta direção que este trabalho tem como objetivo explicitar que a figura da Princesa Isabel constitui uma intersecção entre o gênero, sendo Isabel uma mulher branca integrante da monarquia, e o poder, enquanto futura sucessora do trono e Princesa Regente. Sendo assim, é possível analisar a partir das representações tecidas e construídas por uma camada masculina e letrada de intelectuais que transitavam nos âmbitos políticos e públicos oitocentista, o que representava uma mulher como herdeira legítima da Coroa Imperial, e em um cargo máximo de poder no século XIX. Portanto, este trabalho busca através do cruzamento de fontes governamentais e periódicos, abranger discussões presentes no campo social e político, e historicizar a construção do feminino no poder, que emergem por intermédio da trajetória de D. Isabel, pretendendo contribuir para um diálogo com a historiografia do Brasil Império, diante de um enfoque teórico-metodológico da Nova História Política em transversalidade à História Cultural.

Palavras-chave: GÊNERO, PODER, PRINCESA ISABEL, REPRESENTAÇÕES, INTELECTUAIS.

A bruxa, o inquisidor e o historiador: arquétipos, perseguições e narrativas sob a perspectiva do gênero

Marcus Vinicius Reis

Talvez a figura da bruxa seja uma das personagens que possua o maior número de representações e interpretações decorrentes não apenas dos que diziam conviver com essas mulheres acusadas de se relacionarem com o Diabo. Desde o século XIX, ao menos, com a publicação de *A feiticeira*, do historiador francês Jules Michelet, que essa personagem tem sido amplamente analisada pelos pesquisadores interessados em compreender o que se convencionou chamar de “fenômeno de caça às bruxas”. Por isso, é possível afirmar com segurança, que essa figura tem sido amplamente representada no campo da demonologia, da literatura jurídica, das representações artísticas – desde o Medievo –, na historiografia, no cinema e na literatura. Ainda assim, o que se sabe dessas mulheres que foram publicamente acusadas através do delito da feitiçaria, para além dessas representações, arquétipos e interpretações? Como se dá esse movimento de interpretações e análises não apenas entre os que diziam presenciar a existência da bruxaria, mas entre os pesquisadores que, por vezes, negaram a viabilidade dessa temática no campo da História? Para responder a esse questionamento, esta apresentação defende a operacionalização do gênero como uma das alternativas para que seja possível compreender a relação entre o fenômeno da caça às bruxas e a presença das mulheres como agentes ativas nesse fenômeno.

Palavras-chave: TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO, FENÔMENO DE CAÇA ÀS BRUXAS, GÊNERO, HISTORIOGRAFIA.

O novo Adão do Renascimento: visões do pênis no centro do mundo humano

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Nos diferentes campos das humanidades parece não haver novidade na observação de processos históricos e generificados de subjetivação. Aqui, tomamos como pertinentes concepções críticas às interpretações deterministas e/ou biologicamente determinadas a respeito dos sistemas sexo/gênero; entendendo, primeiramente, os aspectos culturais relacionados à recepção dessas elaborações e, concomitantemente, o empreendimento que justamente produz discursos de verdade que se querem apriorísticos a qualquer interferência da cultura. As determinações biofisiológicas que distinguem os modelos de sexo/gênero são, assim, também parte de sistemas de ideias e de mecanismos sociais de produção do poder. Diante de tais entendimentos, propomos analisar e debater aspectos de um contexto que, nas sociedades ocidentais – e naquelas que viriam a ser colonizadas –, mostra-se de especial importância para a consolidação de uma rede axiomática que, desde períodos ainda mais tardios, vinha estabelecendo desnivelamentos discursivos entre corpos generificados: o Renascimento. Nesse período, não só o reavivamento de concepções antropocentradas se produzia, mas o sujeito instalado no meio do mundo, louvado no célebre discurso de Pico della Mirandola, não estava despojado de um gênero. Tratava-se do homem, masculino, representação secularizada de um novo Adão. O vocábulo antropos-, supostamente neutro, que hoje orienta leituras historiográficas, poderia facilmente ser substituído por uma noção androcêntrica, um tanto mais apropriada, ou, como propõe Rosalind Sydnie (1997), efetivamente falocêntrica. O novo homem do Renascimento, em sua almejada perfectibilidade, foi representado e reapresentado em uma série de ocasiões e suportes que explicitavam ditos andro/falo-centrismos. Nesse sentido, pretendemos debater uma tradição especialmente intrigante: o homo ad circulum e ad quadratum, ou, simplesmente, na fórmula pela qual tornou-se mais conhecida, o homem vitruviano. O corpo – masculino – tornava-se dimensão de todas as coisas, incluindo as diversas formas de arte, a arquitetura e o próprio urbanismo efervescente. E nosso objetivo aqui é justamente examinar, sob recortes de gênero, como sujeitos intelectuais-renascentistas-masculinos contribuíram para forjar perspectivas misóginas que localizam, no corpo masculino dotado de pênis – e somente nele –, ideais de racionalidade, perfectibilidade, harmonia, integridade, proporcionalidade, entre tantos outros.

Palavras-chave: RENASCIMENTO; ANDROCENTRISMO; FALOCENTRISMO; HOMEM VITRUVIANO; HOMO AD CIRCULUM/AD QUADRATUM.

Por uma arqueologia da sodomia e da sodomita como categorias sexopolíticas de subjetividade dentro do dispositivo da carne cristã

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Me debruço, aqui, sobre o discurso produzido pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Portugal acerca do pecado nefando da sodomia. A partir de uma interpretação do Santo Ofício lusitano como uma instituição ambígua, em mais de um sentido, sendo um tribunal, ao mesmo tempo régio e papal, bem como uma instância de exercício de formas variadas de poder, algumas vezes, jurídico-soberano, outras, pastoral-disciplinar, proponho o início de uma arqueologia do discurso sobre a sodomia aí manufaturado, com vistas a discernir os contornos da posição de sujeito denominado "sodomita". Assim, tomo como fonte inicial de pesquisa uma sentença condenatória decretada pela Inquisição de Lisboa contra o padre Bartolomeu de Góis, lida em auto público da fé em 28 de novembro de 1621. A partir dessa peça jurídica, pela qual o sacerdote, construído, apresentado e representado como sodomita, foi relaxado ao braço secular, destrincho alguns enunciados subjacentes que, articulando uma prática erótica moral, espiritual e juridicamente condenada às teorizações teológicas mais antigas sobre Sodoma, sodomia e o sodomita, organizam uma formação discursiva particular, relativa a uma certa experiência do (homo)erotismo. Localizei cinco enunciados iniciais, a saber, 1) uma interpretação do Gênesis 19:1-25; 2) a sodomia e a corrupção dos menores; 3) a sodomia e a afeminação; 4) a sodomia e a doença ou corrupção; 5) a sodomia e a libido. O trabalho para a explicitação de cada enunciado exigiu a consulta a fontes teológicas, jurídicas e morais cristãs específicas, da Patrística à Escolástica, as quais eram atualizadas nos discursos inquisitoriais. O jogo orquestrado por esses cinco enunciados estabelecia a sodomia como o mais grave vício da carne, para o que sua dimensão homoerótica era um fator preponderante. O jogo enunciativo da categoria de sodomia foi (re)organizado em sua forma mais acabada e influente na Suma Teológica de S. Tomás de Aquino. Não é sem razão que sua definição da sodomia e do sodomita se tornou a base para o manuseio inquisitorial dessas categorias. Por meio dessa arqueologia da sodomia, o sodomita pode ser lido como uma figura historicamente específica do homoerotismo, distinto do homossexual moderno, caracterizado pelos mais graves estigmas da cristandade (os enunciados estudados), sendo, como tal, juridicamente condenado como relapso. Portanto, descrevo o sodomita como uma posição de subjetividade homoerótica que não se dava nos termos de uma espécie sexual biopolítica, mas no jogo de outros saberes e nexos de poder, aqueles que configuram um dispositivo (ou formação histórica) específico que, na esteira do último Foucault, pode-se chamar de dispositivo da carne cristã, ou seja, uma experiência tipicamente cristã do (homo)erotismo.

Palavras-chave: SODOMIA, HOMOEROTISMO, ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA DAS HOMOSSEXUALIDADES, HISTÓRIA LGBTIA+.

ST16: Fontes, Acervos Digitais e Ensino de História: pesquisa, memória e contemporaneidade

Vinicius Bonifacio Santos Alves
vinicius.nikima@gmail.com

George Leonardo Seabra Coelho
george.coelho@hotmail.com

Sávio Queiroz Lima
savio_roz@yahoo.com.br

No início da segunda década do século XXI a humanidade foi assolada pela pandemia da Covid-19, o que acarretou o isolamento social imposto pelas condições críticas de saúde pública. Tal conjuntura estimulou a problematização das potencialidades do meio digital/virtual, particularmente no campo do ensino e da pesquisa científica. Com a crescente popularização da internet, mídias digitais e tecnologias digitais, torna-se importante – no campo da pesquisa e ensino de História – problematizar o quanto esses produtos provocam transformações na comunicação e no acesso à informação. Essas mudanças têm criado novas necessidades de consumo, despersonalizaram as relações e, ao mesmo tempo, reformularam as relações entre os sujeitos e o tempo. Para além das preocupações referentes às variedades de equipamentos comercializados, das formas como foram inseridos nos imaginários sociais e das formas como vêm modificando as relações sociais, torna-se fundamental que os historiadores incorporem esses debates em suas práticas de pesquisa. Entendemos que a escrita da História e o ensino de História ganharam um fôlego até então pouco experimentado, encurtando distâncias e aproximando pesquisadores. O objetivo deste Simpósio Temático é se tornar um espaço para debater os usos de fontes digitalizadas na pesquisa histórica, assim como problematizar o ensino de história/educação histórica a partir das tecnologias digitais. Entendemos que o professor/pesquisador pode utilizar os recursos digitais de diferentes formas, pois a sociedade atual não pode prescindir dos inúmeros recursos midiáticos e tecnológico, porque toda ação e reflexão passa a ser volatizada e, por isso, atomizada frente ao novo. Frente a essas questões, o presente Simpósio Temático têm o objetivo de aceitar trabalhos que possam: ampliar o debate referente as pesquisas dedicadas as diferentes mídias – digitais e analógicas – e suas interfaces históricas; provocar o debate sobre a história social da tecnologia, seus métodos, suas abordagens e suas fontes; problematizar os usos

das tecnologias digitais e mídias digitais no processo ensino aprendizagem de História; levantar questões sobre publicização dos conhecimentos históricos e das Fake News nas redes sociais e mídias digitais; e discutir os impactos destas inovações tecnológicas entre as comunidades tradicionais, indígenas e/ou quilombolas. Ao propor este Simpósio Temático, pretendemos abrir a possibilidade de dialogar no âmbito da pesquisa em história e no ensino de história, onde os pesquisadores possam expor suas pesquisas concluídas ou em andamento e, assim contribuir significativamente com esse tema no campo da pesquisa/ensino de História.

Formação, ensino e TDIC: Analisando PPCs de História em Minas Gerais

Luiz Gustavo Martins da Silva

Os usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em espaços escolares intensamente vem modificando a relação entre professor-aluno-conhecimento e entre os próprios estudantes. Por isso, as TDICs – e seus usos – precisam ser estudadas e compreendidas em sua complexidade. A hipótese é a de que há um desencontro entre a formação docente – centrada na sua atuação em espaços presenciais e formais de escolarização – e os novos espaços de aprendizado. Tendo como fonte histórica os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Licenciatura em seis Universidades Federais do estado de Minas Gerais, busca-se apresentar as formas como as TDIC estão presentes nesses documentos, analisando quantitativa e qualitativamente de que modo as mídias e tecnologias digitais são propostas pelos PPCs. Sabe-se que esses programas pedagógicos fundamentam a formação dos futuros professores de História, o que impacta no ambiente escolar. Dessa forma, o objetivo é problematizar o conceito de tecnologias digitais, seus usos no campo do ensino e as formas como foram – e tem sido – pensadas no processo de ensino e aprendizagem de História. Espera-se contribuir e aprofundar as pesquisas recentes no campo das TDICs e das Humanidades Digitais e, sobretudo, abrir um diálogo mais do que necessário no Ensino de História.

Palavras-chave: MÍDIAS, FORMAÇÃO, ENSINO, DIDÁTICA HISTÓRICA.

A Pós-Graduação na Faculdade de Educação: acervo, memória e extroversão

Sara Rodrigues Handeri Araújo

Roberta Ornelas Oliveira

Poliana Leles de Oliveira

O presente trabalho tem como objetivo historicizar o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FaE-UFMG), fundado em 1971. A da promulgação da Lei nº 5. 540, mais conhecida como Lei da "Reforma Universitária", de 28 de novembro de 1968, permitiu a criação dos cursos de Pós-graduação no Brasil — *Stricto Sensu*, mestrado e doutorado, e *Lato Sensu*, especialização e aperfeiçoamento, caracterizando também um ponto de partida para a Pós-Graduação da FaE. O programa voltou-se para os estudos e análises de experiências, para projetos sociais, priorizando um amplo diálogo com a sociedade. Estas escolhas definiram a predominância de pesquisas com uma abordagem teórico-metodológica que dialoga com o movimento docente; a prática de ensino na educação básica; a cultura popular, os movimentos trabalhistas e, sobretudo, a pesquisa como compromisso social. Atualmente, o Programa é concebido por meio de doze linhas de pesquisa. A pluralidade é uma característica marcante do Programa de Pós-Graduação em Educação e, por isso, não à toa, o seu nome é "Conhecimento e Inclusão Social". Muitas alterações, desde os anos 90, vêm sendo implementadas na Pós-Graduação da FaE, muitas delas em decorrência de novas exigências da CAPES (MEC), o que reivindica uma análise da história do PPGE em diálogo com as suas modificações. Para isso, essa investigação utiliza como fonte os documentos históricos que estão nos arquivos da FaE, bem como a bibliografia que foi publicada em forma de artigos, livros, teses e dissertações sobre o tema. Também investiu em entrevistas com o corpo docente que integra ou integrou a Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Com o objetivo de criticizar e divulgar esta pesquisa, busca-se debater e inseri-la em um contexto mais amplo, dentro de uma perspectiva histórica da criação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: PÓS-GRADUAÇÃO, FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE), UFMG.

Digitalização e catalogação do acervo de jornais do Centro de Memória Social (UEMG)

Débora Cazelato de Souza

Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

O Centro de Memória Social (CMS) da Universidade do Estado de Minas Gerais localizado na cidade de Passos era conhecido como “Laboratório de História”. Ele possui em seu acervo documentos, livros, equipamentos de comunicação, roupas e brinquedos dentre outros materiais diversos cuja principal função é servir à História e preservar a Memória do sudoeste mineiro. Um dos componentes mais importantes e também mais frágeis do acervo é a série de jornais históricos que majoritariamente diz respeito à fase republicana da história do sudoeste. Esta comunicação tem por objetivo apresentar as potencialidades de dois jornais que estão sob a guarda do CMS e que não se encontram disponíveis (ainda) em nenhuma plataforma on-line: “O Sudoeste” – com edições de 1946-1990 – e o “Gazeta de Passos” – com edições de 1940-2000. Até o momento não foi possível obter informações sobre a história desses jornais e seus editores, porém ao consultá-los não é difícil perceber a riqueza dos conteúdos a respeito da região mineira que compreende o município de Passos e arredores, além do recorte temporal coincidir com o tempo da instalação/construção da usina de Furnas, algo que foi determinante para que a cidade de Passos viesse a se tornar um polo comercial e industrial. Desse modo, tal acervo de jornais históricos constitui um patrimônio fundamental do vínculo entre o passado e o presente do sudoeste mineiro. Como resultado, a digitalização e futura publicização, não somente preserva o acervo como também o tornará acessível para pesquisadores, estudantes e demais interessados.

Palavras-chave: DIGITALIZAÇÃO, JORNAIS, CATALOGAÇÃO, PUBLICIZAÇÃO, CENTRO DE MEMÓRIA SOCIAL.

Entre a memória e o esquecimento: digitalização de acervos e ressignificação de monumentos como atualizações históricas

Mayra de Souza Marques

A internet é muitas vezes considerada uma possibilidade de resgate diante da perda da memória, seja devido a incêndios de instituições museais, como foi o caso do Museu Nacional da UFRJ, ou devido a impossibilidade de fazermos nossas atividades de forma presencial, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19. Durante a pandemia, também, os debates sobre as estátuas que homenageiam personagens históricos ligados a um passado escravocrata também foram intensos, especialmente nas redes sociais e nos sites de notícias, debates estes que não ficaram apenas no âmbito virtual, mas foram muitas vezes transformados em atos de derrubada de estátuas ou outros tipos de interferências nesses monumentos. Aleida Assmann, ao referir-se à Internet em seu livro *Espaços da Recordação*, chama a atenção para duas características das novas mídias que dificultariam o seu emprego como meio de memória: a perecibilidade dos suportes de dados, que em pouco tempo tornam-se obsoletos, levando as informações a migrarem constantemente; e a fluidez da escrita digital, sobre a qual a autora se pergunta: “a escrita digital ainda é um medium da memória, ou antes um medium do esquecimento?” (ASSMANN, 2011, p. 441). Assmann conclui que a capacidade de recordação talvez diminua sob a influência das novas mídias, mas não desaparecerá. Em nossa pesquisa, pretendemos desenvolver este questionamento levantado por Assmann, acreditando que as novas tecnologias podem também servir de meios de memória cultural, mesmo que através de uma constante atualização de seus suportes, no caso de acervos digitais, ou na influência que a facilidade comunicacional tem nos movimentos populares de reivindicação de memórias mais representativas. O que parece ser inegável é que postar, salvar, deletar e compartilhar influenciam na forma como nos recordamos e lidamos com a memória e a história. O presente trabalho analisa dois tipos de ações que podem contribuir para histórias mais democráticas: a preservação de acervos de museus através de tecnologias da informação e a discussão a respeito dos monumentos que devem ou não compor os espaços urbanos a fim de representar uma sociedade plural. A hipótese levantada é a de que a virtualização / digitalização de museus, assim como a derrubada ou modificação de monumentos, podem ser consideradas atualizações históricas, desde que compreendam os legados do passado e os projetos de futuro que fazem parte do presente, visando a defesa de valores democráticos.

Palavras-chave: MEMÓRIA, INTERNET, ATUALISMO.

A construção de uma História da Dança no Brasil através da visão de Maribel Portinari

Franciara Sharon Silva do Carmo

Tem-se por objetivo abordar a construção de uma História da Dança elaborada por brasileiros através dos materiais publicados pela jornalista e historiadora Maribel Portinari, durante a segunda metade do século XX. Maribel Portinari é uma bailarina brasileira nascida no Rio de Janeiro em 1939. Aos vinte e um anos ela vai estudar em Paris, onde em 1963 se forma em jornalismo pela École Supérieure de Journalisme. Pouco tempo depois de retornar para o Brasil ela começa a trabalhar no jornal O Globo, mas apenas em 1971 ela passa a escrever no segundo caderno do jornal. Era encarregada principalmente por escrever crítica de cinema e matérias sobre dança (textos, críticas e entrevistas). Em um momento mais amadurecido de sua carreira ela produz duas obras: Nos Passos da Dança (1985), obra na qual ela faz um conglomerado de algumas de suas próprias publicações (as que ela considera mais importantes), publicada em livro pela editora Nova Fronteira; e logo após também publica por esta editora a obra História da Dança (1989), na qual ela faz um apanhado da História da Dança pela via do desenvolvimento do Balé Clássico e da Dança Contemporânea. Nos anos 2000, em contribuição a um projeto do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, publica três biografias: Eugenia Feodorova: a Dança de Alma Russa (2001), Dennis Gray: Eterno em Cena (2001) e Bertha Rosanova: nossa Primeira Odete-Odille (2002). Ao pensarmos em Maribel Portinari, um nome que pode ser desconhecido para alguns, podemos ver nessas linhas sua importância para a História da Dança no Brasil, não apenas como bailarina, mas como uma crítica que participou deste processo e uma historiadora que se preocupou em registrar em português uma obra que tinha como cerne a divulgação deste viés da História em terras brasileiras. Em um aspecto mais amplo, este trabalho visa em seu estudo aproximar três áreas que, apesar das afinidades, poucas vezes são colocadas juntas: História – Arte – Dança. De uma forma igualitária, partimos do pressuposto de que através do entendimento das três podemos vislumbrar um aspecto que condiz com a sociedade e a cultura brasileira da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: HISTÓRIA; ARTE; DANÇA; IMPRENSA; SOCIEDADE.

Podcasts como fontes e objetos para o estudo da história intelectual

Valdeci da Silva Cunha

A comunicação trata da importância e relevância atualmente dos programas de podcast na produção, ampliação e vulgarização do conhecimento histórico em meio digital. Orientado pelas metodologias e discussões principalmente da história intelectual, mas em diálogo com a história digital, a história oral e a história do tempo presente, propomos chamar a atenção para as possibilidades dessa fonte/acervo digital para a pesquisa e o conhecimento da história, ao considerarmos a sua amplitude e alcance fora do âmbito acadêmico. Serão apresentados, portanto, algumas questões e indagações que tem orientado nossas reflexões atuais no sentido de tensionar os usos potenciais dessa fonte e objeto para a pesquisa em história. Para tanto, analisaremos o acervo digital do podcast História Preta, por sua temática, sua amplitude e por sua identificação e apresentação como um programa de história.

Palavras-chave: PODCAST, HISTÓRIA INTELECTUAL, CONHECIMENTO HISTÓRICO DIGITAL.

Professores-Influenciadores: a construção do ethos e o processo de identificação como atrativo para o ensino de História na Internet

*Bruna Giovanna da Silva
Vinícius Breneer Silveira*

No contexto da pandemia da Covid-19, os canais de YouTube relacionados à divulgação de conhecimento histórico tiveram seu papel maximizado no processo de ensino-aprendizagem. Este ensaio crítico tem por objetivo analisar o fenômeno que denominamos como "professores-influenciadores", consideramos que a lógica em que orienta a atuação desses formula-se mediante a equação de quem se é e daquilo deseja-se vincular. Para isso, há um processo de formulação de um "eu virtual", resultado de uma construção da personalidade transpassada pela relação com a plataforma, o ensino escolar não-institucional e o público-alvo. Visamos identificar a construção da imagem-personalidade dessas figuras, bem como elencar os elementos técnicos e de organização de seus conteúdos. Para tanto, selecionamos como objeto de análise três agentes que veiculam conteúdos históricos na plataforma de vídeos: Débora Aladim, Felipe Castanhari e a produtora Brasil Paralelo. Nossas considerações são orientadas metodologicamente sob dois eixos: o primeiro recai sob a análise do discurso, guiados pelos estudos dos linguistas Mikhail Bakhtin (2006) e Dominique Maingueneau (2005), objetivando compreender a construção do ethos (personalidade) dos "professores-influenciadores" relacionada a conformação de um estilo (formas como os conteúdos são veiculados), calcada na noção de performance. Em paralelo, em face do segundo eixo metodológico, a partir de uma abordagem transmídia, proposta por Carlos Scolari (2018) elencamos algumas categorias que nos permitirá problematizar os principais mecanismos de "captura de atenção", a saber: os discursos dos vídeos, as formas pelas quais são produzidas representações sobre a História; os recursos técnicos utilizados. Por fim, nossas reflexões justificam-se pela imperatividade de compreender a inegável utilização da internet como um recurso fundamental para a prática didática contemporânea, inclusive incorporada pelos currículos nacionais de ensino. Além disso, orienta-se a partir da inquietação em compreender a internet como um suporte atrelado ao Ensino de História, ou seja, como forma de desenvolver a consciência crítica do aluno em relação às especificidades da experiência temporal vivida (RUSEN, 2012).

Palavras-chave: INTERNET, ENSINO DE HISTÓRIA, INFLUENCIADOR, ETHOS.

(RE) Pensa Humanidade Plataforma educacional para suspensão desta humanidade(s)

Ana Laura de Moraes Uba e Barbosa

Mariana Laurentino Teixeira

Mauro Cesar de Castro Junior

A (RE)pensa Humanidade é uma plataforma virtual possível pelo trabalho de um núcleo de extensão na Universidade Federal de Ouro Preto, junto ao Departamento de História, sendo onze colaboradores, divididos em cinco setores: Educação, Acadêmico, Etnomídia, Podcast e Literatura. Precisamente, atua-se com as elaborações de conteúdos de cunho didático-pedagógico com propostas que incentivam o desenvolvimento e a divulgação de possibilidades científicas, de obras áudio-visuais e literárias de autoria, produção e participação de povos originários no Brasil. Propondo chamar a atenção para afirmação de novas abordagens de narrativas historiográficas que envolvem as chamadas <<Temáticas indígenas>> ou <<Histórias Indígenas>>. Apresentando em seus conteúdos o cumprimento da descolonização das práticas, interpretações, narrativas e agência histórica. Colaborando para auto-inscrição de existência e resistência de corpos destinados ao epistemicídio e ao genocídio <<indígenas>>. Temos como objetivo central produzir e organizar conteúdos, de forma gratuita, disponibilizados como arquivos PDF e organizados na plataforma digital. Uma alternativa possível e urgente para amenizar as negligências em torno da exequibilidade da aplicação da lei 11.645/08, proporcionando a professores, alunos e demais públicos o acesso de material e conteúdos articulados as demandas e interpretações originárias da contemporaneidade, situação presente e núcleo da humanidade, promovendo assim escuta diante as contribuições, resistência e existência destes <<povos originários>> e corpo(s) território(s). Partindo do olhar e referências próprias destes <<povos>>, produzimos outras formas de abordagens de História Oficial e ao Ensino de História, sem mais contribuir com narrativas de contínuos exotismos, estereótipos pejorativos e subalternização dos corpos, etnias, silenciando a pluralidade e transtemporalidade das <<histórias indígenas>>. Nosso objetivo é romper com narrativas sem protagonismo ou menor interesse em deslocar-se à ouvir experiências e tradição como referências. Nosso posicionamento é distanciar da pretensão de demarcar fatos e subjetividades, determinar e minimizar sujeitos, tradições, cosmos ou qualquer construção de outros mundos possíveis.

Palavras-chave: POVOS ORIGINÁRIOS, PLATAFORMA VIRTUAL, DESCOLONIZAÇÃO, HISTORIOGRAFIA, ENSINO DE HISTÓRIA.

A seresta diamantinense: Criação de uma biblioteca digital

Tatielly Rosa Rocha

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre "A seresta Diamantinense: criação de uma biblioteca digital" de acesso gratuito e universal, com o intuito de promover a difusão da história da seresta diamantinense. Foram disponibilizadas informações sobre a seresta e grupos seresteiros e foi feita, também, a transcrição de partituras com a finalidade de propiciar a pesquisa a musicistas e estudiosos em geral. Considerando a seresta como um dos importantes elementos de identidade do povo diamantinense, a importância desta pesquisa se deve também ao fato de existirem raros estudos específicos sobre o tema e escassos veículos de informação sobre a seresta em geral. Foi utilizada uma metodologia de transcrição e registros em partituras das produções fonográficas; utilizando o programa Sibelius que é um software de edição de partituras para o computador. Ele oferece ferramentas que permitem: criar, gravar, editar, imprimir e reproduzir as suas próprias partituras na notação musical básica. A transcrição tem notação em partitura tradicional, tendo como base as interpretações realizadas pelos respectivos cantores nos registros sonoros obtidos através de discos e CD's seresteiros. O objetivo foi categorizar a rítmica, a condução melódica, as formas de compasso, a letra, a tonalidade e as possíveis modulações nas canções. É importante destacar que os arranjos musicais existentes nas gravações das serestas e dos diversos instrumentos de acompanhamento, priorizam nas transcrições, somente a linha melódica principal. A harmonia das músicas foi cifrada. No que se refere à gravação dos áudios, foi feito o levantamento das gravações dos discos e CD's, produzidos com a participação dos seresteiros, que são três: "JK em Serenata (1968)", "Diamantina em Serenata (1981)" e "Seresta para Nonô (2011)". Em seguida, foram feitas as gravações dos áudios das músicas, migrados através da plataforma Audacity, que possibilita a gravação de áudio e transferências em formato de conversão MP3. A metodologia envolveu também a descrição dos grupos de seresta (possibilitada pela pesquisa bibliográfica, discográfica e documental) e procedimentos peculiares para construção de um site, no qual será hospedada a biblioteca digital. O objetivo geral deste trabalho é criar e divulgar a biblioteca com informações sobre a história da música seresteira diamantinense, seu repertório e suas transcrições, promovendo, assim, a difusão da história da seresta para a comunidade em geral e para estudiosos do tema em especial.

Palavras-chave: DIAMANTINA, SERESTA, BIBLIOTECA DIGITAL.

**ST17 - Insurgências, Insubordinações e Desobediências:
protagonismos subalternos como questão na narrativa histórica**

Denise do Nascimento Santos
denisensantos@yahoo.com.br

Manoel Caetano Do Nascimento Júnior
manoelufpee@gmail.com

Giovana de Carvalho Castro
racinacastro@gmail.com

Graziella Fernanda Santos Queiroz
graziequeirozgago@gmail.com

Este simpósio tem por objetivo congregar trabalhos que questionem o impacto da narrativa histórica sobre corpos colonizados. De que corpos estamos falando? Povos originários, negros, pobres, mulheres, LGBTQIA+, entre outros grupos que sofreram com certa visão monolítica do sujeito. Ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram/são disseminados e conformam a cosmoconcepção hegemônica desde a instituição do que denominamos Modernidade. Quantos não ditos foram necessários para sustentar esse mantra? A escrita da história, inclusive, ao ser protagonizada por homens brancos burgueses naturalizou seu lugar de poder ao passo que engenhrou a ideia do “outro” corporificando assimetrias e escamoteando desigualdades. Enquanto isso, parcela significativa das populações existentes nos países onde o colonialismo prosperou não tiveram seu direito a humanidade conservados, sendo obrigados, quando não violados, para que usassem, aceitassem, incorporassem modos de pensar, ser e agir dos vencedores – como condição de sobrevivência. No Brasil, a Abolição inaugurou formas de racialização que tinham por finalidade manter as hierarquias presentes no período escravista. Assim, gênero, condição jurídica (livre, libertas, escravizadas e descendentes de escravizadas/os), classe e raça, interseccionadas criaram relações de poder que tendiam a permanência de hierarquizações e construção de parâmetros para a marginalização e subalternização. A historiografia, nesse sentido, teria atuado como mantenedora da ordem constituída, tornando extemporâneo, adverso, atrasado tudo aquilo que fosse diferente da norma ocidental, seja intencionalmente ou não. É válido ressaltar que aqui não há a intenção de anular o ocidente ou não reconhecer a sua contribuição intelectual com o mundo. Como

igualmente não consideramos que pessoas externas a um determinado grupo étnico não possam falar sobre este. Queremos principalmente chamar atenção para o óbvio: outros pensam, outros podem e outros também são, como já afirmam vários intelectuais que vão para além das dicotomias e maniqueísmos presentes no pensamento do ocidente. Isso porque grupos étnicos também constituíram formas de resistência e enfrentamento a partir das categorias sociais às quais estavam inseridas. A forma como mulheres negras, indígenas e não brancas elaboraram suas lutas por liberdade e autonomia compõem uma forma de olhar e elaborar a História das Minas Gerais e do Brasil, a partir de outras percepções e maneiras de estar no mundo de outros grupos histórico-sociais não hegemônicos (branco-cisheteronormativos). Refletir que a história pode ter partes iguais é inclusive seguir a sugestão dada por Aílton Krenak sobre “ideias para adiar o fim do mundo” que seriam aquelas perspectivas que ajudem a repensar esses tais caminhos construídos como universais, a relação entre seres humanos e natureza, corpos e divindades. Para este Simpósio Temático nós tencionamos trabalhos que versem sobre: epistemologias decoloniais, negras, indígenas, feministas e LGBTQIA+ como também de outros grupos situados na condição de subalternos para contribuição à narrativa histórica.

O ANTROPO DO ANTROPOCENO PODE MESMO ENGLOBAR TODA A HUMANIDADE?

Gustavo Santos Moreira Franca

O Antropoceno é a mudança de era geológica subsequente ao Holoceno, em que o ser humano deixa de ser um agente biológico para se transformar em um agente geológico. O poder de destruição causado por inúmeras ações antrópicas de larga escala, devido ao avanço industrial e tecnológico, em disparidade à conservação de espaços e recursos naturais, apresenta um cenário mais catastrófico à existência humana e a de múltiplas espécies do que qualquer extinção em massa já registrada. Para além da exposição das causas e consequências desse fato, que desde o século XVIII está em crescente discussão, compreender modos de pensar, agir e se relacionar dentro dos pluriversos dos povos originários em Abya Yala é traçar possibilidades de adiar o colapso ambiental iminente. As estratégias, articulações e domesticação das práticas colonialistas que os povos originários desenvolveram frente aos séculos de imposição epistêmica, ontológica e cosmológica ocidental-moderna-capitalista-cristã são ações, saberes e lutas de grande potência que demonstram possibilidades de adiar o fim dos humanos. O objetivo é analisar como a recusa da dominação colonial pelos povos originários obteve êxito ao resguardar o sentimento, a interconexão e a interdependência dos seus corpos e subjetividade com o ambiente. Essa “desobediência” e insubordinação epistêmica e ontológica por si mesma retira as várias agências intrínsecas aos seus modos de viver e agir como participante decisivo nas transformações climáticas que o antropo engloba nessa nova era geológica - Antropoceno - que explora e utiliza brutalmente o organismo vivo da Terra, o guiando para a extinção em massa. Frente ao exposto, a partir de revisões bibliográficas das narrativas e perspectivas indígenas e de análises não-indígenas que contribuem para essa simetria complementar de saberes, o presente trabalho tem como intenção conduzir reflexões e colaborar para as discussões dentro do âmbito acadêmico e científico. Além disso, o destaque das complexidades dos modos de pensar, agir e resistir de alguns povos originários que apresento como exemplo, irá propor interpretações e percepções múltiplas das políticas, histórias, direitos e olhares indígenas, reforçando suas autonomias e protagonismos em uma guerra que busca invisibilizar e marginalizar seus corpos, epistemes, estratégias e articulações próprias.

Palavras-chave: ANTROPOCENO; POVOS ORIGINÁRIOS; CATÁSTROFE AMBIENTAL; INDÍGENAS, ABYA YALA.

Deformação: um olhar aleijado sobre o meio acadêmico e sobre a produção historiográfica.

Maria Fernanda Melgaço Almeida

Norma e desvio. Foi a partir dessa dicotomia que vários corpos e intelectos foram classificados ao longo dos últimos séculos. Dessa classificação, emergiu a noção biomédica de deficiência e capacidade, bem como as propostas de reabilitação de corpos/corporalidades e intelectos/intelectualidades. Estabeleceu-se, assim, a corponormatividade, ou seja, padrões funcionais e corporais dominantes que dividem a sociedade entre normal/desviante, capaz/deficiente, saudável/doente, etc. O meio acadêmico, por sua vez, se ergueu sobre e tem contribuído para a manutenção dessa estrutura e desse discurso capacitista, os quais, historicamente, excluíram, segregaram e apagaram as pessoas com deficiência e suas vivências enquanto seres humanos. Em questionamento e em combate a essa opressão, pessoas com deficiência — tanto dentro da Academia quanto da militância —, em diversas partes do mundo, passaram a se mobilizar e buscar novas formas de compreender suas existências. Esse movimento, por sua vez, deu origem ao que ficou conhecido no Brasil como modelo social da deficiência e, também, inaugurou o que, aos poucos, veio a se tornar o campo de estudos da deficiência [Disability studies]. Porém, apesar das possibilidades trazidas por essa nova perspectiva teórico-política, nem o modelo social da deficiência nem os Disability studies foram capazes de romper por inteiro com os discursos e as estruturas capacitistas. Dessa forma, a presente comunicação tem como objetivo ressaltar como o meio acadêmico e, também, a produção historiográfica contribuem na manutenção da opressão capacitista. Para tal, apontaremos silêncios e barreiras criados nesses meios para que eles sejam aliados à corponormatividade que exclui pessoas com deficiência. Por fim, discutiremos como têm sido elaboradas as possibilidades de aleijamento dessa norma a partir da teoria crip. Proposta essa que busca desestabilizar a norma a partir da transgressão de fronteiras entre normal e desviante, apostando, em grande medida, na performatividade e tendo como orientação a teoria queer. Com isso, a corponormatividade que rege as práticas sociais e, conseqüentemente, acadêmicas é obrigada a se defrontar com seus próprios paradoxos e com os limites do que é considerado normal, belo e saudável, ou seja, vislumbrando sua própria deformação.

Palavras-chave: CORPONORMATIVIDADE, ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA, TEORIA CRIP,

Docência Negra: trajetórias epistemológicas de transformação acadêmica

*Letícia Reis
Camila Mendes Moreira*

A ausência de representatividade negra que encontramos entre a população docente da UFMG deve ser vista como uma questão complexa por ser, simultaneamente, causa e efeito do racismo estrutural e estruturante que impera na nossa sociedade. Entendemos a delicadeza de se trabalhar com o conceito de representatividade negra, e compreendemos que ela se manifesta de diversas formas, como política, epistemológica, quantitativa e/ou sensível. Em nosso empenho de encontrar professoras e professores negros em nossa universidade, disponibilizamos um formulário digital à comunidade acadêmica, visando apreender a percepção dos estudantes da UFMG sobre seus docentes. O resultado desse mapeamento inicial nos fez perceber que, para além da ausência, nos deparamos com um cenário de invisibilidade do seletivo grupo de pessoas negras que ocupam o quadro docente da universidade. Diante disso, nossa intenção foi apresentar diferentes trajetórias de vidas negras que atuam ou atuaram na UFMG e, para isso, selecionamos vinte professores de diferentes institutos, cursos e departamentos da universidade, com idades variadas e que exercem ou exerceram magistério em períodos diferentes com durações diversas. Atréadas a isso, as diversidades de gênero e fenotípicas foram preocupações relevantes, por acreditarmos que tais fatores influenciam as percepções acerca da negritude. Uma vez selecionados, realizamos entrevistas semi-estruturadas e, juntamente, fotografias que nos permitiram aprofundar nas vivências pessoais e profissionais de cada entrevistada e entrevistado. Partimos, ainda, da imersão em quatro conceitos que fundamentaram o projeto e nossos questionamentos: Percepção; Pertencimento; Vivências e Pluralidades. Esses eixos formularam um arranjo de “cosmopercepções” sobre a construção de suas identidades negras, suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais e como elas são percebidas e expandidas através da memória. Retomamos as agências dos corpos negros dessas professoras e professores não só por meio da boca, mas também por meio do olho. Aliamos o nosso olhar fotográfico às entrevistas a fim de construir uma narrativa que contemplasse a totalidade da pessoa negra, evocando as questões que emergiram nas entrevistas e escancarando visualmente quem são os corpos negros docentes. Materializar as subjetividades tornou a exposição o desfecho físico do projeto. Assim, a fotografia é o caminho trilhado como desenvolvimento e também é resultado do processo criativo e de pesquisa. A confluência de corpos negros na exposição — dos curadores, dos motivadores e dos visitantes — acarretaram uma série de movimentos intelectuais, discursivos e institucionais, gerados pelos incômodos dos questionamentos trazidos pela exposição em um espaço universitário hegemonicamente branco. O questionamento inicial permitiu gerar um conhecimento sobre nós mesmos, a docência e seus atores, e construir um aquilombamento em nossas vidas e em nossa universidade.

Palavras-chave: DOCÊNCIA NEGRA, EPISTEMOLOGIA,
AQUILOMBAMENTO.

Um diálogo entre as narrativas silenciadas da periferia e o ensino de História, como o mapeamento coletivo pode contribuir para a emancipação dos educandos.

Francisco Gonçalves de Almeida

As interações entre a escola e a cidade são o objeto principal desta pesquisa que busca, através do ensino de História, construir novas narrativas sobre as periferias urbanas. Uma vez que as periferias urbanas são colocadas num local de segregação social e, por isso, os educandos periféricos são alvos de estigmas e exclusões, o propósito desta pesquisa é esmiuçar formas de trabalhar o ensino de História junto à história da cidade que supere os estigmas e, a partir disso, contribua com a emancipação dos sujeitos periféricos. Além disso, como a formação da cidadania é um dos objetivos da educação, a intenção é criar meios para que os alunos possam construir sua visão sobre a comunidade em que vivem, com um olhar da periferia sobre a periferia. Para isso, o mapeamento coletivo será o intermédio entre o ensino de História, a memória social e a construção de cidadania insurgente. A pesquisa trabalha com três conceitos fundamentais que são: as perspectivas de memória social e locais de memória, dialogando com Pierre Nora e Jacques Le Goff; a noção de cidadania entrincheirada e cidadania insurgente, apresentadas por James Holston; e as perspectivas de educação popular, a partir da pedagogia da periferia de Heli Sabino de Oliveira e Eliane Ferreira Rezende de Oliveira. A memória social é um ambiente de disputa de quais valores sociais serão escolhidos para a realização de um determinado projeto de sociedade. Dessa maneira, ao trabalhar a memória da periferia, o objetivo é resgatar valores de insurgências e reivindicações que dialogam com valores de democracia e emancipação popular. Visto que, nos processos de lutas dos bairros, a formação da cidadania insurgente rompe com a lógica segregadora e autoritária da cidadania entrincheirada. Tendo em vista que a concepção de educação popular exige esmiuçar as possibilidades de um ensino de História que dê foco às narrativas dos oprimidos. Assim, a proposta é criar uma ferramenta pedagógica para a sala de aula, inspirada no mapeamento coletivo que é utilizado por movimentos sociais e busca construir narrativas contra-hegemônicas a partir da visão dos atores sociais. Dessa maneira, a pesquisa analisará como um mapeamento coletivo, em nível de intervenção pedagógica, pode contribuir para a emancipação cidadã. Vale ressaltar que a pesquisa está em estágio inicial, visto que o projeto foi aprovado recentemente no Programa de Mestrado Profissional- Promestre - FAE/UFMG.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO, PERIFERIA, CIDADE, ESCOLA.

Minha mãe não fez azeite: Das insurgências do corpo às rebeldias do intelecto.

Giovana de Carvalho Castro

Juiz de Fora é uma cidade da Zona da Mata Mineira que tem sua história diretamente vinculada à exploração da segunda escravidão no século XIX. Nessa cidade escravista, moldada na forja do controle de corpos negros, diversas estratégias de alcançar a liberdade foram construídas por mulheres negras, tanto na escravidão como no pós abolição. Assim, o objetivo desta comunicação é compreender diferentes significados de liberdade, autonomia e resistência expressas nas análises de histórias de vida de duas mulheres negras, parte da minha tese de doutoramento, que permitam ampliar nossos olhares acerca dos processos de enfrentamento ao colonialismo escravista e da construção de enfrentamentos marcados pelas perspectivas de raça, classe e território.

Palavras-chave: PÓS ABOLIÇÃO, GÊNERO, TERRITÓRIO, MULHERES NEGRAS.

O corpo dissidente de madame satã: agência, violência e a ruptura com os lugares impostos.

Jonas Fernandes Araújo

Nossa sociedade, exclui pessoas, culturas e vivências de acordo com seu próprio discurso de verdade, e como consequência, essa categorização impõe a cada dissidente, além da exclusão, um local próprio a ser ocupado, sendo ele geográfico, social e/ou econômico. Entretanto, apesar da opressão, essas pessoas resistem, imbuídas em uma agência própria de ser. Este trabalho, portanto, pretende discutir os discursos impostos e como as comunidades oprimidas resistem, estabelecendo um habitus próprio, e principalmente, vivendo em ato. Para tanto, essa proposta utilizará como exemplo as vivências e sobrevivências de Madame Satã.

Esta proposta, entende também que apesar de sua resistência e agência, a vivência dos corpos dissidentes não está excluída da dor, entretanto, não é dominada por ela, e através de suas resistências, produzem a sua própria liberdade. Liberdade essa que se traduz em um modo de vida distinto, sobretudo nos lugares ocupados, quando o corpo dissidente ocupa os espaços negados pelas forças de opressão da sociedade. Essa liberdade foi explicitamente exposta na vida de Madame Satã. Toda sua trajetória foi resistência e não-conformação com os padrões impostos. Viveu de fato, sob sua própria concepção de verdade, em uma ótica e prática espinosana. Imbuído em uma sociedade racista e homofóbica, Madame Satã não condizia com o discurso produzido a respeito das "bichas," e ademais, era também o Caranguejo da Praia das Virtudes, famoso por ser "bão de briga" e perigoso. Consequentemente, era inconcebível para uma sociedade homofóbica e machista, coexistirem em um único corpo, um nome de "boneca" e de "valente" e por isso, Madame Satã passou a vida sofrendo com a perseguição da polícia e com o ataque de diversas pessoas. Entretanto, viveu como quis e como era, em um ato constante de parresia e agência, sem se esconder, impondo seu próprio discurso de verdade à uma sociedade racista, machista e homofóbica.

Palavras-chave: AGÊNCIA, DISSIDENTE, VIOLÊNCIA.

Sertão pós-colonial: Indígenas e colonos no Leste mineiro (1808-1843)

Rossiano Henrique Oliveira Vilaça

Em 1808, as elites mineiras aproveitam a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil para pressionar Dom João VI a uma declaração de guerra ofensiva aos povos indígenas do Leste mineiro. Estes povos, chamados pelos portugueses de "Botocudos", se tornariam o centro das políticas de "colonização interna" da Capitania por várias décadas. A decadência da mineração ao final do século XVIII criava a necessidade de novas terras a serem exploradas pela sociedade colonial, levando à criação de corpos militares e empresas para a "civilização" dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Em 1822, com a independência brasileira, estes empreendimentos coloniais não seriam apenas mantidos, como também aprofundados. O fim do período colonial brasileiro absolutamente não significou o final do processo de colonização para os povos originários.

As continuidades deste processo colonial pós-independência são o motivo pelo qual acreditamos que problemas e conceito do Pensamento Pós-Colonial seja adequado para a compreensão das contradições, complexidades e agências subalternas no Sertão Leste mineiro, uma vez que os pensadores/as pós-coloniais se dedicaram (e se dedicam) a compreender as rupturas e continuidades da colonialidade após as independências do terceiro mundo. Esta comunicação falará um pouco sobre a história desta região entre as capitanias/províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, focando no recorte temporal entre 1808 e 1843, analisando as complexidades do Brasil recém-independente e sua relação com os povos originários a partir de conceitos do pensamento Pós-Colonial.

Palavras-chave: BOTOCUDOS, MINAS GERAIS, PÓS-COLONIAL, SUBALTERNO, DECOLONIAL, HISTÓRIA INDÍGENA, HISTÓRIA MINEIRA.

De antigas e silenciadas memórias: a repressão aos carnavais negros em Juiz de Fora no início do século XX (1920-1930).

Amanda Pimentel Lira Cruz

O artigo intitulado “De antigas e silenciadas memórias: a repressão aos carnavais negros em Juiz de Fora no início do século XX (1920-1930)” se propõe a analisar os discursos dos principais periódicos da cidade a respeito das festas carnavalescas organizadas pela população negra em Juiz de Fora nas primeiras décadas do século, assim como também, os discursos destes mesmos periódicos no que se refere a repressão à essas festividades. É sabido que o século XX foi marcado pelo crescimento de tecnologias mais sofisticadas e um forte ideal de modernidade, é a época do surgimento dos primeiros fonogramas e rádios, o que irá interferir de maneira profunda no modo como a sociedade se organizava em eventos sociais e festividades. No entanto, a política do embranquecimento instaurada no pós abolição no Brasil, contribuiu significativamente para o silenciamento, mediante a história oficial, da memória de muitas formas musicais negras neste período. Além disso, a perseguição e a repressão a essas formas de manifestações culturais como os batuques, os ritmos que viriam a se cristalizar em torno do Samba, e os próprios instrumentos musicais como o pandeiro, era intensa, o que hoje é tido como representativo da cultura nacional, não se constituiu no entanto, longe de tensões e conflitos. Nesse sentido, o artigo pretende, dentro de suas limitações, evidenciar as fontes que apontam a repressão do Estado quanto a estas festividades, analisar os discursos presentes nos principais periódicos da época em relação às festas e a postura repressiva do Estado. Contextualizando Juiz de Fora em um cenário nacional mais amplo em que estes elementos culturais se conformam enquanto uma expressão política da história da população negra, uma das formas de inserção dessas pessoas nas dinâmicas sociais de uma cidade assentada no escravismo e no silenciamento das memórias negras em sua história oficial.

Palavras-chave: JUIZ DE FORA. CARNAVAL. REPRESSÃO. IMPRENSA.

Bailes, Festejos e Orações: a produção cultural negra em Juiz de Fora no século XX.

Luís Roberto Silva Cruz

A comunicação que propomos terá o objetivo de refletir a respeito das experiências negras dentro dos processos históricos do pós-abolição no século XX, na área da Produção Cultural na cidade de Juiz de Fora. Entendemos por "Produtores Culturais" todos os agentes que de forma profissional, ou amadora, desenvolvem atividades no sentido de organizar a realização de ações voltadas a apresentação de performances artísticas ou mesmo de eventos com cunho cultural. Pensamos que, para além da movimentação de uma economia voltada para o entretenimento, essas pessoas que produzem cultura através de suas ações acabam difundindo na sociedade muito das suas visões de mundo. Assim, neste trabalho, buscaremos investigar como se deu a inserção e atuação das pessoas negras dentro das atividades ligadas à promoção cultural em uma das principais cidades do estado de Minas Gerais, frente às possibilidades que lhes eram apresentadas em um período ditado pelo racismo e por um silenciamento sistemático dos discursos performados pela fração não branca da população. Para lançar luz sobre este tema, faremos uso de uma bibliografia de suporte que contará com autoras que tratam das experiências negras em Juiz de Fora a exemplo de Rita Félix e Patrícia Lage. Ademais, também faremos uso dos textos de historiadoras como Hebe Mattos e Martha Abreu que já trataram em seus trabalhos de temáticas voltadas às manifestações culturais negras no pós-abolição do Vale do Paraíba. Como fontes primárias, esperamos utilizar tanto os jornais que circularam na cidade, com um recorte temporal que se inicia em 1946 (pós ditadura varguista), quanto depoimentos voltados à História Oral que serão promovidos com pessoas negras que já atuaram ou ainda atuam dentro da cena cultural de Juiz de Fora. Através do cruzamento das fontes, e da contextualização inspirada na bibliografia de apoio, esperamos conseguir atingir nosso objetivo de melhor compreender as nuances da Produção Cultural em Juiz de Fora com protagonismo negro, bem como apresentar a importância desse ramo profissional que nos dias atuais ainda encontra um cenário de desvalorização em nossa região.

Palavras-chave: PRODUÇÃO CULTURAL, PÓS-ABOLIÇÃO, NEGRA, JUIZ DE FORA, SÉCULO XX.

O Partido dos Panteras Negras in The Belly of The Beast.

Bernardo Morais Marques

Pedro Henrique Passos de Oliveira

Nos pouco mais de 10 anos que separam 1921 e 1933, ano que os fascistas chegaram ao poder na Alemanha, a Klan se reconstituiu e, baseada no Nascimento de uma Nação, passou a usar universalmente os lençóis cobrindo a cabeça na defesa da supremacia branca. As Leis de Jim Crow, em vigor desde 1838, como ressaltavam os nazistas germânicos, haviam criado o “país mais avançado no relativo à discriminação legal” e na manutenção de “categorias diferentes de cidadãos”; duas de suas cláusulas, inclusive, haviam sido pastichadas nas Leis de Nuremberg: os códigos antimiscigenação e a One Drop Rule. “A América do Norte, cuja população é formada em grande maioria por elementos germânicos, os quais só muito raramente se misturam com povos inferiores e de cor, mostra-se uma civilização e uma humanidade bem diferente daquela das Américas Central e do Sul (...). O mais puro e sem mistura: ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura do sangue” (Adolf Hitler, “Mein Kampf”, 1925). À contrapelo, o que temos assistido nos EUA desde então, é a consolidação de uma etnocracia, que, com base numa conformação de classes específica, articula-se politicamente como uma Herrenvolk democracy. Nos anos 60, O Partido dos Panteras Negras Para a Autodefesa, amparado pelos escritos de Frantz Fanon, pela ação política de Malcolm X e pela recente vitória das revoluções anti-coloniais e socialistas na China, no Vietnã e em Cuba, sintetiza a condição do povo negro norte americano como colocada em pé de igualdade àquela dos povos submetidos à “situação colonial”. Este trabalho objetiva alinhar uma compreensão marginal dos eventos que se sucederam à organização destes indivíduos (nominalmente Fred Hampton, Huey P. Newton, Eldridge Cleaver) em um Partido que se autodenominava revolucionário no âmago do capitalismo, a partir de uma compreensão dos métodos e modos empregados para sua eliminação física e espiritual, conforme retratada no filme “Judas e o Messias Negro”; um processo violento que continua em marcha por meio de políticas do esquecimento: O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Walter Benjamin, Teses sobre o conceito de História, 1940).

Palavras-chave: PANTERAS NEGRAS; ESTADOS UNIDOS; RACISMO; FRANTZ FANON; WALTER BENJAMIN.

ST18 - Autoritarismo, fascismo, totalitarismo: experiências limítrofes nos séculos XX e XXI

Maria Visconti
mariavisconti92@gmail.com

Anna Carolina Viana
annacvianas@gmail.com

Bárbara Deoti
bdeoti3@hotmail.com

Este simpósio pretende debater as experiências históricas vividas no século XX e as suas reverberações no XXI. Cronologicamente já não estamos mais no século que produziu as grandes guerras e os regimes totalitários, contudo, hoje nos deparamos com os mesmos dilemas enfrentados ao longo dos anos 1900. No Brasil contemporâneo, continuidades históricas com os acontecimentos do século XX são gritantes: genocídios seguem ocorrendo e o autoritarismo está em franca ascensão. Sendo assim, o simpósio almeja questionar o passado em perspectiva interdisciplinar para obtermos novas compreensões acerca do tempo em que vivemos.

Aceitaremos, portanto, trabalhos que abordem as violências dos regimes autoritários, fascistas e totalitários do século XX, no Brasil e no exterior, assim como os movimentos de resistência a esses governos. Buscaremos incluir estudos focalizados na zona cinzenta da atuação política: os que não foram carrascos, nem vítimas, refletindo mais profundamente sobre as relações de poder estabelecidas e as noções de consentimento e cumplicidade. Serão aceitos trabalhos que abordem os genocídios perpetrados durante o século XX, como o Holocausto, o Genocídio Armênio e o Genocídio de Ruanda, entre outros, assim como pesquisas acerca das consequências dessas violências, tais como os julgamentos de perpetradores e a elaboração das noções de crime contra a humanidade e genocídio.

Serão contemplados trabalhos sobre a experiência das Guerras Mundiais e de outros conflitos contemporâneos, especialmente aqueles que se preocupem com as memórias, os testemunhos e traumas dos sujeitos dessa época. Pesquisas que abordem e problematizem as temporalidades e os marcos já estabelecidos para o estudo dessas temáticas serão bem-vindos. Também serão aceitos trabalhos que reflitam sobre os perpetradores desses regimes e ainda sobre narrativas negacionistas dos horrores do século XX. Por fim, serão aceitos

trabalhos que reflitam sobre representações audiovisuais e escritas de regimes autoritários.

Assim, acreditamos que é relevante abordar o século XX como um século que não passou. Ainda enfrentamos questões similares àquelas vividas nesse período, com a ascensão de movimentos de extrema direita, (neo)fascistas e neonazistas. Buscando diálogos, aceitaremos pesquisas sobre a Modernidade e a Pós-Modernidade como perspectivas para a compreensão temporal, que problematizem as rupturas temporais e sociais no pós-queda do Muro de Berlim e que questionem as temporalidades do presente e como elas foram potencialmente afetadas pela experiência da pandemia de Covid-19. Diante de tantos desafios, urge a necessidade de repensar o nosso próprio fazer histórico, buscando novos caminhos interpretativos e meios para contribuir com o combate às ideias, ações e crimes que ainda ocorrem nos dias de hoje. Uma vez que estamos diariamente encarando a tarefa de renovar e (re)fazer as escritas da história, é necessário refletir sobre as experiências que nos levaram a buscar esse (re)fazer.

Neointegralismo e “Direita Grupuscular”: uma análise da extrema direita nacional.

Lavínea Oliveira da Rosa

O objetivo do trabalho foi essencialmente, compreender a influência de crises sociais, políticas e econômicas para a ascensão de movimentos extremistas, além de evidenciar a necessidade de criação de uma consciência histórica a fim de conter o crescimento de tendências antidemocráticas, como o Bolsonarismo e Neointegralismo, e discutir como elas são alimentadas pela dinâmica das redes sociais. Ademais, o ensaio teve como objetivo estudar o que foi o Integralismo e como ele ressurgiu por conta de semelhanças com componentes do discurso de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: NEOINTEGRALISMO, BOLSONARISMO, DIREITA, FASCISMO E MEMÓRIA.

Ideologia nazista no movimento integralista de Santa Catarina: Uma análise do jornal "A Gazeta: a voz do povo" (1934-1937).

Michelle Oliveira Lima Leal

O nazismo foi um projeto totalitário que esteve em vigor na Alemanha entre o período de 1933 e 1945, que visava uma sociedade homogênea e sobrepôr a raça ariana, entretanto esse regime não pode ser limitado a apenas a esse período e nem apenas a Alemanha, tendo em vista que seus ideais influenciaram diversos grupos em diferentes países e até hoje há uma intensa disputa no campo de memória no que diz respeito a representatividade desse fenômeno. Apesar do nazifascismo ter características singulares, ele não é restrito, e por isso ideologias desse regime influenciaram grupos de direita brasileiros, como por exemplo o Movimento Integralista de Santa Catarina, que foi denominado por alguns autores como hitleristas. Nesse sentido, esse trabalho busca traçar um panorama das proximidades e distanciamentos do movimento e partido integralista de Santa Catarina com o nazismo a partir da análise dos jornais de Florianópolis intitulado "A Gazeta: A voz do povo", no período de 1934, ano de primeira edição do jornal, até 1937, momento em que é decretado o Estado Novo por Getúlio Vargas e com isso ocorre o fechamento dos partidos políticos. Assim, a importância dessa pesquisa é de investigar as razões pelas quais os discursos conservadores e o nacionalismo exacerbado ganham força e influenciam no debate público, procurando entender que o nazismo não pode ser restrito apenas como fenômeno trágico do passado e nem apenas a Alemanha. Para mais, além dos discursos, o nazismo, na atual sociedade brasileira também é glorificado por membros da extrema-direita, fazendo apologia a símbolos, e reconstruindo a memória por meio da ideia de que foi um regime de ordem e patriotismo, ou até mesmo, quando é atrelado a uma ideia negativa, o relacionado com políticas de partidos de esquerda, devido ao conceito de "socialismo" no nome do partido de Hitler. Portanto, investigar o suporte em que essas noções se disseminaram no passado são de extrema relevância para compreender as raízes desses discursos e seus impactos na sociedade atual.

Palavras-chave: IDEOLOGIA NAZISTA, INTEGRALISMO, EXTREMA DIREITA.

Oswald de Andrade e Jorge Amado: um inimigo em comum.

Valdeci da Silva Cunha

A presente proposta de comunicação propõe uma aproximação das trajetórias intelectuais dos escritores Jorge Amado e Oswald de Andrade. O objetivo é construir uma narrativa que nos informe sobre o engajamento de ambos na luta contra o fascismo, identificado nacionalmente no Integralismo. Para tanto, foram investigados os posicionamentos dos escritores em relação a um de seus principais líderes e mentores, Plínio Salgado.

Palavras-chave: OSWALD DE ANDRADE, JORGE AMADO, PLÍNIO SALGADO, ANTI-FASCISMO.

"Hitler wins": representações do nazismo em obras de história alternativa.

Bárbara Deoti

A história alternativa é um gênero literário em que os autores se indagam sobre quais seriam as consequências para a história se o passado tivesse tomado outro rumo. Partindo dessa suposição, os autores mobilizam relações de causa e consequência para criar uma linha do tempo alternativa. Em suma, narrativas de história alternativa giram em torno da questão "e se?". Dentro de uma categoria específica de histórias alternativas, popularmente conhecida como "Hitler wins", essa questão se transforma em: e se os nazistas tivessem vencido a Segunda Guerra Mundial? Esta comunicação irá se debruçar sobre livros de ficção científica que exploram essa questão, mais especificamente *O Homem do Castelo Alto* (1962), de Philip K. Dick e *The Ultimate Solution* (1973), de Eric Norden. Esses livros constroem de modo similar os universos ficcionais em que as narrativas são ambientadas (worldbuilding). Em ambos, os nazistas invadem os Estados Unidos e incorporam o país ao Reich após vencerem a guerra. Portanto, pretendemos analisar a representação dos nazistas na literatura estadunidense do pós-guerra por meio da concepção dos autores do que seria esse império nazista imaginado por eles.

Palavras-chave: NAZISMO, PÓS-GUERRA, HISTÓRIA ALTERNATIVA.

Memória, Cinema e violência: imagens do genocídio em Ruanda.

Élcio Loureiro Cornelsen

Nossa contribuição visa a refletir, analiticamente, sobre a construção de imagens do genocídio ocorrido durante a guerra civil em Ruanda, em 1994, veiculadas por relatos memorialísticos e obras cinematográficas, a partir de um viés comparatista. Para isso, elegemos as obras *Shake Hands with the Devil* (2003; “Apertando as mãos do diabo”), de Romeo Dallaire, e *Une saison de machettes* (2003; *Uma temporada de facões*, 2005), de Jean Hatzfeld, obras essas que, de certo modo, aproximam-se do gênero “testemunho”, mas que possuem também determinadas especificidades. Além dessas obras, elegemos também quatro filmes de ficção que têm por tema o genocídio em Ruanda: *Hotel Rwanda* (2004; *Hotel Ruanda*), de Terry George, *Shooting Dogs* (2005; *Tiros em Ruanda*), de Michael Caton-Jones, *Un dimanche à Kigali* (2006; *Tensão em Ruanda*), de Robert Fraveau, e *Shake Hands With the Devil* (2007; *História de um massacre*), de Roger Spottswode. Em termos teóricos, adotamos a definição de “violência” proposta por Jaime Ginzburg na obra *Literatura, violência e melancolia* (2012): “uma situação, agenciada por um ser humano ou um grupo de seres humanos capaz de produzir danos físicos em outro ser humano ou outro grupo de seres humanos”; “um fenômeno que inclui um deliberado dano corporal. A violência, tal como definida aqui, envolve o interesse em machucar ou mutilar o corpo do outro, ou levá-lo à morte”. Não obstante o seu caráter amplo, consideramos que o corpus de pesquisa revela-se adequado ao estudo, uma vez que nos possibilita lançar uma série de questões de ordem teórica sobre o conceito de testemunho e seus desdobramentos. Além disso, o estudo possui o potencial de revelar também aspectos presentes no modo como escritores e cineastas apresentam em suas obras cenas de violência. Estas, em geral, são integradas a processos traumáticos relatados por sobreviventes e testemunhas do genocídio, mas se tornam menos intensas nos relatos dos perpetradores, uma vez que, para estes, tais imagens não se integram à própria autoimagem que fazem de si como “homens comuns”, encobrindo, assim, o prazer sádico em matar que os conduziu a tais atos. Passados quase 28 anos do genocídio perpetrado em Ruanda, de abril a julho de 1994, em que foram vitimadas mais de 800.000 pessoas, a maioria tútsis, a ameaça genocidária mundo afora continua real frente ao avanço de regimes autoritários e totalitários.

Palavras-chave: MEMÓRIA; CINEMA; VIOLÊNCIA; GENOCÍDIO; RUANDA.

Exame das contribuições de George Orwell para formulação do conceito de fascismo.

Raphael Geraldo

Estanislau Vaz Ribeiro

Miriam Assumpção Chaves

O fascismo pode ser delimitado, praticamente sem receio de cometer algum equívoco, como o maior fenômeno político do século XX, reverberando até os dias atuais em nossa mentalidade. De certo modo, seria factível dizer que essa palavra, ou a ideia que se tem sobre ela, atualmente ocupa um lugar comum, ainda que carregado de um enorme peso, em discussões travadas constantemente em redes sociais ou em mesas de bares. Isso se tornou um xingamento cômodo, um modo simplista de sentenciar qualquer visão a uma posição estigmatizada, que não merece nem ao menos ser ponderada. Entretanto, essa questão, tão levemente empregada, levanta diversos pontos que devem ser averiguados com atenção. De início, o mais importante a se considerar é: qual o conceito de fascismo? Apesar de parecer uma pergunta simples, uma rápida revisão demonstra que existem divergências quanto a uma definição restrita. Para além disso, tal questionamento imediatamente levanta outros: os fascismos foram movimentos políticos isolados? Como grupos com tais ideais se organizam e se estruturam ao ponto de se tornarem ameaças para o coletivo? Se um governo com tais inclinações subisse ao poder hoje, perceberíamos tal ameaça ou estaríamos aplaudindo e ovacionando nosso próprio carrasco? Essas questões, são só exemplos de várias outras dúvidas que poderiam ser colocadas ao se invocar essa temática. Assim, longe de querer encerrar tal problemática, essa breve comunicação tem apenas o intuito de proporcionar mais um ângulo para tal debate, por meio das visões de um autor que vivenciou o florescer e a ascensão dos regimes fascistas do início do século XX. Com a popularização dos livros de George Orwell, o ensaísta tem caído nas graças dos leitores brasileiros, sendo invocado a todo momento seja pela "esquerda" seja pela "direita" para fundamentar as próprias ideias, de modo tão vago quanto os xingamentos de fascista, proferidos a torto e a direito. Apesar disso, Orwell possui diversos textos destinados a analisar o que foram e o que poderiam se tornar os regimes fascistas, independente da inclinação política. Ao se declarar como um "socialista democrático", ele não se priva a criticar nenhuma forma de governo que tenha inclinações totalitárias. Dessa forma, tanto pela popularização da obra quanto ao acréscimo promovido sobre a concepção de fascismo, urge observar os ensaios mais relevantes do autor de forma crítica, a fim de se evitar entendimentos dúbios e agregar substancialmente aos debates.

Palavras-chave: FASCISMO, GEORGE ORWELL, SOCIALISMO DEMOCRÁTICO.

"A mestra e o "Mito": concepções de história na obra de Alfred Rosenberg

Anna Carolina Alves Viana

"O objetivo desta comunicação é abordar de que modo a concepção de "história racial", desenvolvida na obra "O Mito do Século XX" (1930), de Alfred Rosenberg, é mobilizada dentro do topos discursivo da "historia magistra vitae", tal qual compreendido por Reinhart Koselleck e François Hartog. Rosenberg é comumente identificado como o principal ideólogo do nacional-socialismo e o "Mito", além de ser a sua principal obra, é considerado como um dos documentos mais importantes para compreender a visão de mundo defendida no Terceiro Reich. Por meio da análise da obra, é perceptível que a história ocupa um lugar privilegiado para a conformação de tal visão de mundo. É nela, afinal, que repousa o embasamento para a construção da "ficção totalitária", no sentido construído por Hannah Arendt: uma realidade na qual a ideologia do regime é aceita como verdade e passa a guiar a conduta de seus súditos. Considerando tal centralidade da narrativa histórica, buscaremos compreendê-la a partir da argumentação de Rosenberg em seu "Mito". Nele, o autor argumenta que, para que o processo histórico seja compreendido corretamente, é necessário considerar a raça como seu fator determinante. Ao lançar mão desta perspectiva, Rosenberg constrói uma narrativa circular, pois identifica, ao longo da história, uma mesma batalha racial que se repete: aquela dos arianos – e, depois, germânicos – contra as raças inferiores. Essa guerra secular e incessante mantém os parâmetros temporais confinados à oscilação entre a predominância de uma ou outra raça e, portanto, isso representa a possibilidade de prever o curso da história – por consequência, da ação humana. A partir dessa constatação, a história pode se tornar mestra da vida, pois os exemplos do passado são capazes de auxiliar na compreensão do futuro. Tendo isso em vista, analisaremos como o autor constrói, ao longo de sua obra, uma narrativa que busca instruir os germânicos para que eles possam, enfim, romper tal circularidade e criar um novo "reich". Um dos recursos que exploraremos é a ideia de "mito", por meio da qual Rosenberg constrói a sua própria coleção de exemplos, remontando à concepção de "historia magistra vitae" aqui mobilizada."

Palavras-chave: HISTORIA MAGISTRA VITAE, HISTÓRIA RACIAL, IDEOLOGIA NAZISTA, ALFRED ROSENBERG, O MITO DO SÉCULO XX.

Vultos coloniais do processo descivilizador na ocupação nazista à Polônia.

Sara Antunes de Oliveira e Souza

Norbert Elias cunhou o termo processo civilizador para descrever a mútua constituição da dimensão do Estado-nação e dos modernos manuais de comportamento. O conceito trata das transformações nas interações em vários níveis de sociabilidade, abarcando dos indivíduos às instituições. O monopólio do exercício legítimo da violência e também do poder fiscal da parte do Estado estavam associados ao incentivo da cortesia e da educação, representando ambos a consolidação de instancias externas de regulação e internas de autodisciplinamento. Mas esta trajetória europeia de civilizar-se sofreria ruptura. Os horrores da Segunda Guerra Mundial foram muitas vezes compreendidos como retrocessos civilizacionais, principalmente no que concerne à terra natal de Elias: a Alemanha. Com objetivo de compreender tal movimento, o de descivilização, o sociólogo compila no fim da carreira seus esforços de identificar essa pulsão ao longo da história germânica na obra *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (1989). Dentre o conjunto dos desenvolvimentos históricos apontado por Elias como influência à aprovação nacional da ideologia nazista e a conseqüente expansão de seu terror racial não se encontra o caráter colonial de sua investida à Leste, embora o autor reconheça a formação de um império. À Alemanha, dirá na obra *O processo civilizador: uma história dos costumes* (1939), não competia a expansão imperialista da França e Inglaterra que distinguia entre colonizadores e colonizados, correspondendo estes aos abismos entre o ocidente civilizado e o bárbaro "resto", pois a eles interessava a distinta Kultur, a superioridade do caráter. O objetivo desse estudo é apontar as deliberadas exclusões dos crimes da história colonial alemã por Elias, especificamente o genocídio das populações herero e nama no Sudoeste Africano Alemão, atual Namíbia, e o processo simultâneo operante ao longo do Kaiserreich de racialização da população polonesa, anterior ao projeto de extermínio do Terceiro Reich. O que a sobreposição dos conceitos de civilização e Kultur informam sobre os planos de aniquilação de hereros, namas e poloneses? Propõe-se tensionar as noções de processo civilizador e descivilizador a partir da inserção da experiência colonial germânica e sua permeação no imaginário e políticas da metrópole e o entendimento dos territórios à Leste como o fantasiado oriente selvagem aberto à conquista por direito como parte desse conjunto de desenvolvimentos.

Palavras-chave: NORBERT ELIAS, DESCIVILIZAÇÃO, SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, COLONIZAÇÃO, GENOCÍDIO.

Muito Mais que Cinco Minutos: A Teoria Pura do Direito e o direito nazista.

Diego Manente Bueno de Araújo

Laura Gandra Laudares Fonseca

Em Cinco Minutos de Filosofia do Direito, Radbruch elenca cinco teses por meio das quais enuncia uma crítica ao positivismo jurídico de Hans Kelsen. O principal apontamento do filósofo é que a Teoria Pura do Direito teria embasado o direito no regime nazista. O intuito deste trabalho é, por meio da análise da obra de Kelsen, notadamente a primeira edição da Teoria Pura do Direito (1934), rebater tais críticas por meio de quatro teses fundamentais: todo direito é direito positivo e exclusivamente direito positivo; primado do relativismo moral, ser e dever-ser como método de conhecimento; e a tese da pureza como garantia da objetividade de uma ciência do direito autônoma. Embora no período nazista a constituição de Weimar estivesse em vigor, o espaço de exceção criado pelo regime, com marcos iniciais em 1933, justificado pelo incêndio no Reichstag, permaneceu com características muito mais próximas à fundamentos ligados ao direito natural, como a ideia do espaço vital e da superioridade da raça ariana. O que deveria ser um momento de suspensão do direito, autorizado pelo art. 48 da Constituição, acabou por se tornar permanente e gerou um direito novo, que em nada poderia ser fundamentado na pureza metodológica de Kelsen. O que embasou o direito nazista foi uma espécie de superioridade ética dos arianos em detrimento dos demais povos, o desprezo pela democracia e a criação de inimigos do Reich. Por esta razão, não condiz com os princípios kelsenianos do positivismo jurídico. O fundamento do direito, para Kelsen, é apenas e tão somente o direito, uma norma hierarquicamente superior. Os nazistas erigiram seu edifício jurídico com base em valores muito bem definidos, além de terem se aproveitado do espaço constitucional da exceção para um governo que se pretendia permanente.

Palavras-chave: DIREITO NAZISTA, DIREITO POSITIVO, DIREITO NATURAL. GUSTAV RADBRUCH. HANS KELSEN.

O neointegralismo e o bolsonarismo: a promoção ao autoritarismo no século XXI.

Caroline Helena Lacerda Bretas

O objetivo do trabalho foi essencialmente, compreender a influência de crises sociais, políticas e econômicas para a ascensão de movimentos extremistas, além de evidenciar a necessidade de criação de uma consciência histórica a fim de conter o crescimento de tendências antidemocráticas, como o Bolsonarismo e Neointegralismo, e discutir como elas são alimentadas pela dinâmica das redes sociais. Ademais, o ensaio teve como objetivo estudar o que foi o Integralismo e como ele ressurgiu por conta de semelhanças com componentes do discurso de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: NEOINTEGRALISMO, BOLSONARISMO, DIREITA, FASCISMO E MEMÓRIA.

Janela do Autoritarismo: Quem é o sujeito autoritário e uma breve reflexão sobre o surgimento dos movimentos fascistas no séc. XX e XXI.

Francis Augusto Duarte

De tempos em tempos surge alguma forma de autoritarismo que emana da história, desde o referendo do Brexit no Reino Unido, as eleições estado-unidenses de 2016 culminando na vitória do empresário e apresentador Donald Trump, o aumento do número de cadeiras conquistadas por partidos de extrema-direita na União Europeia e uma onda de ultra-direita chegando como um tsunami na América Latina - em especial no Brasil, tem havido intenso crescimento do populismo de direita a nível global. A ascensão desses movimentos populistas gerou uma onda de preocupação com progressistas e liberais de todo o mundo, e diversos questionamentos surgem - as democracias liberais estão morrendo, ruindo, é o fim de uma era ou apenas mais um ciclo na vasta história ocidental, são inúmeras as discussões sobre o tema, afinal, é preciso estar atento e vigilante como nos alertava Walter Benjamin, a Alemanha mostrou um exemplo claro da fragilidade democrática, eles foram da democracia para os campos de concentração em menos de 10 anos. O objetivo deste trabalho é buscar compreender nas pesquisas, momentos históricos e na literatura distópica do século XX ecos desse surgimento, muitas distopias são um oráculo para o futuro e a literatura muitas vezes preenche lacunas na busca por respostas ao passado. A presente pesquisa traz uma breve discussão sobre o tema, pois necessitaria de um amplo estudo para explicar os indícios do surgimento, como nascem os movimentos fascistas e um comparativo com o ressurgimento do agora chamado neofascismo no leste-europeu, Estados Unidos e Brasil, para isso embasaram o estudo uma pesquisa nas Teorias da Escola de Frankfurt, nos estudos de Adorno e Horkheimer, nas obras da filósofa e historiadora Hannah Arendt, Walter Benjamin, Rubens Fonseca, Margareth Atwood, entre outros romancistas, historiadores, sociólogos e filósofos dos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: AUTORITARISMO, HISTÓRIA, MOVIMENTOS, DISTOPIA, FACISMO.

O Ocidente em queda: extrema direita francesa e o "perigo muçulmano" no século XXI.

Luciana Lamblet Pereira

"Nas últimas décadas temos visto uma narrativa de queda do Ocidente. Especialmente a partir das imigrações muçulmanas, os valores ocidentais estariam correndo perigo de extinção em detrimento do Islã. Os grupos de extrema direita francesa têm se apropriado de forma muito eficiente deste discurso, fomentando o ressentimento, o ódio e o medo. A proposta desta comunicação é discutir os instrumentos e discursos utilizados por tais grupos no século XXI."

Palavras-chave: EXTREMA DIREITA, FRANÇA, ISLAM, OCIDENTE.

ST19 - História e Natureza: Diálogos possíveis entresociedade, ambiente e cultura

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
hm.ribeirocosta@gmail.com

Bruno Azambuja Araujo
bruno.aa85@gmail.com

Natasha Augusto Barbosa
barbosa-natasha@hotmail.com

A convivência de seres humanos e processos biofísicos tem muito a informar sobre nossas experiências históricas, podendo alterar até mesmo a dimensão temporal do trabalho do historiador. Partimos da asserção de que a vivência humana sobre a terra se expressa a partir de atos biológicos que atravessam as relações sociais e culturais. Desta maneira, em diálogo constante e complementar entre cultura, política, economia e natureza. A relevância da relação entre o meio ambiente e a história humana aparece de forma cada vez mais destacada quando lançamos nosso olhar ao passado a partir do presente. Nesse sentido, a perspectiva da História Ambiental, como campo cada vez mais proeminente, proporciona desafios instigantes para a escrita da História, integrando elementos humanos e não humanos em variados espaços e distintas temporalidades, na construção de uma relação com a natureza. Esta, no que lhe concerne, deve ser retirada de uma concepção cênica e colocada em constante intercâmbio com novos interlocutores e elementos analíticos de diversas áreas do conhecimento. Tais desafios se relacionam com questões que se tornaram preocupações cotidianas, tanto do poder público como da sociedade em geral, como sustentabilidade, deslocamentos populacionais motivados por questões ambientais, secas severas, tempestades arrasadoras e mudanças climáticas, dentre outros. Tendo isto em mente, o objetivo deste simpósio é ampliar o diálogo na história ambiental a partir de novas pesquisas que tratam das diferentes relações entre sociedade, ambiente e natureza ao longo do tempo. São bem-vindos trabalhos que versem sobre as transformações da paisagem, sejam elas rurais ou urbanas; sobre as concepções de natureza em diferentes contextos, nos discursos, em projetos políticos ou mesmo nas relações de trabalho; bem como histórias mais específicas das relações com elementos não humanos como animais, plantas e

águas; e memórias de movimentos ambientais ou projetos de conservação, entre outros. Acreditamos que a troca de experiências, bem como a ampliação do campo com novas pesquisas e olhares, podem colaborar para o desenvolvimento do campo historiográfico em seus aspectos teóricos metodológicos e fortalecer uma visão crítica dos processos históricos a partir do componente ambiental.

Pensamento ambiental na criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, litoral sul da Bahia, 1993 a 2004

Melissa Lujambio Alves

Atualmente, as relações que ligam o desenvolvimento sustentável - ou o impasse ambiental - ao crescimento econômico podem ser consideradas como um ponto de concentração de preocupações generalizadas. Contudo, as formas como se compreendem as relações entre os seres humanos e a natureza apresenta muitas contradições. Chama a atenção que a sociedade atual tenha elegido o meio ambiente como um dos seus temas mais populares e, ao mesmo tempo, os níveis de consumo de bens e produtos tenha alcançado patamares desconhecidos pela humanidade até então. Dos países periféricos aos centros econômicos, muitos projetos de desenvolvimento e industrialização estiveram relacionados à criação de áreas de conservação da natureza, sem deixar de manter o desenvolvimentismo econômico como prioridade. Ao longo da década de 1990, ganhou materialidade o projeto de criação de uma nova unidade de conservação no estado da Bahia, que veio a ser o Parque Estadual Serra do Conduru, instituído em 1997, e localizado entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, passando pelo distrito de Serra Grande. Essas motivações promoveram diversas ações individuais e coletivas em prol da preservação da natureza e da criação de áreas protegidas, como a do Parque Estadual Serra do Conduru. Desse modo, o recorte temporal escolhido para esta pesquisa teria início em 1993, por que foi naquele ano que foi publicada pela primeira vez em um jornal local as notícias sobre o projeto de pavimentação da estrada e a proposta de criação de uma unidade de conservação ambiental no entorno, conforme levantamento preliminar de fontes, além de ter sido o ano de criação da Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande, que antecedeu o parque. A criação do PESC foi fruto de um projeto encampado por grupos de ambientalistas e cientistas com atuação local e conectados com a dinâmica do ambientalismo global. Além disso, o parque parece ter impactado a região onde está localizado de formas diversas, o que pode representar avanços no sentido da preservação da biodiversidade, mas também trouxe alguns conflitos socioambientais que se pretende analisar, com o intuito de refletir e pesquisar sobre as relações entre processos de uma macro e micro história das arenas de discussão e prática sobre as questões ambientais.

Palavras-chave: AMBIENTALISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, HISTÓRIA AMBIENTAL.

“Por uma comida sem veneno”: a formação do movimento agroecológico no RJ (1979-1985)

Paula Fortini Moreira

A pesquisa tem como objeto a formação do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro iniciado na década de 1970 até o período de 1985. O objetivo se concentrou na análise dos debates ambientais que motivaram o seu surgimento e a investigação enquanto movimento social e científico de resistência à política pública de produção agrícola hegemônica implantada no Brasil, a qual defende e aplica o uso intensivo de agrotóxicos. Analisei, também, a relação entre saúde e alimentação na formação do movimento. O casal Joaquim Moura e Ligia Lara escreveu uma carta aos leitores do Jornal do Brasil, em 1979, intitulada “Por uma comida sem veneno”, que tinha como ideais a busca por alternativas para o consumo de “alimentos frescos, puros e baratos”, ou seja, naturais e com preço justo, e a criação de um modelo de vida mais sustentável. Assim, um grupo de pessoas que compartilhava das mesmas ideias se reuniu no Parque Lage da cidade do Rio de Janeiro e debateu alternativas alimentares e de produção, formando a cooperativa denominada Coonatura. O que minha pesquisa buscou demonstrar é que a carta e reunião geraram grande mobilização que pode ser examinada como marcos iniciais do movimento agroecológico local. Este implicou a busca por transformações na dinâmica produtiva no campo, na relação homem-natureza-saúde e na dinâmica mercadológica de consumo. Para analisar os debates sobre a emergência do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, privilegiei o periódico Jornal do Brasil, encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa exclusivamente digital tornou-se fundamental na conjuntura que se desenvolveu de crise sanitária e fechamento de instituições arquivísticas. Este Jornal também foi escolhido depois de um levantamento geral na base e por ter sido o periódico que mais centralizou qualitativamente e quantitativamente o debate da agricultura alternativa ou natural no período estudado.

Palavras-chave: AGROECOLOGIA, COONATURA, AGRICULTURA ALTERNATIVA, HISTÓRIA AMBIENTAL.

Perto de uns e longe de outros: o uso da Ilha de Sapucaia como vazadouro de lixo do Rio de Janeiro (1865 a 1940)

Leticia Andrade Batista Silva

Tenho como intenção apresentar parte do terceiro capítulo da minha dissertação “A natureza do serviço: higiene urbana e a questão do que fazer com o lixo da cidade do Rio de Janeiro (1865-1940)”. Para a apresentação tenho três objetivos principais. Em primeiro lugar discutir o que era lixo, como produto da interação de processos humanos, não humanos e tecnológicos. Em segundo lugar, como a cidade fazia uso de espaços naturais e o trabalho da natureza como parte da tarefa da limpeza, especialmente o território da Ilha de Sapucaia. Por fim, investigar quem era a mão-de-obra empregada na tarefa da limpeza. Para atingir os objetivos farei uso do conceito de “the ultimate sink” ou em tradução livre “última cloaca” do historiador ambiental urbano Joel Tarr para compreender a transferência desse lixo de um espaço ao outro. Colocar o lixo em circulação significava levar de espaços com maior aglomeração populacional para espaços externos ao centro urbano. Tenho como intenção investigar como a cidade usava o trabalho da natureza (a força dos ventos, correnteza dos corpos d’água, a chuva, o uso de terrenos pantanosos, também o fogo) como parte essencial dos serviços sanitários. Argumento que a limpeza urbana era uma ação de mudança material, agia sobre o espaço, no estado físico da matéria e usava da combinação de agentes humanos, não humanos e biofísicos (topografia, bacia hidrográfica, calor, o regime de chuvas) e de tecnologias. Outro objetivo é apresentar elementos não formais ou tradicionalmente associados à limpeza urbana, mas absolutamente necessários para a limpeza. A perspectiva defendida de limpeza pública não era mera questão institucional, mas a limpeza pública era um setor vivo, dinâmico, transformador e mobilizador da comunidade. Usarei como fonte os Anais da Academia Imperial de Medicina, Relatório da Repartição dos Negócios do Império no Ministério do Império e análise da imprensa da época disponíveis Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Além disso, conto com mapas, iconografia do Fundo Augusto Malta.

Palavras-chave: LIXO, NATUREZA, RIO DE JANEIRO.

Memórias da Amazônia em Projetos de Desenvolvimento Nacional: Possibilidades de pesquisa em História política e ambiental através de Acervos Digitais

Luís Felipe Bonacina

Em 2016, a Rede Globo, maior emissora de televisão do Brasil, deu início a divulgação de uma campanha publicitária intitulada: “O Agro é Pop”; tal publicidade resume e acompanha uma cultura política muito característica do Brasil: projetar o desenvolvimento nacional a partir da apropriação privada dos recursos naturais do país. Pesquisas recentes apontam que a integração da Floresta Amazônica em um plano de crescimento econômico, não representou, de fato, melhores condições financeiras para a maior parcela dos brasileiros. Então, no intuito de elucidar como tais movimentos políticos atingiram a população local e o meio ambiente, assim como apresentar uma possibilidade de pesquisa histórica em acervos digitais, o presente artigo pretende traçar um paralelo comparativo entre específicos projetos de desenvolvimento nacional, agressões ao meio ambiente e seus efeitos na população local, através tanto de fontes orais disponíveis no acervo memorialístico e digital Museu da Pessoa, quanto através de fontes jornalísticas reunidas no acervo particular de Hilda Zimmermann. Para tanto, a pesquisa se concentra, principalmente, em projetos de progresso nacional propostos durante os anos de ditadura civil-militar do Brasil.

Palavras-chave: AMAZÔNIA, DESMATAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HISTÓRIA AMBIENTAL.

Interpretação da paisagem do Rio Suruí a partir de uma reconstituição histórica ambiental participativa

Carla de Almeida Lubanco

A história ambiental, no caso da Baixada Fluminense, revela uma correlação entre a reestruturação socioespacial com a estrutura de classes, onde os segmentos socialmente menos favorecidos são expostos às áreas de maior risco ambiental. Logo, é preciso pensar em soluções ambientais a partir do discurso de quem vive no e do rio, realizando, assim, uma pesquisa que coloque o morador como sujeito de seu contexto e fornecendo a possibilidade deste pensar e participar da produção social do espaço da qual vive. Nesse contexto, pensar em soluções ambientais para o Rio Suruí, que percorre o município de Magé, em conjunto com a comunidade é uma alternativa fundamental no conhecimento das questões sociais da região, e na idealização de alternativas para a restauração desse ecossistema que é tão importante para a comunidade pesqueira de Suruí, para o município de Magé como um todo e, também, para a melhoria da qualidade ambiental da Baía de Guanabara. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é a “Interpretação da paisagem do Rio Suruí por intermédio da reconstituição da história ambiental de forma participativa”.

Palavras-chave: HISTÓRIA AMBIENTAL, PAISAGEM, JUSTIÇA AMBIENTAL, BAIXADA FLUMINENSE.

O ambiente natural e a relação humana com a natureza: limites e possibilidades do uso da iconografia dos livros didáticos de História

Marcelo Oliveira Dos Santos

Nos últimos anos temos vivenciado a incorporação de diversos temas nas aulas de História, temas estes, que no primeiro momento, parecem estranhos ao fazer historiográfico. Exemplo disso, é o debate ambiental, como bem destacou Circe Bittencourt (2018). As mudanças climáticas e as catástrofes ambientais motivaram, desde os anos 1970, reflexões de diversos países de como lidar com estas questões e qual o papel humano neste processo. De certo modo, o surgimento da História Ambiental nos anos 1970 foi fruto destes debates (PÁDUA, 2012). Para Donald Worster (1991), os historiadores ambientais tem como principais propostas estudar as influências do ambiente natural nas sociedades humanas e como estas sociedades interferem nos ambientes naturais. Estes “novos problemas” não se limitaram ao espaço acadêmico. Podemos identificar seus efeitos também nos livros didáticos de História. Analisando um conjunto de livros didáticos de História no período de 1995 a 2015, pudemos perceber que as reflexões ambientais foram pouco a pouco sendo incorporadas ao conteúdo destes livros, sendo que seus efeitos mais expressivos, dentro deste conjunto, foram a partir da década de 2010. Desta forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a representação da natureza e da relação humana com a natureza por meio da iconografia e textos presentes nos livros didáticos de História. Nossa reflexão partirá dos resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas.

Palavras-chave: LIVRO DIDÁTICO, REPRESENTAÇÃO, AMBIENTE NATURAL.

A despoluição do Rio Pinheiros: A Tentativa de se recuperar um rio Paulistano e gerar energia (2001-2011)

Nayra Karolyne dos Santos Rodrigues

A pesquisa analisa a tentativa de despoluição do Rio Pinheiros ocorrida entre os anos de 2001 a 2011, que buscou, através de um sistema de Flotação por Ar Dissolvido, recuperar as águas desse rio paulistano para retomar seu bombeamento à Represa Billings e aumentar a produção energética na Usina Henry Borden, em Cubatão. Esse modelo hidrelétrico já havia funcionado entre 1930 e 1992, mas foi interrompido por conta dos poluentes contidos no rio Pinheiros. Considerando que a tentativa de sua despoluição (2001-2011) teve fim sem que o objetivo se concretizasse, procurou-se documentar e problematizar o desenvolvimento do Projeto de Despoluição do rio Pinheiros, a fim de encontrar as razões para o resultado negativo. Reconhece-se que a problemática da degradação e das tentativas de despoluição dos rios paulistanos é de grande relevância acadêmica e social, tanto pela importância das águas como recurso natural como pela importância dos rios para as populações, em especial na cidade de São Paulo, metrópole carente de áreas verdes e de lazer. A pesquisa busca também contribuir para a história ambiental, que tem nos rios um dos seus temas principais de estudo, mas apresentando uma inovação, que é a abordagem que privilegia a recuperação das águas e não sua degradação, que tem prevalecido nos estudos até aqui realizados.

Palavras-chave: HISTÓRIA AMBIENTAL, SÃO PAULO, RIO PINHEIROS, ENERGIA, DESPOLUIÇÃO.

A relação entre natureza e história nas narrativas de Auguste de Saint-Hilaire.

Renata Carneiro Pereira da Silva

Nesse trabalho busco fazer uma apresentação geral da minha dissertação de mestrado que ainda está sendo produzida. Nela busco examinar as narrativas de viagem construídas pelo viajante-naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) acerca das regiões de Minas Gerais e de Goiás, durante o período em que esteve no Brasil (1816-1822). O francês coletou materiais de botânica, de zoologia, de mineralogia, mas registrou também os variados costumes regionais, entre outros. A dissertação dará ênfase à comparação que o botânico fez entre essas regiões, a fim de entender quais elementos ele encontrou em Minas Gerais que fez com que a descrevesse como sendo mais civilizada e menos decadente do que Goiás. Nessas descrições identificamos que para o botânico havia uma relação íntima entre a configuração natural e o comportamento humano. Para compreender essa profunda conexão entre o mundo natural e a sociedade, analisarei algumas das concepções de natureza no período das viagens de Saint-Hilaire e de alguns dos outros viajantes que também estiveram no Brasil. O naturalista nasceu em um contexto de renovação das teorias hipocráticas, cuja ideia-base era de que as doenças humanas seriam causadas pelo ambiente físico e pelo clima. Dessa forma, apesar de considerar a especificidade da sua forma de construir narrativas, ou seja, não só de observação e de descrição, mas também de se propor a explicar as coisas notáveis que encontrava, o viajante partilhava com seus contemporâneos a crença na determinação do ambiente sobre as populações. Apesar da principal função de Saint-Hilaire ser a Botânica, a forma minuciosa e a riqueza de detalhes dos seus relatos nos leva ao entendimento de que o francês esteve empenhado em ser um grande especialista tanto da flora do Brasil quanto de sua história e cultura. A partir da relação histórica e da pesquisa geográfica, objetivava que seus escritos fossem úteis aos europeus e brasileiros. Ao perceber que na historiografia e nos estudos biológicos acerca dos relatos de viagem de Saint-Hilaire, os aspectos naturais e as questões históricas são explorados de forma separada, acredito que essa pesquisa poderá ampliar os estudos que partam do entendimento dos processos históricos a partir dos componentes naturais e vice e versa.

Palavras-chave: SAINT-HILAIRE, VIAJANTES, NATURALISTAS, HIPÓCRATES NATUREZA, HISTORIOGRAFIA.

História Ambiental e Antropoceno: Sentidos de Natureza no audiovisual

Luca Araujo de Oliveira Leite

Filmes, séries, videogames, músicas, entre outras produções, compõem o arcabouço documental que chamamos de fontes audiovisuais. Dessa forma, verificamos um significativo aumento nestas produções culturais contemporâneas que envolvem a relação homem-natureza. Historicamente, jogos e produções culturais em cenários pós apocalípticos são comuns à nós desde a década de 1980. Conflitos geopolíticos marcaram o século XX e isso reflete em nossa produção cultural. Passados 40 anos, nos preocupamos significativamente menos com conflitos geopolíticos, entretanto, problemas da esfera ambiental nunca estiveram tão presentes em nossas vidas. O que chamamos de Antropoceno, é hoje mais do que uma proposta de uma nova época geológica que caracteriza a transformação do sistema terrestre forjada pela humanidade; o Antropoceno, apesar de ameaçar a própria possibilidade de futuro, liberta-nos para olhar para futuros que podem estar presentemente para além da nossa imaginação”, afirmam (LEHMAN & NELSON, 2014: 9). Este é, justamente, o ponto de partida para uma análise do Antropoceno como acontecimento filosófico e político, isto é, como lente útil para imaginarmos e construirmos futuros desejados. O Antropoceno constitui marca indelével de nossas produções culturais, de forma que as fontes audiovisuais compõem um rico arcabouço, uma vez que se inserem dentro de um cenário da Indústria Cultural, estas produções são relevantes por sua capacidade de propagar mensagens, ideologias e de capturar as sensibilidades de uma época, de modo que são mais do que relevantes e necessárias que nós nos aventuremos neste caminho. Nesse sentido, estas produções culturais são capazes de auxiliar o entendimento de uma sociedade, ou pelo menos em parte, acerca do tipo de relação que tem com a Natureza. O ambiente que nos cerca está sendo constantemente lido e relido por nós desde os sentidos disponíveis para que a leitura se torne possível e plausível. Nesse sentido, a interação com o ambiente ganha o caráter de um autêntico diálogo, na qual aquele se oferece como um contexto do qual fazemos parte, envolvidos que somos pelas condições ambientais, ao mesmo tempo em que nós, como seres simbólicos e portadores de linguagem, produzimos nossa visão e nossos recortes dessa realidade, construindo percepções, leituras e interpretações do ambiente que nos cerca. A combinação com este arcabouço teórico com uma abordagem em História Ambiental só tem a acrescentar a estas duas, recentes, áreas.

Palavras-chave: HISTÓRIA AMBIENTAL, ANTROPOCENO, AUDIOVISUAL.

A Sociedade Velosiana de Ciências Naturais e suas publicações na Guanabara.

Gabriel de Oliveira Vieira

O objetivo desse trabalho é apresentar em linhas gerais os debates contidos em minha dissertação de mestrado que está em estágio de produção. O tema da pesquisa encontra-se na emergência e na consolidação da ciência no Império do Brasil em meados do século XIX, inserido em um contexto de adequação aos padrões de modernidade europeus, da criação de um processo civilizatório e da gênese de uma ciência nacional. Para compreender a construção coletiva desse conhecimento – na área das ciências naturais – no Império do Brasil em meados do século XIX, o trabalho se propõe a analisar as publicações produzidas nessa área pela Sociedade Velosiana entre os anos de 1850 e 1855 e publicadas pela Guanabara (1849-1855). A Sociedade Velosiana de Ciências Naturais foi uma associação de naturalistas fundada no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1850. Segundo seu estatuto, essa associação tinha como objetivo estudar, indagar e coligir objetos relacionados com a História Natural do Brasil, além de averiguar e interpretar as palavras indígenas. Além da análise dos trabalhos da Velosiana a pesquisa irá se atentar a dois outros pontos: a imprensa científica da primeira metade do século XIX e a trajetória de três dos principais nomes da Sociedade Velosiana: Francisco Freire Allemão, Guilherme de Capanema e Emilio Joaquim da Silva Maia. Com isso, o objetivo é pensar a agenda editorial da imprensa científica do período. a relevância desses membros da Velosiana na elite letrada e em suas relações com o Império do Brasil e com os outros coletivos de pensamento dos quais faziam parte.

Palavras-chave: CIÊNCIAS NATURAIS, IMPÉRIO DO BRASIL, PERIÓDICOS CIENTÍFICOS.

Os Naturalistas e a Coleção de Criptógamas do Museu Nacional (1818-1930): Atuação, esforços e permanência.

Lais Mendonça Batista

A presente proposta objetiva apresentar a pesquisa ainda em desenvolvimento durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC). A pesquisa visa avaliar o papel exercido pelos naturalistas brasileiros e estrangeiros na criação e organização da coleção de Criptógamas do herbário do Museu Nacional no período de 1818 à 1930 e as condições que garantiram a permanência dessas coleções no Brasil e no Museu Nacional, bem como identificar sua proveniência e compreender as circunstâncias em que foi formada. A coleção de Criptógamas do Museu Nacional conta com aproximadamente 16.800 espécimes coletadas por naturalistas brasileiros e estrangeiros durante o século XIX, dentre a qual a coleção Lichenes Austroamericani ex Herbario Regnelliano se destaca pela atuação do naturalista sueco Gustaf Oskar Andersson Malme (1864-, Stora 1937) e suas contribuições para identificação de espécies de fungos liquenizados brasileiros. Através de um olhar minucioso, Malme coletou e identificou centenas de espécimes da flora brasileira durante a I Expedição Regnelliana (1892-1894), financiada pelo sueco Anders Fredrik Regnell (1807-1884), médico e botânico. Regnell veio para o Brasil em 1840, estabelecendo-se em Poços de Caldas, Minas Gerais. Foi um importante mecenas, financiando expedições de naturalistas botânicos suecos pelo Brasil. Tornou-se correspondente do Museu, enviando para o Museu duplicatas das coletas realizadas por ele e por outros naturalistas estrangeiros. Regnell financiou a I Expedição Regnelliana, porém a mesma só ocorreu após a sua morte, ficando sob a incumbência de Malme o envio de duplicatas para o Museu Nacional. Após a expedição Malme enviou para o Museu Nacional 18 fascículos, dos quais foi curador, que compõe a coleção Lichenes Austroamericani ex Herbario Regnellian, honrando o compromisso de Regnell. Em síntese, essa comunicação objetiva elucidar como se davam as relações entre a instituição e os naturalistas estrangeiros com ênfase nas contribuições de Oskar Andersson Malme para formação da coleção de Criptógamas e nos esforços empreendidos por Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1803 -1866) e Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894), que embora tivessem suas diferenças declaradas, não mediram esforços para expandir as Coleções Botânicas depositadas no Herbário do Museu Nacional, à luz das fontes historiográficas durante o recorte temporal proposto.

Palavras-chave: NATURALISTAS, COLEÇÕES, MALME, MUSEU NACIONAL.

Quem é o feral? nomear excessos e ausências em um novo regime climático.

Queiton Carmo

O Antropoceno vem sendo construído como um conturbado momento contemporâneo por entre inúmeros viventes terranos e as diversas relações com o que se convencionou chamar de “natureza”. Nesse trabalho, viso apresentar uma dessas relações, que diz respeito as formas de conhecer na Amazônia brasileira, a partir da década de oitenta, e o que ela nos conta a respeito da história do nascimento da onça Bempe ocorrida no Museu Paraense Emílio Goeldi e sua morte na primeira década deste século. Dentro dessa nomeação da onça estiveram envolvidas pessoas indígenas Mebêngôkre-Kayapó. A partir desse estudo de caso, questionarei então como reestabelecer naturezas-culturas em mundos de ausências, ou, como fazer brotar dos entendimentos nas histórias indígenas um olhar para além da fronteira humano animal e reimaginar histórias que contam outras histórias e outros seres - múltiplos. Seguir a imagem do jaguar ou da onça, espécie ameaçada de extinção na Amazônia, é então também perceber uma cosmopolítica, ou seja, uma prática de conhecimento em que os muitos envolvidos na sua atuação e imaginação estejam em relação mútua. Sendo assim, é necessário conceber um conhecimento que nos faça questionar as fronteiras de separação humanos e animais, naturezas e culturas, a fim de construir possibilidades de perseguir histórias em rastros ao fazer reentender excessos e ausências nesse novo regime climático

Palavras-chave: HISTÓRIA ANIMAL, AMAZÔNIA, CONHECIMENTOS, ANTROPOCENO, NATUREZAS-CULTURAS

Sob a luz da História Natural: A natureza no contexto do Iluminismo Português

Victor José do Nascimento Custódio

Na segunda metade do século XVIII, grande parte da Europa já experienciava o movimento iluminista que transformou de diversas formas a intelectualidade e a cultura da sociedade ocidental. Nesse contexto, o campo científico que tinha a natureza como principal objeto - a História Natural - ganhou um novo relevo em oposição ao conhecimento diletante e exclusivo das aristocracias. Isso se expressa na criação de enciclopédias, dicionários, livros populares, jardins botânicos, museus que tinham a finalidade de difundir e aplicar as mais recentes descobertas. Além disso, as novidades científicas ilustradas não ficaram restritas aos meios intelectuais, ocupando espaço também nas políticas administrativas das diversas nações europeias. Em outras palavras, estava se consolidando nesse período um certo aspecto utilitário da ciência e mais especificamente dos estudos da natureza. No caso do iluminismo português, esse movimento é bem marcante e se expressou nas reformas pombalinas, ocorridas a partir de 1750, e sobretudo na reforma da Universidade de Coimbra em 1772. Essa reforma transformou os currículos dos cursos oferecidos e deu à História Natural uma importância sistemática dentro do curso de filosofia o que aproximou ainda mais aquela instituição das pautas ilustradas. Tais transformações educacionais em Portugal tinham como objetivo formar “naturalistas”, que eram funcionários capazes de, a partir do conhecimento das luzes, auxiliar a coroa na administração do vasto espaço imperial. Esses naturalistas geralmente recebiam da Coroa o encargo de participar das “Viagens Filosóficas”, que eram expedições feitas nos domínios lusitanos para a demarcação territorial e busca de novos recursos naturais para a exploração econômica. Em outras palavras, a atuação dos naturalistas constituiu uma nova forma do ser humano afirmar seu poder sobre a natureza. O objetivo deste trabalho é justamente investigar de que maneira essa relação mais racionalizada de dominação entre homem e meio ambiente se manifesta nos diferentes materiais científicos produzidos pela sociedade letrada portuguesa dos finais dos setecentos. Acreditamos que a partir da análise das memórias, obras cartográficas, diários e manuscritos dos naturalistas formados na universidade reformada poderemos perceber importantes aspectos da concepção de natureza daquele contexto, bem como o papel do conhecimento científico utilitarista na degradação ambiental dos espaços coloniais.

Palavras-chave: HISTÓRIA AMBIENTAL, HISTÓRIA DA CIÊNCIA, BRASIL COLÔNIA, ILUMINISMO PORTUGUÊS, NATURALISTAS.

ST20 - África itinerante: reescrevendo saberes, redefinindo fronteiras e preenchendo os silêncios

Lucas Aleixo Pires dos Reis
lucas.aleixo228@gmail.com

Letícia Reis dos Santos
reiseovento@gmail.com

Petrus Albino de Oliveira
petrus.2011_oliveira@hotmail.com

Tamires Celi da Silva
tamiressceli@gmail.com

Qual a contribuição de África para a humanidade? O que sua história pode nos revelar sobre a formação de sociedades dentro e fora do continente? Essas são questões que norteiam o debate proposto no Simpósio Temático “África itinerante: reescrevendo saberes, redefinindo fronteiras e preenchendo os silêncios”, que busca reunir pesquisas que tenham como premissa a produção de conhecimento sobre África ou em diálogo com experiências e saberes africanos. África vai além de sua geografia. Sua história se constrói em espaços diversos, através do trânsito de pessoas, saberes e práticas socioculturais. Essa experiência itinerante compartilhada por diversas sociedades deu a tônica de sua relação com povos de outros continentes, articulando histórias multifacetadas e plurais. Ao olharmos para a História da África, percebemos um campo que permite analisar a significativa contribuição de pessoas africanas na formação política, econômica e cultural de povos diversos espalhados pelo mundo. Entretanto, dado ao contexto de surgimento da disciplina História, no seio da sociedade colonialista europeia, a África e suas contribuições para a história da humanidade foram invisibilizadas, gerando apagamento sistêmico e, conseqüentemente, projetando a imagem de um continente onde os sujeitos seriam incapazes de atestar seus feitos, de inspirar e demarcar o seu lugar diante dos demais povos do mundo. Buscando reescrever a História da África, através do diálogo entre pesquisadores e educadores, iremos propor a reunião de variados marcos temporais, tendo início no período Pré-Colonial, que abarca a história africana antes da colonização, em meados do século XIX, passando pelo período Colonial, que compreende o

momento de dominação política do continente e chegando ao Pós-Colonial, entre as lutas de independência e o contexto atual do território. Com esse amplo recorte, procuramos aprimorar o intercâmbio de visões e recortes distintos e/ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas. Ademais, nesse debate, reconhecemos que os espaços escolares são por essência e função, locais dedicados à socialização de conhecimentos. À vista disso, a Lei 10.639/2003, aprimorada na 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos no Brasil, foi marco fundamental para a institucionalização dos esforços de construção de uma narrativa histórica antirracista e não eurocêntrica. Dessa forma, nos interessa criar um espaço de trocas de experiências entre trabalhos educativos na área de ensino de história africana, bem como seu legado. Espera-se, ao fim, que diferentes perspectivas epistemológicas, temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões neste X EPHIS, consolidando olhares e perspectivas interdisciplinares acerca da diáspora e do continente africano neste Simpósio.

A mulher, o Império e a pena: A resistência a formas do colonialismo britânico nas obras de Olive Schreiner (1890-1897)

Rafael de Azevedo Silva

Nesta comunicação, buscamos apresentar como as obras *The Political Situation* (1896) e *Trooper Peter Halket of Mashonaland* (1897) da intelectual sul-africana Olive Schreiner (1855-1920) nos permitem analisar o conceito de resistência de uma forma muito mais diversa do que em uma leitura simples entre colonizador e colonizado nas relações coloniais. A primeira obra trata-se de um panfleto político, no qual Olive Schreiner, junto ao seu marido, dizem que colonização na África do sul estava sendo conduzida de forma “retrógrada” pela Companhia Britânica da África do Sul (CBAS), cujas políticas interromperam o “progresso civilizacional” da colonização britânica. Já a segunda obra trata-se de um romance em que a autora trabalha com uma série de alegorias para tecer uma crítica ácida e denunciar ao seu público britânico como a missão civilizadora tinha se tornado atroz, uma vez que consumia tanto os britânicos, os quais se subordinavam aos interesses retrógrados da CBAS, quanto os nativos, que eram assassinados por aqueles que deveriam ser os “civilizados”. A partir de tais escritos, argumentamos como Schreiner critica e rejeita um tipo de projeto colonial feito nas colônias britânicas na África Austral, mas a autora tece essas críticas reivindicando elementos do que ela considera correto no colonialismo britânico. Além disso, tentamos demonstrar como não há uma ideia coesa sobre o projeto colonial na África Austral, gerando embates entre os colonizadores do que seria a maneira correta de conduzir o projeto colonial. Dessa forma, analisando os textos políticos da autora sul-africana, nosso trabalho busca apontar como Schreiner produz uma resistência a um projeto colonial que vai de encontro com as perspectivas que ela tinha sobre o papel da colonização britânica e da missão civilizatória.

Palavras-chave: ÁFRICA DO SUL; COLONIALISMO BRITÂNICO; OLIVE SCHREINER; RESISTÊNCIA; HISTÓRIA DAS MULHERES.

Gênero em África: uma perspectiva sobre a luta de libertação em Moçambique.

Elisa Cândida Alcântara de Sales

Este trabalho aborda as resistências feitas por mulheres dentro do movimento de libertação de Moçambique, principalmente dentro da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e da LALN (Luta Armada de Libertação Nacional), mas também considerando outras formas de resistência, independentes desses movimentos específicos. Busco determinar, através da análise da bibliografia já disponível sobre o tema, por meio de quais formas as mulheres moçambicanas do período colonial exerciam resistências, pensando a partir de uma perspectiva de gênero e se a condição específica de ser “mulher” influenciou as resistências exercidas por elas. Percebo que a luta feminina não se restringiu à FRELIMO ou à luta armada, mas abarcou também formas independentes e tradicionais de resistência, como a queima de sementes para as plantações de algodão ou a formação de associações tradicionais de apoio mútuo. Também atesto a ocorrência de alguns conflitos dentro da Frente de Libertação, uma vez que as mulheres desejavam realizar atividades consideradas masculinas, como participar da luta armada, mas a própria FRELIMO as impedia, relegando-as a papéis domésticos e do cuidado. Com isso, argumento que as resistências feitas pelas mulheres de Moçambique foram diversas e complexas, superando o binário colonizado/colonizador, pois elas precisaram lutar não só contra a administração colonial, mas também contra estruturas africanas amplificadas e polarizadas pela colonização, dentro da FRELIMO, da LALN e de suas próprias comunidades, as quais reiteravam a hierarquização dos sexos e a divisão sexual do trabalho. Essa perspectiva possibilita, também, uma nova compreensão sobre a luta de libertação de Moçambique, não como um movimento coeso e único, mas como um conjunto de diferentes perspectivas e reivindicações.

Palavras-chave: GÊNERO, MOÇAMBIQUE, LUTA DE LIBERTAÇÃO, RESISTÊNCIA, FRELIMO.

Mulheres na Guiné: significados políticos, sociais e afetivos das relações de parentesco na dinâmica de gênero — Senegâmbia, XVII.

Letícia Reis dos Santos

A presente pesquisa está inserida em uma investigação sobre Inquisição na África, com foco nas relações de gênero e parentesco na região da Senegâmbia. O objetivo é investigar a representação das mulheres nas relações de parentesco, com ênfase nas relações geradas por casamentos. As fontes utilizadas serão denúncias nos Cadernos do Promotor, processos inquisitoriais da Inquisição de Lisboa, relatos dos viajantes de diferentes territórios que transitaram na região e outras documentações diversas referente à relações familiares que forem encontradas ao longo da pesquisa, como registros de nascimento e de matrimônio. Por meio destes documentos, pretende-se alcançar os seguintes objetivos: mapear a presença das mulheres em diferentes regiões da Senegâmbia ao longo do século XVII, mais especificamente entre as regiões do Rio Cacheu ao Rio Geba entre 1588 e 1687; averiguar as relações familiares e as formas como as mulheres foram representadas nas fontes, e identificar aspectos concernentes às estruturas de parentesco no Oeste Africano. Em sintonia, pretende-se apresentar os resultados iniciais dessa investigação com ênfase em traçar o perfil político, religioso, comercial e/ou social das mulheres da região para compreender as diferenças entre as estratificações sociais. Em consonância, almeja-se também buscar as relações familiares e de parentesco, conectadas com conflitos sobre herança, poder e identidade, averiguando possíveis rastros sobre gestação, prostituição, “concunbinato”, em termos eurocêntricos, das relações com moralidade matrimonial nas fontes. Espera-se que a partir desse trabalho, o olhar para as relações de gênero passem a incidir de maneira relevante nas análises historiográficas sobre o continente africano, em especial, na África Ocidental.

Palavras-chave: SENEGÂMBIA, GÊNERO, PARENTESCO.

Novos problemas e velhas questões: Historiografia do Congo entre os séculos XVI e XVII a luz dos Pensamento Pós-Colonial.

Tamires Celi da Silva

A região do Congo é velha conhecida no conhecimento histórico acadêmico. Abundante em fontes escritas. Muitos trabalhos se tornaram referência para os estudos da região, ganhando interpretações e problematizações a luz de questões que dizem respeito a própria epistemologia da História como disciplina, perpassando pelas especificidades da pesquisa em História da África alcançados as interfaces das conexões com outros campos do saber. Por se tratar de um objeto analisado dentro da disciplina História, nos interessa indagar inicialmente como produzir conhecimento histórico sobre o passado africano, em especial congues? Essa é a questão que norteará a presente revisão historiográfica que aqui se apresenta. Nos interessa sobretudo analisar como o Ocidente produziu narrativas e representações sobre África e os africanos, e quais as possibilidades para desconstrução do eurocentrismo. Apesar de o recorte a ser analisado não compreender o período colonial, as produções analisadas foram produzidas em finais do século XIX, perpassando pelo século XX, período marcado pela experiência histórica do colonialismo e que também coincide com as primeiras investidas acadêmicas da História enquanto disciplina em discutir acerca das sociedades africanas e suas experiências no tempo, daí, julgamos possível o trabalho em diálogo com as temáticas dos estudos pós-coloniais.

Palavras-chave: ÁFRICA; HISTORIOGRAFIA; PÓS-COLONIAL

Conexões atlânticas: a Transatlanticidade de Maria Beatriz Nascimento e o Atlântico negro de Paul Gilroy como alicerces epistêmicos para a escrita das histórias negras.

Maria Lídia de Godoy Pinn

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as categorias histórico-culturais e afro-diaspóricas sistematizadas ao longo da segunda metade do século XX pela historiadora brasileira Maria Beatriz Nascimento e pelo sociólogo britânico Paul Gilroy, haja vista as suas especificidades e contextos. Para isso, tomamos como ponto de partida as categorias de Transatlanticidade e Atlântico Negro. A primeira, idealizada pela historiadora brasileira e que versa sobre a constituição de uma cultura e de uma identidade transatlântica definida pelas diásporas africanas, e a segunda, o Atlântico Negro, sistematizado e popularizado por Paul Gilroy, que apresenta uma nova abordagem epistemológica em torno da noção de diáspora e que a partir dela reelabora o problema da modernidade. Dessa forma, nosso objetivo é apreender e analisar como tais produções e sujeitos orientam e balizam as discussões sobre raça, cultura e identidade, e a partir disso, avaliar a potencialidade da categoria de Transatlanticidade, enquanto uma ferramenta teórica e historiográfica alternativa para a sistematização das histórias negras e para os estudos sobre raça e identidade no Brasil.

Palavras-chave: MARIA BEATRIZ NASCIMENTO, PAUL GILROY, TRANSATLANTICIDADE, ATLANTICO NEGRO.

Os planos divinos da raça: Alexander Crummell e a Libéria (1862 - 1872).

Petrus Albino de Oliveira

O teólogo, intelectual e pastor Alexander Crummell (1819 - 1898) dedicou quase duas décadas de sua vida à Libéria e ao continente africano, em busca de encontrar um lugar de autonomia e soberania para as populações negras de todas as partes do Atlântico, sobretudo através de trabalhos evangelizadores, missionários e uma vasta produção de sermões, artigos e livros. Nesta apresentação, focamos em uma pequena parte desta experiência, entre os anos de 1862 - quando é nomeado comissário da causa liberiana - e 1872 - seu último ano no país -, em vista de apreender como Crummell desenvolveu e legitimou um determinado projeto político liberiano a partir de categorias e conceitos ligados à raça, nação e civilização. Para alcançar esse objetivo, utilizamos de ao menos duas fontes: em primeiro lugar, a publicação de *The Future of Africa* (1862), por condensar vários dos princípios desenvolvidos pelo autor nos anos anteriores e dar indícios de seus projetos para o futuro do continente, como o próprio título preconiza. Ademais, dialogamos com esta obra informações e textos de Crummell nos anos posteriores à publicação do livro, tornados públicos por meio do *African Repository and Colonial Journal*, periódico mensal da instituição principal responsável pela emigração negra estadunidense: a *American Colonization Society* (AMS). Ao fim, esperamos demonstrar como Crummell mobilizou um arcabouço teórico e filosófico moderno para sobreviver às violências e aos terrores do período moderno – semelhante a certos passos da obra de Paul Gilroy, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência* (2001) - , em uma relação ambivalente com esses conceitos, ou seja, utilizando-os de forma crítica e distinta e em conformidade com os problemas e as contradições enfrentados em sua realidade e vivência concreta e material no continente africano.

Palavras-chave: RAÇA, LIBÉRIA, CRUMMELL.

Educação e Revolução: Experiências Educativas Desenvolvidas pelo PAIGC.

Aniele Fernandes de Sousa Leão

O Partido Africano de Independência de Cabo Verde e Guiné Bissau – PAIGC viu no processo educativo de formação das bases a estratégia necessária para o sucesso da revolução e a construção de uma nova sociedade. Nesse cenário a educação aparece como a arma necessária para a luta revolucionária, desempenhando o papel de mobilizar os povos, formar os membros do Partido, alfabetizar crianças e adultos e construir uma nova nação forjada na luta. Para compreender esse processo o presente estudo tem o objetivo de investigar as aproximações entre a teoria e a prática desenvolvida pelo Partido no que tange o desenvolvimento educativo da nação. A hipótese é que o PAIGC tenha de fato conseguido colocar em prática as teorias previstas em seu estatuto, pois, ao longo do processo de libertação são criadas diferentes escolas e promovidos inúmeros seminários de formação de quadros. Para desenvolver esse estudo a presente pesquisa tem concentrado suas análises em diferentes documentos do Partido, como atas de reunião escolares, materiais didáticos, informes, entre outros documentos, disponível no Arquivo Casa Comum – Fundação Mário Soares.

Palavras-chave: REVOLUÇÃO, EDUCAÇÃO, ÁFRICA.

Sistema agrícola de base familiar em Angola.

Nelson Manuel Luís

O histórico da guerra civil em Angola, que decorreu em período de guerra levou a população rurais ao êxodo, teve que criar adaptação para produzir alimento em situação extrema, para se manter vivos para sua sobrevivência. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é: Investigar sobre o surgimento e a organização do sistema agrícola de base familiar, no município do Lucala, província do Kwanza, Norte da Angola, para o período de 1980-2020; Caracterizar os sistemas agrícolas. Investigar o sistema agrícola de base familiar, nos aspectos das propriedades, cultivos e práticas, para as épocas secas. A metodologia do projeto será baseada do princípio de Análise Diagnóstica dos Sistemas Agrários (ADSA) para uma melhor sistematização será feita elaboração por: Caracterização do Processo de Desenvolvimento da Agricultura da Região. Do ponto de vista técnico as orientações se darão tendo como base a agricultura familiar. A adesão da - UFVJ M ao PPGER na criação de uma relação com o município para a redução da vulnerabilidade, pois o estreitamento de relações pode se desdobrar em outras ações com esse público. Para reduzir a vulnerabilidade social, proporcionar o aumento da segurança alimentar e a possibilidade de criação de oportunidades pensou-se em três atividades: pesquisa bibliográfica. Revisão de literatura e leituras bibliográficas de cunho teórico e metodológico - Será feito levantamento de séries históricas sobre o clima da região e tipos de solos presentes na prática de cultivos e empresas que prestam assistência técnica pública ou privada e demais temas relacionados à pesquisa. Pesquisa de campo e documental - Lucala, província do Kwanza- Norte /Angola, levantamento de dados por meio de questionários a serem aplicados em diferentes grupos: Questionário aberto onde usa-se técnica de investigação composta apresentada por escrito que tem onde as questões serão feitas de forma oral. A ampliação da segurança alimentar será dada por meio das coletas de informação a fim de saber as vantagens e desvantagens da produção de alimentos naquela região em épocas secas para aquela região para com objetivo de garantir maior diversidade e a manutenção de variedades genéticas mais rústicas na propriedade. O desenvolvimento do projeto está em andamento e será muito importante para região como para academia visto que ajudará a compreender essa dinâmica histórica para solucionar as questões de produção de alimentos em locais que sofrem com produção de alimentos em período seco.

Palavras-chave: ANGOLA, AGRICULTURA FAMILIAR, GUERRA CIVÍL, SECA.

Poder e legitimidade no Songai nos séculos XV e XVI: O caso de Sonni Ali, Askia Muhammad e Timbuctu.

Hugo Clemente Palmier

Com o declínio do Mali no século XV, os governantes Songai, centralizados em Gao e Kukia, tornaram-se independentes e iniciaram sua expansão para o vale do rio Níger. Sob a liderança de Sonni Ali, chegaram até o Delta Interno do Níger. Contudo, no final de sua vida, seu subalterno, Askia Muhammad, orquestrou um golpe de estado contra seu superior. Tanto as crônicas quanto a historiografia contemporânea interpretaram tal evento como a vitória do Islam sobre o paganismo africano. Com base em novas evidências arqueológicas e epigráficas, esta comunicação pretende reinterpretar o golpe e as relações entre o estado e a religião no Songai, concluindo que, cada um a seu modo, tanto o Sonni quanto o Askia eram líderes muçulmanos.

Palavras-chave: SONNI ALI, ASKIA MUHAMMAD, TIMBUCTU, SONGAI

Apontamentos acerca da atuação dos grumetes na Senegâmbia, séculos XVI e XVII.

Lucas Aleixo Pires dos Reis

Esta apresentação tem o intuito de discutir uma primeira análise acerca da inserção dos grumetes, categoria laboral das frotas fluviais e marítimas, nas sociedades da Senegâmbia, África Ocidental, no âmbito das relações estabelecidas com o comércio atlântico, entre os séculos XVI e XVII. Em 1628, uma caravela de nome Santo Antônio, proveniente do porto de Cacheu, aportou para a realização de comércio de escravizados em Cartagena. Entre seus tripulantes, havia um negro grumete de nome Marçal que, não obstante suas afirmações de que era livre e que conseguia comprovar o fato por escrito, foi tomado, pelos oficiais reais do porto, como um escravizado contrabandeado. A pressuposição dos oficiais ignora totalmente o papel dos grumetes, que iam muito além das desenvolvidas a bordo, e as complexas redes de sociabilidade e pertencimento que eles possuíam na sua região de origem, a Senegâmbia. Portanto, iremos debruçar nosso olhar para essa região, a fim de compreender a posição ocupada por essas pessoas no desenvolvimento e integração da região ao comércio atlântico. Os rios proporcionaram vias de acesso ao interior e viabilizaram o comércio costeiro, definindo as relações entre os habitantes da região da Senegâmbia e formando uma importante interligação entre populações e comércio interioranos com o Atlântico. Nesses mesmos rios, os grumetes exerciam funções variadas e indispensáveis nos portos e enclaves comerciais como guias de navegação, marinheiros, pilotos, remadores, mercadores ambulantes, construtores/reparadores de navios e transportadores de mercadorias para o interior. Em outras palavras, eram a mão-de-obra e base para a interligação e realização da infraestrutura do comércio senegambiano. A partir de um corpus documental variado, composto por relatos de viagem, cartas de missionários e documentação administrativa, busca-se analisar as principais ocupações dos grumetes. Assim, procuraremos perceber como tais aspectos moldaram a inserção e ao mesmo tempo, forjaram um modo de existência deste grupo nas sociedades senegambianas, bem como no Mundo Atlântico. Os resultados e conclusões que este trabalho levanta englobam a percepção dos grumetes enquanto formadores de uma categoria laboral do comércio senegambiano que possuem práticas próprias voltadas para a negociação, flexibilidade e itinerância. Assim, destacamos os grumetes enquanto intermediários comerciais, mediadores políticos e culturais, intérpretes e principais informantes sobre a região.

Palavras-chave: GRUMETES, SENEGÂMBIA, COMÉRCIO ATLÂNTICO.

"Por amor do exercício da Guerra": Uma história social dos Sapes a partir dos conflitos na Serra Leoa nos séculos XVI e XVII.

Robertth Daylon dos Santos Freitas

Esse trabalho tem por objetivo apresentar uma História Social dos Sapes na Serra Leoa nos séculos XVI e XVII a partir da análise de alguns aspectos de guerras e conflitos que ocorreram neste território entre 1540 e 1610. A região da Serra Leoa no século XVI compreendia todo o espaço entre o Cabo de Sagres e o Cabo do Monte, ultrapassando, portanto, as fronteiras do que veio a se consolidar como a República da Serra Leoa no pós independência. Em meados do século XVI, os habitantes da região da Serra Leoa, genericamente chamados de Sapes, sofreram uma invasão de um grupo mandé, supostamente associado ao império do Mali, vindo da região da Costa da Malagueta, os Manes. Os Manes foram descritos como guerreiros impetuosos que não só dominavam práticas de guerra e guerrilha, como foram responsáveis por desenvolver parte destas habilidades nos grupos conquistados, principalmente a partir de sua incorporação no contingente militar, sob a alcunha de Sumbas. Ao dar ênfase em aspectos da guerra na Serra Leoa é possível perceber a mobilização de elementos da cultura material que Sapes, Manes e Sumbas faziam durante os conflitos. Não obstante, podemos perceber relações da guerra com o culto aos espíritos e com as cerimônias religiosas mencionadas nas fontes escritas sobre a região. A prática da guerra também ocupou um lugar importante nas relações de gênero entre os povos Sapes e Manes. No caso da Mane-Sumba, nos interessa ainda pensar como o contexto de guerra impactou nas narrativas e percepções sobre a antropofagia, um tópico recorrente na descrição dos europeus sobre a expansão. Em suma, almejamos realizar uma análise da guerra na Serra Leoa a partir de alguns de seus aspectos materiais, cerimoniais, religiosos e imaginários aproximando nossa abordagem de um arcabouço teórico metodológico da História Social da Senegâmbia.

Palavras-chave: SERRA LEOA, SAPES, MANES, SUMBAS, CONFLITOS.

**Africanas e Africanos Courás nas Minas setecentistas:
recriando as cerimônias religiosas em honra às divindades
africanas (1715-1800).**

Keli Carvalho Nobre de Souza

O objetivo desta comunicação é analisar as recriações culturais de cunho religioso do povo Courá, nas Minas setecentistas com ênfase no culto da serpente Dan, praticado na Costa da Mina. Para tanto, comparo as cerimônias religiosas praticadas nos dois lados do Atlântico e demonstro a agência dos Courás na capitania das Minas Gerais, no intuito de demonstrar a circulação de saberes no Atlântico. As fontes utilizadas para analisar o culto a serpente na Costa da Mina são os relatos dos viajantes, que estiveram na região entre os séculos XVI e XVIII. E os documentos analisados para demonstrar as recriações culturais dos Courás nas Minas setecentistas são os eclesiásticos e administrativos.

Palavras-chave: COURÁS, MINAS, RECRIAÇÃO, CERIMÔNIAS RELIGIOSAS, MINAS GERAIS, COSTA DA MINA.

Capoeira Angola e as histórias afrobrasileiras: a reterritorialização da ancestralidade e as performances do tempo espiralar na Escola de Capoeira Oxalufã.

Ângelo de Oliveira Gomes Teixeira

A Capoeira Angola se manifesta como um importante espaço de resistência da população afrobrasileira, guardando e transmitindo conhecimentos trazidos do continente africano bem como os produzidos aqui pelos seus descendentes. Por isso, pode ser lugar de reterritorialização desses conhecimentos e de seu aparato teórico e metodológico de produção e transmissão aqui no Brasil, bem como de muitos valores civilizatórios que compõem as cosmovisões dos povos africanos para cá trazidos. No caso específico das relações com a temporalidade e a história, nos interessa aqui a temporalidade experimentada no interior do ritual da Roda de Capoeira Angola, que se dá como consequência da reterritorialização da categoria de ancestralidade e é denominada “tempo espiralar”. Como pilar importante das cosmovisões africanas trazidas para o Brasil, sobretudo às Bantu e Nagô, a possibilidade de influência da ancestralidade está para além da temporalidade, pois está presente no cerne da concepção de universo destas sociedades e media toda sua relação com o mundo. Assim, por resistir à temporalidade linear e progressiva (característica da história disciplinar), a Capoeira Angola produz uma epistemologia de resistência, configurando-se como forma própria do povo negro lidar com seu passado. Por tudo isso, buscamos aqui compreender as manifestações da temporalidade espiralar no interior do ritual da Roda de Capoeira Angola. Tendo esta temporalidade como vestígio de reterritorialização do conceito de ancestralidade, buscamos compreender como este processo se dá no interior deste espaço e quais aspectos, além da temporalidade, são definidos por este conceito. Para isto, através das metodologias da história oral e da observação participante, nos propomos a analisar o ritual da Roda de Capoeira Angola executado pela Escola de Capoeira Oxalufã e sua rotina de treinos e atividades, a fim de apreender as influências deste conceito sobre os elementos organizacionais e ritualísticos do grupo e, a partir disto, compreender a forma com que o povo negro lida, produz e transmite sua própria história.

Palavras-chave: CAPOEIRA ANGOLA, TEMPORALIDADES, ANCESTRALIDADE.

ST21 - Escravidão e liberdade nas Américas

Ana Caroline Carvalho Miranda
anacarolinec625@gmail.com

Dayana de Oliveira da Silva
dayana.oliveira84@hotmail.com

Nas últimas décadas, a historiografia tem lançado luz sobre as problemáticas envolvendo as populações escrava e egressa do cativeiro em todo o mundo. No caso específico do Brasil, há apenas 133 anos o sistema escravista chegou ao fim. As marcas desse cruel sistema podem ser sentidas até o presente momento, pois é perceptível os reflexos da escravidão na sociedade brasileira que ainda não resolveu questões centrais como, por exemplo: a exclusão social, a violência e a discriminação social. Muito já se produziu sobre essa temática, todavia, é nítido como as pesquisas que se dedicam ao tema têm avançado. Hoje, somos capazes de compreender as relações de poder, as sociabilidades, os tratos comerciais, culturais e religiosos em que estes indivíduos estavam inseridos. A partir disso, as práticas cotidianas, as trajetórias individuais e coletivas estão sendo resgatadas e as diversas faces da escravidão e da liberdade postas em evidência. A proposta deste simpósio temático, em sua quarta edição, é promover um espaço amplo de discussão entre os pesquisadores que se dedicam ao tema, seja na perspectiva da problematização da escravidão como instituição, por meio das relações de poder envolvidas e da administração, seja discutindo o significado da liberdade, as trajetórias individuais, coletivas e de resistência, de negros e indígenas nas Américas. A partir disso, serão privilegiadas pesquisas que abordem o cotidiano do cativeiro e a atuação da população que o compunha nos seguintes aspectos: os conflitos vivenciados, a constituição da família escrava, as redes de compadrio, a presença em irmandades leigas, as práticas religiosas, as formas de adaptação e resistência, bem como as vias utilizadas por estes indivíduos para adquirirem a liberdade. Ao lado disto, também destacaremos os trabalhos que tratem das relações pós-abolição em suas múltiplas manifestações, ou seja, a vivência dos ex-cativos e seus descendentes em comunidades, religiosidades, o universo material angariado, a participação em demandas judiciais, a formação de redes sociais e mercantis e as estratégias de sobrevivência empreendidas em liberdade. Este simpósio visa também contemplar trabalhos que utilizem diversas tipologias documentais em suas análises, das quais, podemos citar:

testamentos, inventários *post mortem*, periódicos e impressos, ações cíveis, fontes orais, processos criminais e administrativos, fontes eclesiásticas, correspondências, relatos de viajantes e legislações. Do ponto vista teórico-metodológico, serão aceitas pesquisas fundamentadas na História Social, Demografia Histórica, História Econômica, História Cultural, Micro-História, dentre outras correntes.

As vaidades dos homens de cor: o fim das Milícias segregadas por cor (1831-1834).

Maria Clara Aredes de Figueiredo

A comunicação propõe apresentar as reclamações e as análises realizadas nos periódicos cariocas, no período de 1831 a 1834, privilegiando periódicos de uma “imprensa de cor”, sobre a extinção dos corpos milicianos com a criação da Guarda Nacional. Assim, buscamos, ao examinar as reclamações sobre o fim dessas forças auxiliares, demonstrar como a sua extinção interferiu na vida desses homens e compreender a importância de pertencer ao mundo militar como meio de exercício do “ser cidadão”. Percebemos a imprensa carioca como espaço de exercício da cidadania e de expressão de opiniões políticas, principalmente aquelas contrárias ao governo moderado então no poder. A cidade vivia a efervescência dos espaços públicos e apresentava diversos grupos sociais na busca pela construção de um modelo de Império e de “ser cidadão”, cada grupo com suas próprias demandas e reivindicações.

Palavras-chave: MILÍCIAS, HOMENS DE COR, CIDADANIA.

Que cativo é esse? A invenção da liberdade por meio da fuga nos jornais de Salvador nos últimos anos de escravidão (1870-1888).

Samuel Oliveira Nepomuceno da Silva

É difícil falar da História do Brasil sem falar de escravidão. Já que, desde pouco tempo depois da invenção deste território, e por séculos, esta foi uma estrutura instituída e desenvolvida no cerne da sociedade brasileira. Esse aqui é um pedaço de um desses capítulos tão violento como tantos outros. O recorte é o fim do século XIX, aproximadamente 20 anos até 1888, com o fim legal da escravidão. Algo que a bibliografia da História social da escravidão permitiu elucidar é que os escravizados não eram seres anômicos perante o sistema que os flagelava. Eram mais que meros feixes de músculos e ossos. Eram seres humanos, dotados de razão e desejos, sobretudo o de liberdade. O desejo de liberdade, ou ao menos umaliberdade possível, motivou inúmeras formas de resistência escrava. Revoltas, “corpo mole” na realização do trabalho e muitas mais. Dentro dessa miríade, é impossível não citar as fugas. Elas existiram onde quer que houvesse escravidão, reservadas, claro, às devidas características de cada sistema escravistas. Apesar de relativamente comuns, as fugas não devem ser banalizadas. Elas são atos extremos, marcam os limites da dominação. São a invenção de uma liberdade possível dentro de um sistema que não se limitava a uma corrente no pé de um escravizado dentro de um engenho ou casa grande, mas que permeava todo o tecido social brasileiro, em todas as suas clivagens. Por conta disso, inclusive, que muitas fugas não duravam, e às vezes nem tinham como objetivo durar mesmo. Esse presente estudo tem como objetivo investigar as fugas de escravizados em Salvador, bem como compreender as motivações, os riscos e de que forma essa alternativa de resistência se relacionou ao contexto abolicionista. Para isso, as fontes escolhidas foram os jornais que circularam na Bahia do fim do século XIX. A partir deles é possível capturar e analisar inúmeros detalhes da vida social do Brasil deste período. Como se locomoviam, o que consumiam, ou como tratavam escravizados. Boa parte da história da escravidão está lá nos anúncios. Da venda, à compra, à fuga.

Palavras-chave: FUGAS, LIBERDADE, ABOLIÇÃO, ESCRAVIDÃO, ANÚNCIOS DE JORNAIS.

A abolição sob o olhar da Imprensa Imperial (1822- 1889): embates e apropriações na Corte e nas Províncias.

Arthur de Lima Barra Melo

A abolição da escravidão no Brasil é assunto constantemente revisitado seja pela historiografia, seja pela mídia em geral, ou mesmo pelas artes, tais como novelas, músicas, espetáculos teatrais etc. Contudo, ao longo das décadas, foram construídas visões romantizadas nas quais a princesa regente assumiu o posto de redentora, considerada a benfeitora da abolição. Pesquisas recentes tendem a atribuir o fim da escravatura ao movimento abolicionista, que contou com o engajamento da elite política ilustrada e com participação dos estratos populares da sociedade. Assim como Angela Alonso e outros historiadores contemporâneos, este trabalho enfatiza, no processo abolicionista, trâmites legais e os personagens que lutaram para extinguir a escravidão do solo brasileiro. Desse processo, os jornais possuem fortes evidências. Apesar da amplitude de vestígios disponíveis nos periódicos, até certo tempo, havia recusa em tomar os jornais como fonte histórica, uma vez que o estudo do passado era fundamentado na concepção metódica da história, ou seja, a busca pela suposta verdade factual, que só seria alcançada por meio de documentos oficiais. Somente na década de 1970, quando o fazer história foi revolucionado pela Nova História, sucedânea da Escola dos Annales, que os jornais e toda sua subjetividade foram devidamente empregados como fontes históricas. Tais fontes passaram a ser compreendidas como ricas, tal como aponta Darnton, mas, como todo documento, devem ser analisadas com critérios, como ensina Maria Helena Capelato no artigo intitulado A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. A autora também menciona o importante papel histórico dos jornais, desde os primórdios da imprensa do Brasil oitocentista, e sua relevância política. De fato, a imprensa brasileira se caracterizou, do ponto de vista político, por ser o meio oficial para as publicações do governo imperial. Por meio desse suporte, o jornal, é possível estabelecer conexões entre diversos sistemas econômicos, culturais, políticos e sociais que marcam o recorte temporal escolhido para a investigação, como aponta o historiador Robert Darnton, em seus estudos sobre os impressos em outros contextos espaciais. Em termos de recorte temporal, a pesquisa, centrada na imprensa imperial, vai de 1822 de 1889. Já quanto ao recorte espacial, abarca a Corte, o Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

Palavras-chave: IMPRENSA IMPERIAL , ABOLIÇÃO, ESCRAVIDÃO, BRASIL IMPÉRIO.

O uso dos jornais na pesquisa histórica: O pós-abolição e as representações dos emancipados na imprensa cuiabana (1888-1930).

Kaique Rodrigues Vieira

Esta pesquisa visa analisar como a historiografia brasileira tem recorrido aos jornais impressos de época, e em qual medida os utilizam como fonte e objeto na produção dos estudos históricos. Pretendemos, assim, dialogar sobre as diversas transformações que ocorreram na forma de se analisar os periódicos a partir da segunda metade do século XX, com as viradas epistemológicas. Evento que possibilitou admitir um vasto leque nas finalidades deste material para a História. Concomitantemente com as abordagens teórico-metodológicas no fazer historiográfico, levantaremos pontuais discussões que estão em voga nas pesquisas especializadas nos estudos do pós-abolição que se debruçam sobre jornais para investigar as representações sociais da população negra, recém emancipada, no Brasil da Primeira República. Muitos desses impressos eram repercutidos a fim de transmitir ideias e interesses particulares por aqueles que os escreviam. Neste sentido, buscamos compreender nas pesquisas das últimas décadas a quais assuntos e temáticas os negros e negras eram associados nos jornais que circulavam pelo Brasil e na baixada cuiabana entre os anos de 1888 a 1930. Por fazer parte do campo de estudo em História no Centro-Oeste, em Cuiabá, ao recorreremos à Biblioteca Nacional Digital, tivemos contato com materiais riquíssimos, como o jornal periódico chamado O Matto Grosso, por exemplo, que em meados da década de 1890, destacava em seus noticiários, os homens negros como pessoas sem grande ambição dotados de muita “preguiça” e mulheres negras espertas e sedutoras na intenção de conquistar o que desejavam. A ideia é localizar e analisar minuciosamente temáticas como essas, do cotidiano dessa população abolida, que podem ou não endossar as interpretações sobre a inserção no trabalho assalariado e a conquista da cidadania de negros e negras. Este estudo pode colaborar na compreensão de em que medida os aspectos da cultura negra eram incorporados, ou não, nos processos de representação nos jornais, o que permite observar as fronteiras simbólicas dentre as quais os sujeitos negros eram perspectivados pela imprensa durante e após o processo de abolição legal da escravatura. O objetivo da pesquisa, portanto, é analisar como os jornais tem sido utilizados como fonte e objeto no campo da História, quais abordagens são adotadas pelas pesquisas com foco temático nos estudos do pós-abolição no Brasil e como a vida cotidiana da população negra era representada, construída e difundida pelos jornais cuiabanos no início da República do Brasil.

Palavras-chave: JORNAIS, ABOLIÇÃO, REPRESENTAÇÃO, HISTORIOGRAFIA.

Escravos e libertos e o acesso à justiça na vila de Pitangui: uma análise à luz da Teoria dos Sistemas.

Ana Caroline Carvalho Miranda

A presente comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados obtidos em minha Tese de Doutorado, que teve como cerne o acesso à justiça cível pelas populações escravas e libertas da vila de Pitangui, Capitania de Minas Gerais, Brasil, durante o século XVIII. Por meio de petições de diversas tipologias iniciadas e respondidas por estes sujeitos, compreendi os principais motivadores dos conflitos vivenciados, como eles auto intitulavam-se frente ao tribunal, bem como a forma de tratamento recebida por seus adversários, advogados e oficiais camarários. À luz da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, entendo que a ação destes indivíduos contribuíram para a construção das noções de justiça, para a aplicação e reconfiguração do Direito na vila de Pitangui e, conseqüentemente, para a remodelação dos quadros jurídicos gerais da América Portuguesa, através dinâmica da vivência cotidiana e da participação destes segmentos no aparato burocrático e nos tribunais. O sistema jurídico e a sociedade mantinham uma relação dinâmica e interdependente, por isso, o sistema abria-se para acolher às demandas dos escravizados e dos manumitidos e fechava-se para manter a sua operacionalidade, estabilidade e autoridade.

Palavras-chave: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE ,JUSTIÇA ,TEORIA DOS SISTEMAS.

Escravidados em Busca de liberdade no Império do Brasil: ações de liberdade e funcionamento da Justiça em Diamantina (1850-1888).

Thierry de Pinho Queiroz

A comunicação aqui proposta objetiva compreender quais as formas de acesso à justiça e à liberdade encontradas e utilizadas por sujeitos escravizados em Diamantina durante a segunda metade do período imperial. Há a busca em compreender quais eram as justificativas apresentadas pelos cativos ao acessarem o aparelho jurídico a fim de se verem livre do cativeiro. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica da nova história social da escravidão consolidada após 1980 e que trata, entre tantos outros temas, sobre as variadas formas de agência de escravos. Conjuntamente com o levantamento bibliográfico, foram arroladas fontes primárias que documentaram a busca por liberdade movida por cativos. Tal como o caso de Afra Cabra, que em 15 de março de 1879, por meio de seu curador João Gualberto Pereira da Silva, impetraram na justiça diamantinense uma petição requerendo a manutenção de sua liberdade e de seu filho menor. Estando Afra e Clarindo em depósito e tutela do comendador Herculano Carlos de Magalhães e Castro, e sendo realizados todos os trâmites pertinentes ao início de uma ação cível, desenvolveu-se o processo. Afirmava Afra Cabra que fora comprada em 1862 e que vivera em uma fazenda nas proximidades de Diamantina até a morte do seu senhor, em dezembro de 1869. Em decorrência disto, Afra e seus três filhos, incluindo Clarindo, foram levados por Joaquim Coelho de Araújo, que reconhecendo não ter propriedade sobre aquelas pessoas, permitiu que vivessem na cidade de Diamantina, desde s de labor em Diamantina, Afra se mudou para o Arraial de São João da Chapada, onde vivia da mesma forma: sendo livre, trabalhando e até mesmo matriculando seu filho Clarindo nas aulas públicas de instrução primária. Entretanto, esta condição logo seria mudada. Em 1878, ela foi capturada e conduzida com o filho menor para a casa de Joaquim Coelho de Araújo, que outrora havia permitido que gozasse de sua liberdade. Da casa de Joaquim, Afra e Clarindo foram conduzidos para a localidade denominada Conceição, onde foram vendidos como escravizados para Joaquim Casemiro de Ávila. Há, portanto, uma prática de reescravidão das pessoas de Afra e Clarindo, que anteriormente viviam como sujeitos livres. Deste momento em diante, Afra Cabra iniciou os questionamentos sobre sua condição de liberta e se propôs a buscar a derradeira liberdade para si e seu filho.

Palavras-chave: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE, JUSTIÇA, DIAMANTINA.

Visões de um outro em mim: liberdade e escravidão nos primeiros romances de Machado de Assis.

Iury Almeida e Belchior

Os primeiros romances de Machado de Assis, a saber, Ressurreição (1872), A Mão e a Luva (1874), Helena (1876) e Iaiá Garcia (1878), compõem o que convencionou-se chamar de fase romântica. Nesse arco em que a realidade é refigurada com traços tão particulares, propomos uma leitura focada na tematização da escravidão e da liberdade com o objetivo de delinear as nuances com que o referido par é ofertado ao leitor. Ademais, buscando estabelecer um diálogo com Alfredo Bosi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Roberto Schwarz e Silviano Santiago, procuramos interpretar como essa temática estrutura as referidas obras e pode contribuir para a percepção de um certo pathos melancólico nos escritos machadianos, estreitando as relações entre a literatura e a história e compondo a crítica social do Bruxo do Cosme Velho, um dos maiores intérpretes da sociedade brasileira.

Palavras-chave: LIBERDADE, ESCRAVIDÃO, LITERATURA, MACHADO DE ASSIS, ROMANCE.

As dinâmicas do comércio ilegal no Morro de Vila Rica na década de 1730.

Antonio Gabriel Ferreira e Barros

A comunicação tem como objetivo abordar as dinâmicas e aspectos do cotidiano de escravos, livres e libertos, que infringiram as determinações dos governadores da Capitania de Minas Gerais e se submeteram às práticas comerciais consideradas ilegais no Morro de Vila Rica, entre 1731 a 1733. O principal conceito aplicado à pesquisa a ser apresentada é o de dinâmicas de mestiçagens, já que se busca compreender como os personagens envolvidos nos processos contra o comércio ilegal foram influentes e se situavam no processo de construção daquela sociedade mineira setecentista. Como fonte, utiliza-se dos Autos de Achada da Câmara de Vila Rica, documentos que pertencem ao Arquivo Público Mineiro, por meio dos quais é possível observar elementos importantes sobre o cotidiano nas áreas de extração aurífera. A partir da análise dessa documentação, é possível identificar os atores que comercializavam naquele local, as categorias nas quais se encaixavam, sua clientela, as estratégias, produtos e instrumentos de venda. Além disso, por se tratarem de processos judiciais, nota-se a partir das fontes, quais eram os interesses e instituições que promoviam e faziam uso dos Bandos, utilizados como base legal nas buscas e apreensões, e os atores que executavam as determinações das autoridades, circulando e promovendo as autuações. Dentre os casos a serem abordados, existem evidências do cotidiano de pessoas que se situam entre as práticas comerciais, a condenação do crime e a violência das sentenças. Por fim, trata-se de uma comunicação sobre uma pesquisa em desenvolvimento que busca compreender pequenos aspectos considerados importantes para o entendimento das dinâmicas que envolveram a sociedade escravista mineira do século XVIII.

Palavras-chave: ESCRAVIDÃO, DINÂMICAS DE MESTIÇAGENS, COTIDIANO, COMÉRCIO.

O panorama provincial do tráfico interno em Minas Gerais nas décadas finais da escravidão (1861-1888).

Ulisses Henrique Tizoco

A presente pesquisa, recém-iniciada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, busca, sobretudo, discutir e melhor compreender as dinâmicas do tráfico, em suas modalidades intra e interprovincial, ao longo das três últimas décadas da escravidão em Minas Gerais, bem como as especificidades e articulações regionais e as formas de atuação e conexões comerciais dos principais agentes nele envolvidos, em paralelo às principais características socioeconômicas locais, de modo a permitir a visualização de um panorama provincial do tráfico, numa província econômica e demograficamente complexa e diversificada, que abrigava a maior população escravizada do Império. Pretende-se, assim, ampliar as discussões existentes e preencher algumas das lacunas que ainda persistem sobre a escravidão e o tráfico na província mineira, fornecendo novos argumentos e evidências para a produção historiográfica, ampliando a cobertura espacial dos estudos existentes e, de maneira inédita, empregando as fontes notariais (escrituras de compra e venda e procurações) localizadas em diversas regiões de Minas de forma articulada e dialógica, porém explicitando as particularidades locais e regionais.

Palavras-chave: MINAS GERAIS, TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS, DÉCADAS FINAIS DA ESCRAVIDÃO.

As dinâmicas do tráfico interno sob a perspectiva das companhias mercadoras de escravizados: o caso de Juiz de Fora (MG), durante a segunda metade do século XIX.

Dayana de Oliveira da Silva

O tráfico transatlântico promoveu um dos maiores deslocamentos populacionais da história. Diversas pesquisas apontam a magnitude dessa migração forçada. Estima-se que entre os séculos XVI ao XIX, 12,5 milhões de africanos contrabandeados tenha atravessado o oceano Atlântico em direção às Américas. Destes, 5,5 milhões, aproximadamente 46% do total, tiveram como destino o Brasil. Após o decreto que colocou fim ao contrabando de negros escravizados no Império do Brasil, uma prática pouco difundida ganhou destaque e relevância: o comércio interno, em suas distintas feições (intraprovincial, interprovincial e local). Nessa comunicação, propomo-nos apontar alguns resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é entender o modo de funcionamento e as estratégias usadas pelas companhias mercadoras de escravizados. Nosso recorte espacial corresponde ao município de Juiz de Fora, interior da província de Minas Gerais, local de residência da mais importante firma no período, denominada Justiniano das Chagas & Cia. Tratava-se de uma poderosa empresa que atuou na segunda metade do século XIX na Zona da Mata mineira com conexões importantes com a Corte do Rio de Janeiro. Por meio da análise quantitativa e qualitativa dos Livros de Notas e Escrituras Públicas de Juiz de Fora e seus distritos, durante a metade do século XIX, buscaremos apontar as estratégias adotadas por esses agentes do tráfico para negociar mão de obra escravizada no município juiz-forano e em outras regiões do Império, atentando para as rotas internas usadas no tráfico. Aspectos referentes aos cativos, não serão menosprezados nessa pesquisa.

Palavras-chave: ESCRAVIDÃO, TRÁFICO INTERNO, COMPANHIAS MERCADORAS.

A liberta Joana da Conceição e o seu universo comercial: entre a prisão e a liberdade.

Igor da Silva Nunes

No ano de 1732, na paragem do Ouro Podre, Minas Gerais, a forra Joana da Conceição foi presa pelas autoridades por comercializar, em uma senzala, venda ilegal de cachaça, além de outros produtos alimentícios, como linguiça e toucinho. Passados quinze dias da sua prisão, Joana saiu da cadeia por pagar pela sua liberdade. Temendo ser presa novamente, a forra logo enviou um requerimento as autoridades afirmando ser “sumamente pobre”. Ela até poderia ser pobre, ou passar por muitas dificuldades, assim como poderia estar forjando uma imagem de si perante as autoridades, pois a mesma não precisou de muito tempo para pagar a sua soltura ou conseguir, através de sua rede de sociabilidade, alguém que pagasse ou a emprestasse o dinheiro necessário para a sua liberdade. O que ainda nos chama atenção no caso de Joana, é o local onde realizava seu comércio, uma senzala. Local “tradicionalmente” conhecido para servir apenas de moradia para os escravos, o que é diferente neste caso, pois também servia de local de comércio e encontro de pessoas. Dado isso, o objetivo desta apresentação será mostrar como uma liberta mantinha em uma importante região de mineração, um comércio que abastecia diversas pessoas e os olhares que as autoridades daquele contexto lançavam sobre as suas atividades. A mobilidade atingida por Joana, assim como de diversas outras mulheres e, em menor escala, homens de diversas condições (livres, não brancos nascidos livres, libertos e escravos) e qualidades (negros, pretos, pardos, mulatos e etc.) não foi exceção nas Minas Gerais do século XVIII.

Palavras-chave: LIBERDADE, ESCRAVIDÃO, COMÉRCIO.

Sobre forros e foreiros: casas de pretos e pardos no espaço urbano de Vila Rica (1737 – 1742).

Eduardo Rodrigues

Por meio da análise da documentação tributária produzida pelo Senado da Câmara de Vila Rica, este trabalho busca identificar e analisar a presença de pretos e pardos entre os possuidores de terrenos urbanos na sede administrativa da capitania de Minas Gerais. Para isso foram utilizados os Livros de Tombo compostos a partir de 1737, contendo os termos de reconhecimento e medição das parcelas de terra que compunham a sesmaria da vila e eram aforados por moradores mediante o pagamento de um tributo anual: o foro. Dentre os foreiros é possível encontrar dezenas de mulheres e homens forros, além de uma escrava, cujos termos de reconhecimento dos terrenos que possuíam nos permitem identificar algumas de suas relações com pessoas de diversas qualidades e condições, formas de aquisição das propriedades e o relacionamento com a autoridade local que realizava a cobrança do tributo. Para situá-los no espaço urbano, entre os demais proprietários de terras, comparar os dados do Livro do Tombo e preencher algumas de suas lacunas, também foi analisada a “Receita dos foros e lista dos foreiros”, feita em 1742 para a efetuação da cobrança do tributo. Dessa forma foi possível identificar concentrações de pretos e pardos na malha urbana da vila, formular algumas hipóteses para compreendê-las e refletir sobre o papel dessas pessoas na formação do espaço urbano de Vila Rica.

Palavras-chave: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE, HISTÓRIA URBANA, MINAS GERAIS, VILA RICA, SÉCULO XVIII.

"Brechas de "autonomia" escrava em Uberaba e o modo de produção escravista (1835 – 1872).

João Pedro Passos de Barros Borges

A pesquisa tem por objetivo identificar aspectos econômicos e sociais de Uberaba durante o escravismo colonial a partir de escrituras e cartas de alforria. Levando em conta o debate historiográfico clássico que levantou-se para analisar os aspectos do movimento e dos circuitos mercantis durante o período. Como também, elaborar como o conceito de "brecha camponesa" a partir da compreensão do conceito de modo de produção escravista colonial e a autonomia escrava como forma de resistência em um olhar que pensa a história social podem ser instrumentos necessários e fundamentais para a reconstrução do período. Por conseguinte, o trabalho pretende estabelecer a reconstituição a partir das fontes da vida econômico-social dos escravizados em Uberaba-MG e, em alguma medida, contribuir para o debate historiográfico em âmbito nacional.

Palavras-chave: HISTÓRIA REGIONAL, HISTÓRIA ECONÔMICA, HISTÓRIA SOCIAL.

O anseio dos fiéis: parresia e dignidade na vida dos escravizados muçulmanos brasileiros do século XIX.

Jonas Fernandes Araujo

O presente trabalho preconiza como objeto central os escravizados muçulmanos brasileiros, no que se refere a forma em que se interpretavam e viviam, em uma análise comportamental. A proposta também traz como objeto a comunidade muçulmana, a Ummah, no que concerne à sua permanência, resistência e geração de identidade, observando também, sua relação e troca com o local e global. Em suma, a pesquisa tentará inferir como o islã auxiliou no escravizado uma mentalidade dignificadora, uma postura de parresia e conseqüentemente discutir os efeitos dessa postura na comunidade muçulmana como um todo, atribuindo-lhes uma noção própria de si, contrário àquela imposta pela sociedade escravista brasileira.

Palavras-chave: DIGNIDADE, PARRESIA, ISLÃ.

ST22 - Memória e história no Cone Sul: ditaduras e violências nos séculos XX e XXI

Caroline Rios Costa
carolriosc@gmail.com

Pedro Gabriel Torres de Assis
ptorres735@gmail.com

Bárbara Pereira da Cunha
bbarbarapcunha@gmail.com

Flávia Pereira Martins
flavia.barken@gmail.com

Isadora Silva Gomes
isadoramanes@gmail.com

Maria Eduarda Kersting Faria
dudakersting@gmail.com

Dirson Fontes da Silva Sobrinho
dirsonfontesaula@gmail.com

Qual papel deve cumprir a História nos trabalhos de memória e estudos de fenômenos, tais como a violência? A violência desempenhada pelos grupos oprimidos configura-se como um fenômeno distinto daquele praticado pelo Estado, uma vez que esta se trata de uma violência institucionalizada e com forte aparelhamento.

As ditaduras militares do Cone Sul não configuraram exceção nesse caso. Na segunda metade do século XX, a região foi marcada por golpes e violações de direitos. Assim como tais situações se deram concomitantemente, também foram os processos de transição democrática e justiça de transição. Em tal panorama, familiares de mortos e desaparecidos, setores militares, elites políticas, movimentos sociais e o próprio Estado protagonizam disputas em torno do que lembrar ou esquecer, como e porque lembrar ou não e como lidar com as transformações causadas nesse tempo, reavivando a tensão entre memória oficial e memória social da repressão.

Nesse sentido, a História pode e deve ocupar um papel importante nos trabalhos de memória e estudos de fenômenos como a violência. Percebemos a multiplicidade das formas tanto

de enfrentamento quanto de expressão, que pode se manifestar através da literatura, cinema, artes visuais ou testemunhos, em que os sujeitos tornam-se sensíveis não só às imagens, mas aos relatos e fragmentos construindo pontes para compreender aqueles “outros” que os rodeiam.

Essa nova mirada historiográfica busca agregar distintos grupos sociais e personagens atingidos pela violência de Estado, tais como os trabalhadores urbanos e rurais, as políticas moralizantes à grupos LGBTQIA+ e de mulheres, o aumento da desigualdade social e conflitos nas periferias, além de análises de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade. As novas perspectivas, evidenciando silenciamentos e esquecimentos em torno das “reconciliações nacionais”, vem multiplicando as reflexões acerca de sujeitos e processos, abarcando aspectos até então negligenciados pela historiografia hegemônica do período.

Atualmente, novamente as direitas sul americanas criam instabilidades em governos democraticamente eleitos, e até mesmo se consolidam com suas políticas de ódio e de morte no século XXI. Assim, é possível traçar relações entre o passado recente, um “passado que não passa”, e os mecanismos das ditaduras que permaneceram nos tempos atuais, se tornando uma “democracia excludente”, como nomeia Alfredo Pucciarelli.

Tendo os elementos elencados em vista, o recorte pós 1950, no contexto brasileiro e sulamericano, serão bem-vindos trabalhos para debater: os regimes ditatoriais e autoritários; as diferentes configurações da violência, inclusive suas formas atuais; os papéis das Comissões da Verdade; os debates sobre o conceito de vítima; os processos de transição e/ou justiça de transição; as permanências das ditaduras; pesquisas sobre os usos da memória, sobretudo as subterrâneas e interpretações a partir da literatura, cinema e artes visuais.

Revisão histórica nos aniversários do golpe de 1964 pelo governo Bolsonaro.

Ana Carolina Zimmermann

A construção da memória social sobre a ditadura militar brasileira tem sido alvo de intensas disputas em torno da reelaboração do passado autoritário, marcada por ambivalências e heranças conciliatórias. Considerando esses debates, o objetivo desse trabalho é problematizar as narrativas comemorativas evocadas pelo governo Bolsonaro por ocasião dos aniversários do golpe civil-militar de 1964, questionando a permanência de elementos discursivos de caráter revisionista e negacionista sobre a ditadura militar. O destaque recai para pensar o processo de institucionalização das comemorações do 31 de março como “marco histórico” durante o governo Bolsonaro e seu impacto para a formulação de memórias e esquecimentos. As principais fontes históricas utilizadas são compostas pelas Ordens do Dia proferidas pelas Forças Armadas no 31 de março entre os anos de 2019 e 2021. A hipótese levantada é a de que determinados elementos evocados nas Ordens do Dia estão intimamente conectados a preceitos difundidos nas comemorações do 31 de março que ocorreram no transcurso da própria ditadura, conectando por múltiplos fios o passado e o presente. Os resultados de pesquisa indicaram que os elementos evocados pelas Ordens do Dia promovem uma tentativa de negar o caráter golpista e ditatorial do regime estabelecido a partir de 31 de março de 1964, buscando respaldar a tomada de poder pela via do apoio “popular” que a ação teve. Além disso, o destaque conferido à Lei da Anistia na condição de “pacto pacificador” demonstrou que a narrativa revisionista sobre a ditadura se articula com o desejo de encerramento do passado autoritário e o esquecimento como política institucional de poder, inviabilizando qualquer hipótese de abertura para uma justiça punitiva com relação aos agentes da repressão e a reparação da história e memória das vítimas da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: COMEMORAÇÕES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, GOVERNO BOLSONARO, ENCERRAMENTO DO PASSADO, HISTÓRIA, MEMÓRIA.

Os militares no discurso do presidente Sarney.

Brendo Filipe Costa Diniz

O objetivo deste trabalho é compreender o discurso sobre as Forças Armadas produzido pelo então presidente Sarney, que assumiu o cargo em um momento marcado pela transição democrática e por uma ampla crise econômica e social. Carente de apoio popular, o presidente lançou no sétimo mês de sua gestão o programa *Conversa ao Pé do Rádio*, comandado pelo próprio e de transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30. As exposições eram pautadas pela divulgação das principais ações do governo e também para defender os pontos de vista de Sarney e sua administração. Um dos temas mais abordados nas transmissões é o da redemocratização, onde geralmente aparece a figura dos militares e alguns comentários sobre o regime militar. Além disso, desde o início do programa houve uma busca por um pacto social entre os diversos setores da sociedade brasileira, o que claramente incluía as Forças Armadas, sempre tratadas com muita reverência. Nesse sentido, Sarney evita utilizar o termo ditadura, preferindo o eufemismo “época autoritária”, chegando a justificar o regime devido a existência do que ele chama de “esquerdas radicais”. Assim sendo, esta pesquisa se pauta pela metodologia da análise de discurso para compreender a utilização do *Conversa ao Pé do Rádio* na edificação de um discurso a respeito dos militares e seu papel no cenário político brasileiro. As transmissões se encontram totalmente transcritas em dois livros da coleção *Documentos da Presidência da República*. A partir de seu exame, entende-se que o programa foi empregado para fomentar a ideia de uma transição completamente consensual e pacífica, o que exigia um tratamento bastante elogioso sobre os militares. O presente trabalho argumenta que isso se deve principalmente ao histórico de Sarney, ligado à Ditadura Militar, ao seu perfil extremamente conciliatório e igualmente devido a um certo tutelamento do processo de redemocratização pelas Forças Armadas.

Palavras-chave: CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO, DITADURA MILITAR, MILITARES, REDEMOCRATIZAÇÃO, SARNEY.

“Sujismundo vai voltar”: uma discussão sobre Nostalgia e ditadura civil-militar.

Vitor Hugo Araújo

O presente trabalho visa apresentar os resultados parciais do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sujismundo: Memória e Nostalgia em torno do personagem criado na ditadura civil- militar brasileira”, iniciado em agosto de 2021 e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sujismundo foi o protagonista da campanha “Povo Desenvolvido é Povo Limpo”, lançada em 1972 e idealizada pelo publicitário Ruy Perotti Barbosa a pedido da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável pela propaganda do regime civil-militar, e se desenvolveu a partir da veiculação de filmetes, jingles e cartazes nos rádios, na televisão, em repartições públicas e escolas. O objetivo era promover a conscientização sobre hábitos de higiene a partir de uma concepção que privilegiava a responsabilidade individual do sujeito com sua saúde, associando-a ao processo de desenvolvimento do país, ou seja, em estreita consonância com o ideário da modernização conservadora do regime. Partindo da premissa de que a imagem de Sujismundo persiste na memória coletiva, a pesquisa busca compreender se a utilização do personagem pode indicar uma nostalgia mais ampla em relação à própria ditadura civil-militar, particularmente do momento de veiculação da campanha, quando se intensificava, por um lado, a violência política praticada durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici e, por outro lado, se investia no discurso do “Brasil grande”. Tendo como paradigma as experiências nos antigos países socialistas, especialmente a Alemanha Oriental e o Leste Europeu, o conceito de nostalgia aponta para uma dimensão política, uma vez que é representativo de uma relação com o tempo, caracterizado por uma idealização do passado frente às instabilidades do presente, apresentando, pois, um importante potencial de mobilização. Por isso, entender a sua manifestação na vida pública brasileira pode trazer elementos para uma compreensão da revalorização do período da ditadura civil- militar que tem se intensificado nos últimos anos. Até então, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma reflexão preliminar acerca das fontes, quais sejam, produções midiáticas veiculadas em jornais e revistas a partir do ano 2000 e que retomam o personagem. No entanto, são ainda necessárias reflexões mais aprofundadas para afirmar que a utilização do personagem, em si, é representativa de uma nostalgia do período de exceção vivenciado entre 1964 e 1985.

Palavras-chave: MEMÓRIA, NOSTALGIA, DITADURA CIVIL- MILITAR.

Nas Tramas de Mnemosine: a constituição de uma memória sobre a ditadura militar brasileira.

Rodrigo Musto Flores

Os regimes ditatoriais que emergiram por todo o mundo no século passado, mais precisamente as ditaduras militares, vivenciadas na América Latina, deixaram uma série de testemunhos e depoimentos, relacionados à repressão política, que chegam à público através de documentários, filmes e entrevistas. Estes depoimentos acabaram se consolidando como elementos cruciais para a formação de uma memória crítica às ditaduras, enfatizando, sobretudo, as violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado, durante o período, e disputando espaço no debate público em busca de uma vitória sobre seus perpetradores, nem que seja no campo de batalhas da memória. Nesse sentido, quando se trata de uma possível abordagem sobre a construção de uma memória da ditadura militar brasileira (1964-1985), acabamos esbarrando em questões e disputas ainda muito latentes e peculiares. Interpretações historiográficas já consolidadas sugerem que memória social sobre a experiência ditatorial brasileira é fruto de um processo de construção que uniu dois grandes paradigmas de memória inconciliáveis: a memória das esquerdas, vítima das violações de direitos humanos cometidos durante o período, e a memória liberal, alicerçada no rompimento com os traços autoritários do regime, principalmente após o ato institucional nº 5, mas também crítica às lutas armadas. Os dois regimes de memória supramencionados formam uma memória social hegemônica sobre o período que, apesar de propor uma crítica, acaba por suprimir outras narrativas. A consolidação desse discurso hegemônico é o que vai pautar as ações do Estado no desenvolvimento de políticas de memória a partir da década de 1990 e, mais recentemente, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528/201, que ainda gera debates calorosos que opõem: de um lado, aqueles herdeiros do regime que criticam sua legitimidade, discordando de sua instituição. De outro lado, o grupo submetido as violações de direitos humanos que questionam a falta de autoridade da CNV em punir criminalmente os envolvidos. Nesse sentido, a presente comunicação propõe analisar esse campo de batalha sobre a construção de uma representação sobre o passado ditatorial brasileiro, enfatizando as disputas, as políticas e as narrativas de memória, bem como os usos e abusos de uma narrativa sobre o período.

Palavras-chave: DITADURA MILITAR, MEMÓRIA, HISTÓRIA, MILITARES CASSADOS.

ASI/TELEBRÁS: vigilância, espionagem e modernização das telecomunicações na ditadura.

Aline Alves Presot

A produção e difusão de informações sobre cidadãos considerados uma “ameaça” ao Estado estruturou e orientou a atuação dos órgãos de inteligência instituídos pela ditadura brasileira (1964-1985). A chamada “comunidade de informações” era composta pelos organismos civis e militares encarregados de fazer a espionagem e a repressão àqueles que fossem considerados opositores do regime e tinha, como núcleo central, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Este trabalho tem como objetivo a investigação de um dos elos da ampla e complexa cadeia que estruturou tal “comunidade”: a Assessoria de Segurança e Informações da Telecomunicações Brasileiras S/A (ASI/TELEBRÁS), empresa que detinha o monopólio dos serviços públicos de telecomunicações no país e era vinculada ao Ministério das Comunicações. A Telebrás foi fundada no ano de 1972 como parte de um amplo projeto de desenvolvimento para toda a área de Comunicações. Tal setor era considerado de grande importância estratégica para os militares, tanto no que diz respeito ao propósito de conferir legitimidade à ditadura, quanto por seu papel nas diretrizes de desenvolvimento que associavam a modernização do setor de telecomunicações à Segurança Nacional. Criada um ano depois, a ASI/TELEBRÁS integrava o Sistema Setorial de Informações e Contra- informações do Ministério das Comunicações e possuía, entre suas funções, produzir as informações necessárias às decisões do Ministro de Estado, além de prestar assistência direta ao dirigente do órgão em todos os assuntos relacionados à Segurança Nacional. Acreditamos que reconstituir a história do órgão de informações instalado na empresa que detinha o monopólio das telecomunicações no país implica, necessariamente, em compreender a relação dos governos militares com os meios de comunicação no pós-1964. Nesse sentido, nosso esforço de pesquisa concentra-se, também, na investigação das políticas de Estado para esse setor no período. Uma de nossas hipóteses é a de que tais políticas orientaram-se de acordo com o projeto de modernização conservadora, em que o desenvolvimento esteve estruturado segundo diretrizes autoritárias e excludentes. Desse modo, buscamos compreender o caráter das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para as telecomunicações durante a ditadura, bem como o papel desempenhado pela empresa Telebrás no desenvolvimento dessas políticas.

Palavras-chave: ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, TELEBRÁS, DITADURA MILITAR, MODERNIZAÇÃO.

As relações entre o movimento sindical e a ditadura civil-militar no Brasil.

Victória Ferreira Cunha

Este artigo tem como objetivo discutir as principais diretrizes manifestadas pelo governo militar, direcionadas aos trabalhadores e sindicalistas ao longo da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Com o mandato de Castelo Branco, as principais decisões do Ministério do Trabalho se estabeleceram ao consolidar a Lei de Greve, a constituição do FGTS e a política do “arrocho salarial”. Essa política trabalhista, que atingiu amplamente a classe trabalhadora desde a deflagração do golpe de 1964, determinou a intervenção de vários sindicatos e caçou lideranças e chapas reconhecidas como combativas, na intenção de excluir toda e qualquer oposição. Dando ênfase ao período anterior à 1978, compreendido como “novo sindicalismo”, buscamos estabelecer ao longo do debate algumas permanências na estrutura oficial do sindicato, assim como em algumas ações do Estado, como as repressões e intervenções às entidades. Uma vez que as discussões no eixo da História Social do Trabalho têm passado por uma série de mudanças em suas abordagens, nossa discussão buscou dialogar com alguns autores que anunciam essas novas matrizes discursivas.

Palavras-chave: DITADURA CIVIL-MILITAR, TRABALHADORES, SINDICALISMO.

Movimentos negros brasileiros em documentos do SNI: um discurso de subalternização (1978-1985).

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

O presente artigo busca analisar a produção documental oriunda da vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos movimentos negros brasileiros, durante a ditadura militar brasileira, especificamente entre 1978 e 1985. Para tanto, utilizo como fontes os documentos do Fundo SNI – Agência Recife e parto de um aporte teórico-metodológico base para alguns dos chamados estudos “pós-coloniais”, especificamente, Jacques Derrida (2017), Michel Foucault (2014; 2017) e Gayatri Spivak (2010), bem como de uma revisão bibliográfica acerca dos movimentos negros brasileiros durante o período indicado. O objetivo do artigo é analisar os documentos do SNI e seus discursos de modo a observar como os movimentos e seus participantes eram compreendidos e relatados pelos militares.

Palavras-chave: DITADURA MILITAR, SNI, MOVIMENTOS NEGROS, DISCURSO, SUBALTERNOS.

Prisões indígenas na ditadura militar: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani.

Fernanda Mendes Santos

A ditadura militar brasileira possui amplos espaços de debate no meio acadêmico, entretanto, pode-se afirmar que quando se trata das populações indígenas, há uma defasagem considerável, mesmo com dados apontando a elevada ocorrência de vidas indígenas perdidas no período ocorrido. Essa comunicação parte da urgência em desvelar esse passado ainda pouco conhecido, através de uma das suas formas mais perversas: o Reformatório Krenak e a sucessiva Fazenda Guarani, duas prisões exclusivamente indígenas. Essa pesquisa é um recorte da dissertação em andamento, tendo como um dos objetivos entender as diversas formas de etnocídio engendradas contra as populações indígena pelo Estado brasileiro e seus colaboradores durante o regime militar. O Reformatório Indígena Krenak foi um centro correcional exclusivo para os povos indígenas, localizado no Estado de Minas Gerais, município de Resplendor. Responsável por receptor mais de 80 indígenas, de diversas etnias e compreendendo todos as regiões do país, tinha como objetivo "reeducar" indígenas tidos como problemas. No entanto, o que as fontes mostram são casos de extrema violência, controle de natalidade e sexual, proibição de costumes e língua de origem e um regime de comportamento militar. Já a Fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia, também Minas Gerais, foi a segunda sede do empreendimento prisional exclusivo para indígenas, dando sequência às políticas e organização do anterior. O Reformatório e a Fazenda, então, podem ser entendidos como a sistematização de uma política de aprisionamento indígena pensada ainda durante o funcionamento do Serviço de Proteção aos Índios, mas que ganha forma apenas durante os primeiros anos da Fundação Nacional do Índio. O caráter correcional da prisão seguia os moldes dos CODI-DOI e com uma administração comandada pela PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais) e liderada pelo Capitão Manoel dos Santos Pinheiro. A partir de Corrêa (2000), Filho (2015) e Simi (2017) discutiremos o Reformatório, e com a ajuda de Clastres (2014) contextualizaremos o etnocídio através de Foucault (1993) contextualizaremos o significado das prisões. Utilizaremos como fonte a documentação oficial das prisões, como as fichas de entrada/saída e correspondências entre as instâncias responsáveis pela administração e reportagens de jornais da época (Porantim e Correio da Manhã).

Palavras-chave: PRISÕES INDÍGENAS, DITADURA MILITAR, REFORMATÓRIO KRENAK, FAZENDA GUARANI.

Detidos-desaparecidos: a representação de desaparecimentos forçados na arte.

Mônica Vaz da Costa

Durante os regimes militares, no Cone Sul, os desaparecimentos forçados de pessoas foram frequentemente utilizados como estratégia de terror e como política de segurança nacional. Mais do que “desaparição” é “desaparição forçada”. É como se, de repente, a pessoa sumisse. Ninguém sabe o que aconteceu porque, se em muitos casos há testemunhas dos sequestros, por outro lado não há registros por parte dos órgãos repressores e o que se tem é uma negação constante. Portanto, os sequestrados mantidos nos centros de detenção (clandestinos ou não) não são apenas desaparecidos, são detidos-desaparecidos, pois seu paradeiro é conhecido, mas insistentemente negado. Muitos detidos-desaparecidos não retornaram ao final dos períodos militares e seu desaparecimento passa a ser equivalente à morte. As artes visuais ocupam um importante papel nos trabalhos de memória e estudos da violência. Cabe também a elas mobilizar, denunciar e questionar a violência praticada pelo Estado em qualquer regime, pois é também por meio da arte que outra história (aquela que não é a oficial) pode ser contada. Por meio de três trabalhos dos artistas Marcelo Brodsky (Argentina), Buena Memoria, de 1996; Cristian Kirby (Chile), 119, de 2013; e Enrique Ramírez (Chile), Los durmientes, de 2014, propomos refletir sobre a história de perseguição, violência e violação dos direitos humanos comum aos países da América do Sul que estiveram sob regimes truculentos, que viam o sangue daqueles que consideravam inimigos como medalhas e a matança era um ato de heroísmo. No atual momento de perigo em que nos encontramos, no qual vimos emergir e circular novamente os discursos de ódio, de intolerância e principalmente de negação da história em países da América do Sul, é imprescindível que essas imagens do passado relampejem no presente, e que sejam evidência do isso foi, daqueles que não se calaram em face do horror e que por isso foram torturados e executados, para tentarmos garantir que não se repita, que nunca mais aconteça.

Palavras-chave: ARTE E VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA DE ESTADO NO CONE SUL, DESAPARECIMENTOS FORÇADOS.

Pablo Trapero e violências: giros temáticos e narrativos.

Bárbara Pereira da Cunha

A partir da análise de longas do diretor argentino Pablo Trapero, nome expoente do Nuevo Cinema Argentino 1990 e que segue tendo grande destaque no cinema do país. As obras elencadas são: Mundo Grúa (1999), Leonera (2008), Abutres (2010), O Clã (2015) e La quietud (2018). Pretende-se compreender o que seriam o, aqui chamados, “giros temáticos e narrativos” e como esses se dão, bem como em quais contextos políticos e sociais. Para além disso, aclarar como a violência, apesar, de distintas, é um eixo central, uma espécie de fio condutor no conjunto de suas obras, que narram desde a dinâmica do cotidiano argentino, desde grupo marginalizados, a partir da teoria do Nuevo Cine de narrar as “histórias mínimas”, enquanto diretor independente, passando pelo processo de fazer filmes a partir de sua própria produção, La Matanza, até a decisão de trazer as ditaduras de seu país para seus filmes, um movimento pós 2010. São giros que, para além de temáticos e narrativos, demonstram escolhas diversas sobre estética e locações, que também mostram diálogos diretos com o contexto político contemporâneo da Argentina, nos expondo a ideia do Cinema como agente e reagente: nos conta a história de um país fragmentado.

Palavras-chave: PABLO TRAPERO, ARGENTINA, CINEMA ARGENTINO, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE.

O teatro sai do armário: as peças de Fernando Melo na ditadura militar brasileira.

Gabriel Henrique Macedo Guedes

Durante os anos da ditadura militar, o teatro brasileiro abarcou diversas experiências. Por muito tempo, a historiografia deu ênfase ao chamado teatro político, mas outras possibilidades começam a ganhar espaço nos estudos sobre o tema. Uma dessas possibilidades são as expressões artísticas que questionavam padrões de gênero e sexualidade. É o caso da obra dramaturgica de Fernando Melo, autor pernambucano que escreveu textos teatrais ligados ao universo homoerótico. Temas ligados às sexualidades dissidentes, marginalização de sujeitos, repressão médico-legal e dinâmicas de um submundo gay são questões dos seus textos, mas a produção do autor está situada em um contexto maior de expressões culturais daquele contexto.

Palavras-chave: HISTÓRIA DO TEATRO, HOMOSSEXUALIDADES, DRAMATURGIA, DITADURA MILITAR BRASILEIRA.

Infância e ditadura - as memórias de filhos de militantes no contexto brasileiro

Caroline Rios Costa

Pouco estudada no país, a experiência de crianças membros de famílias militantes que tiveram sua infância alterada pela repressão e violência do último regime ditatorial no Brasil apresenta uma rica e diversificada gama de possibilidades de estudo. Assim, através do testemunho de filhos e netos em três fontes, o documentário 15 filhos (1996), e os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) e da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (CEV-SP, 2014), se pretende analisar a complexa e particular experiência do que significou ser uma criança cuja infância foi atingida pelo aparato repressivo em função de uma militância política de oposição por parte de seus parentes. A hipótese é que, ao terem que lidar com traumas e rupturas profundas desde a tenra idade, a própria constituição de suas subjetividades também foram alteradas por tais fatos.

Palavras-chave: INFÂNCIA, DITADURA MILITAR BRASILEIRA, MEMÓRIA, TESTEMUNHO.

A estética da experiência fragmentada: literatura e memória sobre a ditadura civil-militar brasileira

Johny Paiva Freitas

O objetivo desta pesquisa é compreender como os contos publicados no livro *Nos idos de março: a ditadura militar na voz de 18 escritores* (2014), organizado por Luiz Ruffato e publicado pela Geração Editorial, configuram um espaço de resistência estético e político, no qual as experiências dos diferentes autores e autoras são mobilizadas pela escrita ficcional para compor enredos nos quais se recria o ambiente da censura, da tortura e da militância vivido durante os anos de 1964 a 1985, período que corresponde à ditadura civil-militar no Brasil. Desse modo, a discussão aqui proposta tem como perspectiva metodológica a análise dos contos em diálogo com a historiografia produzida sobre esse momento histórico, principalmente os estudos de Fico (2001), Figueiredo (2015) Ferreira e Gomes (2014), Reis (2014), Ridenti (2014), Sá Motta (2014).

Palavras-chave: LITERATURA, MEMÓRIA, DITADURA.

Literatura, memória e resistência nos romances do escritor chileno Hernán Valdés (1974-1981)

Mariana Brescia Cruz

Na imensa lista de perseguidos e torturados pela ditadura militar chilena, encontra-se o escritor e intelectual de esquerda Hernán Valdés, que se engajou politicamente contra a ditadura pinochetista por meio de sua produção literária. O objetivo da comunicação aqui proposta é realizar uma análise sobre as obras publicadas por Hernán Valdés questionando como ele utilizou a literatura como um instrumento de denúncia e resistência à violência institucionalizada pela ditadura militar. A identificação política de Valdés com o projeto socialista defendido pela Unidade Popular e as torturas sofridas durante o período em que esteve preso influenciaram diretamente na sua criação literária, uma vez que suas obras discutem as razões que levaram ao fim o governo da UP e a violação de direitos humanos praticadas pelo Exército chileno durante a ditadura militar. Nesse sentido, nos propomos a discutir as duas obras publicadas pelo escritor, no exílio, durante a ditadura pinochetista, sendo elas: *Tejas Verdes: diario de un campo de concentración en Chile* (1974) e *A partir del fin* (1981).

Palavras-chave: MEMÓRIA, DITADURA CHILENA, RESISTÊNCIA.

A poesia engajada de Raúl Zurita: uma análise sobre a obra Purgatorio (1979)

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

Esta comunicação objetiva analisar a obra poética do artista Raúl Zurita, no contexto do pinochetismo, com foco, sobretudo, no livro *Purgatorio*, lançado por ele em 1979, debatendo as possíveis contribuições de tal trabalho na luta antiditatorial no Chile. Zurita desenvolveu uma vasta produção literária marcada pelas críticas contundentes ao regime de Augusto Pinochet, bem como pela ousadia no campo estético, ao criar trabalhos que rompem com uma estrutura literária tradicional, apresentando contribuições para o avanço da arte de neovanguarda em seu país. Por conseguinte, a nossa apresentação será dividida em três partes: primeiramente apresentaremos aspectos gerais sobre a obra, a trajetória intelectual e o comprometimento político de Zurita, entre 1973 e 1990. Em seguida, nos debruçaremos, de modo mais detido, na elaboração e divulgação do trabalho *Purgatorio*, refletindo sobre as denúncias trazidas no livro e as suas inovações culturais. Por fim, discorreremos sobre a relevância de pesquisar, nos dias atuais, sobre o itinerário intelectual e a produção de Zurita desenvolvida no período da ditadura militar chilena, refletindo, ademais, sobre as contribuições do poeta para a construção de uma memória crítica sobre o pinochetismo. Destacamos que a comunicação será norteadada, em especial, por questões teórico-metodológicas dos campos de investigação da História Intelectual, História dos Intelectuais, e das relações entre História e Literatura, História e Arte engajada, História e Memória.

Palavras-chave: RAÚL ZURITA, PURGATÓRIO (1979), DITADURA PINOCHETISTA, ARTE ENGAJADA, TRABALHO DE MEMÓRIA.

A sombra no exílio: a recepção de Gramsci em José Aricó.

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

No final dos anos 1980, o intelectual argentino José Aricó, ao rememorar suas atuações políticas e intelectuais ao longo dos anos 1960 e 1970, afirmou que o pensamento de Gramsci esteve sempre presente como uma sombra ao corpo. Tal sombra, na medida em que se configura a partir de um ato de recepção, adquire novas e diferentes dimensões durante a trajetória de Aricó. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva compreender em que medida as experiências vivenciadas no exílio mexicano contribuíram para a conformação de novas projeções dessa sombra que sempre o acompanha. Para tanto, tomaremos como fonte as principais obras produzidas por Aricó entre 1976, início do exílio no México em virtude das perseguições desencadeadas pela ditadura militar argentina, e 1988, momento posterior ao exílio em que Aricó publica *La cola del diablo*, obra que aborda os itinerários da recepção de Gramsci na América Latina e também as experiências políticas do autor e de sua geração nos anos 1960 e 1970. Com isso, pretendemos demonstrar que as leituras estabelecidas por Aricó em suas primeiras décadas de atividade intelectual, publicadas sobretudo na revista *Pasado y presente*, transformam-se significativamente a partir do exílio mexicano. Como experiência traumática individual e social, o exílio é capaz de, concomitantemente, produzir desenraizamentos e novas interpretações acerca da realidade. Em Aricó, essa dimensão traumática conduz a um redimensionamento da sombra de Gramsci. Enquanto nos anos 1960 e 1970, Gramsci era mobilizado em um sentido revolucionário, influenciado pelos desdobramentos da revolução cubana e da expectativa de uma iminente revolução operária na Argentina, no México, em conjunto com outros intelectuais também exilados, Gramsci passa a ser utilizado para a confecção de uma esquerda democrática que, embora não abandone o socialismo, estabelece a autocrítica dos paradigmas revolucionários e insurrecionais característicos das décadas anteriores. Portanto, como um sombra ao corpo, a leitura de Gramsci acompanha e se transforma a partir das diversas experiências políticas vivenciadas por Aricó, sendo mobilizado em sentidos distintos a partir dos problemas enfrentados no presente. Como ato de recepção, as leituras de Aricó terminam por recriar várias imagens de Gramsci na Argentina e na América Latina.

Palavras-chave: GRAMSCI, JOSÉ ARICÓ, ARGENTINA, EXÍLIO, MÉXICO.

As relações entre Feminismo Chileno e Igreja Católica durante a ditadura militar.

Iasmin do Prado Gomes

A seguinte investigação objetiva analisar as relações entre o Feminismo Chileno e a Igreja Católica materializadas na revista Mensaje durante o período de 1983 a 1990. O recorte temporal sinalizado corresponde ao momento de criação do slogan “Democracia no país e em casa”, construído pelo movimento feminista chileno e o fim da ditadura militar de Augusto Pinochet. As feministas chilenas foram agentes de destaque na luta pela democracia diante do cenário autoritário: se organizaram coletivamente em prol da formação de entidades, grupos de estudos, publicações de livros, artigos e panfletos, passeatas e centros de informação que defendiam a igualdade entre os gêneros nos espaços público e privado e o fim do governo ditatorial. Como os impressos consistiram em importante instrumento de resistência feminista e denúncia do autoritarismo no Chile e em outros países da América Latina, a fonte escolhida para o estudo é Mensaje, uma revista católica fundada pelo jesuíta Padre Hurtado em 1951 e que é publicada no Chile até os dias atuais. Como duas instituições distintas e produtos de seu espaço-tempo - Feminismo Chileno e Igreja Católica - articularam suas demandas em contexto de repressão? Quais acontecimentos da história chilena e latino-americana contribuíram para tal aproximação? O presente trabalho buscará responder estas questões.

Palavras-chave: FEMINISMO, IGREJA CATÓLICA, DITADURA MILITAR, CHILE, MENSAJE.

Trabalho de cuidado não remunerado e resistência à Ditadura Civil-Militar brasileira.

Layana Sales de Oliveira

Essa comunicação pretenderá expor a relação entre o trabalho de cuidado e a resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Isto se faria a partir do Movimento Custo de Vida, movimento que reuniu mulheres de São Paulo e que lutou contra a carestia e por direitos trabalhistas. Assim, seriam coladas em pauta questões sobre a jornada dupla da mulher, sobre mulheres e trabalho e também sobre as lutas contra a ditadura militar nos anos 1970.

Palavras-chave: MOVIMENTO CUSTO DE VIDA, MULHERES, DITADURA MILITAR, TRABALHO DE CUIDADO

As mulheres foram à luta: a presença feminina no movimento estudantil, 1960-1970

Bruna Ferreira Lopes

A partir dos debates realizados no campo do feminismo e os avanços provocados pelo mesmo, tornaram possíveis os questionamentos acerca da participação feminina ao longo da História, contudo, ainda há muito o que se fazer para dar voz àquelas que foram silenciadas e obscurecidas durante tanto tempo, onde pouco é mencionado sobre essas contribuições. Com efeito, os questionamentos acerca da presença dos lugares ocupados pelas mulheres visam ao resgate de memórias silenciadas, de modo a possibilitar a proposição de novos caminhos para análise sobre sua participação nos cenários políticos. Nesse sentido, o presente estudo, "as mulheres foram a luta: a presença feminina no movimento estudantil", busca investigar a respeito da participação feminina na militância estudantil durante as décadas de 1960 e 1970, no contexto da Ditadura Militar, buscando mapear as desigualdades de gênero através da atuação das mulheres no meio universitário, importante frente da resistência ao regime ditatorial. Por meio da análise de fontes bibliográficas produzidas sobre o Movimento Estudantil, busca-se compreender a participação destas na militância política durante os anos de repressão. O objetivo é interrogar sobre, os modos como a Ditadura Militar aprofundou as desigualdades históricas existentes entre homens e mulheres, através de estereótipos baseados em condições de gênero, seja por aqueles que apoiaram o regime ou pela militância que não aderiu por completo às questões abordadas pela pauta feminista. Espera-se que este estudo possa contribuir para refletir sobre a participação da mulher fora dos espaços pré-definidos pela sociedade patriarcal, o que teria resultado na reestruturação da vida pública. Espera-se que este estudo possa contribuir para esta relevante reflexão, sobretudo, em um contexto marcado por uma crescente onda de conservadorismo político e social no país.

Palavras-chave: DITADURA MILITAR, UNIVERSIDADES, MOVIMENTO ESTUDANTIL, PROTAGONISMO FEMININO, MEMÓRIA.

Sônia Angel Jones: A trajetória obscurecida nos porões da ditadura civil militar brasileira

Raquel Caixeta Marra

Izabelle Seoldo Marques

O trabalho de construção de uma memória coletiva em torno de períodos históricos traumáticos é extremamente importante para as sociedades contemporâneas. Criar uma memória coletiva se faz imprescindível na construção civil de um país como Brasil, no qual por vinte e um anos esteve sob um regime ditatorial civil-militar. Em meio a todas as perseguições que o novo regime instaurou, ele se impôs também frente à condição feminina. Nesse contexto, nos deparamos com uma dura realidade a associação entre tortura política e crime sexual, o estupro como arma de combate político em seu sentido mais amplo - utilizado contra militantes de causas sociais e igualdade de gênero. Nesse viés, o presente trabalho se propõe a trazer luz sobre a trajetória, luta e morte, de uma mulher militante de esquerda, torturada, estuprada e morta nos porões da ditadura civil-militar brasileira, a qual teve muito de sua memória esquecida: Sônia Maria Angel Jones. Temos por objetivo resgatar a história de Sônia, em um esforço de construção de memória em torno das mulheres vítimas de violência sexual do regime. A metodologia desta pesquisa, foi desenvolvida, principalmente, a partir da leitura e análise de documentos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, do livro "Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura", e de um levantamento crítico da historiografia brasileira sobre o período em que ocorreu a ditadura. Para a análise seguimos uma abordagem atribuindo foco na questão da memória trazendo à tona tanto documentos manipulados pelos militares em colaboração com o IML (Instituto Médico Legal), quanto elementos da mídia como fragmentos de reportagens evidenciando o esforço incessável da família de Sônia, que batalhou por esclarecimentos e pela veracidade dos fatos. Portanto, nesta pesquisa apresentamos resultados que permitem identificar práticas de resistência, militância e organização da esquerda em oposição à ditadura brasileira, além de desenvolver a investigação utilizando fontes históricas e as diversas formas com que ocorreu o processo de resgate da memória das vítimas de tortura. Posto isto, as análises feitas estão sendo aprofundadas com o intuito de potencializar os estudos à serviço da memória em relação às vítimas e os traumas da ditadura militar brasileira, contribuindo para construção de uma memória coletiva em busca da verdade.

Palavras-chave: DITADURA CIVIL-MILITAR, VIOLÊNCIA SEXUAL, MEMÓRIA.

ST23 - Museus, patrimônio e ensino de história: diálogos, desafios e perspectivas

Amanda Dabéss de Carvalho
amanda.dabess@gmail.com

Lucinei Pereira da Silva
lucinei.pereira28@gmail.com

Marina Fares Ferreira
marinafaresferreira@hotmail.com

Carolina Pedro Soares
carollsoares@gmail.com

Leonardo Gonçalves Ferreira
leoams585@gmail.com

Esta proposta de simpósio temático pretende articular investigações acadêmicas e reflexões em torno da memória, da museologia, do patrimônio cultural, da educação museal e patrimonial e suas intersecções com o ensino de História. Vale ressaltar que os debates acerca das concepções de museus e de patrimônio têm adquirido uma significativa visibilidade nas últimas décadas. Ao analisarmos as transformações deste período, observa-se que o museu e o patrimônio cultural, em seus sentidos cada vez mais amplos, assumiram também lugar privilegiado nas políticas públicas específicas deste campo.

No Brasil, observamos uma série de estudos importantes que nos fornecem análises instigantes sobre a constituição da narrativa de memória, dos museus e do patrimônio cultural, sua relação com as instituições acadêmicas e seu papel social e educativo, tais como: Regina Abreu; José Reginaldo Gonçalves; Myrian Santos; Ulpiano Bezerra Meneses; Antônio Nogueira; Márcia Chuva e Mário Chagas. Contudo, se houve muito avanço em termos acadêmicos e de políticas públicas, ainda convivemos com perdas irreparáveis do nosso patrimônio cultural e muitas instituições museológicas ainda sofrem com a falta de investimento e o descaso.

Sabe-se também que o avanço da tecnologia implicou em mudanças no comportamento humano, nas relações sociais, no acesso e consumo de informação. Da mesma maneira, o trabalho do historiador e do pesquisador do campo do patrimônio cultural se viu afetado, seja na pesquisa de dados primários e secundários, seja no estabelecimento de relação com comunidades ou no exercício profissional em diferentes espaços de atuação e

mediação, onde discussões dessa natureza possam encontrar ressonância em um público mais ampliado. Considera-se aqui a sociedade civil, professores, coletivos, agentes públicos, etc.; que contemplem experiências dos agentes que refletem, vivenciam e reivindicam cotidianamente as práticas ligadas ao patrimônio, ao museu e à educação.

Sabendo que a atividade humana adquiriu novos formatos, especialmente no contexto pós-pandemia, faz-se necessário compreender de que maneira o (re)fazer histórico vem ocorrendo desde então, considerando o patrimônio cultural em suas diferentes naturezas, matrizes e dimensões.

A partir destas considerações, pretende-se abraçar neste simpósio, pesquisas que discutam a memória seus mecanismos de registro, a história oral, os museus, as instituições, as políticas públicas e a patrimonialização de lugares, de saberes e de fazeres, incluindo aí a educação patrimonial e museal e o ensino de História. Espera-se que as reflexões contribuam para a compreensão sobre como as metodologias se adaptaram e continuam em adaptação para a nova realidade, colocando, perante uma perspectiva multidisciplinar, o pesquisador das diferentes áreas de conhecimento diante de novos desafios que auxiliem na valorização, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

**“Senhora ilustrada e muito entendida em belas artes” – A
Viscondessa de Cavalcanti e o colecionismo de Frans Post no
século XIX**

André Onofre Limírio Chaves

"O ato da Viscondessa de Cavalcanti merece ser imitado". Dessa forma, o jornal O Imparcial instruía ao seu leitor sobre a necessidade de que colecionadores concedessem ao bem público, os seus preciosos objetos históricos. O nobre "ato" de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque (1852-1946), que ocorreu em 1926, foi a doação de um quadro do século XVII, pintado pelo neerlandês Frans Post, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, adquirido em Paris, em 1894. O pintor viera ao Brasil na comitiva do conde João Maurício de Nassau-Siegen, durante a ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro (1630 – 1654). Por meio de suas pinceladas, ele registrou a paisagem do Novo Mundo, com a sua exuberante natureza e os seus "curiosos" habitantes; estabelecendo-se, assim, como um dos pioneiros na representação das paisagens americanas a partir do real. O apreço da elite ilustrada brasileira por objetos representativos do período da ocupação holandesa do Brasil viria a ser recorrente durante o século XIX. No caso da pintura de Post, este fato se fortalecia pela escassez de representações das terras brasileiras no período colonial, que fossem realistas e não estivessem presas ao imaginário alegórico e fantasiosos sobre o Novo Mundo. Dessa forma, a grande produção iconográfica e textual produzida no período pelos artistas e eruditos neerlandeses do dito "Brasil Holandês" virou alvo de colecionadores, especialmente os brasileiros, que almejavam reconstruir o passado por meio de vestígios que o tempo ainda não corrompera. Na época, era recorrente o pensamento entre as elites ilustradas que elas possuíam uma missão: acelerar a presença da civilização no país. Para isso, era preciso instruir o povo brasileiro, sendo as artes um dos principais recursos utilizados para esse fim. O quadro de Post é um dos vários itens que saíram de ambientes privados e que foram concedidos ao bem comum. Além de ser um recurso visual do passado, a sua aquisição nos oitocentos foi responsável por mostrar o reflexo da cultura histórica em desenvolvimento no jovem país. Desse modo, o estudo de coleções e objetos presentes nas instituições brasileiras nos permitem ampliar o horizonte sobre as práticas historiográficas e os usos que foram feitas delas ao longo dos anos. Assim, é o objetivo dessa comunicação explorar as práticas colecionistas da Viscondessa de Cavalcanti, tomando como exemplo, a doação da pintura "Ruínas da Sé de Olinda" (s/d) de Frans Post ao IHGB.

Palavras-chave: COLECIONISMO, VISCONDESSA DE CAVALCANTI, FRANS POST.

Narrativas para além da escrita: o colecionismo como forma de fazer história

Luiza Vasconcellos Pedrosa

Talvez a única certeza que tenhamos sobre a história é que o passado é uma terra estrangeira. Nós o visitamos tal qual forasteiros e trazemos pequenos fragmentos, como se fossem souvenirs de um tempo que apenas podemos visitar pela memória. O diálogo com esses signos da ausência arrancados de seu tempo, tal qual caracterizou Fernando Catroga, re-presentificam o pretérito e instituem diálogos entre as temporalidades. Assim, esse ausente que não está mais inserido no passado e tampouco nos pertence, habita o presente por uma terceira via, a escrita (CERTEAU, 2015, p. 2). Os lugares que designamos para esse “entre-dois” equivalem às formas em que dotamos o passado de inteligibilidade por meio do ato de escrever, e talvez, colecionar. Tal é a proposta desse trabalho, pensar o ato colecionador em consonância com a escrita da história. Para isso, compreendemos que colecionar atravessa o campo do prazer estético para compor uma forma de falar sobre um Outro, entrelaçando a mística, a memória e a representação. Assim como re-presentificar o passado pela escrita da história, as representações a partir de coleções instituem diálogos com a memória para operar um jogo de construção de um imaginário comum, que liga o passado ao presente e, desse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos do Eu com o Outro. Ocupando um lugar que não é propriamente o da história e nem o da ficção, a prática colecionista compõe um objeto de pesquisa por vezes esquecido pelo historiador. Nesse sentido, pretendemos debater como o colecionismo se aproxima da Operação Historiográfica teorizada por Michel de Certeau, empreendimento possível na medida em que entendemos que assim como a prática de historicizar o passado, o colecionismo também pressupõe uma desnaturalização do tempo, uma vez que põe em evidência a ruptura entre o que foi e o que é. Outrossim, partindo das aproximações entre a operação historiográfica e a prática colecionista, ambicionamos questionar como as coleções constituem-se como formas de exercer poder a partir da criação de narrativas unificadoras e que moldam o imaginário social. Esse debate proposto parte do entendimento que por meio do estudo sobre a prática colecionista podemos pensar sobre outras formas em que o tempo foi e ainda é historicizado e conseqüentemente, habitado. Desse modo, pretendemos analisar as relações entre o colecionismo, a história e a memória.

Palavras-chave: COLECIONISMO, HISTORIOGRAFIA, OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA.

Disputas de memória e poder no museu e na cidade de Governador Valadares/MG

Lucinei Pereira da Silva

O objetivo desta investigação é refletir quais as as diputas de memória e poder são estabelecidas no Museu da Cidade de Governador Valadares/MG e nos patrimônios históricos e culturais da cidade. Nesse sentido, o desafio dessa abordagem é entender como as identidades locais são (re)construídas tanto no tecido urbano como nos cenários expositivos dessa instituição. Para tanto, faremos uma análise do acervo do museu e dos patrimônios históricos e lugares de memória na cidade. Ao longo deste trabalho, será possível observar que em diferentes espaços, a memória e a identidade estão em disputa e ambas são meios de reivindicação dos direitos de diferentes grupos, etnias, classes sociais, de indivíduos, e das heterogeneidades dos povos negligenciados pela história oficial. E o museu da cidade, por fazer parte dessa intrincada teia de relações acaba por reproduzir por meio dos objetos doados pela elite local, as representações identitárias dos grupos hegemônicos, reconhecidos na cidade como pioneiros e desbravadores.

Palavras-chave: MUSEU DA CIDADE; PATRIMÔNIO CULTURAL; DISPUTAS DE MEMÓRIAS.

O papel dos lugares de memória: Análise das narrativas identitárias dos espaços museológicos da cidade de Brumadinho – MG

Letícia Peixoto Silva

Os lugares de memória, como foram denominados por Pierre Nora (1993), são, muitas das vezes, um dos poucos espaços a possibilitarem um maior acesso a memória, especialmente no âmbito da história local. A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa teve por objetivo a análise da memória social e a identidade da cidade de Brumadinho – MG, a partir da relação conflituosa existente entre os diferentes espaços de memória que compõem a cidade, investigando se há uma narrativa que una as trajetórias e os diferentes sujeitos brumadinhenses. Dessa forma, o processo teórico-metodológico perpassou pelo estudo das políticas municipais de memória, análise dos materiais de educação patrimonial oferecidos pela Casa da Cultura Carmita Passos e organizados pela Secretaria de Turismo e Cultura, as atividades exercidas pelo CIMP (Centro Inhotim de Memória e Patrimônio) e o grupo do Facebook “Memorial de Brumadinho”, organizado voluntariamente pela sociedade civil. Assim como uma revisão de literatura de autores como Pierre Nora (1993), Mário Chagas (2012) e Paulo Peixoto (2004) que se empenham em debater a engrenagem que move a memória e o poder nesses espaços de caráter museológico. Entende-se, ainda, que a narrativa composta nessas políticas de memória e materiais patrimoniais foram constituídos de forma a escamotear memórias constitutivas para a identidade brumadinhense, evidenciando uma contraposição com o surgimento do Memorial de Brumadinho que se expressa enquanto um “museu comunitário” na conceituação de Hugues de Varine (2012) sendo uma iniciativa da comunidade, em um espaço virtual, de resgatar sua memória e história local.

Palavras-chave: BRUMADINHO, MEMÓRIA, MUSEU, MUSEOLOGIA SOCIAL, HISTÓRIA LOCAL.

Patrimônio e historiografia: disputas em torno do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana

Riler Barbosa Scarpati

O objetivo deste trabalho é compreender algumas relações entre o patrimônio e a historiografia. Transitar-se-á mais ou menos livre ao longo das décadas de 1920 a 1960. Para essa finalidade, tomam-se dois casos: O primeiro se refere ao edifício, denominado “Aljube”, no qual foi instalado o Museu, um patrimônio imóvel; já o segundo está ligado à trajetória museográfica de um objeto, o “Desposório de São José” ou “Esponsais de Nossa Senhora e São José, ou seja, um patrimônio móvel. O tema central em discussão é a memória. Nesse sentido, este trabalho incorpora algumas das críticas feitas ao conceito de “lugar de memória” de Nora e reafirma-se sua operacionalidade, além de compreender a historiografia e o patrimônio como formas de memória, mas também como construções sociais, abertas e em constante reelaboração. Procura-se aqui tecer alguns comentários sobre as discussões e políticas patrimoniais no Brasil, bem como breve discussão sobre a trajetória e o perfil da historiografia feita por Cônego Raimundo Trindade. O Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, fundado 08 de abril em 1961 e inaugurado 22 de setembro de 1962, na antiga Vila de Ribeirão do Carmo, trazia para o plano das instituições uma memória já circulante no espaço de atuação da Arquidiocese em outros meios como a historiografia. Essa memória ancorava-se em um discurso do pioneirismo da Arquidiocese e do município de Mariana ao serem, respectivamente, “primeira vila, primeira cidade, primeira capital de Minas Gerais” e “primeiro bispado, primeira diocese, primeira Arquidiocese de Minas”. Algumas questões nortearão esse trabalho: como se dão os empréstimos e transferências entre essas múltiplas formas de memória? Qual (is) papéis o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana assume nessas discussões envolvendo patrimônio e historiografia? Utilizar-se-á como corpo documental as correspondências institucionais e pessoais e a Revista do Patrimônio. Por fim, nosso pressuposto é de que o museu assumia o papel de promover estabilidade frente às discussões patrimoniais e historiográficas ao atualizar o discurso de pioneirismo de Mariana e da Arquidiocese em seu espaço de atuação.

Palavras-chave: MEMÓRIA, MUSEU ARQUIDIOCESANO DE ARTE SACRA DE MARIANA, PATRIMÔNIO, HISTORIOGRAFIA, MARIANA.

Repercussões da experiência pedagógica em museus históricos

Priscila Lopes d'Avila Borges

Este trabalho pretende problematizar o papel dos estágios pedagógicos em museus na formação dos professores de História. Considerando o interesse docente e institucional no uso de espaços museais para a aprendizagem histórica, almejamos elaborar os desdobramentos profissionais de experiências de guias, monitores e mediadores em museus históricos. Baseado nos dados de pesquisas de campo realizadas em 2018, no Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro – RJ) e no Museu Imperial (Petrópolis – RJ), apresentaremos os desafios de professores e educadores museais diante do público escolar. Além disso, discutiremos o papel dos setores educativos frente as narrativas históricas perpetuadas em museus históricos, encarando educadores como sujeitos que podem validar ou subverter os discursos produzidos pelas exposições permanentes de museus. Da mesma maneira, o trabalho propõe a análise das nomenclaturas conferidas aos profissionais que atuam nas instituições, a precarização do trabalho e os usos escolares conferidos as visitas realizadas com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Palavras-chave: ESTÁGIO DOCENTE, MUSEUS HISTÓRICOS, ENSINO DE HISTÓRIA, MUSEUS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Biografia é História: os fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte

Luiz Henrique Ramos Diniz

José Francisco Guelfi Campos

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

A biografia, gênero historiográfico considerado por muitos como inferior, constitui recurso essencial para a compreensão das trajetórias dos sujeitos da História. Nesse sentido, fica claro que as singularidades são elementos centrais a partir dos quais os pilares biográficos são construídos, tornando a biografia uma modalidade surpreendente do discurso historiográfico. A partir do desenvolvimento do projeto “Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte”, iniciado no ano de 2020, no Centro de Memória da Medicina, foi possível reconstituir parte das histórias de vida de 13 personagens envolvidos na fundação da primeira faculdade de Medicina de Minas Gerais e que deram, cada um a seu modo, contribuições importantes para o desenvolvimento da Medicina no estado, a saber: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. A pandemia de Covid-19 e o trabalho remoto impuseram dificuldades à pesquisa, especialmente no que tange ao acesso aos arquivos e à seleção das fontes. No entanto, o projeto culminou com a montagem de 13 exposições virtuais, difundidas por meio de rede social. A partir da análise da movimentação de cada fundador em torno da criação da Faculdade de Medicina, foi possível perceber a centralidade dos jogos de influências e das articulações individuais para o êxito da consolidação do projeto de criação da faculdade.

Palavras-chave: BIOGRAFIA, HISTÓRIA DA SAÚDE, FACULDADE DE MEDICINA DE BELLO HORIZONTE, FACULDADE DE MEDICINA DA UFMG.

Perspectivas de Ensino no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto – MG

Guilherme Vidmantas

Os estudos decoloniais tem se tornado cada vez mais presentes dentro dos debates acadêmicos e das discussões cotidianas, mesmo que as pessoas não se deem conta dessa presença. Dessa forma, se torna necessário pensar estratégias e alternativas para a incorporação dessas discussões no ensino da história. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é uma reflexão de como trabalhar a decolonialidade em um ambiente tão complexo quanto esse museu. Como transformar a narrativa apresentada pelo museu em outra subvertida? Em outro discurso que valorize o papel das etnias que, desde a colônia, vem sendo colocadas em posição de inferioridade? Um dos elementos principais da proposta é a utilização do conceito de “visita mediada” para buscar significados novos e subvertidos para o acervo em exposição. A visita mediada possui um caráter de “decodificação” da exposição, o mediador faz um intermédio entre o visitante e os objetos, além disso, considera a perspectiva do próprio visitante como fator essencial para o desenvolvimento do roteiro, em contraposição da tradicional visita guiada, que representa aquele tradicional passeio pelo museu no qual é somente apresentado os objetos, seus usos e algumas vezes sua história. O trabalho utiliza como base diversos textos e artigos que abordam temas como a decolonialidade e colonialidade, assim como os impactos que esses dois conceitos implicam nos estudos acadêmicos, nas práticas culturais e no cotidiano da sociedade. Para além dessas fontes, também é trabalhado referenciais teóricos na área de museologia e educação museal.

Palavras-chave: MUSEU, EDUCAÇÃO MUSEAL, ENSINO DE HISTÓRIA, VISITA MEDIADA.

O Museu Casa Padre Toledo: reconstituição de narrativas e o ensino de história

Maria Clara Gonçalves Martins

Yasmin Grigório Silva

Iandry Jessica Ferreira Soares

Os museus são importantes instrumentos de valorização da memória, sendo espaços dinâmicos, e colocam em conexão o sujeito (visitante) e os acervos e as realidades que eles procuram representar, sendo também, por isso, importantes instituições educativas. Nesse sentido, o Museu Casa Padre Toledo, integrante do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, preenche todos estes requisitos, uma vez que, é reconhecido como um importante lugar de memória sobre a cidade, sua história e de sua população, sobre a Inconfidência Mineira e seus personagens, e especialmente o Padre Toledo, seu mais célebre proprietário e morador. O edifício foi construído no século XVIII, e foi cenário de reuniões dos conspiradores, havendo indícios de que a própria ideia do movimento surgiu ali. A casa reflete a arquitetura do tempo da exploração mineral na Vila de São José, a atual Tiradentes, e apresenta grande relevância social, política e cultural. A atual pesquisa destina-se a fornecer os subsídios históricos necessários à exposição permanente do Museu, e no momento o foco coloca-se na vila de São José del-Rei nos séculos XVIII e XIX. O objetivo deste trabalho é, a partir de intensa análise documental, identificar os moradores, suas ocupações, suas práticas educativas, e as teias de relações entre eles, e assim reconstituir as trajetórias de alguns desses indivíduos, a fim de promover um conhecimento maior sobre a sociedade cotidiana da Vila de São José dentro do ensino de história. A metodologia utilizada é o chamado “método nominativo” conciliado com o tratamento intensivo das fontes, ambos referenciados na micro-história. Esse método consiste na reconstituição das informações dos sujeitos, por meio da pesquisa dos nomes e das relações familiares, profissionais e outras, e do tratamento intensivo das fontes, isto é, da análise minuciosa e descrição densa de documentos. Os documentos analisados até o momento são: Rol dos Confessados (1795), Registro dos Moradores e Imóveis da Vila (Arquivo da Câmara de Tiradentes), além de documentos do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Histórico Ultramarino e inventários do Arquivo Histórico de São João Del-Rei, cobrindo o período entre a segunda metade do século XVIII até meados do século XIX. A pesquisa tem se mostrado frutífera para o ensino na medida que já foi possível estabelecer alguns perfis individuais e relações familiares, o que é o nosso objetivo apresentar em Simpósio.

Palavras-chave: MUSEU CASA PADRE TOLEDO; VILA DE SÃO JOSÉ; MEMÓRIA.

Comunicações Livres

Mesa 01: História, Educação e Práticas Pedagógicas: História da Educação, Ensino de História e Novas Roupagens do Discurso Historiográfico

O Processo de Criação da Universidade Federal de Ouro Preto

Leandro Silva de Paula

Discorrer acerca do processo de criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) analisando as parcerias exercidas entre municípios, estado, instituições (leigas e religiosas), autoridades regionais e nacionais é o intuito deste trabalho. Através de estudos bibliográficos e de ampla investigação documental realizada nos arquivos históricos pertencentes à Universidade Federal de Ouro Preto, a presente pesquisa pretende desvelar o processo de criação de uma importante instituição de ensino superior do Brasil e demonstrar como a UFOP, por intermédio de seus sujeitos e das suas instituições de ensino se tornou um centro de expansão educacional em sua região e referência em todo Brasil.

Palavras-chave: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES E ENSINO SUPERIOR

Regionalização e escolarização: o perfil do alunado sul mineiro (1824-1840)

Vanessa Souza Batista

A presente pesquisa teve como principal objetivo identificar o perfil dos sujeitos que participaram da instrução primária, no sul de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. A escolha por esse período se relaciona ao fato de que houve, após a independência do Brasil (1822), um movimento de disseminação da instrução a todas as camadas da sociedade, em uma perspectiva de civilizar a população brasileira. Mediante isso, interessou-se por conhecer os sujeitos que participaram desse processo, via categorias como gênero, pertencimento étnico-racial, condição socioeconômica e grupo familiar do qual advinham. No que diz respeito ao recorte espacial, utilizou-se uma perspectiva regionalista. A grande diversidade econômica e demográfica nos diferentes espaços de Minas Gerais possibilitou a formulação da seguinte hipótese: a escolarização também foi um aspecto que se diferiu dentro da província, principalmente no que permeia seu público escolar, sendo justificável o desenvolvimento de investigações versando sobre uma determinada região. Com isso, escolheu-se e delimitou-se o sul de Minas, região na qual foi possível identificar o compartilhamento de aspectos demográficos, econômicos e principalmente históricos e sociais. Para alcançar os objetivos almejados, fez-se uso de uma documentação censitária: as listas nominativas de habitantes de 1831/1832. Essa fonte apresentou informações de todos os habitantes de um domicílio de vários distritos mineiros, inclusive algumas listas apontaram para a participação de crianças no processo de escolarização. A partir dessa informação, foi possível estabelecer uma série de estimativas numéricas referentes aos índices de participação na instrução primária e sobre o perfil do alunado. Destaca-se que, além dos dados quantitativos, se utilizou também uma abordagem qualitativa, na perspectiva de compreender o significado da participação de diferentes segmentos no processo de escolarização. Assim, os dados referentes aos alunos foram confrontados com os dados da população total. Com isso, foi possível identificar que, no que diz respeito à escolarização, a perspectiva da regionalização do sul de Minas Gerais se sustenta, uma vez que o perfil do seu alunado possuía características muito particulares e distintas das demais regiões. A análise dos dados permitiu identificar uma predominância de indivíduos brancos, do sexo masculino, filhos de escravistas, advindos de grupos familiares que possuíam um perfil econômico elevado.

Palavras-chave: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, PERFIL DOS ALUNOS, SUL DE MINAS GERAIS.

A oposição à política de cotas raciais no ensino superior por historiadores (as) no Brasil (2006 a 2016)

Floriza Beatriz de Sena Paula

A presente comunicação tem por objetivo uma análise do discurso histórico que serviu de alicerce a 36 historiadores (as) que se opuseram às iniciativas de políticas públicas de cotas raciais no ensino superior em 2006. Para isso, A íntegra do manifesto contra as cotas raciais (2006) é o evento que escolhemos, pois acreditamos ser capaz de revelar com maior transparência a insatisfação existente em setores da intelectualidade brasileira com os avanços nas tais ações afirmativas que procuravam dar maior visibilidade ao problema da raça e do racismo. Levanta-se algumas razões da recusa de alguns historiadores (as) em reconhecer a legitimidade e relevância das cotas raciais no acesso ao ensino superior brasileiro. Para isso, é fundamental que retomemos a luta dos movimentos negros para efetivas ações de reparação histórica e ação preventiva, a fim de assegurar acessos e permanências à população negra no sistema educacional, no mercado de trabalho e na representação política. Para que possamos analisar os núcleos discursivos que levaram 36 historiadores (as) a assinarem o manifesto contra as cotas, tem-se iniciado um levantamento de dados para a criação de uma tabela de modelo com perfil prosopográfico dos (as) historiadores (as) signatários (as), a fim de compreender a postura mais conservadora destes à época. Estamos levantando informações como suas datas de nascimento, ano de formação, instituição de vínculo profissional e a raça fenotípica atribuída. Buscamos compreender, assim, as fronteiras que esses (as) profissionais encontram-se social e academicamente enquanto gerenciadores de seus respectivos discursos e amplificadores de outras vozes que ecoam das fontes de produção de escrita e revisão da História profissional. Teoriza-se analiticamente sobre a atmosfera discursiva historiográfica de contexto colonial que foi capaz de "capturar" historiadores (as) de diversas áreas e os (as) aprisionou em ideologias e mitos raciais como da "democracia racial" e da miscigenação.

Palavras-chave: COTAS RACIAIS, MANIFESTO, DISCURSO, OPOSIÇÃO, HISTÓRIA.

Caminhos da História na Era Do Digital: Tempos da Sociedade do Desempenho

Kaique Rodrigues Vieira

Este ensaio remete-se a uma reflexão sobre os possíveis rumos da História perante os seus desafios nas últimas décadas, período já instituído por uma projeção exponencial de aceleração do tempo, nessa era do digital. Pretende versar as concepções formuladas entre historiadores brasileiros e visões de pesquisadores de outras áreas, ambos empenhados em investigar os modos operantes do meio social e analisar o entrave gerado sobre verdade e o caminhar dos indivíduos em busca pela performance e desempenho, repercutidas nas mídias digitais, como nas redes sociais de entretenimento. A partir desse diálogo, busca-se, por fim, indicar um breve panorama dos percursos enfrentados no ofício dos historiadores e apontar direções na contínua produção historiográfica do conhecimento histórico.

Palavras-chave: HISTÓRIA. DESAFIOS. DIGITAL. CAMINHOS.

Ensino de História e História Local: o trabalho com a Fazenda Pedra Negra, em Três Pontas – MG

Brenda Nataly de Paula Castelari

O presente resumo tem por finalidade apresentar um projeto de intervenção pedagógica, que perpassa o contexto de pandemia da COVID-19, e teve seu início e desenvolvimento teórico a fim de apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso para concluir a Licenciatura em História pela UEMG – Unidade Campanha. Com isso, busco por meio desse evento (EPHIS) finalizar o artigo que por motivo de pandemia global, não pôde ser colocado em prática. O intuito é buscar novas maneiras de ensino, propondo um olhar para si, colocando os discentes no campo de pesquisa para que vejam, toquem e sintam a História, a sua própria História. Aqui proponho uma aula-oficina numa das maiores fazendas do município de Três Pontas, local esse onde os pais e avós dos alunos da rede pública de ensino trabalharam e trabalham buscando o sustento de suas famílias, busco sensibilizar os alunos para que se vejam parte da História e que se tornem agentes diretos de transformação da sua própria realidade

Palavras-chave: HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA

O uso dos Role-Playing Games no ensino de história: um relato de experiência

Leonardo Marques Tôrres

Frente à situação da pandemia provocada pela COVID-19, as instituições de ensino buscaram adaptar-se em ordem de dar continuidade às formações escolares e acadêmicas dos discentes. Dessa forma, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi rapidamente adotado como alternativa para a situação atípica em que vivemos. Sendo assim, muitos foram os desafios para tal modalidade se concretizar, destacando-se a barreira tecnológica e os impactos e as limitações encontradas pelo professor e pelo estudante para participar do processo educativo, destacando-se as dificuldades de despertar o interesse dos discentes ao longo deste período. Tendo isso em vista, o propósito deste estudo é analisar as possibilidades de utilização de metodologias ativas por meio de games e gamificação, em especial os chamados Role-playing Games (RPGs), como forma de despertar o interesse dos estudantes ao longo das aulas. De acordo com a bibliografia atual, o uso dessas metodologias de maneira adequada em sala de aula podem ser promissoras no que se refere a garantir uma maior atenção e interação dos estudantes, de maneira lúdica, e mais próxima à realidade destes, haja vista que na contemporaneidade os jogos, sejam tradicionais ou eletrônicos, se fazem cada vez mais presentes no cotidiano de jovens e adultos. Serão entrevistados os professores e professoras de história do Centro Pedagógico da UFMG, com o intuito de identificar as experiências, aprendizados e pensamentos destes em relação ao uso de jogos, seja antes da pandemia de COVID-19 ou durante o ERE. Além disso, também será utilizado o relato de experiência, a partir de uma "aula-aventura", ministrada com uma turma de sétimo ano do Centro Pedagógico, tendo como base a lenda de Chico Rei, em exercício de revisão do conteúdo com os estudantes. O artigo, portanto, não busca nos jogos, em especial os RPGs, uma forma de superar ou findar outras metodologias em uso no ensino, mas de desenvolver com os jogos um maior interesse dos estudantes nas temáticas abordadas e aproximar da realidade e do universo lúdico destes, tendo em vista que os jogos podem propiciar o exercício da autonomia, criatividade e das capacidades de expressão e socialização através da necessidade de trabalho em grupo e a alteridade entre os jogadores/estudantes.

Palavras-chave: RPG, ENSINO DE HISTÓRIA, GAMIFICAÇÃO, JOGOS.

Ensino de História e a Queda do Céu: Narrativas Descolonizadoras Possíveis

Ana Verena Diniz Duarte

Embora a família, os contextos e os meios de comunicação exerçam influência inquestionável na formação da identidade, o ensino de história ainda exerce importância para a formação emancipatória, crítica e sensível da sociedade de uma maneira geral (LAVILLE,1999). É valioso ressaltar ainda, a legitimação institucional que o ensino de história carrega, a respeito disso, Christian Laville ao ilustrar casos de disputas de narrativas históricas, pontuou que o interesse contínuo de forças políticas e religiosas nos deixam uma respostas sobre o ensino de história: ele é poder. Seguindo o fio da meada, para construir narrativas que caminham em direção oposta a história hegemônica pré-estabelecida é preciso intensificar a democratização de posturas epistemológicas diversas (ABREU;2015). Dentro de tais perspectivas, o projeto se propõe analisar narrativas selecionadas do livro A queda do céu: Palavras de um Xamã Yanomami de Davi Kopenawa. Bruce Albert (2002), buscando referências teóricas sobre ensino de história e aplicando tais reflexões dentro da disciplina de história, aponta-se que será necessário se ater à crítica xamanica do fascínio do homem branco pela mercadoria, sendo o nosso principal foco e tema da inserção nas aulas. O capítulo escolhido para ilustrar tais reflexões se nomeia "Paixão pela Mercadoria", no qual Kopenawa demonstra através de seus relatos uma cosmovisão que se contrapõe à do homem branco. Dessa maneira as análises e reflexões serão incorporadas ao conteúdo do ensino básico no que diz respeito ao objeto de estudo "emergências capitalistas" presentes na Base Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: ENSINO DE HISTÓRIA, DECOLONIALISMO, HISTÓRIA INDIGENA, DENÚNCIA CLIMÁTICA.

A Reforma Protestante na Escócia: os reflexos no clássico entre Celtic e Rangers

Luísa Almeida de Paula

A Reforma Protestante na Escócia, iniciada por John Knox e intensificada a partir do reinado de Maria Stuart, vai ser responsável por marcar a história do maior clássico de futebol do mundo: Celtic vs. Rangers. O Old Firm, como é chamado o clássico entre as duas equipes, é um reflexo da disputa política, religiosa e social que vai marcar toda a Escócia durante toda a idade moderna e contemporânea. A importância de se estudar o período da Reforma Protestante e localizá-lo na Escócia moderna para analisar uma disputa de clubes de futebol que tem efeitos até hoje, se dá pelo papel que as tradições ocupam nessa relação. Passado venerado, símbolos valorizados, continuidades e rupturas políticas drásticas compõem a Escócia antes, durante e após a Reforma Protestante no país, tendo seus reflexos impressos no futebol escocês. Para entender a dicotomia presente no Celtic Football Club e Rangers Football Club, o maior clássico de futebol escocês – e do mundo –, é preciso conhecer o contexto histórico da Escócia. O clássico tem sua origem em 1888, a primeira vez que há uma partida entre os dois clubes, mas suas raízes vem de séculos atrás, durante a Reforma Protestante de John Knox na Escócia. John Knox, a relação entre Inglaterra e Escócia e a emigração irlandesa no século XIX são três dos principais atores do Old Firm.

Palavras-chave: ESCÓCIA, REFORMA PROTESTANTE, JOHN KNOX, CELTIC FOOTBALL CLUB, RANGERS FOOTBALL CLUB

Mesa 02: "O Brazil não conhece o Brasil': a história local como potência de ressignificação de identidades e saberes"

"Belmiro Braga: o processo de (res)significação do personagem histórico através da pesquisa"

Sérgio Augusto Vicente

A presente comunicação tem o objetivo de apresentar os desdobramentos da pesquisa histórica, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, acerca da trajetória e produção do literato mineiro Belmiro Braga. Não obstante a vasta produção deixada pelo escritor, bem como a sua intensa circulação por diversas regiões do país, a historiografia brasileira ainda não havia lançado suas lentes sobre o personagem. Classificado aprioristicamente como "escritor regional" e apreendido nos limites das narrativas laudatórias, o personagem vem sendo "redescoberto" e "ressignificado" a partir de instrumentais teóricos e metodológicos desenvolvidos nas últimas décadas, no sentido de se perscrutá-lo na sua complexidade. Essa comunicação, portanto, a partir da análise da trajetória e produção do literato mineiro Belmiro Braga, apresentará reflexões acerca da complexa relação entre o "regional" e o "nacional" no processo de enquadramento das memórias do personagem e na tessitura de seus vínculos com as chamadas "identidades locais" ou "regionais".

Palavras-chave: BELMIRO BRAGA, HISTÓRIA REGIONAL, TRAJETÓRIA

“Docentes da Educação Básica e a relação com o local: o fazer docente, atravessado por precariedades, nos jovens municípios da Baixada Fluminense”

Cláudia Patrícia de Oliveira Costa

Nesse trabalho, analisamos a construção de narrativas que manifestam a cultura histórica dos municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, emancipados de Nova Iguaçu na virada do século XX para este século. Nesse cenário, sustentamos que as construções que dão conta da cultura histórica local têm, no ambiente escolar, locus privilegiado para sua elaboração e compreensão. Assim, a partir dessa premissa, foram realizadas entrevistas com um grupo de oito docentes da Educação Básica, por meio das quais se buscou avaliar os aspectos que envolvem a mobilização de seus saberes acerca da história local dos referidos municípios da Baixada Fluminense. Ao nos debruçarmos sobre esse material, constatamos que a despeito de um quadro marcado pela violência urbana, defasagem salarial e demais limitações de ordem estrutural que perpassam as falas dessas professoras, a maioria deixa em evidência que nutre um forte sentimento de pertencimento e afeto à cidade em que reside e/ou trabalha ou, num espectro mais amplo, à Baixada Fluminense. Em vista dessas constatações, nos perguntamos sobre como esse cenário influencia as elaborações que essas docentes fazem, a respeito da história dos locais onde moram e/ou exercem o magistério. Interessou-nos, igualmente, investigar as margens nas quais essas docentes operam com suas experiências pessoais, a fim de abordar os conteúdos relativos ao ensino da história local das cidades, em face do quadro de carência de referenciais curriculares disciplinares e de formação profissional.

Palavras-chave: HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA LOCAL, BAIXADA FLUMINENSE, ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA.

“Espaços coloniais em perspectiva: A guerra contra os Botocudos em 1808 a partir do viés pós-colonial”

Fabício Luiz Pereira

Em 13 de maio de 1808, o ainda príncipe regente D. João, assina a Carta Régia intitulada "manda fazer guerra aos Botocudo" nos sertões do leste da capitania de Minas Gerais. A partir disso, os fazendeiros e militares da região foram legitimados para a captura e exploração do trabalho de dezenas de etnias, naquela altura nomeadas como botocudos. Com o aporte teórico dos pensadores pós-colonialistas Franz Fanon e Achille Mbembe, o objetivo desta comunicação é refletir os impactos da política colonial para os povos originários, principalmente em relação à atmosfera violenta que os circundavam. Ainda que no conjunto da obra de tais autores, ambos não pensam na situação brasileira do século XIX, em determinados momentos suas análises apontam para realidades também vivenciadas pelos indígenas americanos. Isso posto, pretende-se observar três pontos de interseção das obras citadas em relação à situação brasileira: a formação dos espaços coloniais, o racismo e o estado de exceção.

Palavras-chave: NECROPOLÍTICA, INDÍGENAS, VIOLÊNCIA, PÓS-COLONIALISMO

Nacional e Maranhense: um olhar sobre as múltiplas identidades de Gonçalves Dias

Andréa Camila de Faria Fernandes

Reconhecido, dentro e fora do Brasil, como um dos principais nomes do nosso romantismo literário, o poeta maranhense Antonio Gonçalves Dias teve muitos epítetos associados à sua memória, sendo, possivelmente, o mais celebres deles o de cantor dos sabiás. Mas para além deste, que se relaciona diretamente ao mais famoso dos seus poemas, a Canção do exílio, muitos outros lhes foram associados e entre estes destacamos, particularmente, os de poeta maranhense e poeta nacional, pela significação que estes carregam.

Palavras-chave: GONÇALVES DIAS, MEMÓRIA, IDENTIDADE NACIONAL

O Tempo Integral em Mariana-MG: o resgate do pertencimento através da educação patrimonial

Lorraine Marilyn Leonel

O trabalho tem por objetivo discutir e fazer uma reflexão acerca do trabalho de educação em Tempo Integral desenvolvido pela secretaria de educação de Mariana-MG. Desde o ano de 2019 o foco tem sido a educação patrimonial. Nesse ano (2019), foi formada uma equipe para elaborar um projeto para resgatar a história das localidades que convivem com a história da sede da cidade. A cidade de Mariana foi a primeira cidade de Minas, primeira capital do estado e primeiro arcebispado, portanto, a história da sede, do centro histórico é amplamente divulgada e discutida. Mas isso não ocorre com tanta constância nos demais bairros e distritos rurais. Contudo, esses locais também possuem uma riquíssima história que teve e tem grande importância para cidade. Havia a percepção de que não só os alunos mas a comunidade em geral não conhecia a própria história, ou se conhecia não se apropriava da mesma. Nesse sentido foi pensado o projeto "O meu, o seu, o nosso: uma proposta pedagógica para a valorização do patrimônio local". Basicamente o objetivo era buscar pelas histórias locais através dos moradores mais antigos dos bairros e distritos, gravando entrevistas, podcasts e catalogando fotos antigas.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO, PERTENCIMENTO, PATRIMÔNIO

Mesa 03: Bloco 1 - História e Saúde no Brasil

Do avião para a selva”: Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas-SUSA. (1950–1968)

Priscila Miranda Rodrigues Wong

O Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) foi criado em 1951 pelo sertanista e médico tisiologista Noel Nutels (1913–1973) e institucionalizado em 1956 durante o governo de Juscelino Kubitschek. Ele foi idealizado como um plano de assistência médica e sanitária direcionado às populações indígenas e sertanejas que viviam isoladas no interior do Brasil. O serviço contou com o apoio de um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde (MES), o Correio Aéreo Nacional (CAN) e a Força Aérea Brasileira (FAB). Suas atribuições envolviam a prestação de atendimento médico, educação sanitária e atendimento odontológico por via aérea. Ele surgiu no contexto (inter)nacional marcado pela Guerra Fria e pelo nacional-desenvolvimentismo. Num período de intensas discussões sobre as relações entre saúde e desenvolvimento. Adicionalmente, a criação do SUSA se articula com outras iniciativas que muito caracterizaram o debate setorial (inter)nacional do contexto dos anos 50, a saber: a necessidade de se interiorizar os serviços de saúde. O SUSA foi subordinado ao Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), e ficou responsável de prestar os serviços de cadastro torácico, vacina BCG oral, administração de hidrazidas para os casos suspeitos de tuberculose, vacinação contra varíola e febre amarela e a extração de dentes. Diante disso, o objetivo dessa comunicação é apresentar um panorama provisório, com os resultados alcançados até o momento, sobre o processo de formulação e implementação do SUSA. O apresentando como uma política brasileira de assistência médica dedicada as populações indígenas, considerando que a assistência médica a população indígena no Brasil, até aquele momento, teria sido desorganizada e esporádica. (COSTA, 1987) Um serviço inovador na época ao empregar o uso de aviões para levar assistência médica aos lugares mais afastados do país. Atuando no Planalto Central brasileiro, numa vasta área que abrangia os estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, parte do Amazonas e do Pará. As ações desenvolvidas pelo SUSA visavam atender principalmente as populações sertanejas e indígenas do Brasil Central.

Palavras-chave: HISTÓRIA DA SAÚDE, SAÚDE INDÍGENA, INTERIORIZAÇÃO DA SAÚDE, INDÍGENISMO.

Paulo Ramos, discursos estadonovistas e saúde pública no Maranhão (1936-1945)

Anna Caroline Silva Gomes

Essa comunicação aborda as ações assistenciais e de saúde do governo do interventor federal no Maranhão (1936-1945) durante o Estado Novo. Sua gestão no âmbito da saúde pública se caracterizou por um alinhamento com o discurso do governo Vargas que buscava expandir as ações sanitárias pelo território nacional. O interventor buscou tanto reforçar seus vínculos com o poder central como obter recursos financeiros e de infraestrutura para o Maranhão, um dos estados mais pobres do país. A trajetória da interventoria de Paulo Ramos é relevante para se compreender como ações de saúde e assistência no projeto político e ideológico estadonovista se consolidaram. E, principalmente, como elas foram recebidas e reelaboradas em regiões mais distantes do poder central como no caso maranhense. A gestão de Ramos foi marcada por uma reorganização nas atividades dos serviços de saúde no estado, seja por meio de legislação, como pela criação e reforma de estabelecimentos de assistência e saúde. Nesta interventoria foram criados um Pronto Socorro Municipal, o Centro de Saúde Dr. Paulo Ramos, o Hospital Geral do Estado, a Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues, o Hospital Getúlio Vargas (sanatório para tuberculosos), o Leprosário do Bonfim, do Complexo Materno Infantil Maternidade Benedito Leite e do Hospital Infantil Juvêncio Matos. A apropriação da ideologia estadonovista por políticos e intelectuais maranhenses e sua conexão com ações assistenciais em contexto local será analisada por meio de publicações da Imprensa Oficial e do D.E.I.P, jornais e periódicos.

Palavras-chave: GETÚLIO VARGAS, PAULO RAMOS, ESTADO NOVO, MARANHÃO, SAÚDE PÚBLICA.

Coleção iconográfica do Centro de Memória da Medicina: diagnóstico preliminar

Beatriz Lopes Mazim

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

José Francisco Guelfi Campos

A fotografia tem sido um recurso amplamente utilizado na área da saúde desde o século XX, não apenas por seu valor documental, mas também com objetivos didáticos. A princípio, considerava-se que as imagens constituíam uma espécie de “meio neutro”, desprovidas de implicações para além de seu simples uso como registro e instrumento de ensino. Contudo, estudos mais recentes vêm demonstrando o poder discursivo do material imagético, possibilitando a abertura de novos debates acerca de sua utilização como fonte para os estudos históricos. O Centro de Memória da Medicina da UFMG (Cememor) é responsável pela salvaguarda de um grande acervo especializado em saúde, composto por três principais tipos: arquivístico, museológico e bibliográfico. Destaca-se, no acervo arquivístico, uma coleção iconográfica composta por fotografias de diversos períodos, estando elas reveladas, em slides, ou em forma de negativos em películas e de vidro. Neste trabalho, pretende-se identificar e discutir algumas das principais questões envolvendo a exploração desse acervo, iniciada em 2021 na forma de um projeto de pesquisa. Atualmente, o projeto encontra-se em sua fase inicial, que consiste no diagnóstico da coleção, visando a contabilização e verificação do estado de conservação dos itens documentais. Até o momento, já foram identificadas cerca de 30 mil imagens, registradas principalmente em diapositivos e em razoável estado de conservação. Ainda que em caráter preliminar, espera-se lançar luz sobre as questões relativas aos desafios implicados na identificação dos documentos iconográficos, dentre eles: a falta de registros e informações sobre a origem da coleção e seu processo de aquisição, a grande quantidade de imagens sem descrição ou datação e a escassez de informações sistematizadas a respeito do período no qual o acervo iconográfico começou a ser formado. Além disso, pretende-se viabilizar discussões sobre o percurso do tratamento do acervo iconográfico ao longo do tempo, uma vez que a digitalização e a difusão do conteúdo precisam carregar a historicidade da coleção.

Palavras-chave: HISTÓRIA DA SAÚDE, ICONOGRAFIA. COLEÇÃO, CENTRO DE MEMÓRIA

Mesa 03: Bloco 2- História Intelectual e Historiografia

Demétrio De Faleros: Proposta de Reforma Moral em Atenas e seu exílio no Reino Ptolomaico, nos Séculos IV e III a.C.

Amanda Oliveira Righetti

O período Helenístico foi marcado por uma nova realidade política, social, econômica e cultural, na qual a flexibilização das fronteiras e a ampliação do império significaram a compilação de diferentes valores e costumes das culturas conquistadas no cotidiano da Hélade. Dito isso, a dominação de outras culturas pela cultura grega e o processo de helenização foi, em parte, um produto do poder da monarquia helenística. A ampliação do território imperial no período helenístico abarcou, principalmente, espaços do oriente, os quais tiveram papel fundamental na consolidação e manutenção do poder do império. Tendo isso em vista, a basileia helenística foi um elemento novo e o papel desempenhado pelos generais de Alexandre foi fundamental para a composição do novo cenário político que estava a surgir e também para a configuração das disputas que iriam se iniciar no século IV a.C. Desse modo, esta comunicação tem por objetivo apresentar as propostas de análise das inscrições que mencionam a participação de Demétrio de Faleros no cotidiano político ateniense, no contexto das disputas de sucessão após a morte de Alexandre e tentativa de manutenção do Império Helenístico, no século IV a.C., bem como a proposta de reforma moral e doméstica realizada por este legislador e filósofo do período, sua recepção pelos indivíduos e as consequências políticas da tentativa de inserção desta na vida política de Atenas. Após não obter êxito no controle doméstico e na proposição de uma reforma moral, Demétrio é exilado em Tebas e após a morte do diadochi Cassandro, se assenta no reino Ptolomaico, por volta do século III a.C.. A partir disso, também serão apresentadas também as propostas para análise da sua desterritorialização e se esta o enfraqueceu ou o fortaleceu em novas redes políticas.

Palavras-chave: ATENAS. CORTE PTOLOMAICA. DEMÉTRIO DE FALEROS. REFORMA MORAL. EXÍLIO.

O exílio de Ruy Mauro Marini: redes e produção intelectual (1969-1978)

Gustavo Damião Cardoso

A presente comunicação pretende investigar a participação do intelectual Ruy Mauro Marini em redes intelectuais latino-americanas durante os seus exílios entre 1969 e 1978, no Chile, na Alemanha e no México, respectivamente, cruzando três dimensões da sua trajetória política e intelectual: a inserção nas redes de intelectuais latino-americanas, a experiência do exílio e a produção intelectual como meio de propagação e circulação de ideias sobre a Teoria da Dependência, em especial o debate sobre a sua vertente marxista. Ruy Mauro Marini se exilou, primeiramente, no México entre 1964 e 1969, porém, após ser perseguido pelo governo de Gustavo Díaz Ordaz, buscou refúgio e asilo no Chile. Ali, atuou principalmente na Universidade do Chile e no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) e travou intensos debates a respeito das esquerdas latino-americanas e da construção da revolução socialista no subcontinente, especialmente a partir do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), do qual foi um dos seus dirigentes. Entre 1969 e 1973, Marini contribuiu em periódicos acadêmicos, revistas e jornais de movimentos políticos, tais como: *Sociedad y Desarrollo*, *Chile Hoy*, *Marxismo e Revolução* (jornal do MIR), *Cuadernos Politicos* e *Temps Modernes*. Dessa forma, observamos que Marini participou de redes intelectuais em periódicos e no campo acadêmico, promovendo seminários nas universidades e disciplinas nos cursos de pós-graduação. Após o golpe de 1973 no Chile, Marini retornou ao México, consolidando sua rede de solidariedade e contando com apoio de diretores de institutos e faculdades e, ainda na metade da década de 1970, dividiu seu trabalho entre a UNAM, no México, e o Instituto Max Planck, na Alemanha. Por fim, o esforço de pesquisa centra-se, também, nos principais debates levantados por Marini e outros companheiros de luta política e intelectual, a saber: a superexploração da força de trabalho, o subimperialismo, os estados de contra insurgência latino-americanos e a questão do quarto poder. Dessa forma, analisaremos as principais disputas intelectuais em torno da Teoria da Dependência – como as polêmicas envolvendo Fernando Henrique Cardoso e José Serra – e do paradigma do desenvolvimento na América Latina, cujo expoente foi Agustín Cueva. A nossa problematização central é compreender como as redes intelectuais, a experiência do exílio e a produção intelectual foram facetas fundamentais para a atividade política e intelectual de Ruy Mauro Marini, promovendo fecundos debates dos rumos da América Latina e o caráter do desenvolvimento capitalista na região.

Palavras-chave: EXÍLIO, INTELLECTUAIS, TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA, REDES INTELLECTUAIS.

Os interesses por trás das relações de Carlos Lacerda

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi

O objetivo dessa comunicação é fazer uma exposição dos primeiros resultados da minha pesquisa de doutorado. A proposta é compreender a transnacionalidade entre duas nações, durante os anos de 1960 a 1964, que, eram consideradas “nações irmãs”, Brasil e Portugal, na qual, mantinham proeminentes relações justificadas por políticos, como, Carlos Lacerda, que idolatrava esses laços e contribuía para esse contínuo crescimento. Além disso, analisar os motivos que levaram Lacerda, Governador da Guanabara (1960-65), a aliar-se a Portugal. Seus laços com os portugueses, passaram a ser mais sólido nesse período. Portanto, valida-se da teoria de que todas as suas decisões, partiram-se de um interesse maior: a eleição para a presidência da República brasileira.

Palavras-chave: CARLOS LACERDA, PORTUGAL, HISTÓRIA TRANSNACIONAL, COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA, TRATADO DE AMIZADE E COMERCIO, GUERRAS COLONIAIS

O colapso do tempo histórico na obra de Roberto Schwarz

Vitor Morais Graziani

Desde o início de sua produção intelectual, o crítico literário Roberto Schwarz vem trabalhando em suas análises a correlação, sempre dual e combinada, entre o arcaico e o moderno. Estes entes se encontram presentes em ensaios seminais seus como “As ideias fora do lugar”, em que há a constatação da persistência de elementos arcaicos estruturantes que se pensavam superados pelo moderno, e “Cultura e política, 1964 – 1969”. Esse último, entendido como a interpretação dos custos da derrota causada pela contrarrevolução representada pelo golpe civil-militar de 1964, é entendido como o primeiro sinal daquilo que Milton Ohata chamou de “futuro estático” na obra de Schwarz. Esta comunicação visa, neste sentido, à luz do horizonte de expectativas rebaixado presente em ensaios de Schwarz como “Fim de século” e “Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo”, uma análise da desintegração do ambiente utópico dos anos nacional-desenvimentistas e, por consequência, da racionalização do tempo histórico causada por 1964. Sob esta égide, será possível investigar a construção de uma nova ordem nacional causada pelo Regime Militar que, vitoriosa, embutiu no seio do país uma acachapante vitória do capitalismo plutocrático e autoritário que enterrou o projeto de nação presente nos anos pré-golpe e compeliu ao Brasil redemocratizado de 1985 a sua continuidade, apesar do fim do Regime instaurado em 1964.

Palavras-chave: ROBERTO SCHWARZ, TEMPO HISTÓRICO, REGIME MILITAR, 1964, MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

“Porque eu faço a História, vocês escrevem a História”: a construção da imagem pública de Fernando Collor de Mello no contexto da redemocratização do Brasil (1979-1990)

Isabela Talita Corrêa de Souza

Esta pesquisa em andamento consiste na busca pelo entendimento das relações de poder que se interligam com a trajetória política de Fernando Collor de Mello, o que inclui sua nomeação a prefeito de Maceió (1979-1983), sua vitória nas urnas enquanto deputado federal (1983-1987), governador de Alagoas (1987-1989) e Presidente da República (1990-1992). O político em questão estruturou sua carreira política perante um peculiar sistema de instituições políticas e sociais marcadas por alta instabilidade – em virtude do processo de redemocratização e do grave contexto de crise econômica que o país vivenciava. O fato é que Collor, ainda que baseado nos tradicionais quadros políticos oligárquicos, apoiou-se em um discurso moralizante e conquistou a Presidência da República do Brasil após quase três décadas sem eleições diretas, uma vez que o regime civil-militar interrompeu, com o golpe de 1964, a democracia regulada pela Constituição de 1946. As possibilidades da influência midiática nos sistemas eleitorais, assim como a mobilização das emoções enquanto tentativa de domínio do imaginário e do simbólico, serão tópicos essenciais para melhor entender a ascensão política de Fernando Collor. Nesse sentido, pretende-se avaliar tais fatores a partir da historiografia vigente sobre a formação política, econômica e social do período de redemocratização e as particularidades das instituições da época, considerando a linguagem do poder e suas formas simbólicas.

Palavras-chave: FERNANDO COLLOR, MÍDIA, PODER.

O Jornal Voz Diocesana como fonte e objeto de contestação da neutralidade católica

Caroline Lopes Oliveira

O periódico católico Voz Diocesana, fundado em 1947 no município de Campanha (MG) possuía um amplo alcance, circulando por 49 municípios e 71 paróquias. O discurso construído pela diocese no contexto da fundação do jornal estava relacionado a um suposto propósito de informar aos fiéis a agenda da instituição, mas ao analisar os exemplares é possível notar colunas de diversas temáticas como evangelização, o papel atribuído as mulheres da época, comunismo, reforma agrária, entre outros. Na análise de seus editoriais nota-se a presença da Ação Católica Brasileira (ACB) em diversas colunas. No Estatuto da ACB de 1934, está previsto que seu objetivo principal vislumbra ser uma organização de difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social e em seu 3º artigo sustenta-se a ideia de não se envolver ou submeter a qualquer movimento político partidário, aproximando-se de um discurso de neutralidade. Contudo, através da análise das colunas e editoriais sobre a ACB no periódico Voz Diocesana é possível perceber uma tendência de publicações com cunho anticomunista, destoando dos discursos pretensamente apolíticos construídos pela hierarquia eclesiástica desde o final do século XIX. Sendo assim, analisar os editoriais produzidos pelo jornal auxilia na compreensão das representações construídas pela Igreja, especialmente na cidade de Campanha, sobre o papel que se auto atribuíam na condução de um projeto de sociedade cristã, principalmente através do apostolado leigo. O que se mostra como um potencial para a contestação da neutralidade pretendida. O recorte da pesquisa (1947 – 1952) se justificapor esses anos contemplarem parte de um momento agudo do movimento anticomunista no Brasil, o início da Guerra Fria, além de abarcar uma fase da Ação Católica Brasileira Geral e os primeiros anosda fase Ação Católica Brasileira Especializada. Objetiva-se contemplar na comunicação, os desdobramentos até então obtidos através do projeto “Anticomunismo na imprensa católica: a Ação Católica Brasileira nas representações do jornal Voz Diocesana em Campanha/MG (1947 - 1952)”, aprovado com bolsa de iniciação científica (EDITAL 05/2021 - PIBIC/FAPEMIG/UEMG), com foco nas articulações católicas no projeto de reordenamento de seus fiéis e na manutenção da identidadecatólica, nos moldes da “moral” e dos “bons costumes” cristãos.

Palavras-chave: IMPRENSA CATÓLICA. AÇÃO CATÓLICA. ANTICOMUNISMO.

Narrativas de uma revista: o anticomunismo nas páginas da Bohemia no processo revolucionário cubano

Mariana Rufino Rosa

Maria Clara Gonçalves Martins

Esta comunicação oral se trata do Projeto de Iniciação Científica, fomentada pela CNPq, denominado: "O processo revolucionário cubano na revista Bohemia: governo, enfrentamentos e internacionalismo (1959-1966)", o qual tem o objetivo de investigar como a revista Bohemia noticiou os acontecimentos durante e após a Revolução Cubana. O periódico é historicamente um dos mais famosos do país, tendo grande notoriedade nos debates culturais e políticos. Durante os anos da ditadura de Fulgencio Batista o seminário estava comprometido a denunciar as injustiças políticas e sociais que aconteciam na Ilha, mesmo que silenciada pela censura na maioria das vezes. Assim, a luta armada de Fidel Castro foi vista com bons olhos pela revista, que passa a defendê-lo até sua chegada no poder, fazendo uma edição inédita (nº 2 do ano de 1959) com sua foto na capa, o denominando como "herói nacional" e produzindo uma tiragem de 1 milhão de exemplares - na época Cuba tinha 6,5 milhões de habitantes, sendo que 77% eram analfabetos de acordo com a UNESCO. Porém, a revista tinha claramente uma posição anticomunista, com fortes críticas, especialmente, a União Soviética, nação que viria a ser essencial para a sobrevivência da revolução. Além disso, a Bohemia até o ano de 1960, mesmo que denunciando a política internacional do vizinho do Norte, parece ter uma relação de admiração perante os Estados Unidos da América, possuindo vários colaboradores provindos do país. Dessa forma, cabe a nós apresentar como ocorreu essa mudança na escrita do periódico, uma vez que esse tinha um grande impacto na opinião pública nacional, sendo até considerada um importante pilar para a ascensão dos guerrilheiros ao poder em 1959. Em suas páginas era defendido uma narrativa que atribuía ao Movimento 26 de Julho, e principalmente à Fidel Castro, toda a responsabilidade pela derrubada da ditadura, criando uma certa memória sobre o processo de luta revolucionária e, conseqüentemente, do governo. Iremos expor, portanto, como essa memória trabalhada com fervor pela própria revista iria no futuro causar embates com a ideologia pregada pelo corpo editorial, formado por indivíduos da classe média alta cubana, que defendiam a soberania nacional, liberdade de expressão e fim da miséria, porém sem abalar as estruturas do sistema que mantia o país naquela situação, ao contrário do que viria a ser defendido mais abertamente pelos revolucionários. Com isso, a revista foi nacionalizada em 1960 e o chefe editor, Miguel Ángel Quevedo, exilado na Venezuela, onde acabou se suicidando em 1969. Em sua carta de despedida diz que mesmo não negando sua responsabilidade, não poderia ser o único culpado pela "desgraça que paira sobre Cuba". Para ele todos foram culpados, principalmente o povo, e que a revista Bohemia era um reflexo do povo - algo que considerou um grave erro. Assim, o objetivo da comunicação é refletir sobre a mudança editorial da revista após a ascensão e solidificação do que viria a ser um governo socialista em Cuba, levando em conta o anticomunismo expresso em suas páginas.

Palavras-chave: REVOLUÇÃO CUBANA, REVISTA, ANTICOMUNISMO, HISTÓRIA INTELLECTUAL, DISCURSO.

Mesa 04: Urbanidade e Modernidade: A construção dos Espaços Urbanos no Brasil

Empreendedorismo e Mobilidade: O Imigrante Italiano no Cenário Urbano Mineiro (1870 - 1907)

Victor Frascarolli Calçado

O século XIX ficou marcado pelas correntes migratórias provenientes, principalmente, do continente europeu em crise. A América foi o destino de boa parte desses imigrantes, que fugindo da fome e da pobreza, encontraram no “novo mundo” a oportunidade de constituírem uma nova vida. Foi esse, pelo menos, o objetivo dos italianos que se fixaram em terras brasileiras, mais especificamente na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. A cidade de Juiz de Fora, o maior centro urbano da região, recebeu a maior parte desses imigrantes, que a partir dali foram redirecionados a suas fazendas através dos contratos estabelecidos com os cafeicultores. As dificuldades enfrentadas na lavoura de café como o não pagamento dos vencimentos, as más condições de trabalho e até mesmo o caráter violento dos proprietários, fizeram com que esses italianos abandonassem as lavouras rumo a cidade. Essa mobilidade foi uma característica marcante do italiano imigrante, a insatisfação com a precariedade e o não cumprimento com as cláusulas do contrato os levaram a buscar melhores condições financeiras e sociais. Foi no centro urbano de Juiz Fora das finais do século XIX, que os imigrantes encontraram a possibilidade de ascensão social, tornando-se pequenos proprietários de lojas de comércio, oficinas e até mesmo de pequenas e médias indústrias. Esse trabalho buscou analisar esse processo, analisando os fatores externos e internos dentro dessa comunidade de imigrantes italianos, assim como sua organização e estratégias utilizadas que permitiram sua mobilidade social na sociedade juiz forana.

Palavras-chave: IMIGRANTES, MOBILIDADE, EMPREENDEDORISMO

Os conceitos de tempo e seu (s) uso (s) na identificação da cidade de São João del-Rei: um estudo de caso, 1914

Mariana Alves de Araújo

No ano de 1914, a celebração da Sexta Feira Santa da cidade de São João del-Rei seria marcada pela ausência de um dos elementos marcantes da cerimônia. A ausência de tal elemento tornou-se uma longa discussão na imprensa, onde foi debatida a importância de se manter ou não as tradições da cidade. Considerando que o início do século XX foi marcado predominantemente pelo ideal de 'progresso', onde o passado era sinônimo de 'atraso', a presença de certos elementos que mostrassem a continuidade do passado barroco era vista com maus olhos. Concomitantemente, a cidade de São João del-Rei era reconhecida por suas 'tradicional festas religiosas'. Em meio a essa ambiguidade, a ausência ou a presença deste elemento na Sexta Feira Santa é apenas um plano de fundo, que nos revela na realidade, como nossos 'homens da imprensa' se relacionavam com o tempo. E mais do que isso: como essa relação com o tempo influía na identificação da cidade, que ora era vista como 'progressista', ora como 'tradicional'. Assim, para nos ajudar a entender essa relação, utilizamos da metodologia da História dos Conceitos proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Como o autor coloca, os conceitos são capazes de materializar algo abstrato como concepções de tempo. Por isso, utilizando especificamente dos conceitos de tempo, fomos capazes de identificar as dimensões temporais que eram suscitadas pelos 'homens da imprensa', bem como o uso desses conceitos na identificação da cidade, nos levando a apreender o tempo histórico de nossos agentes. Com a História dos Conceitos, pudemos perceber que nossos 'homens da imprensa' sabiam que estavam convivendo com diversas dimensões temporais em seu presente, ainda que não utilizassem exatamente este termo. Essa convivência era complexa, cercada de ambiguidades e dinâmica: moldava e era moldada pelos fatos que ocorriam, e no desenrolar dos eventos as dimensões temporais se afrouxavam ou tensionavam, a depender do futuro ou do passado escolhido.

Palavras-chave: BRASIL REPÚBLICA, HISTÓRIA DOS CONCEITOS, PERIÓDICOS

A Cidade de Boa Vista e as Transformações do Espaço Urbano

Jimmy Iran Dos Santos Melo

O artigo envolve as construções identitárias e o desenvolvimento do urbano na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, como parte da produção textual da tese sobre o skate, a qual está em processo de escrita no programa de doutorado em História na Universidade de Passo Fundo - UPF. Nesse sentido, apresento as discussões estabelecidas por meio da disciplina: História, Região e Fronteiras, desenvolvidas nas aulas do Dr. Luiz Carlos Tau Golin, que teve como foco identificar o processo de definição da região a partir de sua marca identitária, que envolve o político, a cultura e a historicidade das sociedades envolvidas para a produção de um livro digital. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: IDENTIDADE, URBANO, ESPAÇO, BOA VISTA

A Casa dos Contos e a paisagem de Ouro Preto (MG)

Raíssa de Keller e Costa

A Casa dos Contos está situada à Praça Reinaldo Alves de Brito conhecida como Largo dos Contos em Ouro Preto. Esse Largo é um espaço de circulação, de movimento. Sua localização é privilegiada e significativa para o fluxo de pessoas e carros na cidade. Vista de longe, a cidade parece escapar do planejamento e demarcar claramente as diferentes camadas de sua história. Porém, a paisagem vai além dos limites do que é visto em um dado momento. Essa paisagem de Ouro Preto nos leva a pensar o espaço da Casa dos Contos como menos interessante do que a forma como se relaciona com os espaços ao redor dela. Compreendemos que essa paisagem é uma construção baseada em suas dinâmicas, temporalidades, movimentos. Ela teve a sua construção concluída em 1784 pelo contratador dos dízimos e entradas na Capitania João Rodrigues de Macedo. Embora já fizesse parte do perímetro tombado de Ouro Preto desde 1938, foi tombada pelo IPHAN em 1950 pela sua relevância como exemplar de residência civil. De 1784 aos dias atuais teve diferentes relações com a cidade a partir de diferentes usos atribuídos a ela. No século XVIII a sua construção remete ao período de construção da Ponte e do Chafariz dos Contos. Contexto de transformações da antiga Vila e desenvolvimento urbano. No século XIX, manteve a sua importância como centro de atividades comerciais impulsionando as construções na mesma rua. Ao longo do século XX se firmou como um monumento de características singulares numa cidade monumento. Atualmente, funciona como o Museu Casa dos Contos e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, com rico acervo a ser explorado.

Palavras-chave: CASA DOS CONTOS, OURO PRETO, PAISAGEM HISTÓRIA

Visões modernas: demandas urbanísticas nas Atas de Câmara de Mariana (1889-1930)

Flávia Caroline Fidellis da Cruz

No despontar da Primeira República, as transformações simbólicas se manifestaram paulatinamente no Brasil e as modernidades da Belle Époque foram inseridas gradualmente em solo nacional. As novidades do contexto modificaram as percepções e os hábitos sociais, estimulando que a arquitetura e o planejamento urbano fossem apreendidos a partir de novas concepções. O município de Mariana - cravado nas entranhas mineiras - promoveu a atualização de seu conjunto urbanístico, se espelhando nas principais cidades brasileiras. Nesse ambiente, a urbes colonial adequou-se aos lampejos da modernidade, experimentando uma singular trama social, política e urbana. A Câmara Municipal debatia desde os fins do século XIX a possibilidade da implementação de elementos modernos no município. O corpus documental expresso pela série das Atas da Câmara Municipal de Mariana dos anos de 1889 à 1930 permite apreciar as pautas da agenda modernizadora local. As demandas por atualização urbana são repertórios de destaque nos debates camarários, visto que foram inúmeros os esforços para a materialização dos equipamentos de infraestrutura pública. Deste apanhado, destacam-se as aspirações de implantação do ramal ferroviário e instalação da energia elétrica nas vias públicas. A presença das alas republicanas fortaleciam as expectativas por transformação no município. Desta forma, o legislativo marianense em conjunto com o setor empresarial projetou a abertura de um espaço que comportasse os novos adventos. A ambição por expansão urbana subsidiou a ocupação de uma área até então ociosa em Mariana, em que foram reunidos diversos esforços para seu melhoramento, seguindo as estilísticas da época. Os dados colhidos nas súmulas expõem o espírito das alas políticas que vislumbravam uma nova imagem para a cidade. No ínterim da abertura do novo perímetro urbano diversas preocupações atravessavam as pautas camarárias, realçando a importância de atualizações nas legislações fundiárias para que comportassem os perfis socioeconômicos daqueles que se acomodariam na nova área de interesse. Houveram embates entre diferentes concepções de desenvolvimento urbano e parte significativa da agenda modernizadora proposta pelo legislativo não se concretizou, em razão de dificuldades técnicas e econômicas, mas também em decorrência da resistência de parte dos agentes públicos, da elite local e da população. As visões de modernidade nem sempre se materializam, embora alimentassem os imaginários marianenses.

Palavras-chave: EXÍLIO, INTELLECTUAIS, TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA, REDES INTELLECTUAIS.

Um Projeto para o Brasil: O Programa da Burguesia Industrial no Passado Recente

Amanda Caroline de Oliveira

Desde a ascensão de Jair Bolsonaro (2018) ocorreram rearranjos da política brasileira que encerraram o ciclo do projeto democrático popular construído pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Somando-se a esse processo, a declaração de pandemia de Covid-19 ocorrida em 2020 fortaleceu um sentimento de caos e fim do mundo. Neste sentido, buscando desenvolver uma reflexão sobre o passado recente e seus articuladores políticos, este trabalho propõe a analisar a relação entre a burguesia industrial brasileira e o governo de Jair Bolsonaro (2018-2021). Do mesmo modo, para compreender as aproximações práticas se faz necessário um estudo sobre o conteúdo programático envolvendo tais articulações. Assim, também objetivo analisar o programa para o Brasil da burguesia industrial formulado pela CNI - Confederação Nacional da Indústria vigente no período de 2018-2022. Para tanto, utilizo a fonte documental "Mapa Estratégico da Indústria (2018-2022)" elaborado pela referida entidade, acrescido de notícias de jornais e de fotos disponíveis na galeria da CNI na plataforma Flickr. Como suporte metodológico para análise das fontes me ancoro em uma perspectiva anti-colonial e materialista histórica dialética, assim, fazem parte do referencial teórico Aimé Césaire, Frantz Fanon, Ruy Mauro Marini, Ailton Krenak e Davi Kopenawa. Por fim, observo como o programa da CNI referencia seus interesses de classe, mesmo que envolvido sob um discurso de neutralidade. Desse modo, a aproximação entre CNI e Jair Bolsonaro expressa por viagens conjuntas, bem como a entrega do prêmio Ordem do Mérito Industrial, reforçam a iniciativa dos industriais em defender seus interesses mesmo que isso signifique o genocídio e etnocídio de outros grupos.

Palavras-chave: BURGUESIA INDUSTRIAL, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, JAIR BOLSONARO, PROGRAMA POLÍTICO.

Mesa 05- História e Visualidade: Artes, Coleccionismos e Festividades

Colecionar como uma prática narrativa

Luiza Vasconcellos Pedrosa

Talvez a única certeza que tenhamos sobre a história é que o passado é uma terra estrangeira. Nós o visitamos tal qual forasteiros e trazemos pequenos fragmentos, como se fossem souvenirs de um tempo que apenas podemos visitar pela memória. O diálogo com esses signos da ausência arrancados de seu tempo, tal qual caracterizou Fernando Catroga, re-presentificam o pretérito e instituem diálogos entre as temporalidades. Assim, esse ausente que não está mais inserido no passado e tampouco nos pertence, habita o presente por uma terceira via, a escrita (CERTEAU, 2015, p. 2). Os lugares que designamos para esse "entre-dois" equivalem às formas em que dotamos o passado de inteligibilidade por meio do ato de escrever, e talvez, colecionar. Tal é a proposta desse trabalho, pensar o ato colecionador em consonância com a escrita da história. Para isso, compreendemos que colecionar atravessa o campo do prazer estético para compor uma forma de falar sobre um Outro, entrelaçando a mística, a memória e a representação. Assim como re-presentificar o passado pela escrita da história, as representações a partir de coleções instituem diálogos com a memória para operar um jogo de construção de um imaginário comum, que liga o passado ao presente e, desse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos do Eu com o Outro. Ocupando um lugar que não é propriamente o da história e nem o da ficção, a prática colecionista compõe um objeto de pesquisa por vezes esquecido pelo historiador. Nesse sentido, pretendemos debater como o colecionismo se aproxima da Operação Historiográfica teorizada por Michel de Certeau, empreendimento possível na medida em que entendemos que assim como a prática de historicizar o passado, o colecionismo também pressupõe uma desnaturalização do tempo, uma vez que põe em evidência a ruptura entre o que foi e o que é. Outrossim, partindo das aproximações entre a operação historiográfica e a prática colecionista, ambicionamos questionar como as coleções constituem-se como formas de exercer poder a partir da criação de narrativas unificadoras e que moldam o imaginário social. Esse debate proposto parte do entendimento que por meio do estudo sobre a prática colecionista podemos pensar sobre outras formas em que o tempo foi e ainda é historicizado e conseqüentemente, habitado. Desse modo, pretendemos analisar as relações entre o colecionismo, a história e a memória.

Palavras-chave: COLEÇÃO HISTORIOGRAFIA MEMÓRIA

**Um retrato das mulheres mineiras nos séculos XVII e XVIII:
escravas, forras e não brancas nascidas livres no processo de
construção da sociedade mineira**

Lorena Santos Mares

Aline Pereira Lopes

O presente trabalho busca discutir sobre a conformação da sociedade mineira a partir da atuação feminina. Dessa forma, buscaremos refletir sobre quem eram as mulheres mineiras, analisando trajetórias como das ex-escravas Bárbara Gomes de Abreu Lima e Luzia Pinta. Com isso, partiremos da ideia de que as mulheres mineiras, sobretudo as escravas, forras e não brancas nascidas livres tiveram um papel de agentes históricas dentro do processo de formação da sociedade, sofrendo violências e participando ativamente das relações de poder do século XVII e XVIII. Dessa maneira, iremos refletir sobre o mundo do trabalho nos cotidianos femininos, pensando nas adaptações e ressignificações das técnicas de trabalho e nas relações entre os territórios de origem e o território mineiro que geraram miscigenações culturais. Além disso, também discutiremos a presença das mulheres nas ações jurídicas do século XVIII a partir de pesquisas que analisam tanto os crimes sofridos quanto aqueles cometidos por mulheres nos oitocentos mineiros. Assim, buscaremos entender as violências físicas e psicológicas às quais eram submetidas. Uma das violências que abordaremos é a construção do imaginário feminino mineiro do século XVIII. Diante disso, o trabalho nos ajuda a refletir sobre, de que formas, podemos pensar que a sociedade mineira foi fundada no racismo, no patriarcado e no sistema escravista, tendo em vista que as trocas culturais feitas entre os africanos e escravos nascidos já na Colônia parecem ter sido essenciais para a construção de imaginários.

Palavras-chave: *Minas Gerais, Século XVIII, Mulheres, Escravidão*

Mulheres Artistas: Pintoras e Escultoras da Primeira República no Acervo do Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora – M.G.)

Valéria Mendes Fasolato

A presente comunicação pretende apresentar à comunidade acadêmica o projeto intitulado “Mulheres Artistas: Pintoras e Escultoras da Primeira República no acervo do Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora – M.G.)”. O projeto está vinculado à Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais - Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB). Hoje conta com a participação de 9 pesquisadores (podendo chegar a 12) do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Freire. Trata-se de uma investigação voltada para o patrimônio histórico brasileiro e traz luz à história das artistas mulheres do período. No ano em que se comemora o centenário da Semana de Arte Moderna, em que observamos duas artistas como protagonistas, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, trazemos à tona nomes de outras mulheres que produziram artisticamente e que, mesmo sendo contemporâneas às modernistas, têm suas histórias silenciadas. Na história da arte brasileira, pouco se sabe sobre as artistas atuantes anteriormente as consagradas modernistas. É como se, antes da Semana de Arte Moderna, não tenham existido mulheres artistas atuando no Brasil. Entre os objetivos, destacamos dois principais: mostrar a presença de obras de mulheres artistas da primeira república no acervo do Museu Mariano Procópio, nomes de pioneiras na profissão no sistema artístico brasileiro; e, popularizar, entre os estudantes da educação básica, por meio de jogos, as imagens de suas produções presentes no referido acervo. É necessário enfatizar que pesquisas das últimas décadas (SIMIONE, 2008; SILVA, 2009; SOUZA, 2013; FASOLATO, 2014 e 2020), trazem luz aos processos de formação a que as mulheres tiveram acesso e sua afirmação como artistas profissionais. Essas pesquisas contradizem os discursos do período, que tentavam colocá-las restritas ao ambiente doméstico, eram tratadas como “amadoras”, enquanto diversas pintoras e escultoras realizaram obras de importância histórica. Até o momento localizamos trabalhos de quatro artistas no acervo do Museu Mariano Procópio, três pintoras e uma escultora: Georgina de Albuquerque (1885 – 1962), Maria Pardos (186? – 1928); Haydea Santiago (1896 – 1980) e Nicolina Vaz (1866 - 1961). Soma-se um total de 48 pinturas entre óleos e aquarelas e 1 (uma) escultura. Todas as artistas participaram das Exposições Gerais de Belas Artes (EGBA) no Brasil e foram premiadas, denotando esforço na profissão e reconhecimento de seus trabalhos artísticos no sistema de arte vigente da época.

Palavras-chave: ARTE BRASILEIRA, MULHERES ARTISTAS, MUSEU MARIANO PROCÓPIO, PINTURA, ESCULTURA

Moda e Modernidade no Brasil: um olhar sobre o jornal das senhoras e a estação

Izabela Aparecida Gontijo

Flávio Raimundo Giarola

Os estudos acerca da História da Moda abrangem uma pluralidade de ideias, visto que a temática vai muito além do vestuário. Sendo assim, as roupas, acessórios e a própria postura de quem usa determinada peça, são aspectos fundamentais para se compreender diversas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais. Entretanto, a História da Moda não é linear, uma vez que é sempre afetada por determinados contextos históricos. Uma das maneiras de retratar a dinâmica multifacetada da Moda é através da imprensa, uma vez que esta sempre foi, desde o seu surgimento, elemento de formação de opinião, propagação de ideias e espelho de informações. Dessa forma, o presente trabalho analisa a importância da indumentária em dois jornais com recortes temporais distintos: O Jornal das Senhoras (1852-1855) e A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família (1879-1904), ambos do Rio de Janeiro. O segundo periódico foi analisado a partir do ano de 1901, visto que o objetivo foi justamente fazer o paralelo do século XIX com as primeiras décadas do XX. Assim, foi feita uma comparação entre os jornais, tanto no que diz respeito à moda enquanto técnica, quanto nos aspectos históricos e culturais intrínsecos a ela. Defendemos que a Moda na segunda metade do século XIX era imposta pela elite como ideal de civilidade, bem como ilustrava aspectos da vida feminina do período. Já no início do XX, ela estava associada com a ideia de modernidade, tão presente no final da Belle Époque. A comparação feita mostra que algumas ideias vão se repetir em ambos os jornais, enquanto diversos aspectos técnicos e históricos vão destoar nos periódicos, tanto em função do período em que foi publicado, quanto levando em consideração quem os escreveu.

Palavras-chave: MODA, MODERNIDADE, PROGRESSO, IMPRENSA.

Negro no espelho: a construção da autoimagem do negro no Brasil

Isabela Gomes Pereira

A análise da construção da autoimagem do negro no Brasil, visa estabelecer os parâmetros históricos e sociais responsáveis pela construção da identidade negra no país. Examinando a maneira como a sociedade o enxerga e como a imagem de si será produzida a partir desses processos. A depreciação estética é uma essencial ao aparato repressivo de dominação colonial. Assim, desqualificar os africanos e seus descendentes da condição humana, baseado nas aparências, foi uma das estratégias adotadas para subsidiar a exploração africana. Os corpos negros eram vistos e representados com repúdio, exotismo e erotismo; baseados no discurso europeu de ressaltar os valores etnocêntricos como os únicos possíveis e taxar com negatividade os corpos e manifestações desviantes. Mesmo após a abolição, a depreciação estética foi utilizada pelas elites para a manutenção das estruturas sociais. Com base no racismo científico, concluiu-se que o alto índice de mestiços no Brasil, seria um empecilho para o desenvolvimento. Tornando necessária a promoção do embranquecimento do país para a construção de uma nação civilizada. Assim, por meio da mestiçagem seria possível o surgimento de uma sociedade brasileira branca; projeto impulsionado pela República. A depreciação e o racismo estrutural produzem a imagem do negro através de um discurso de marginalização e estigmatização; colocando-o em posições subalternas desde a condição de escravizado, até a atualidade quando é lido como criminoso. Como a identidade se materializa na dialética das relações de poder e, em determinada conjuntura, tal jogo é dominado pelas elites, as pessoas negras vão fabricar imagens de si que visam a negação do próprio grupo. Já que, a ideologia implantada pela classe dominante ordena o embranquecimento da população. A percepção de que o belo é o branco, e que por consequência, o negro nunca ocupará tal posição gera grandes feridas na população afrodescendente. Pois, a possibilidade de beleza em seus corpos é negada, gerando um sentimento de ódio a si e aos seus semelhantes, além da busca infundável para chegar o mais próximo possível à imagem europeizada. Fatores que serão responsáveis pela baixa autoestima da população negra, que desde o primeiro contato com as estruturas racistas já criam repúdio pelos seus traços. Movimentos sociais no século XX, ressignificam o corpo negro, trazendo os fenótipos como resgate e valorização da cultura africana, apresentando-os como símbolos de resistência e afirmação étnica.

Palavras-chave: IDENTIDADE, ESTÉTICA, RESISTENCIA, RACISMO.

Minicursos

MC04 - Iconografias do Brasil a partir de obras de pintoras dos séculos XIX e início do XX

Paula de Souza Ribeiro

Proposta do minicurso

O curso propõe um olhar sobre as representações pictóricas de pintoras brasileiras que, em suas trajetórias, trabalharam com temáticas relacionadas ao contexto sociopolítico do Brasil em fins do século XIX e no início do século XX. O objetivo central é apresentar e discutir novas chaves de leitura possíveis para a História da Arte brasileira ao nos debruçarmos sobre as obras das artistas, tanto no recorte em foco quanto para a contemporaneidade.

Bibliografia

BARBOSA, Ana Mae. Uma questão de Política Cultural: Mulheres artistas, artesãs, designers e arte/educadoras. In: 19º Encontro da Associação Nacional de pesquisadores em Artes Plásticas – Entre Territórios. Bahia, 20 a 25 de setembro de 2010. P. 1979- 1988.

NOCHLIN, Linda. Por que não houve grandes artistas mulheres? . São Paulo: Edições Aurora, 2016.

SENNA, Nádia Cruz da. Donas da beleza: A imagem feminina na cultura ocidental pelas artistas plásticas do século XX. São Paulo: USP, 2007.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão Artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

VICENTE, Filipa Lowndes. Arte Sem História. Lisboa: Editora Babel, 2012.

MC07 - "É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se afunda a educação como processo permanente": Paulo Freire e o uso de linhas do tempo no ensino de História

Susanna Fernandes Lima

Elisa Defelippe Durso Martins Silveira

Proposta do minicurso:

Quais são as possíveis relações entre as propostas de Freire presentes em "Pedagogia da Autonomia" e "Pedagogia do Oprimido" e o ensino de História? Este minicurso se propõe a refletir sobre as diversas camadas que esta questão apresenta, a partir das possibilidades de cruzamentos entre as histórias de vida e alguns aspectos da teoria da História.

Educação bancária x problematizadora, a consciência de ser e saber que é um sujeito inacabado, o respeito ao direito de ser do educando e, conseqüentemente, o respeito ao seu mundo, o entendimento da educação enquanto uma prática sustentada por uma ética e pela/para liberdade são alguns dos desdobramentos da obra de Freire que serão trabalhados no minicurso.

A princípio é preciso recortar que, no campo do ensino de História, a categoria tempo será o fio condutor deste minicurso. Elias (1998) e Koselleck (2014) sustentarão as discussões acerca dessa temática tão cara aos historiadores (as) e professores (as) de História, dada a complexidade de suas reflexões dado os aspectos abstratos e, ao mesmo tempo, cotidianos do seu pensar.

bell hooks (2017) aponta que "quando a educação é a prática da liberdade os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar". Partindo de inquietudes desenvolvidas nas pesquisas de mestrado realizadas pelas professoras proponentes, que fomentaram o desejo de continuidade de suas reflexões no doutorado, serão desenvolvidas costuras entre o saber escolar e o saber acadêmico respaldadas na elaboração de linhas do tempo autobiográficas.

As linhas do tempo da própria vida serão apresentadas como ferramentas potentes de pensar a História sob a perspectiva da periodização, posto que baseiam-se em marcos referenciais específicos da vida dos (as) alunos (as). Autoras como Gonçalves (2019) e Miranda (2012) ajudam a compreender os desdobramentos que se abrem a partir do ato de periodizar as próprias histórias, aproximando o debate de um ideal freireano: o entendimento dos (as) estudantes enquanto sujeitos históricos. As

discussões aqui apresentadas convertem a elaboração da linha do tempo da própria vida, atividade que poderia ser corriqueira, em análises complexas sobre os usos do biográfico.

Tais reflexões ganharão rigor teórico e metodológico, uma vez que advogam o uso das linhas do tempo enquanto narrativas autobiográficas tendo como referência os aportes teóricos de Arfuch (2010), principalmente, da ideia de “espaço biográfico”, pensando, mediante o relato, que eleger marcos no tempo de sua história possibilitam ao estudante conceber – ou não – reinterpretções do vivido.

Do ponto de vista de Butler (2019), a formação e entendimento enquanto sujeito se dá mediante o reconhecimento da alteridade. Portanto, constitutivamente, nos reconhecemos enquanto “alguém” a partir da ideia de “outro”, ou de “ser outro”. Para a autora, existe uma condição política de precariedade, na qual alguns corpos (reconhecidos como vidas) correm mais risco de deixar de existir do que outros. Essa desigualdade é produzida por conjunturas políticas que situam determinados grupos de pessoas como mais/menos vulneráveis, portanto, mais/menos precários.

Este minicurso visa contribuir com a formação teórica daqueles (as) que desejam complexificar os debates do campo do ensino e da teoria da História a partir das referências conceituais aqui apresentadas. Assim, a produção de linhas do tempo em suas aulas, serão parte de um projeto pedagógico que caminhe para contribuir que os alunos (as) se entendam enquanto sujeitos históricos.

Bibliografia

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2010.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência [tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues]. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GONÇALVES, Márcia. Periodização. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida (Org.). Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 185-190.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed.PUC-Rio, 2014.

MIRANDA, Sonia Regina. Aprender e ensinar o tempo histórico em tempos de incertezas: reflexões e desafios para o professor de história. In: GONÇALVES et al. (Org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MC08 - Uma introdução à Paleografia: da teoria à prática da leitura paleográfica

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone

Marina Oliveira dos Santos

Proposta do minicurso:

A utilização de documentos manuscritos na pesquisa histórica acompanha a disciplina desde os seus primórdios, apesar de nem sempre ser uma tarefa simples. Além disso, sabe-se que o Brasil possui o maior acervo de manuscritos da América Latina e é de fundamental importância para os pesquisadores ser capaz de produzir conhecimento a partir dessas fontes. Portanto, propõe-se, a partir deste minicurso, apresentar e discutir algumas noções iniciais de Paleografia e leitura e transcrição de documentos manuscritos.

A Paleografia é uma ciência transdisciplinar cuja ocupação vai muito além da leitura e transcrição de fontes manuscritas antigas. Dessa forma, neste minicurso pretende-se apresentar as noções básicas da área, algumas das possibilidades de contribuição para a História, tanto para a pesquisa como para o ensino. Todavia, é sabido que não é possível fazer paleografia sem ler manuscritos, portanto, objetiva-se também munir os participantes de instrumental básico/razoável de leitura e transcrição de manuscritos em português do período Moderno por meio de atividade de leitura.

Este minicurso é voltado para estudantes da graduação, bem como para professores de ensino fundamental e médio, já que a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) tem apresentado atividades que envolvem a paleografia nos últimos anos e, também, para os demais interessados na área. O curso é introdutório, não precisando haver nenhum contato prévio com manuscritos antigos ou experiência de transcrição.

Bibliografia:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A Escrita no Brasil Colônia: Um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. Noções de Paleografia e Diplomática. Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas-UFSM, 1991.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico(...) Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

CONTRETAS, Luis Nuñes. Manual de Paleografia. Fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra (col. Historia, Serie Mayor), 1994

FARIA, M.I., PERICÃO, M.G.(orgs.). Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. Coimbra: Almedina; 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

LIMA, Douglas. et al. Cadernos de Paleografia, Número 1. Belo Horizonte : Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2014.

LIMA, Yedda Dias. Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: ARQSP/Arquivo do Estado, 2000.

LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (orgs.). Paleografia e suas interfaces Vol. 1. Salvador: Memória & Arte, 2018

LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Lívia Borges Souza; MAZZONI, Vanilda Salignac (orgs.). Paleografia e suas interfaces Vol. 2. Salvador: Memória & Arte, 2021.

NUNES, E. Borges. Abreviaturas paleográficas portuguesas. 3. ed. Lisboa, Faculdade de Letras, 1981.

PETRUCCI, Armando. La ciencia de la escritura: primeira lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.

RODRIGUES, Ubirajara Alencar. Codicologia, história e cultura. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 18, n. 3, p. 614-627,

ago. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8641656>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.
doi:<https://doi.org/10.20396/etd.v18i3.8641656>.

MC09 - Um novo território existencial: Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez perspectivas para novas historiografias brasileiras

Denise do Nascimento Santos

Proposta do minicurso:

O objetivo deste minicurso é elencar algumas das contribuições epistemológicas de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez para a historiografia brasileira. Partindo destas historiadoras propõe-se pensar a História como uma Ciência que também é construída pelo pensamento de historiadoras negras que durante algum tempo, estiveram apartadas da historiografia brasileira e que ainda hoje tem suas produções silenciadas. Nesse sentido, o pensamento destas autoras possibilita pensar a população negra e o grupo histórico-social de mulheres negras, além de lançar novas interpretações sobre o Brasil. A História é uma ciência atravessada pela Ciência de Mulheres Negras, na medida em que esta é tomada como uma teoria social crítica que parte e é construída a partir dos pontos de vista, das experiências e das articulações entre pensar e fazer de mulheres negras (XAVIER, 2021). Pensar em novos territórios existenciais e físicos para a historiografia que partam do pensamento de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento enriquece e complexifica a pesquisa histórica e sua produção (NASCIMENTO, s/data). Este minicurso justifica-se pela relevância de construir uma história que não é apenas vista pela perspectiva de mulheres negras, mas construída por estas em sua relação com o pensamento social brasileiro e a História do Brasil – partindo e indo além da escravidão e do Pós-Abolição. As bibliografias utilizadas serão os textos de Beatriz Nascimento: “Orí” de 1989 e “Por um território (novo) existencial e físico” ambos presentes na obra “Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual – possibilidades nos dias da destruição”, São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. Utilizaremos os seguintes artigos de Lélia Gonzalez: “Por um feminismo afro-latino-americano” de 1988 e “A mulher negra no Brasil” de 1995. Os textos encontram-se no livro “Lélia Gonzalez, Por um feminismo afro-latino-americano”, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, Rio de Janeiro: Zahar, 2020. A carga horária do minicurso será de 04 (quatro) horas divididas em dois dias. No primeiro dia, discutiremos a obra de Beatriz Nascimento e no segundo dia, 02 duas) horas, a obra de Lélia Gonzalez.

Bibliografia

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO. Beatriz. Orí. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual, possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO. Beatriz. Por um território (novo) existencial e físico. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual, possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

XAVIER, Giovana. Ciência de mulheres negras: um experimento de insubmissão. Saúde em debate. Rio de Janeiro, v. 45, n. especial, p. 51-59, out., 2021.

MC11 - Uma breve história do Oriente Médio: Islã, intelectuais e dilemas políticos

Alaor Souza Oliveira

Guilherme di Lorenzo Pires

Proposta do minicurso:

A relação entre Islã e política tem ocupado nas últimas décadas um papel de destaque entre os temas de pesquisas acadêmicas sobre o Oriente Médio, tanto na literatura nacional quanto estrangeira. Conceitos como Islã Político, jihadismo, salafismo e outros têm sido empregados largamente - tanto pela academia quanto por veículos de comunicação - não só para nomear um fenômeno mas, também, para eventualmente explicar toda a história de uma região. Considerando a relevância da História do Oriente Médio como tema de pesquisa e ensino, o minicurso propõe-se a apresentar uma breve história da região - do surgimento do Islã aos dilemas do século XXI. Quais as relações entre Islã e política na formação geopolítica do Oriente Médio? Guiado pela problematização da relação entre Islã e unidades políticas como definidores de todo um amplo espaço, o curso se estrutura na análise contextual de momentos e fenômenos que destacam a relação entre Islã e formações políticas em sociedades mezo-orientais, da antiguidade tardia à era dos nacionalismos. Desta forma, a análise buscará introduzir não apenas à história panorâmica do Oriente Médio, mas também problematizar visões monolíticas - e frequentemente preconceituosas - sobre a região

Bibliografia:

AGHAIE, Kamran Scot. Islamic-Iranian nationalism and its implications for the study of Political Islam and Religious Nationalism. In: MARASHI, Afshin; AGHAIE, Kamran Scot (orgs.). Rethinking Iranian Nationalism and Modernity. University of Texas Press, 2014.

ALI, K. The Lives of Muhammad. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

ANDRADE, P.R.S. A (problemática) Problemática das Fontes. In: Recita, em nome do Teu Senhor: As raízes judaico-cristãs do movimento proto-islâmico e os profetismos na Península Arábica. (séc. VII E.C.). 227 pgs. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. p. 18-48.

_____. Iq'ra: Messianismo e Profetismo na Península Árabe. in Recita, em nome do Teu Senhor: As raízes judaico-cristãs do movimento proto-islâmico e os profetismos na Península Árabe. (séc. VII E.C.). 227 pgs. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. p. 155-193.

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

AYOOB, Mohammed. Political Islam: image and reality. In: World Policy Journal, set 2004, pp.1-14.

AYUBI, Nazih N. The theory and practice of the Islamic State. In: Political Islam: religion and politics in Arab world. Londres, Nova York : Routledge, 1991, pp.1-27.

DONNER, F. Muhammad and the Believers: At the Origins of Islam. Cambridge: Belknap Press, 2010.

Episode 323: Kemalism and the making of Modern Turkey. Entrevistado: Erik-Jan Zürcher. Entrevistadores: Andreas Guidi & Elif Becan. Ottoman History Podcast, 06 Jul 2017. Disponível em <https://www.ottomanhistorypodcast.com/2017/07/zurcher.html>. Acesso em 02 abr 2021.

Episode 491: Recovering God's Intent in the Modern Age. Entrevistado: Monita Ringer. Entrevistadores: Matthew Ghazarian. Ottoman History Podcast, 27 Jan 2021. Disponível em <https://www.ottomanhistorypodcast.com/2021/01/islamic-modernism.html>. Acesso em 02 abr 2021.

Ernst Renan: El Islam y la ciencia, com la respuesta de Al-Afghani. Tradução: Ofelia Arruti. Revisión: Arturo Vázquez Barrón; Transliteração do árabe: Fernando Cisneros.

ESPOSITO, John. Uma história dos povos árabes. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

_____. Islam and politics. 4. ed. New York: Syracuse University Press, 1998.

GELVIN, James. Nationalism in the Arab Middle East: Resolving Some Problems. In:

_____ Was there a Mandates period? Some concluding thoughts. In:

HOURANI, Albert. O pensamento árabe na era liberal. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

KHALIDI, T. Images of Muhammad: The Evolution of Portrayals of the Prophet in Islam Across the Centuries. New York: Crown Publishing Group, 2009.

LETTERS from Baghdad. Sabine Krayenbühl & Zeva Oelbaum. Vitagraph Films, Estados Unidos, França, Reino Unido, 95 minutos, 2016.

LEWIS, Bernard. The Conquerors; The City; Faith and Learning. In: Istanbul and the Civilization of the Ottoman Empire (Centers of Civilization Series). University of Oklahoma Press, 1972, pp.10-35; pp.96-172.

MADELUNG, W. The Succession to Muhammad: A study of the early Caliphate. Cambridge: Cambridge university Press, 1997.

MARASHI, Afshin. Paradigms of Iranian Nationalism: History, Theory and Historiography. In: MARASHI, Afshin; AGHAIE, Kamram Scot (orgs.). Rethinking Iranian Nationalism and Modernity. University of Texas Press, 2014.

MCMEEKIN, Sean. A visão; O Profeta Armado. In: O Expresso Berlim-Bagdá: O Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918. São Paulo : Globo, 2011, p.21-167.

PROVENCE, Michael. Introduction. In: The Last Ottoman Generation and the Making of the Modern Middle East. Cambridge University Press, 2017.

ROSHWALD, Aviel. Nationalism in Middle East, 1876-1945. In: BREUJILLY, John (ed.) The Oxford Handbook of the History of Nationalism. Oxford University Press: 2013.

SADIKI, Larbi (ed.). Routledge Handbook of Middle East Politics. Routledge: 2020.

SCHAYEGH, Cyrus; ARSAN, Andrew (ed). The Routledge Handbook of the History of the Middle East Mandates. Routledge: 2015.

SOCHACZEWSKI, Monique. De Atatürk a Erdoğan: a República da Turquia em três tempos. In: MALALA, 6 (9), p.70-90.

YILMAZ, Hüseyin. The discourse on rulership. In: Caliphate redefined: the mystical turn in Ottoman political thought. Princeton University Press, 2018, p.22-96.

MC13 - Os cem anos da Semana de Arte Moderna e os modernismos brasileiros

Helaine Nolasco Queiroz

Proposta do minicurso:

Em 2022, comemoram-se os cem anos da Semana de Arte Moderna, evento que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo reunindo escritores, artistas plásticos, músicos, arquitetos e dançarinos. Desde 1922, criou-se em torno do evento e de seus desdobramentos uma série de análises que acabaram por conformar um mito em torno do Modernismo Brasileiro, escrito com letras maiúsculas. Nessa construção, certos indivíduos, grupos e revistas foram exaltados, enquanto outros foram considerados modernismos desviantes, acanhados e/ou falsos. A história, ao privilegiar a arte como quebra de paradigmas, considerou alguns grupos, obras e intelectuais como retrógrados, outros “no meio do caminho” e outros realmente modernistas. O presente minicurso tem por objetivo debater criticamente os modernismos brasileiros, denominação que visa apontar para a pluralidade de eventos, figuras, perspectivas e locais que viveram, cada um à sua maneira, o moderno no Brasil. Visa-se desconstruir certos paradigmas em torno do tema, como já vindo sendo feito por historiadores e críticos, e demonstrar que não houve um só modernismo, mas uma gama de variações dele, que nem sempre produziram rupturas bruscas com o passado, mas que negociaram com ele, de acordo com suas possibilidades.

O minicurso terá a duração de 08 horas, dividido em 4 módulos de duas horas cada. O primeiro módulo abarca o contexto histórico das décadas de 1910 e 1920, as primeiras manifestações da arte moderna no Brasil, a organização da Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos imediatos. O segundo procura perceber o desenvolvimento de grupos, obras, revistas e manifestos ao longo da década de 1920 no sudeste do Brasil e sua preocupação com a identidade nacional. A seguir, busca-se perceber a atuação de intelectuais, grupos e revistas do Nordeste, Sul e Norte do Brasil, além dos debates sobre a centralidade de São Paulo na condução do modernismo e a noção de regionalismo. Por fim, visa-se pensar os desdobramentos dos modernismos nas décadas seguintes e as releituras feitas sobre ele, tanto pela Tropicália quanto pela historiografia e a crítica, percebendo como se criou um mito fundador da cultura brasileira.

Bibliografia

AMARAL, Aracy. Artes Plásticas na Semana de 22. São Paulo: Editora 34, 1998.

AMARAL, Aracy. Tarsila: sua obra e seu tempo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. A vanguarda antropofágica. São Paulo: Ática, 1985.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). 22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade. São Paulo/Campinas, Editora E3x Libris/Unicamp, 1995.

COELHO, Frederico. A semana sem fim: celebrações e memórias da Semana de Arte Moderna de 1922. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

FARIA, Daniel. O mito modernista. Uberlândia: EDUFU, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Essa Gente do Rio...: Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

GUELFY, Maria Lucia Fernandes. Novíssima: contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo, IEB/USP, 1987.

INOJOSA, Joaquim. O movimento modernista em Pernambuco. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1968.

MICELI, Sergio. Nacional estrangeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

PRADO, Antonio Arnoni. 1922 - Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PUNTONI, Pedro; TITAN Junior, Samuel. Revistas do Modernismo 1922-1929. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/BBM Produções, 2014.

QUEIROZ, Helaine N.. O dilema cosmopolita versus nacional na vanguarda latino-americana: uma comparação entre a Revista de Antropofagia e a revista Martín Fierro (1924-1929). São Paulo: BBM Produções, 2021.

SCHWARTZ, Jorge. Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: EDUSP, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

MC14 - Uma história do fenômeno de caça às bruxas: problemáticas, interdisciplinaridade e possibilidades de pesquisa

Marcus Vinicius Reis

Amanda Laís Jacobsen de Oliveira

Proposta do minicurso

Este curso parte da necessidade de questionar quais os lugares de análise a categoria de gênero têm adquirido nas últimas décadas, mais precisamente no contexto da historiografia e das representações literárias e cinematográficas que a figura da bruxa tem adquirido. Ao propor relacionar gênero, religiosidade e fenômeno de caça às bruxas, os ministrantes pretendem refletir como as teorias e conceitos referentes às relações de gênero e sexualidade podem ser operacionalizados para a compreensão não apenas desse fenômeno, mas, também, sobre quais são os lugares que a bruxa ocupa nos mais distintos contextos históricos.

Conforme argumentou Michelle Perrot, a escrita da história das mulheres significa “sair do silêncio em que elas estavam confinadas”, cabe destacar, primeiramente, a ausência de estudos realizados por pesquisadores(as) brasileiros(as) acerca desse tema e que tenham operacionalizado o gênero como categoria analítica. Assim, a principal justificativa deste projeto está relacionada à seguinte provocação sobre a história das relações de gênero e o modo que a historiografia acerca da feitiçaria tem se posicionado frente a esse conceito: é possível afirmar que esses silenciamentos citados por Michelle Perrot permanecem entre os historiadores brasileiros quando gênero e feitiçaria são operacionalizados conjuntamente?

Bibliografia

BAL, Mieke. *Narratology: introduction to the theory of narrative*. 4. ed. Tradução do neerlandês para o inglês de Christine Van Boheemen. Toronto: University of Toronto, 2017.

BAUM, L. Frank. *The Wonderful Wizard of Oz*. New York: Barnes & Noble, 2012.

BRADLEY, Marion Zimmer. *The Mists of Avalon*. New York: Ballantine Books, 1987.

BRUXA. In: DÍCIO - Dicionário Online de Português. 7 graus, 2020, Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bruxa/>.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BETHENCOURT, Francisco. O Imaginário da magia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CULLER, Jonathan. Reading as a Woman. In: CULLER, Jonathan. On Deconstruction: theory and Criticism after Structuralism. Ithaca: Cornell University Press, 1982. p. 43-64.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Tendências e Impasses. O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.

DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente. 1300-1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A vontade de saber. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água, 1977.
_____. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15-37.

GINZBURG, Carlo. História noturna. Decifrando o sabá. Trad. Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
_____. O Queijo e Os Vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Bethânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HANCIAU, Nubia. A feiticeira no imaginário ficcional das Américas. Rio Grande: Furg, 2004.

MORGAN, Edmund S. Arthur Miller's The Crucible and the Salem Witch Trials: A Historian's View. In: BLOOM, Harold (Ed.). Arthur Miller's The Crucible – New Edition. New York: Bloom's Literary Criticism, Infobase Publishing, 2008. p. 41-53.

MICHELET, Jules. A feiticeira. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História. Operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Trad. e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

UPDIKE, John. As Bruxas de Eastwick. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MC16 - Apropriação dos games/jogos no ensino de História

George Leonardo Seabra Coelho

Proposta do minicurso

Esse minicurso pretende discutir as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC) no Ensino de História. Para tanto, abordaremos as concepções de tecnologias digitais, mídias digitais e democracia tecnológica, assim como, suas apropriações no processo ensino-aprendizagem de História na Educação Básica. Para o encaminhamento das discussões, faremos um breve histórico sobre pesquisas e utilização de jogos eletrônicos no ensino e as perspectivas de sua utilização para a Educação Histórica. Frente à apropriação das tecnologias digitais no ensino, debateremos a utilização dos games, jogos de tabuleiro no ensino de História, assim como, apresentaremos aplicativos (software) para a criação, desenvolvimento e produção de jogos de tabuleiros e/ou cartas. Com duração de 12 horas, este minicurso pretenderá debater as possibilidades da relação entre as tecnologias digitais, lúdico e o ensino de História.

Com o surgimento da web na década de 1980 e a maior popularização da internet a partir do início do século XXI, houve um aumento exponencial do acesso à informação através das tecnologias e mídias digitais. Essas tecnologias digitais também viabilizaram a comunicação entre as pessoas e, entre as pessoas e as instituições, o que Manuel Castells (2002) chama do processo de criação de uma Sociedade em Rede. Com o acesso e uso ampliado das mídias e tecnologias digitais, criou-se novas necessidades, despessoalizaram-se e, ao mesmo tempo, reformularam-se as relações sociais, alterando o comportamento e a cultura das sociedades imersas no mundo digital. Para além das preocupações referentes à utilização dessas tecnologias digitais, das formas como foram inseridas nos imaginários sociais e das formas como vêm modificando as relações sociais, suas utilizações em ambientes escolares têm provocado debates por parte de estudiosos de diversas áreas, especialmente no campo do Ensino de História e da Educação Histórica.

Bibliografia

ALVES, Lynn (2008). Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso. In Educação, Formação & Tecnologias;

vol.1(2); pp. 3-10, Novembro de 2008, disponível no URL:
<http://eft.educom.pt>.

BELLO, Robson Scarassati. O videogame como representação histórica: narrativa, espaço e jogabilidade, em Assassin's Creed (2007-2015). Disponível em:
<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19122016-103439/pt-br.php>>

BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2003

CAILLOIS, Roger. Os jogos e os homens. Lisboa: Cotovia, 1990.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e as alterações no espaço e tempos de ensinar e aprender. Da escola presencial à escola virtual. As tecnologias e as mudanças necessárias as instituições de ensino e no trabalho docente. In: KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial a distância. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 29-68

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, Wendell Evangelista Soares. Andrew Feenberg e a bidimensionalidade da tecnologia. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 111-142, jan./abr. 2015

MAGALHÃES, Marcelo. et. al, Ensino de história: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas : Papirus, 2000.

NEDER, Ricardo T. (org.). Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. _ série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010. ISSN 2175.2478.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. Cultura digital e escola: Pesquisa e formação de professores. Campinas: Papirus, 2012: 366 p.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.7-16, jul/dez. 2006.

SETTON, Maria da Graça. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, Marcos. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo apreendido. Campinas, SP: Papirus, 2007.

AGRADECIMENTOS

Alexandre Marcussi

Adriana Romeiro

Ana Carolina Vimieiro
Gomes

Ana Paula Sampaio
Caldeira

Douglas Attila Marcelino

Douglas Lima

Eduardo França Paiva

Heloisa Murgel Starling

José Newton Coelho
Meneses

Juliana Miranda
Filgueiras

Kátia Gerab Baggio

Luiz Carlos Villalta

Luiz Haele Arnaut

Mariana de Moraes
Silveira

Mateus Pereira

Mauro Lúcio Leitão
Condé

Miriam Hermeto Sá
Motta

Priscila Carlos Brandão

Regina Horta Duarte

Rodrigo Patto Sá Motta

Vanicléia Silva Santos

